

**Universidade Federal do Ceará  
Programa de Pós-graduação em Sociologia  
Doutorado em Sociologia**

**FRONTEIRAS EM MOVIMENTO**

**E**

**IDENTIDADES NACIONAIS:**

**A imigração brasileira no Paraguai**

**José Lindomar C. Albuquerque**

**Fortaleza**

**2005**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**Universidade Federal do Ceará  
Programa de Pós-graduação em Sociologia  
Doutorado em Sociologia**

**FRONTEIRAS EM MOVIMENTO**

**E**

**IDENTIDADES NACIONAIS:**

**A imigração brasileira no Paraguai**

**José Lindomar C. Albuquerque**

Tese apresentada ao curso de Doutorado em Sociologia, do Programa de Pós-graduação em Sociologia, Centro de Humanidades, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Sociologia.

Orientadora: Profa. Maria Auxiliadora Lemenhe

**Fortaleza**

**2005**

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

*FRONTEIRAS EM MOVIMENTO E IDENTIDADES NACIONAIS*: A imigração brasileira no Paraguai.

José Lindomar Coelho Albuquerque

Tese submetida à banca examinadora e aprovada em 10/10/2005 como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará.

### **Comissão examinadora**

---

Profa. Dra. Maria Auxiliadora Lemenhe, UFC (Orientadora)  
Orientadora

---

Profa. Dra. Sulamita Vieira, UFC

---

Prof. Dr. Manuel Domingos, UFC

---

Profa. Dra. Bernadete Beserra, UFC

---

Dra. Márcia Anita Sprandel,  
Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Pensamento Social da UnB.

---

Prof. Dr. Roberto Cunha Alves de Lima, UECE

**Fortaleza  
2005**

## RESUMO

A pesquisa aborda a imigração brasileira no Paraguai. Conforme algumas estimativas, cerca de 350 a 450 mil brasileiros migraram para o país vizinho a partir do final da década de 1950, constituindo-se no maior fluxo migratório de brasileiros para um Estado limítrofe. Esse processo singular ocorreu a partir da junção de ações planejadas pelos Estados nacionais e de deslocamentos populacionais espontâneos. Os imigrantes brasileiros se concentraram nos departamentos (correspondentes aos estados brasileiros) do Alto Paraná, Canindeyú, Amambay, Itapua, Caaguazu e Caazapá. Eles formaram, ao longo das quatro últimas décadas, várias cidades onde predominam a língua portuguesa, os canais de televisão brasileiros, as músicas e tradições culturais do Brasil. O confronto entre os imigrantes, principalmente os produtores de soja, e os setores camponeses da sociedade paraguaia têm gerado conflitos de classe, étnicos, nacionais e civilizacionais, mas também novas formas de integração dos imigrantes à sociedade paraguaia. A imigração brasileira, a influência econômica do Brasil no Paraguai e a força dos meios de comunicação brasileiros no país vizinho ampliam a zona de contatos interculturais e de disputas de poder entre brasileiros e paraguaios. Esses processos podem ser compreendidos a partir do conceito de *fronteiras em movimento*. Essa noção visa articular os conceitos de Estado-nação, fronteiras nacionais e imigrações internacionais e concebê-los em constante movimento. Analiso as frentes de expansão demográfica, econômica, política e cultural dos brasileiros na fronteira leste do Paraguai, os confrontos do passado entre os dois países atualizados nos conflitos do presente, a figuração “trabalhadores” brasileiros e “preguiçosos” paraguaios e a dinâmica das classificações e das negociações das identidades nacionais (paraguaios, brasileiros e “brasiguaios”) na região de fronteiras. Esses movimentos são contraditórios, tensos e permeados por relações assimétricas de poder entre o país de origem dos imigrantes e a nação de destino. A imigração brasileira no Paraguai gera fronteiras simbólicas, hibridismos culturais, variadas tensões, colocando em risco os limites fixos dos Estados nacionais. As imagens cristalizadas e delimitadas dos mapas das nações não correspondem à dinâmica da vida nos espaços fronteiriços.

## ABSTRACT

The research approaches the Brazilian immigration in Paraguay. According to some estimates, about 350 to 450 thousand Brazilian migrated to the neighbouring country starting from the end of the decade of 1950 being constituted the largest migratory flow of Brazilian for a bordering State. This singular process happened starting from the junction of actions drifted by national States and spontaneous population displacements. The Brazilian immigrants concentrated on the departments (corresponding to the Brazilian states) of Alto Paraná, Canindeyú, Amambay, Itapua, Caaguazu and Caazapá. They formed, along the last four decades, several cities where prevail the Portuguese language, the Brazilian television channels, the music and cultural traditions of Brazil. The confrontation among the immigrants, mainly the producing of soy, and the sections farmers of the Paraguayan society have been generating conflicts of class, ethnic, national and civilization but also new forms of integration of the immigrants to the Paraguayan society. The Brazilian immigration, the economical influence of Brazil in Paraguay and the force of the Brazilian communication means in the neighboring country enlarges the area of cultural contacts and power disputes between Brazilians and Paraguayans. Those processes can be understood starting from the concept of borders in movement. That notion seeks to articulate the concepts of State-nation, national borders and international immigrations and to conceive them in constant movement. I analyze the fronts of expansion demographic, economical, politics and cultural of the Brazilians in the east border of Paraguay, the past confrontations among the two countries updated in the present conflicts, the figuration Brazilian "workers" and "lazy" Paraguayans and the dynamics of the classifications and negotiations of the national identities (Paraguayans, Brazilians and "Braziguayans") in the borders area. Those movements are contradictory, tense and permeated by asymmetrical relationships of power between the origin country of the immigrants and their destiny nation. The Brazilian immigration in Paraguay generates symbolic borders, cultural hybridism, varied tensions and put in risk the fixed limits of national States. The crystallized and delimited - by the maps - images of the nations don't correspond to the dynamics of the life in the frontier spaces.

## AGRADECIMENTOS

A realização dessa pesquisa possibilitou construir uma rede de novas amizades, muitos contatos efêmeros e outros mais permanentes. Gostaria de agradecer primeiramente as pessoas que me ajudaram a realizar a pesquisa no Paraguai. Sou grato a todos os que tiveram a gentileza de me conceder entrevistas em Assunção, Cidade do Leste, Santa Rita, Naranjal, Santa Rosa, San Alberto, Mbaracayu e Salto de Guairá. Em especial a pesquisadora e amiga Olga Zarza, sem ela minha pesquisa em Assunção teria sido bem mais difícil. Não me esqueço de sua gentileza em entrar em contato com jornalistas, políticos e outros pesquisadores para que eu realizasse novas entrevistas. Sou grato também ao professor Ramón Fogel pela ajuda em estabelecer contatos com algumas lideranças camponesas e por ter viabilizado a publicação de meu artigo em um livro que ele estava organizando junto com o professor Marcial Riquelme.

Na Argentina, gostaria de agradecer a contribuição do Professor Roberto Abínzano, meu co-orientador da tese durante a “bolsa sanduíche”, suas indicações de leituras e as orientações durante os seis meses de estadia naquele país foram bastante valiosas. Sou grato ao *Programa de Postgrado en Antropologia Social de la Universidad Nacional de Misiones* (UNAM), na Argentina, pelo período em que estive naquela instituição. Um agradecimento especial a Ester, carinhosamente tia Etty, a dona do apartamento onde morei em Buenos Aires.

No Brasil, quero primeiramente agradecer ao Arsênio Arce e ao casal Traldy Ribas Bathmann (brasileira) e Ruben Arce (paraguaio) em Foz do Iguaçu, muito obrigado pela hospedagem no apartamento de vocês durante minhas pesquisas na cidade.

Uma menção especial aos professores da Universidade Federal do Ceará que me ajudaram na construção desse trabalho: Manuel Domingos, Bernadete Beserra e Sulamita Vieira. À minha orientadora, professora Maria Auxiliadora Lemenhe, por toda uma trajetória de convivência acadêmica desde a graduação e de sucessivas orientações (iniciação científica, monografia e tese).

Sou grato aos meus amigos que leram parcialmente ou por inteiro esse trabalho e que também me deram sugestões valiosas: Manuel Coelho, Teresa Cristina, Clodson dos Santos, Marcelo Maia e Analúcia Sulina. Um agradecimento aos meus amigos e colegas da Pós-graduação (Isaurora, Jania, Camila, Paulo Monteiro, Élcio, Janaína, Diocleide, Tereza, Lúcia

Helena etc), em especial a Danyelle Nilin, pelas discussões sobre o andamento, as dificuldades e os dilemas de nossos trabalhos, e a Cid Vasconcelos, por nossas discussões sobre o nacional e o popular e pela companhia de Fortaleza até Foz do Iguaçu em uma longa viagem de ônibus em janeiro de 2004.

Sou grato ainda ao meu amigo Diego Normandi, pela tradução do resumo para o inglês, e a minha amiga Cristiane, que me ajudou a organizar os *slides* da apresentação oral da tese.

Aos membros do Observatório das Nacionalidades (UFC), por várias discussões relacionadas ao tema do Estado nacional.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará pelas ajudas financeiras para as duas primeiras viagens à Foz do Iguaçu. À CAPES, pelas bolsas concedidas durante meu doutorado: a de Demanda Social e a do Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior (PDEE). Sem o financiamento público, esse trabalho não teria sido realizado.

Um carinho especial à minha namorada, Flávia Alves de Sousa, e à minha família. Os elos afetivos foram de fundamental importância em todo o trajeto dessa tese.



*El límite hacia arriba y hacia abajo es nuestro medio para orientarnos en el espacio infinito de nuestros mundos. Pero por el hecho de que siempre y por doquiera tengamos límites, somos también límite de nosotros. (...) Pues el límite en general es sin duda necesario, pero cada uno de los límites determinados puede ser rebasado, toda fijación ser desplazada, toda cadena rota; cada uno de esos actos, evidentemente, encuentra o crea el límite nuevo.*

*Georg Simmel, Intuición de la vida (Simmel, 2001, p. 15/16)*

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura cartográfica da divisão departamental do Paraguai	14
Foto da entrada de Cidade do Leste	17
Mapa da faixa oficial de fronteira do Brasil	45
Figura cartográfica dos “limites naturais” do Paraguai com o Brasil	47
Localização e representação do “País bandido”	51
O símbolo da integração na fronteira Brasil-Paraguai	55
Figura cartográfica dos tratados e limites do Brasil	61
Mapa da expansão da soja no Paraguai	96
Foto da cidade de Santa Rita- Alto Paraná (Py)	99
Foto das crianças indígenas no Paraguai	111
Foto dos conflitos de terra no Paraguai	112
Figura cartográfica sobre a “invasão brasileira”	122
Representações gráficas de publicações paraguaias	123
Figura cartográfica da expansão portuguesa (séc XVIII)	142
A cartografia das perdas territoriais	147
Caricaturas da “Guerra do Paraguai”	159
Emblema oficial de Naranjal – Alto Paraná (Py)	184
Desenho do conflito e separação entre brasileiros e paraguaios	204

**LISTA DE TABELAS**

A imigração de brasileiros nos países da América do Sul	72
As profissões dos brasileiros no Paraguai	90
Evolução da produção de soja	95
Idiomas no Paraguai por área de residência	102
Distribuição de terra no Paraguai	113

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
Viagens da pesquisa exploratória	16
A continuidade da pesquisa de campo	23
A relação do pesquisador com os sujeitos pesquisados	27
<b>FRONTEIRAS EM MOVIMENTO</b>	<b>34</b>
O Estado nacional e suas fronteiras	35
As fronteiras e os limites naturais	43
Fronteira perigosa ou <i>terra de ninguém</i>	48
As fronteiras como lugares de integração e misturas culturais	53
Fronteiras e identidades nacionais	56
As frentes de expansão na sociedade nacional	60
As migrações internacionais e as fronteiras em movimento	65
<b>A IMIGRAÇÃO BRASILEIRA NO PARAGUAI</b>	<b>71</b>
A aproximação Brasil-Paraguai e a imigração brasileira	73
A quantidade de imigrantes brasileiros no Paraguai	81
Fluxos migratórios e estratificação social dos brasileiros no Paraguai	84
O desenvolvimento econômico nas áreas de colonização brasileira	91
O aumento do poder político dos imigrantes	99
A influência cultural brasileira na zona de fronteiras	102
<b>CONFLITOS NA ZONA DE FRONTEIRAS</b>	<b>108</b>
Os conflitos de terra na fronteira do Paraguai com o Brasil	110
Outros conflitos envolvendo <i>campesinos e brasiguaios</i>	116
<i>Invasores e vítimas</i> na frente de expansão	118
As disputas em torno da aprovação da lei de segurança fronteiriça	128
As versões dos paraguaios e dos brasileiros sobre a lei fronteiriça	134

<b>IMAGENS DO PASSADO NOS CONFLITOS DO PRESENTE</b>	<b>140</b>
<i>Os novos bandeirantes</i> nas fronteiras em movimento	140
A <i>Guerra do Paraguai</i> e os conflitos atuais	145
Lembranças e esquecimentos da guerra	152
Representações e versões da <i>Guerra do Paraguai</i>	156
A imigração brasileira como <i>herança de Stroessner</i>	162
Memórias, histórias e identidades nacionais	166
<b>“NÓS” E “ELES” NAS FRONTEIRAS PARAGUAI-BRASIL</b>	<b>169</b>
A imigração européia e a ideologia do trabalho no Brasil	169
Auto-imagem e imagem do outro: o espelho do Brasil no Paraguai	175
A figuração <i>trabalhadores e preguiçosos</i>	179
A admiração dos paraguaios aos <i>trabalhadores</i> brasileiros	188
<i>Nós e eles</i> nas fronteiras da civilização	192
Representações sobre o Brasil e o Paraguai	195
<b>A DINÂMICA DAS IDENTIDADES NACIONAIS</b>	<b>202</b>
Conflito e integração entre brasileiros e paraguaios	203
Cidadãos e estrangeiros na zona de fronteiras	212
Fronteiras lingüísticas e identidades nacionais	221
Brasiguaiio: a construção de uma identidade de fronteiras	229
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>237</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>245</b>

## INTRODUÇÃO

*Toda viagem se destina a ultrapassar fronteiras, tanto dissolvendo-as como recriando-as. Ao mesmo tempo que demarca diferenças, singularidades ou alteridades, demarca semelhanças, continuidades, ressonâncias. Tanto singulariza como universaliza (Ianni, 2000, p. 13).*

A pesquisa aborda a imigração brasileira na fronteira do Paraguai. Muitos brasileiros, principalmente da região sul do Brasil, migraram para o país vizinho a partir do final da década de 1950. A mecanização da agricultura e a concentração fundiária na sociedade brasileira foram os principais fatores de “expulsão” de arrendatários, posseiros e pequenos agricultores brasileiros, enquanto que o baixo preço da terra e dos impostos e as facilidades de créditos agrícolas no Paraguai foram alguns dos mecanismos de “atração”. Essa imigração se intensificou na década de 1970, no contexto de construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, na fronteira entre os dois países. Atualmente há estimativas de que existam mais de 450 mil imigrantes brasileiros vivendo na nação vizinha.

Os imigrantes se concentram principalmente nos departamentos fronteiriços (correspondentes aos estados brasileiros) do Alto Paraná, Canindeyú e Amambay e nos departamentos de Itapua, Caaguazu e Caazapá (ver figura cartográfica da divisão departamental do país). Nessas regiões se formaram, ao longo das quatro últimas décadas, várias colônias e cidades onde predominam a língua portuguesa, os canais de televisão brasileiros, as músicas e tradições culturais do Brasil. O forte poder econômico, político e cultural dessa imigração fronteiriça tem produzido uma reação do movimento camponês, políticos de oposição, intelectuais, jornalistas e religiosos do Paraguai. O confronto entre as frentes de expansão (demográfica, agrícola, comercial, política e cultural) brasileiras e alguns setores da sociedade paraguaia têm gerado vários conflitos, novas formas de integração, disputas de identidade e representações variadas sobre os brasileiros e os paraguaios.

**FIGURA CARTOGRÁFICA DA DIVISÃO DEPARTAMENTAL DO PARAGUAI**



Fonte: Livro didático *Paraguay Ñane retã* (Talavera, 1998, p.20).

Centralizo minha investigação nas disputas de identidades e nas representações nacionais que são construídas pelos imigrantes e pelos paraguaios no contexto dos atuais conflitos pela propriedade da terra, pela defesa do meio ambiente e do território nacional. Meu objetivo é pensar as representações nacionais e as relações de poder entre o Brasil e o Paraguai, especialmente no contexto do Mercosul (1995-2005), a partir dos discursos dos imigrantes, líderes camponeses paraguaios, jornalistas, empresários, religiosos etc. Como essas duas nações são imaginadas a partir dos diferentes sujeitos sociais situados nas regiões de fronteiras? Como se

misturam e se separam as “culturas nacionais” nessa região fronteiriça? Como se constroem as assimetrias de poder (de classe, etnia, nação e civilização) entre imigrantes brasileiros e sociedade paraguaia?

O estudo de um fenômeno específico na fronteira entre duas nações permite comparações mais abrangentes sobre as relações de poder que se estabelecem entre esses países e pode se constituir numa nova abordagem para os estudos comparativos entre os Estados modernos. Os trabalhos empíricos sobre as fronteiras nacionais permitem articular uma análise local, regional, nacional e internacional e evitar as grandes generalizações dos ensaios comparativos. Nesta perspectiva, selecionei os imigrantes brasileiros no Paraguai como um caso singular desses processos migratórios e das relações de poder entre países vizinhos.

A maioria dos estudos sobre imigração internacional aborda atualmente os fluxos de pessoas dos países ditos subdesenvolvidos para as nações consideradas desenvolvidas ou do primeiro mundo. Os imigrantes geralmente se deslocam para lugares distantes de seu país de origem, muitas vezes atravessam continentes, mares e oceanos. Quando chegam ao lugar de destino, são freqüentemente vistos como dominados, pobres, “sudacos”, “latinos”, vítimas da exploração e do preconceito dos setores dominantes desses países. A imigração brasileira no Paraguai se diferencia bastante desses fluxos predominantes. Os imigrantes brasileiros somente atravessam a fronteira e se deslocam alguns quilômetros no interior do país vizinho. Em alguns lugares, eles vivem bem próximos do limite político e continuam vendo o território brasileiro do outro lado da divisa. Além disso, o país de origem desses imigrantes, o Brasil, é considerado relativamente mais desenvolvido que o Paraguai e os brasileiros muitas vezes se apresentam como dominantes em relação aos paraguaios.

A expressiva quantidade de imigrantes brasileiros em um país com um território e uma população relativamente pequenos em comparação ao Brasil e o aumento da influência política e econômica do Brasil no Paraguai a partir da década de 1950 foram alguns fatores que justificam a escolha desse tema específico. Mas a opção em estudar os imigrantes brasileiros no Paraguai foi em parte casual. As circunstâncias das opções e dos encontros em uma pesquisa científica não estão controladas por nossas justificativas racionalizadas. Durante a pesquisa, fui descobrindo a complexidade da realidade fronteiriça, os limites de minha formação sociológica e a necessidade de construir uma perspectiva interdisciplinar.



Minha abordagem visa superar algumas das tradicionais fronteiras disciplinares do conhecimento social. Não pretendo me limitar a uma ciência social específica e nem à teoria de um determinado autor. Faço um esforço interdisciplinar, ainda que a minha formação sociológica ilumine o meu horizonte de percepção e de interpretação. Ao longo do texto, apresento alguns conceitos pensados pela geografia, história, ciência política, antropologia e sociologia, tais como território, memória, Estado, nação, nacionalismo, etnia, classe social etc.

A complexa realidade fronteiriça não pode ser apreendida a partir de conceitos sociológicos separados. A compreensão da fronteira como espaço contraditório de integração e conflito me inspirou a pensar a junção e a tensão entre os conceitos como uma forma de apreender o sentido da experiência fronteiriça. Nesta perspectiva, durante todo o texto os conceitos de classe social, etnia, nação e civilização se integram ou se opõem na construção das *fronteiras em movimento* como espaços sociais de integração, tensão e poder.

O conceito de *fronteiras em movimento* me parece importante para perceber os diferentes processos sociais que estão se configurando no cenário fronteiriço entre o Paraguai e o Brasil. Podemos dizer que a imigração brasileira, como uma fronteira em movimento, ultrapassa o limite internacional e constrói várias fronteiras no território paraguaio: os limites entre o cidadão e o estrangeiro, as diferenças das línguas nacionais, confrontos entre uma mentalidades capitalistas e culturas camponesas e as fronteiras de um passado de conflitos entre os dois países. O meu interesse é pensar essas *fronteiras em movimento* como um campo de integração, tensão e poder.

### ***As viagens da pesquisa exploratória***

As duas primeiras viagens que realizei à região da *Tríplice Fronteira* entre o Brasil, a Argentina e o Paraguai durante os meses de outubro de 2002 e janeiro de 2004 foram decisivas na escolha e construção do objeto de estudo. No período da primeira viagem, eu pretendia estudar os conflitos diplomáticos em torno da construção de Itaipu (1973-1982). Visitei a usina e procurei informações sobre o contexto de construção da “maior hidrelétrica do mundo” nas três cidades fronteiriças (Foz do Iguaçu (Br), Puerto Iguazu (Ar) e Cidade do Leste (Py)). Mas esse tema não me despertou tanto interesse. Os “rituais de passagem” na fronteira política e o contato com línguas e tradições diferentes nessas cidades me chamavam mais a atenção do que as discussões

históricas sobre as disputas geopolíticas entre o Brasil e a Argentina no período de construção de Itaipu.

A visita à Cidade do Leste foi bastante significativa. O engarrafamento estava intenso na Ponte da Amizade, vários caminhões, ônibus e carros deixavam o trânsito praticamente parado. Resolvi então descer do ônibus e fazer a travessia a pé. Quando estava atravessando a ponte sobre o rio Paraná, pensei sobre a arbitrariedade dos limites nacionais que dividem em duas nações uma mesma paisagem física. Mas essa criação arbitrária é uma ilusão bem fundamentada e altera a nossa subjetividade. A travessia do limite político pode ser vista como uma dimensão importante dos denominados *ritos de passagem*<sup>1</sup>. Este ritual não significa somente um deslocamento geográfico e um conjunto de procedimentos burocráticos nas alfândegas, mas principalmente uma mudança subjetiva entre ser cidadão de um lado do limite e se tornar estrangeiro do outro lado.

#### A ENTRADA DE CIDADE DO LESTE (PY)



Fonte: Fotos do pesquisador.

<sup>1</sup> Os ritos de passagem foram estudados por Van Gennep (1978) e Turner (1974). Eles simbolizam uma situação de fronteira entre uma situação anterior fundada em “condições culturalmente reconhecidas” e um ambiente novo com novos códigos culturais e sociais.

Essa primeira visita ao Paraguai me causou muitas impressões e inquietações, principalmente relacionadas ao caótico trânsito, à multidão de brasileiros comprando nas lojas e aos cambistas paraguaios em todas as calçadas de Cidade do Leste, trocando reais e dólares por guarani, a moeda nacional. Mas minha maior curiosidade foi direcionada para dois aspectos da cultura paraguaia: a língua guarani e uma bebida chamada de *tererê*. Descobri que a língua mais falada pelos paraguaios era o guarani e não o espanhol. O Paraguai é atualmente um país bilíngüe (espanhol e guarani) e a única nação americana que tem um idioma indígena como língua oficial.

Andando pelas ruas de Cidade do Leste, comecei a observar que muitos paraguaios estavam tomando uma bebida num recipiente semelhante ao utilizado pelo chimarrão no sul do Brasil. Resolvi então comprá-la a uma senhora que estava vendendo no canteiro central da principal avenida daquela cidade. Aproveitei para perguntar o nome da bebida e como era feita. A senhora me explicou que se tratava do *tererê* e era uma bebida medicinal, feita a partir da mistura de ervas e água fria e compartilhada no mesmo recipiente, no ambiente familiar e entre amigos. Na primeira vez, não gostei muito, mas ao longo da pesquisa fui me acostumando, pois sempre me ofereciam essa bebida e aceitá-la é uma forma de estabelecer um vínculo de amizade e de confiança.

A maioria dos brasileiros que vai fazer compras no Paraguai somente conhece as primeiras ruas de Cidade do Leste, onde estão situadas as principais lojas. Resolvi então sair desse circuito comercial e conhecer outras áreas dessa cidade fronteiriça. Fui procurar a biblioteca municipal. Perguntei ao bibliotecário se existiam livros sobre a história da cidade e sobre a construção de Itaipu. Ele me passou somente um livro antigo sobre a fundação de Puerto Stroessner, como era chamada Cidade do Leste no período da ditadura de Alfredo Stroessner (1954-89), e me falou que não existia nada sobre Itaipu. Aproveitei para perguntar se havia alguma literatura sobre a Guerra do Paraguai (1864-1870) e ele falou que não, o que existia era sobre a *Guerra de la Triple Alianza*. Percebi que as versões históricas sobre aquela guerra eram bastante distintas dos dois lados do limite internacional.

Levei dois livros para uma fotocópia que ficava próxima da biblioteca. Fiquei esperando no local. Os funcionários da fotocopadora somente se comunicavam em guarani e a impressão que tive é que eles riam e falavam coisas incompreensíveis a meu respeito. Desconfiei que a língua guarani pode ter uma função de segredo e deve se constituir numa fronteira

simbólica de diferenciação importante entre os paraguaios e os brasileiros. Como o espanhol e o português são bastante semelhantes, talvez a utilização do guarani na presença de um brasileiro seja uma forma de dizer secretamente qualquer coisa sobre o “outro” que não compreende os mesmos códigos culturais.

Essa pequena experiência na fronteira do Paraguai aumentou meu interesse em estudar algo sobre esse país aparentemente tão distinto do Brasil. Conheci aspectos da cultura paraguaia que eu nem imaginava que existissem, pois tinha uma visão simplificada e estereotipada sobre aquele país. Como vivo distante dessa fronteira – em Fortaleza, na região Nordeste do Brasil –, as informações me chegavam somente através dos meios de comunicação que geralmente retratam o Paraguai como o “país da falsificação” e do “tráfico de drogas”. A única coisa que eu tinha estudado era sobre a versão brasileira da Guerra do Paraguai.

Após a primeira visita ao país vizinho, fui visitar Curitiba, a capital do estado do Paraná. No ônibus que eu viajava, sentou-se ao meu lado um senhor que vivia há 23 anos no Paraguai e que tinha vindo ao Brasil visitar seus parentes. Conversamos bastante sobre sua situação econômica, suas dificuldades como imigrante irregular, as relações que sua família mantinha com os paraguaios e seus desejos de regressar à terra natal. Após essa longa conversa, reformulei meu objeto de investigação e passei a me dedicar ao estudo da imigração brasileira no Paraguai. Esse novo objeto me permitiria relacionar aspectos da cultura brasileira e paraguaia a partir da compreensão da inserção dos imigrantes brasileiros no país vizinho. Meu objeto de estudo específico surgiu então desse encontro casual com esse “brasiguai”<sup>2</sup>. O aspecto da imprevisibilidade na redefinição de uma pesquisa de campo já foi comentado por Geertz (1989) em seu estudo sobre a briga de galos na Indonésia. O pesquisador chega num lugar interessado em investigar um determinado fenômeno, mas a casualidade e a novidade das descobertas podem ocasionar mudanças significativas na sua percepção e redirecionar suas escolhas.

O meu objeto de estudo estava escolhido, mas ele estava situado geograficamente a cerca de 3.846 km de Fortaleza. Num primeiro momento, pensei em desistir, mas a *Internet* me possibilitou uma aproximação cotidiana com o que estava acontecendo no Paraguai e na região de fronteira. Comecei então as viagens virtuais à procura de informações sobre os “brasiguaios”, os camponeses paraguaios, a imigração brasileira etc. Fiz também a assinatura do jornal *ABC*

---

<sup>2</sup> Os brasileiros que vivem no Paraguai são, às vezes, identificados como “brasiguaios”. No último capítulo explico os vários significados dessa identidade de fronteiras.

*Color* de Assunção e, desde então, recebo todos os dias as principais reportagens via correio eletrônico. A pesquisa na *Internet* foi fundamental para a viabilização inicial do meu trabalho.

Em janeiro de 2004, realizei a segunda viagem para a fronteira. Desta vez já estava determinado a coletar dados específicos sobre a imigração brasileira no Paraguai, especialmente sobre os conflitos entre os camponeses paraguaios e os fazendeiros brasileiros que vivem na região leste daquele país, próximo à fronteira com o Brasil. Posteriormente, ampliei o foco da investigação para perceber os conflitos sociais, as formas de integração e as relações de poder que ocorrem nesse cenário de imigração fronteiriça. Naquele momento, fui aos jornais de Foz do Iguaçu e de Cidade do Leste atrás de reportagens sobre os “brasiguaios”. Encontrei algumas notícias mais recentes nos jornais *Gazeta do Iguaçu* e *Vanguardia*. Não foi possível conseguir informações mais antigas, pois estes periódicos não têm arquivos bem organizados.

Em Foz do Iguaçu, entrei em contato com a *Pastoral do Migrante* na tentativa de estabelecer contatos no Paraguai para a realização da pesquisa de campo. Fui então conversar com um padre no Seminário da Ordem dos Carlistas em Cidade do Leste, pois este mantinha contato com as lideranças da igreja em todas as localidades de forte imigração brasileira. Na conversa com esse padre, descobri que os religiosos brasileiros assumem claramente o ponto de vista dos imigrantes e que seria complicado eu chegar nessas comunidades através da igreja. Resolvi então conhecer essas localidades sem estabelecer vínculos com a igreja católica.

Nos dias seguintes, fui para duas pequenas cidades no Paraguai e conversei bastante com os imigrantes durante as viagens nos ônibus e nas próprias localidades. Visitei *Santa Rita* e *San Alberto*, no departamento do Alto Paraná, distantes cerca de 70 e 80 km respectivamente de *Foz do Iguaçu*.

A terra vermelha e o sol escaldante do mês de janeiro marcam a paisagem do caminho e das ruas não asfaltadas dessas pequenas cidades. Quando cheguei em Santa Rita, chamou-me a atenção a quantidade de lojas de máquinas agrícolas, casas de câmbio, bancos, comércio, várias igrejas evangélicas e a opulência da igreja católica. Fui primeiramente conhecer o Centro de Tradições Gaúchas (CTG). No caminho encontrava predominantemente pessoas loiras, falando o português com um sotaque gaúcho - eram descendentes de alemães. Não precisava pedir informações em espanhol, todos aqueles a quem perguntei onde ficava o CTG me informavam em português. A impressão imediata é que eu não estava em outro país, aquilo parecia uma cidade brasileira, a não ser pelos letreiros das lojas estarem predominantemente em

espanhol. O *CTG Índio José* se localiza praticamente fora da cidade e ocupa uma área imensa, com várias lojas, restaurante, escritórios e um grande salão de dança e de festas que estava sendo reformado. Na ocasião entrevistei o presidente local da organização. Compreendi então que o centro gaúcho funcionava tanto como uma associação empresarial que congrega grandes produtores agrícolas, como também é um local de “preservação” e “divulgação” da cultura gaúcha no Paraguai.

Em seguida fui até a igreja e a universidade católica. Procurei o padre para uma entrevista. Esse demonstrou muita desconfiança, queria saber quem eu era e por que vinha de tão longe realizar essa pesquisa. Tive que apresentar documentos de minha universidade comprovando meus reais objetivos. Percebi que não queria conceder uma entrevista. Fiquei falando informalmente com outro padre responsável pela rádio comunitária ligada à igreja, a *Rádio Luz*. Depois o padre anterior participou da conversa e me falou mais tranquilamente sobre as relações entre brasileiros e paraguaios, afirmando que aquela cidade era “*um pedaço do Brasil trasladado para o Paraguai*”.

Queria conhecer a cidade de *San Alberto*. Tinha lido uma reportagem de 1999 sobre os conflitos entre o movimento camponês e o prefeito brasileiro daquela cidade. Desejava saber como estava a vida política local e se o prefeito ainda era o mesmo. Em *Cidade do Leste*, tomei novamente um ônibus em direção a San Alberto. Quando cheguei na cidade, entrevistei o diretor de uma escola local, que demonstrou muita admiração pelo Brasil e pelos imigrantes brasileiros, e a atual prefeita da cidade, sobrinha do prefeito brasileiro anterior. O clima político no município continuava tenso porque a atual prefeita também estava sendo acusada de malversação do dinheiro público e o movimento camponês já tinha ocupado a prefeitura. Encontrei-a em plena praça principal da cidade, acompanhando a realização de uma reforma. No princípio não queria conceder a entrevista, mas quando soube que eu vinha de tão longe, resolveu conversar comigo desde que eu não tocasse diretamente nos conflitos em sua administração.

Nestas cidades interioranas pude constatar a significativa presença de brasileiros e a influência destes na economia, na política e nas manifestações culturais. A impressão que tive inicialmente é que não estava na sociedade paraguaia e concordei, num primeiro momento, com frases que escutei dos imigrantes e dos paraguaios: “*Isso aqui é um pedaço do Brasil no Paraguai*” ou “*Eso no parece Paraguay*”.

Antes de seguir para Assunção, procurei me comunicar com alguns representantes da diplomacia brasileira no Paraguai. Descobri que existia um consulado em Cidade do Leste e uma embaixada em Assunção. Entrei em contato com o consulado e marquei uma entrevista com os vice-cônsules, já que o cônsul se encontrava de férias naquele período. Não encontrei dados sistematizados sobre os imigrantes brasileiros na instituição. Eles me falaram do projeto *Consulado Itinerante* que se caracterizava pela ida a cada dois meses a uma comunidade de imigrantes para registrar os filhos dos brasileiros. Um dos vice-cônsules destacou a importância de observar as relações internacionais entre o Brasil e o Paraguai desde a perspectiva deste último país. Com um mapa da América do Sul em mãos, começou a comparar as dimensões territoriais dos dois países e concluiu que muitos paraguaios vêem o Brasil como a gente vê os Estados Unidos, como um país bem mais desenvolvido. Ainda que consiga relativizar as posições de poder na relação Brasil e Paraguai, o consulado assume a defesa dos imigrantes e uma postura nacionalista acentuada, questionando as reportagens e trabalhos acadêmicos de paraguaios que criticam a presença brasileira naquele país.

Na continuidade da pesquisa, escutei alguns paraguaios classificarem o Brasil como uma nação poderosa, “imperialista” e “expansionista”. Às vezes eu achava que eles estavam falando de um outro país. Descobri que a minha experiência de percepção do Brasil a partir da região Nordeste era bastante singular. Existem várias maneiras de compreender e sentir a nação brasileira a partir de suas distintas regiões e nas relações diretas com os países limítrofes.

Em seguida fui conhecer Assunção. Após 4 horas de viagem, atravessei o país e suas bonitas paisagens naturais e cheguei à capital, uma cidade com 512 mil habitantes. Durante a semana que permaneci em Assunção, tive acesso a uma série de reportagens do jornal *Última Hora*, intitulada *Inmigrantes: invasión o desarrollo?* O objetivo do jornalista foi apresentar duas visões principais sobre esses imigrantes. Para isso, ele entrevistou tanto aqueles que vêem os brasileiros como “*apóstolos do trabalho*” e, portanto, atores principais do desenvolvimento econômico, como aqueles que tratam os imigrantes como invasores do território nacional. Os trechos das entrevistas, publicadas nessas reportagens, foram importantes para a construção do meu objeto de estudo.

Ainda em Assunção, consegui a primeira versão de dados do último censo da sociedade paraguaia, realizado em 2002. Na leitura desse censo, descobri que o território paraguaio é de somente 406.752 km<sup>2</sup>. O país faz fronteira com o Brasil, a Argentina e a Bolívia.

Está dividido em duas regiões (oriental e ocidental) e em 17 departamentos (correspondentes aos estados brasileiros). É um Estado bastante centralizado. Assunção concentra quase todas as instituições políticas, econômicas e culturais. O Paraguai possui 5.163.198 habitantes, sendo que 97,4% deste contingente está localizado na região oriental e somente 2,6 na região ocidental ou Chaco paraguaio, região semelhante ao Pantanal brasileiro.

Nas últimas três décadas, o país deixou de ser rural e agrícola, hoje já é predominantemente urbano e o setor que mais cresce é a área de comércio e serviços. Da População Economicamente Ativa (PEA), 18,1% se encontra na indústria e na construção, 26,7% na agricultura e pecuária e 52,4 no comércio e serviços. Os estrangeiros somam 3,4% da população e 47,1% do total de estrangeiros que vivem no país são brasileiros e 36,5 % argentinos. São reconhecidas duas línguas oficiais no Paraguai desde 1992: o espanhol e o guarani. O guarani é falado em 59% dos lares e o espanhol em 35,8%. O português é o idioma estrangeiro mais falado, com 2,9% das casas no Paraguai (326.496 pessoas) (Paraguay, 2002).

### ***A continuidade da pesquisa de campo no Paraguai***

O período de seis meses na Argentina (outubro de 2004 a março de 2005) foi fundamental para a realização de minha pesquisa de campo<sup>3</sup>. Morei na cidade de *Posadas* (Província de Misiones), na fronteira entre a Argentina e o Paraguai. Pude perceber como era a vida numa cidade fronteiriça e como aconteciam as relações sociais entre os argentinos e os paraguaios. Atravessei várias vezes a ponte *San Roque* sobre o rio Paraná, tanto para pesquisar na cidade paraguaia de *Encarnación*, como também para pegar ônibus nessa cidade em direção à Assunção ou às localidades fronteiriças em que realizei a pesquisa de campo. Percebi que as travessias nessa fronteira não tinham o mesmo significado para mim que aquelas entre o Brasil e os países vizinhos. O fato de ser estrangeiro dos dois lados desse limite internacional provavelmente não modificava a minha percepção subjetiva dos direitos de cidadania. Era um estrangeiro tanto na Argentina como no Paraguai. Mas como já tinha alguns amigos em Posadas, possuía um visto de permanência para estudo na Argentina e estava mais familiarizado com o espanhol, sentia-me menos estranho em território argentino. No Paraguai, geralmente sentia uma

---

<sup>3</sup> Bolsa do Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior (PDEE), financiado pela CAPES.



sensação de estranhamento com as maneiras de ser, pensar e sentir (*nande keko* em guarani) dos paraguaios, especialmente em relação à língua guarani.

Nas várias travessias nas fronteiras, pude constatar que há uma relativização do tempo e do espaço. Referente ao tempo, em alguns períodos do ano existe a diferença de uma hora a menos no Paraguai. Mas a principal diferença temporal diz respeito às desigualdades dos processos de desenvolvimento e de modernização econômicos que acontecem nas zonas de fronteiras. Quando os brasileiros, que analisam o mundo a partir do critério da modernização econômica e tecnológica, atravessam a fronteira do Brasil com o Paraguai têm a sensação de que estão vivendo um outro tempo histórico: “*o Brasil está um século na frente do Paraguai*”, frase bastante repetida por brasileiros que visitam ou moram no Paraguai.

Há também uma relativização do espaço nas cidades fronteiriças. Quando saía de uma cidade pertencente a um país e ingressava em um município vizinho, mas já de uma outra nação, tinha a sensação de uma maior distância geográfica propiciada pela distinção cultural. As diferenças culturais e políticas produzem uma sensação de distanciamento geográfico entre cidades vizinhas, como nos casos de Cidade do Leste(Py) e Foz do Iguaçu (Br), Posadas (Ar) e Encarnación (Py) e Pedro Juan Caballero (Py) e Ponta Porã (Br).

No início tive a sensação de que as cidades fronteiriças eram espaços de muitas misturas culturais e que os moradores não se identificavam claramente com nenhum dos dois ou três países fronteiriços. Mas essa realidade é mais complexa e contraditória. O nacionalismo se manifesta de maneira singular nas áreas fronteiriças. Percebi que muitas vezes, provavelmente devido ao contraste direto com outra nacionalidade, as pessoas afirmam com mais intensidade sua identidade nacional. Há uma relação ambígua entre língua e nacionalidade nas zonas de fronteira. Na visão dos governos e também dos professores locais, os países estão perdendo suas identidades nacionais em algumas fronteiras, pois os moradores estão sendo “contaminados” com a língua e com a música do país vizinho. Mas os habitantes fronteiriços, ainda que misturem bastante os idiomas e outras manifestações culturais, assumem sua nacionalidade em contraste com a dos vizinhos.

Fiz várias viagens de ônibus pelo interior do Paraguai desde o período da pesquisa exploratória. Os ônibus geralmente são bastante velhos e vão parando constantemente. Em algumas paradas entram vários vendedores ambulantes oferecendo os mais diversos produtos. O comércio informal é intenso durante essas viagens e em todas as cidades paraguaias. Nos ônibus

que peguei em direção às cidades em que realizei a pesquisa (Santa Rita, Santa Rosa de Monday, Naranjal, San Alberto de Mbaracayu) iam muitos imigrantes brasileiros e em algumas situações aproveitei para conversar com essas pessoas.

Nos dois períodos que estive em Assunção (18 a 30 de outubro de 2004 e 07 a 20 de março de 2005) realizei a pesquisa bibliográfica e documental no *Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos (CEPES)*, no *Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios (CERI)*, no *BASE Investigaciones Sociales* e nas bibliotecas da *Universidad Católica de Asunción* e da *Universidad Nacional del Paraguay*. Nesses locais pesquisei sobre os “brasiguayos”, os movimentos camponeses, a língua guarani e a Guerra do Paraguai, especialmente nas revistas *Estudios Paraguayos*, *Revista Paraguaya de Sociología* y *Estudios Internacionales*. Nos diários de Sessão do Senado e da Câmara dos Deputados investiguei sobre o processo de aprovação da lei fronteiriça. A pesquisa bibliográfica, principalmente livros e artigos referentes à Guerra do Paraguai e as relações internacionais entre o Brasil e os outros países do Cone Sul, também foi realizada em Buenos Aires, na *Biblioteca Nacional* e na *Biblioteca del Congreso de la Nación*, em Porto Alegre, na *Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFGRS)* e em São Paulo, na biblioteca do *Memorial da América Latina*.

A pesquisa hemerográfica foi realizada nos arquivos dos jornais *Ultima Hora* e *ABC Color* em Assunção, *Vanguardia* em Cidade do Leste, *Gazeta do Iguazu* em Foz do Iguazu, *Gazeta do Povo* em Curitiba e *Estado de São Paulo* em São Paulo. O restante da pesquisa foi feita através da Internet, pois, como já relatei, recebo diariamente o jornal *ABC Color* de Assunção. Além disso, pesquisei nos arquivos eletrônicos de outros jornais e revistas brasileiras.

Durante a pesquisa, percebi que tanto a imprensa como os trabalhos acadêmicos que abordam a problemática dos imigrantes brasileiros interpretam esse fenômeno de uma maneira distinta no Brasil e no Paraguai. Do lado brasileiro, os “brasiguaios” são geralmente apresentados como vítimas de atos de violência da polícia paraguaia ou das “invasões” de suas terras por parte dos “campeiros” paraguaios. Do lado paraguaio, os imigrantes brasileiros são frequentemente vistos como invasores e destruidores da cultura camponesa e do meio ambiente. No Brasil, esse fenômeno é pouco comentado e tem mais uma dimensão estadual ou municipal (estados do Paraná e Mato Grosso do Sul e municípios fronteiriços), já no Paraguai se trata de uma temática nacional e bastante discutida pela imprensa. A maioria dos intelectuais brasileiros e paraguaios que estudou essa temática está ideologicamente comprometida com os setores rurais

marginalizados e termina interpretando a realidade a partir do ponto de vista dessas classes. Neste sentido, os trabalhos brasileiros priorizam os “brasiguaios” pobres e “expulsos” do Paraguai, enquanto que os estudos paraguaios assumem a perspectiva dos camponeses daquele país que lutam contra os empresários agrícolas brasileiros.

Ainda em Assunção, fiz entrevistas com professores e investigadores paraguaios das áreas de sociologia, ciência política e história. Os professores tinham sido indicados pelo meu co-orientador na Argentina. Eles tinham principalmente uma orientação marxista e se dedicavam ao estudo do campesinato paraguaio. Alguns já tinham realizado pesquisas específicas sobre as regiões de colonização brasileira. Esses investigadores me ajudaram a compreender as disputas políticas e ideológicas em torno da imigração brasileira no Paraguai e a estabelecer contatos com algumas lideranças de organizações empresariais e camponesas.

Conforme o critério de acessibilidade, entrevistei então o presidente da Coordinadora Agrícola del Paraguay (CAP), o coordenador adjunto da Federación Nacional Campesina (FNC), o coordenador geral da Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas (MCNOC), o secretário da Movimento Campesino Paraguayo (MCP) e outros três camponeses dos departamentos de Canindeyu, Caazapá e San Pedro. Entrevistei ainda um senador, quatro professores e um jornalista em Assunção. Essas entrevistas me possibilitaram compreender as razões dos conflitos entre camponeses paraguaios e os plantadores de soja, na sua maioria imigrantes brasileiros, e alguns aspectos do universo político, econômico e ideológico dos camponeses paraguaios.

Fiz várias entrevistas semi-estruturadas e observações de campo nas cidades de Santa Rita, Naranjal, Santa Rosa, San Alberto, Mbaracayu, no departamento do Alto Paraná, e em Salto de Guairá e Pedro Juan Caballero nos departamentos de Canindeyú e Amambay. Entrevistei quinze imigrantes brasileiros de diferentes classes sociais e de distintas gerações, três lideranças religiosas, os prefeitos de Santa Rosa, Naranjal e Mabaracayu, três vereadores em San Alberto, três professores de guarani, espanhol e história e dois jornalistas. Essas escolhas foram feitas a partir do critério da acessibilidade e da heterogeneidade social. Meu objetivo foi selecionar pessoas que ocupassem diferentes posições sociais, nacionais e ideológicas.

As entrevistas me ajudaram a perceber a heterogeneidade da imigração brasileira, o acelerado processo de urbanização, de mudança de atividades econômicas e os mais diferentes discursos sobre os conflitos entre produtores de soja e camponeses paraguaios. Durante todo o

trajeto, observei o comportamento de brasileiros e paraguaios em bares, em restaurantes e nas igrejas e escolas. Escutei as rádios locais, assisti os canais de televisão, observei os letreiros nas lojas. Tudo isto me possibilitou compreender detalhes dos conflitos e as formas de integração dos brasileiros na sociedade paraguaia.

### ***A relação do pesquisador com os sujeitos pesquisados***

O pesquisador às vezes se sente inseguro e presencia situações de perigo quando investiga determinados temas sociais. A fronteira é um desses temas ditos perigosos. Devido às reportagens que são divulgadas sobre a fronteira Brasil-Paraguai, muitos imaginam que se trata de um “lugar perigoso”, “terra de ninguém”. As pessoas geralmente lembram de contrabando, violência, tráfico de drogas, mortes etc. Sprandel, (1992), durante sua pesquisa de campo sobre os “brasiguaios”, escutou o seguinte comentário de uma camponesa brasileira no Estado de Mato Grosso do Sul: *“Você vai pro Paraguai? Você não tem medo? Você não tem medo de paraguaio? Eu tenho, nunca vi, mas tenho. A gente houve falar tanta coisa...”* (Esposa de uma liderança local apud Sprandel, 1992, p. 293).

Alguns habitantes de Foz do Iguaçu (Paraná-Br) e de Posadas (Misiones-Ar) recomendavam que eu tivesse cuidado no Paraguai, pois era um lugar bastante perigoso. Embora soubesse que se tratava de representações negativas que os brasileiros e argentinos costumam construir em relação ao outro lado da fronteira, cheguei a sentir medo e uma sensação de insegurança em algumas viagens noturnas para as cidades fronteiriças.

Não realizei uma etnografia e meu trabalho de campo esteve centrado na realização de entrevistas com brasileiros e paraguaios. As entrevistas são relações sociais complexas e repletas de expectativas geralmente distintas por parte do entrevistador e dos entrevistados. Numa pesquisa cujo tema envolve disputas de nacionalidades, os sentimentos e as ideologias nacionais marcam o lugar e o olhar de quem entrevista e a maneira como é interpretado pelos entrevistados. A identidade do pesquisador está sempre em jogo no momento da realização das entrevistas. Fui classificado de diferentes maneiras ao longo da pesquisa de campo. Às vezes visto como jornalista “brasiguai” ou brasileiro pelos camponeses paraguaios ou como jornalista, professor e estudante cearense, pernambucano, mineiro e nortista pelos imigrantes brasileiros da região sul do Brasil.

Quando tomavam conhecimento de minha nacionalidade, alguns paraguaios achavam que eu estava a favor dos “brasiguaios” e contra os “campesinos”. Por ser um pesquisador brasileiro, tenho mais facilidade em entrevistar os imigrantes do que os camponeses paraguaios. Talvez por causa da própria barreira da língua guarani e pela falta de compartilhamento de outros significados culturais, os paraguaios geralmente me viam como um estrangeiro e alguns desconfiavam dos objetivos de minha investigação, como aconteceu em alguns episódios durante a investigação de campo.<sup>4</sup> Mas as desconfianças, em quase todas as situações de entrevistas, foram desfeitas e alguns jornalistas e professores paraguaios me ajudaram bastante, indicando outros sujeitos a serem entrevistados e vários locais de pesquisa.

A relação com os brasileiros não foi sempre de presteza e confiança. Senti-me algumas vezes um “estrangeiro” quando estava entrevistando alguns imigrantes do sul do Brasil. O fato de não ser um pesquisador dos estados brasileiros de onde vem a maioria desses imigrantes provavelmente contribuía para o aumento da desconfiança. Por que vir de tão longe fazer essa pesquisa? Acredito que esta era uma dúvida constante na cabeça dos entrevistados. Já no período em que eu estava morando na cidade de *Posadas*-Argentina, a proximidade me garantia uma maior confiabilidade. Dizia aos entrevistados que eu era de Fortaleza, mas que estava estudando na Argentina. A sensação que tive é que a desconfiança diminuía. Era mais “natural” que eu pesquisasse e quisesse saber algo sobre esses brasileiros, meus conterrâneos que também estão no exterior.

Os professores paraguaios assumiam uma posição política em defesa dos camponeses paraguaios e algumas vezes acusavam os brasileiros de estarem acabando com a soberania nacional. Chamou-me a atenção a entrevista que realizei com um pesquisador dos movimentos camponeses paraguaios. Havia um clima de desconfiança sobre os reais objetivos da minha pesquisa e de que lado eu estava, se dos camponeses marginalizados ou dos “brasiguaios” ricos. Expliquei inicialmente os objetivos de minha pesquisa e em seguida ele comentou que muitos brasileiros compram terras ilegalmente e destroem muito o meio ambiente. O seu discurso era em tom de denúncia e de acusação aos “*inversionistas brasileiros*” que são piores que os bandeirantes.

---

<sup>4</sup> Na sede do jornal Vanguardia, perguntei à secretária qual era o jornalista que fazia as reportagens sobre os conflitos entre *campesinos* e colonos brasileiros na região. Falou que era “Firmer” e em seguida foi chamá-lo na Redação. Ele me disse que somente tinha feito matérias superficiais, não tinha ido às comunidades, mas me indicou seu colega que tinha conhecimento desta realidade. Disse que ia chamá-lo. Mas este, por sua vez, não quis falar comigo, alegou que estava ocupado.

Vi então que não somente alguns setores da imprensa daquele país assumiam uma posição em defesa dos paraguaios. Os intelectuais críticos também se posicionam numa perspectiva de classe e numa postura nacionalista. Mesmo entre intelectuais de minha área do conhecimento sentia que o fato de eu ser brasileiro e estar estudando a imigração brasileira no Paraguai causava desconfiança e se estabelecia um diálogo entre “eu” brasileiro e “tu” paraguaio.

Nas entrevistas com os camponeses paraguaios, eu tentava falar bem o espanhol e sempre me identificava como sociólogo, amigo de alguns pesquisadores paraguaios que prestam assessoria aos movimentos camponeses. Esses intelectuais estão geralmente envolvidos com a luta social e os líderes camponeses os vêem como militantes de esquerda. Eu tentava, portanto, diminuir o peso negativo de minha identidade nacional.

Durante toda a pesquisa, enfrentei o complexo jogo das identidades e das classificações sociais. As identificações nacionais e étnicas são estabelecidas a todo instante nas regiões de fronteiras: “brasileiro”, “paraguaio”, “brasiguai”, “imigrante”, “nativo”, “estrangeiro”, “cidadão”, “colono brasileiro”, “descendente de alemão”, “paraguaio legítimo e puro” etc. Problematizei e utilizei várias “categorias nativas”. Elas me ajudaram a classificar e ordenar a complexa realidade fronteiriça.

Descobri que a maioria dos trabalhos anteriores sobre esses imigrantes tinha uma preocupação em definir o termo “brasiguai” em um só sentido, geralmente compreendido como os imigrantes pobres que estão no Paraguai ou já voltaram daquele país. Durante as entrevistas e nas conversas informais, fui percebendo que esta palavra continha vários sentidos, alguns até opostos<sup>5</sup>. Desta maneira, passei a perguntar o que o entrevistado entendia por “brasiguai” e as respostas foram as mais diversas, como analiso no último capítulo.

Às vezes não dá para revelar aos entrevistados os reais objetivos de sua pesquisa, principalmente se tiver a palavra “conflito”, termo moralmente visto como negativo. No período da pesquisa exploratória, eu falava para os prováveis entrevistados que estava estudando os conflitos entre agricultores brasileiros e sem-terra paraguaios. Alguns negavam a existência de conflitos e outros chegavam a dizer que existiam em outras localidades distantes, mas onde eles viviam predominava a cooperação e harmonia. Descobri que não era um bom método de pesquisa, pois a relação de desconfiança aumentava. Provavelmente me viam como um jornalista

---

<sup>5</sup> Na leitura posterior do trabalho de Sprandel (1992), percebi que a autora já apontava, em suas conclusões, para a existência de variados sentidos da categoria “brasiguai” no Brasil e no Paraguai.

ou membro do governo brasileiro. Resolvi então falar apenas que estava interessado em discutir a imigração dos brasileiros no Paraguai. Com esta estratégia, consegui estabelecer uma relação de maior confiança com os entrevistados.

Todavia, a palavra “imigração” também não é bem vista por aqueles setores paraguaios que criticam a presença brasileira no seu país. As pessoas entendem por “imigração” um setor burocrático das alfândegas que cuida da entrada e saída de estrangeiros. Disse uma vez para um taxista paraguaio que eu estava estudando a imigração brasileira no Paraguai e este ficou com bastante raiva. Ele achava que eu era um funcionário do governo brasileiro e que estaria incentivando a imigração de mais brasileiros para o Paraguai. Disse-me, batendo com a mão no painel de seu carro, que o seu país não precisava mais de imigração brasileira, pois “*quien manda acá es brasileiro, todo es de brasileiro, solo falta poner la bandera del Brasil aqui. Todo brasileiro, intendente [prefeito], la mayoría de los concejales [vereadores]. Nosotros somos ‘cachorros’ para ellos*”<sup>6</sup>. Falou-me que os brasileiros tinham tomado muita terra paraguaia na *Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870)* e era necessário defender a terra que conseguiram com os bolivianos na *Guerra do Chaco (1932-35)*. Percebi então que o discurso nacionalista no Paraguai geralmente faz associações com os contextos das duas guerras que o país participou.

Os sentidos de algumas palavras que eu utilizava diferia dos significados atribuídos pelos meus interlocutores. Mas os choques com as noções de “conflito” e de “imigração” não representaram erros metodológicos. Pelo contrário, eles me permitiram compreender alguns aspectos culturais e metodológicos importantes e formular novas perguntas a essa realidade social singular.

Em muitos momentos da pesquisa fiquei indeciso se usava ou não o gravador. Sentia que nas entrevistas gravadas os discursos se tornavam mais normativos e muitos aspectos dos conflitos da vida cotidiana não eram revelados. Havia todo um cuidado performativo com a fala que estava sendo gravada e que talvez poderia ser publicada em algum jornal ou livro. Nas entrevistas não gravadas, a conversa fluía com mais espontaneidade, as contradições e os conflitos eram explicitados de várias maneiras. Mas algumas frases bastante reveladoras se perdiam no ar, só conseguia traduzir com minhas palavras que terminavam ressignificando a fala do “outro”.

---

<sup>6</sup> Notas do caderno de campo, cidade em Naranjal- Paraguai, conversa com um taxista paraguaio em 20/11/2004.

A relação entrevistador e entrevistado foi invertida em dois momentos durante essa pesquisa, ou seja, eu deixei de ser o entrevistador e passei a ser o entrevistado. A primeira vez, ainda durante a pesquisa exploratória, fui entrevistado por um jornalista brasileiro em Foz do Iguaçu. Na segunda ocasião, a entrevista foi realizada em uma rádio local, na cidade de Santa Rita, Paraguai.

Na primeira entrevista, o jornal *Gazeta do Iguaçu* publicou no dia seguinte uma reportagem na qual destacava que “*as várias faces de Foz despertaram o interesse de um sociólogo cearense para a região e serão as bases para a tese de seu doutorado*”. O jornalista aproveitou para enaltecer o potencial turístico da cidade paranaense de Foz do Iguaçu, assunto que não foi abordado durante a entrevista. Para ele, a diversidade étnica, os encantos das Cataratas e de Itaipu e a ligação da cidade, através de duas pontes internacionais, com dois países (Argentina e Paraguai) estariam atraindo turistas, aventureiros e pesquisadores de vários lugares do Brasil.

Aventureiros que vêm para cá não querem mais ir embora, jornalistas caracterizam-na como a terra das notícias e estudiosos arranjam assuntos ilimitados para motivar suas pesquisas. Devido a este vasto campo, José Lindomar Coelho Albuquerque (...) veio de Fortaleza para colher dados para sua tese de doutorado. Ele redirecionou várias vezes o assunto da tese e terminou optando em fazer o doutorado sobre os brasiguaios – brasileiros que vivem no Paraguai (*Gazeta do Iguaçu*, 15/01/2004).

Já em Santa Rita, fui entrevistado na *Rádio Luz* por um radialista paraguaio. Sua principal preocupação era como eu via a integração entre brasileiros e paraguaios. Disse que não havia um modelo de integração que pudesse “enquadrar” as relações entre esses povos. Existem imigrantes integrados econômica e politicamente, mas isolados culturalmente. Os mais velhos estabelecem maiores resistências, enquanto que as novas gerações, principalmente por causa da escola, já mantêm maiores vínculos culturais com a sociedade paraguaia.

No momento destas entrevistas, eu também aprendi bastante sobre a realidade que estava pesquisando. As perguntas dos jornalistas me ajudaram a refletir, a formular respostas claras, mas também a ter muitas dúvidas e a pensar em novas hipóteses de investigação. Lembro-me de várias informações e representações sobre Cidade do Leste que fiquei sabendo quando fui entrevistado em Foz do Iguaçu. Já durante a entrevista dada ao radialista paraguaio, percebi, nas entrelinhas de suas perguntas e comentários, que os paraguaios que estão próximos dos imigrantes brasileiros e mantêm vínculos afetivos e profissionais geralmente admiram bastante a capacidade de trabalho destes. Tudo indica que exista uma dupla postura paraguaia diante dos



imigrantes: uns admiram e se espelham no Brasil e nos brasileiros, enquanto outros criticam e vêem a imigração como uma espécie de “invasão”.

Ser pesquisador da vida social é enfrentar a todo instante um campo de disputas de interesses e de visões de mundo. Os meus entrevistados e entrevistadores estão imbuídos de valores, interesses e expectativas variadas quando interpretam os objetivos de minha investigação. Alguns indicam novos caminhos metodológicos e outras pessoas que eu deveria entrevistar. Outros pensam que minha pesquisa vai contribuir para facilitar a legalização da situação de todos os imigrantes e logo perguntam quando terminarei o trabalho.

A realidade social estudada é repleta de valores (morais, patrióticos, culturais etc) que dão sentido às ações humanas. Se cada entrevistado interpreta os objetivos de minha pesquisa com base em determinados valores e interesses, eu também não estou isento deles, pois é a relação com os valores que possibilita a seleção de um objeto e de todos os passos da pesquisa (Weber, 1999). Por mais que tenha feito um esforço de distanciamento, sei que minha pesquisa continua marcada por um ponto de vista específico. Porém, não se trata de um ponto de vista ingênuo e reproduzidor dos discursos dos imigrantes brasileiros ou dos líderes camponeses, mas de uma perspectiva sociológica, cuja qualidade é tentar compreender os espaços sociais dos pontos de vista dos entrevistados (Bourdieu, 1997).

A realização de uma pesquisa se fundamenta numa seleção contínua. Desde a escolha do tema até a redação final, estive sempre diante de uma nova encruzilhada, com vários caminhos possíveis. Não pude caminhar em várias direções, pois o tempo da pesquisa é bastante determinado. Escolhi um trajeto possível e tentei construir um argumento convincente. Mas não foi fácil selecionar diferentes tipos de informações coletadas durante a pesquisa de campo. O período da redação final é um momento de muitas escolhas, incertezas e tentativa de *pôr ordem no caos* de tantas informações e idéias fragmentadas. Muitas idéias ficaram claras somente no momento em que estava escrevendo e sistematizando os capítulos do trabalho.

Sistematizei a tese em seis capítulos. No primeiro capítulo achei interessante apresentar algumas teorias que lançaram luzes à minha reflexão específica. Discuto algumas abordagens sobre fronteiras e articulo os conceitos de migração, fronteira e nação. A idéia básica é ir discutindo e superando algumas abordagens consagradas sobre as fronteiras. Neste sentido, abordo a teoria das fronteiras naturais, as fronteiras como espaços privilegiados de integração e de separação, as frentes pioneiras e de expansão. Por último, penso a relação entre migração,

fronteira e nação através da noção de *fronteiras em movimento* como espaços de integração, tensão e de poder.

No segundo capítulo, analiso a heterogeneidade da imigração brasileira no Paraguai e o poder econômico, político e cultural da frente de colonização brasileira naquele país. O objetivo principal é desenhar um quadro geral desta imigração: as razões geopolíticas, as origens, as classes sociais, os lugares de destino e os fluxos migratórios.

No capítulo seguinte, apresento as principais formas de conflitos envolvendo brasileiros e paraguaios. O confronto com o “outro” no campo econômico, político, jurídico e cultural. Isso permite discutir algumas tensões que estarão presentes nos demais capítulos: conflito e integração, conflitos sociais e nacionais, nacionalismo e integração regional.

No quarto, analiso as imagens do passado nos conflitos do presente a partir da maneira como alguns setores paraguaios classificam a presença brasileira em seu país. Essas classificações remetem respectivamente aos contextos das invasões dos bandeirantes ao território espanhol no período colonial, da *Guerra da Tríplice Aliança* no século XIX e da ditadura de Stroessner na segunda metade do século XX. As referências feitas nos conflitos atuais a esses contextos históricos possibilitam compreender como se estabeleceram as relações de poder entre os dois países, as representações e identidades nacionais que foram sendo construídas e cristalizadas e que hoje são atualizadas e repetidas.

No quinto capítulo, discuto o mito do trabalho na visão dos imigrantes e dos paraguaios. Meu objetivo é perceber como os imigrantes brasileiros constroem uma auto-imagem de trabalhadores, civilizados e que pertencem a um país mais desenvolvido e vêem os paraguaios como preguiçosos, atrasados, índios e caboclos. Nesta configuração de poder, os brasileiros se apresentam como superiores e classificam os paraguaios como inferiores e que, portanto, devem aprender a trabalhar com os imigrantes.

No último capítulo, investigo a dinâmica das identidades na região de fronteiras. Primeiramente, analiso a relação entre conflito e novas formas de integração cultural entre imigrantes e população paraguaia. Apresento a relação entre cidadão e estrangeiro e as várias estratégias utilizadas para se conseguir a cidadania nos dois lados do limite internacional. Em seguida, comento as barreiras e misturas lingüísticas entre o português, o espanhol e o guarani. Por último, apresento cinco sentidos distintos atribuídos à identidade “brasiguiaia”.

## *Capítulo I*

### ***FRONTEIRAS EM MOVIMENTO***

O deus que protege as fronteiras, Hermes, apresenta características bem particulares. Deus móvel, múltiplo, rompe-muralhas, guardião das portas (...), mestre das entradas e guia dos viajantes, testemunha dos acordos, dos contratos, das trevas e dos juramentos, Hermes é, também, um embrulhador de pistas e o condutor das almas aos infernos. Hermes é o deus das passagens, da ultrapassagem dos limites mesmo quando ele simboliza a permanência delas (Leenhardt, 2002, pp. 29-30)

A realização da pesquisa de campo sobre a imigração brasileira no Paraguai me ajudou a redefinir e elaborar conceitos que possibilitassem uma melhor compreensão sobre as fronteiras daquele país com o Brasil. Durante o trabalho empírico, percebi a importância de articular as categorias de *Estado-nação*, *fronteiras nacionais* e *migrações internacionais* na construção do conceito *fronteiras em movimento*.

Devido ao predomínio do Estado nacional na organização política das sociedades contemporâneas, o imigrante é geralmente um indivíduo que saiu de um determinado país e ingressou em outro. Nos rituais de passagem na fronteira nacional, os documentos básicos que garantem a cidadania moderna no país de origem dos imigrantes (cédula de identidade, cadastro de pessoa física, carteira de motorista, carteira de trabalho, título de eleitor etc) perdem sua validade e novos documentos são necessários para que essas pessoas permaneçam legalmente no novo território nacional. Mesmo que os deslocamentos sejam entre países vizinhos e para uma distância que a maioria das vezes não ultrapassa 100 km do limite internacional, esses indivíduos deixam de ser reconhecidos como cidadãos e assumem a identidade ou são classificados oficialmente ou/e pela população nativa do país receptor como estrangeiros<sup>7</sup>.

Os limites precisos entre o cidadão e o estrangeiro são produtos da construção do Estado nacional. Conceitos como migração e fronteira internacionais, cidadania, soberania, língua e território nacionais estão diretamente relacionados com o Estado-nação. Portanto, antes de uma reflexão mais detalhada sobre algumas interpretações sobre as fronteiras nacionais e as

---

<sup>7</sup> Entretanto, existem situações de deslocamentos fronteiriços em que o Estado e os cidadãos do país limítrofe estão ausentes. Os brasileiros que trabalham em algumas regiões da Amazônia às vezes ultrapassam o limite político dos países vizinhos, mas não existe ninguém para os classificar como estrangeiros.

imigrações internacionais na América Latina, é importante uma breve introdução aos conceitos de Estado, nação e nacionalismo.

### ***1. O Estado nacional e suas fronteiras***

País, pátria, nação e Estado são geralmente usados como sinônimos em nossa linguagem cotidiana e acadêmica. Mas é importante precisar e distinguir esses conceitos. Tudo indica que os termos *país* e *pátria* têm uma origem antiga e estão associados aos vínculos que ligam a identidade dos grupos familiares a um determinado lugar. Os sentimentos e representações em relação à terra natal expressam o patriotismo antigo, mas continua presente nas nações modernas e talvez represente um elo de ligação importante entre as antigas formas de organização coletiva e as modernas imaginações nacionais. Já os conceitos de nação e Estado estão bastante vinculados e expressam as formas dominantes de organização e legitimação política e cultural do mundo contemporâneo<sup>8</sup>.

O Estado e a nação não surgiram juntos, somente no final do século XVIII e início do século XIX o Estado nacional se configura na Europa e na América como entidade política, cultural e simbólica hegemônica<sup>9</sup>. Antes deste período já existiam os reinos e impérios de Portugal, Espanha, França, Inglaterra e as colônias portuguesa, espanhola, inglesa etc. Todavia, essas comunidades políticas ainda não estavam articuladas como um conjunto de instituições militares, educacionais, jurídicas e simbólicas que existirá nos modernos Estados nacionais. Para alguns autores, a independência dos Estados Unidos (1776) e a Revolução Francesa (1789) representaram marcos importantes na construção dos Estados modernos, pois os súditos se transformaram em cidadãos e passaram a se identificar com uma comunidade nacional recentemente inventada. Para a criação dos Estados nacionais, as lutas sociais, a efetivação dos direitos civis, políticos e sociais e a consolidação das línguas nacionais foram fundamentais (Marshall, 1967; Bendix, 1996; Elias, 1997).

---

<sup>8</sup> A linguagem sociológica tem seus limites de expressão. Mesmo tendo clareza das diferenças conceituais entre “país”, “pátria”, “nação”, “Estado”, “Estado nacional” etc, muitas vezes utilizei essas palavras como sinônimas durante a redação desse trabalho, senão repetiria demasiadamente o mesmo conceito.

<sup>9</sup> Embora os Estados nacionais só tenham se constituído neste contexto, muitos historiadores e cientistas políticos definiram como Estados nacionais as organizações políticas do capitalismo comercial e da política mercantilista nos séculos XVI, XVII e XVIII. Na verdade não eram Estados nacionais como estamos definindo nesta pesquisa, eram basicamente Estados territoriais, reinos dinásticos e metrópoles coloniais.

O princípio de nacionalidade, a partir do século XIX, fundamentava-se na equação Povo=nação=Estado (Hobsbawm, 1990). Os limites políticos deviam corresponder aos limites culturais. O lema principal era um Estado, uma nação, um território<sup>10</sup>. Houve então a imposição de uma determinada cultura ou língua sobre as demais dentro do próprio Estado em formação. Esses processos de homogeneização e unificação quase sempre se fundamentaram em conflitos internos violentos e em guerras com outros países que também estavam se constituindo como nações. Os Estados dinásticos já existentes criam então suas nações. Mas há casos em que a formação das nações antecede a criação dos Estados centralizados, como a Alemanha. No contexto das independências no continente americano, os novos Estados soberanos, herdeiros das estruturas administrativas coloniais, geralmente antecederam à criação da nação. Mas o princípio de nacionalidade não se efetivou plenamente na construção dos Estados nacionais nos séculos XIX e XX.

Para Guibernau (1997) ainda hoje existem nações sem Estado, como são os casos da Escócia, do País de Gales, do País Basco, da Catalunha, do Quebec e da Palestina. Por outro lado, há também Estados sem nação, principalmente muitos países africanos e asiáticos que se tornaram independentes após a Segunda Guerra Mundial (1939-45) e que estabeleceram as fronteiras nacionais de acordo com a divisão feita pelos impérios europeus. Conforme o autor, esses Estados ainda não conseguiram produzir o mínimo de homogeneidade cultural necessária para a idéia de nação. A heterogeneidade continua alimentando os conflitos e as guerras tribais.

Qual a diferença então entre o conceito de Estado e de Nação? Embora estejam intrinsecamente relacionados, é importante apontar algumas distinções. O Estado é uma organização política específica do mundo moderno e foi definido de diferentes maneiras por filósofos, cientistas políticos e sociólogos. Na perspectiva que adoto, o Estado é uma instituição de dominação legal que reivindica o monopólio do uso da violência legítima e da cobrança de tributos sobre um determinado território claramente delimitado. O Estado se constituiu através de processos de centralização e concentração do poder político na sociedade capitalista, ou seja, mediante a tensão entre as forças centrífugas (grupos separatistas) e as forças centrípetas (elites

---

<sup>10</sup> Havia uma exceção: o tamanho do território era fundamental para viabilidade ou não de um Estado nacional e somente os Estados com grandes territórios seriam viáveis. Nessa perspectiva, era possível a junção de Estados menores e culturalmente distintos em nome da sobrevivência econômica.

políticas e culturais centralizadoras)<sup>11</sup>. A dominação estatal se efetiva através de um quadro administrativo e da organização dos exércitos profissionais e permanentes. Essas forças militares se responsabilizam pela expansão e proteção das fronteiras e pelo processo de pacificação e unificação interno. O Estado moderno se desenvolve numa relação direta com a economia capitalista. Ele se consolida através dos impostos advindos da economia e, por sua vez, esta necessita da legalidade e do monopólio da violência, garantidos pelo Estado (Weber, 1993; Elias, 1993).

As formações políticas estatais são organizações de poder e de prestígio e se fundamentam em processos de expansão e retração sobre determinados territórios. As camadas dominantes de cada país adquirem prestígio e honra internacional de acordo com as disputas de poder entre os Estados. As grandes comunidades políticas preferem sempre vizinhos pequenos e fracos que possam ser dominados ou anexados. Desde o ponto de vista das formações políticas menores, a existência de um país vizinho mais poderoso representa sempre uma ameaça aberta ou latente a suas soberanias. Nessa dinâmica de poder, os Estados que “são portadores possíveis de prestígio” reagem às pretensões expansionistas da “grande potência” (Weber, 1999, p.163). Embora Weber estivesse refletindo sobre o cenário do imperialismo e das disputas de poder entre as potências européias do final do século XIX e início do século XX, essas relações de poder internacional também ocorrem em outros cenários históricos e geográficos. No contexto do Cone Sul, o Brasil se apresenta e é reconhecido como uma “potência” sul americana que expande seus interesses políticos e econômicos sobre os países vizinhos mais fracos, como o Paraguai e a Bolívia, e enfrenta geralmente a reação do Estado argentino que disputa prestígio internacional no contexto da América do Sul.

Já a Nação adquire variados significados ao longo da história. O conceito tem sua origem ainda no Império Romano. O termo "natio", que significa no latim *qualquer coisa nascida*, era utilizado pejorativamente para se referir aos estrangeiros. Na Idade Média, a palavra foi usada para designar as comunidades de estudantes das universidades medievais que vinham de diferentes lugares, adquirindo o sentido de comunidade de origem. No final da Idade Média, em torno do século XIII, a palavra serviu para nomear os aristocratas e os eclesiásticos; a nação

---

<sup>11</sup> No caso brasileiro podemos dizer que as forças centrípetas do império conseguiram massacrar os movimentos separatistas (forças centrífugas) principalmente durante a regência (1831- 40). Na Argentina, houve uma forte tensão até o final do século XIX entre as forças centralistas de Buenos Aires e o federalismo das províncias, especialmente Corrientes, Entre Rios, Santa Fé. Já o Paraguai desde o início foi um país centralizado, sem movimentos separatistas.

passa a ser sinônimo de nobreza. No século XVI, na Inglaterra, o significado da palavra mais uma vez se alterou, adquirindo o sentido de povo soberano. Por fim, no século XVIII, o termo passa a expressar um povo soberano único, aproximando-se da concepção do Estado e da cultura nacional singular (Habermas, 1995; Greenfeld,1998). Somente na modernidade pode ser compreendida como a principal base de legitimidade do Estado.

Essa concepção da nação foi definida de diferentes maneiras por estudiosos da nacionalidade nos séculos XIX e XX. Os principais teóricos da nação excluíram as denominadas classificações objetivas que estabeleciam relações automáticas com a raça, a língua, a religião ou as fronteiras geográficas. Esses autores apresentaram a diversidade de situações nacionais e perceberam a importância das noções de solidariedade, comunhão e sentimento de pertença na construção da idéia de nação.

Em 1882, Renan (2000) apresentou uma definição que se tornou clássica e que serve ainda hoje como uma referência para aqueles que pensam a nação como um fenômeno político e histórico recente. O autor critica as concepções racistas que vigoravam na própria França naquele contexto e que estabeleciam uma relação direta entre pureza da raça e nacionalidade. Para Renan, a nação não se fundamenta na raça, língua, religião, fronteiras naturais ou numa comunidade de interesses econômicos. A nação é *“uma alma, um princípio espiritual, uma consciência moral”* (Renan, 2000, p. 65), ou seja, uma comunidade política fundamentada em memórias e esquecimentos coletivos, no consentimento diário (“plebiscito de todos os dias”) e num projeto político em comum. O papel do esquecimento e dos “erros” históricos é muito importante na formação de um imaginário nacional. As guerras e os extermínios, feitos nos processos de unificação internos, são geralmente esquecidos, lembrados e reescritos conforme as ideologias nacionalistas. Como veremos nessa investigação, as memórias e os esquecimentos em torno da Guerra do Paraguai (1865-1870) estão presentes no processo de construção das identidades nacionais brasileira e paraguaia.

Outra definição que se tornou clássica foi formulada por Otto Bauer no início do século XX. Para esse autor, a nação é uma comunidade cultural ou comunhão de “caráter” e de destino. Essa comunhão significa uma comunicação e interação social contínua, permeada por uma linguagem em comum. O capitalismo desenraizou os camponeses isolados e propiciou fortes movimentos migratórios que favoreceram a construção de comunidades culturais mais amplas. Neste novo contexto, a escola elementar, o exército, o sufrágio universal e a formação das línguas

nacionais tornaram-se elementos importantes na tentativa de construção de uma cultura nacional homogênea. Para o autor, as regiões de fronteira entre essas comunidades nacionais são lugares de muitas misturas sanguíneas e culturais, mas as nações não se fundem nesses espaços fronteiriços. As diferenças culturais, principalmente transmitidas pela língua, distinguem as nações no contexto das fronteiras nacionais (Bauer, 2000).

As nações podem compartilhar com as “comunidades étnicas” o mito da origem comum e da semelhança no modo de ser. As comunidades étnicas se fundamentam numa crença subjetiva em uma origem comum e no reconhecimento de costumes, hábitos e/ou traços hereditários semelhantes capazes de produzir diferenciações em relação a outros grupos sociais. As “etnias” são “comunidades subjetivamente imaginadas” que podem derivar em relações comunitárias e em um forte sentimento coletivo de pertença (Weber, 1994). “*Mas o sentimento de comunidade étnico por si não faz surgir a idéia de uma ‘nação’*” (Weber, 1999, 173). A nação significa, para aqueles que a empregam, um “*sentimento de solidariedade específico*” pertencente à esfera dos valores. A nação não é idêntica ao “povo de um Estado”, pois no interior de um mesmo Estado podem existir grupos que se apresentam como nações. Ela também não é sinônima de comunidade lingüística ou religiosa, visto que existem nações com várias línguas e religiões e outras que partilham o mesmo idioma. Mas as línguas e as religiões se constituem em “bens culturais das massas” e costumam ser vinculadas como critérios de diferenciações nacionais. Em um determinado contexto histórico e geográfico, a língua demarca fronteiras nacionais, já em outros pode ser a comunidade religiosa ou política. Os habitantes de Alsácia, na fronteira entre a Alemanha e a França, falam a língua alemã, mas se identificam com as memórias nacionais da nação francesa. As fronteiras culturais das nações são geralmente imprecisas e variadas.

A idéia de nação se vincula aos conceitos de cultura e de civilização. Para Elias (1994), a formação das auto-imagens nacionais da França e da Alemanha está relacionada com as disputas sociais e nacionais em torno do surgimento das noções de civilização e cultura. A distinção social entre a *intelligentsia* da classe média (burguesia, intelectuais, artistas, religiosos, funcionários estatais etc) e a aristocracia de corte antecede a construção dos imaginários nacionais nesses países europeus. Na Alemanha, a *intelligentsia* da classe média durante o século XVIII se opõe à aristocracia dos vários principados. Os setores médios, excluídos da vida política, constroem a noção de Kultur (cultura) com base nas manifestações intelectuais, artísticas e religiosas. No contexto de construção da nação alemã no século XIX, a auto-imagem da classe



média se transforma em imagem nacional. A cultura representa aquilo que delimita e singular o povo alemão em relação às outras nações ocidentais.

No caso francês, o conceito que expressa a auto-imagem nacional é o de civilização. A origem dessa representação estaria também nas lutas sociais entre burguesia e aristocracia no período que antecede a Revolução Francesa. Apesar das disputas políticas radicais entre essas classes sociais, os setores médios não estavam excluídos da vida política e compartilhavam um mesmo universo cultural da sociedade de corte. Eles incorporam as noções de cortesia, civilidade, polidez dos grupos aristocráticos. A idéia de civilização francesa representa, por um lado, um estágio de refinamento dos gostos e costumes em oposição à barbárie dos setores subalternos e das culturas de outros povos vistos como “bárbaros”, “primitivos” e “selvagens”, mas também simboliza um processo expansivo de transformações políticas, científicas e tecnológicas. A civilização se combina com a noção de modernidade e se constitui como uma missão que deve ser expandida para outras nações. Ela simboliza a auto-imagem de superioridade do mundo ocidental diante de outras culturas. Em suma, a cultura singulariza e delimita, a civilização expande e ultrapassa as fronteiras políticas e culturais.

Nas duas últimas décadas do século XX, a idéia das nações como “comunidades imaginadas” foi bastante discutida e utilizada em inúmeros trabalhos acadêmicos. A consolidação do “capitalismo de imprensa” e a criação das línguas nacionais foram importantes na construção de determinadas pautas culturais comuns transmitidas quase que simultaneamente para os vários espaços de um território nacional. Mesmo sendo impossível conhecer todas as pessoas que fazem parte de uma nação, os indivíduos mantêm na mente uma imagem idealizada de uma comunhão, um compartilhamento de sentidos. Os vários símbolos (bandeiras, hinos, brasões), mitos, heróis, romances nacionais funcionam como emblemas de identificação nacional. A nação e o nacionalismo não são simplesmente ideologias, mas fenômenos culturais relacionados ao parentesco e à religião. Os heróis nacionais são muitas vezes vistos como “pais fundadores da pátria” e os símbolos nacionais adquirem uma áurea sagrada (Anderson, 1993).

Houve uma reinvenção das tradições pela nacionalidade moderna e uma certa sacralização de símbolos e rituais nacionais. As estátuas dos heróis nacionais, o hasteamento da bandeira nacional, a forma como se canta o hino, em tudo há algo de sagrado. Provavelmente exista uma relação entre os ritos religiosos e os nacionais. A religião é um fenômeno simbólico, fundamentado em sentimentos coletivos. Toda religião cria um conjunto de crenças e ritos que

passam a ser rotineiramente lembrados. A Revolução Francesa produziu uma espécie de religião cívica capaz de emocionar e criar símbolos que passam a ser reverenciados através de rituais e crenças coletivas (Hobsbawn, 1990; Durkheim, 1996; Guibernau, 1997).

As manifestações nacionalistas são também forças simbólicas importantes de conciliação de interesses entre diferentes classes sociais na sociedade capitalista. O nacionalismo se constituiu como uma poderosa força ideológica de produção de um discurso homogêneo para todos os cidadãos de uma determinada nação. Ele produz um sentimento de pertencimento e comunhão acima das desigualdades e diferenças sociais. No próprio contexto da primeira guerra mundial (1914-18), os trabalhadores de todo o mundo não se uniram contra as potências imperialistas. Ao contrário, lutaram contra outros trabalhadores e ao lado dos burgueses em nome da pátria e do sentimento nacional. Essa igualdade simbólica do pertencimento nacional contribuiu para legitimidade política dos governantes e para superar crises políticas no interior dos Estados nacionais. O discurso mais recorrente é que todos devem agir em nome do “interesse nacional” (Hobsbawn, 1990).

Na verdade, o nacionalismo nem sempre é uma força ideológica que se contrapõe aos interesses de classe. Há uma tensão permanente entre os interesses de classe e os sentimentos nacionalistas na história do capitalismo e dos Estados nacionais. A teoria marxista privilegiou bastante a análise econômica, política e ideológica das classes sociais e do Estado capitalista, mas não abordou com profundidade os fenômenos da nação e do nacionalismo. O pressuposto ideológico do internacionalismo classista contribuiu para velar as contradições entre o nacionalismo e a luta de classes.

O nacionalismo é uma palavra instável, assume variadas conotações e pode ser definido de diferentes formas. Devido às conseqüências da ideologia nazi-fascista na Europa e do nacionalismo de direita das ditaduras militares na América Latina, muitos intelectuais vêem o nacionalismo como uma ideologia perigosa e destruidora das liberdades individuais. Mas o nacionalismo é um fenômeno bem mais complexo e difícil de ser apreendido. Ele se manifesta através de variadas ideologias (liberais, comunistas, social-democratas, conservadoras, emancipatórias etc) e sentimentos distintos (egoísmo coletivo, sacrifício em morrer pela pátria, orgulho e honra nacional, ódio ao estrangeiro etc). O nacionalismo é, portanto, um conjunto de crenças, sentimentos, valores e ideais em uma nação (Elias, 1997). Os sentimentos nacionais diferem entre os países e no interior de uma mesma nação. Regiões internas que historicamente

foram antagônicas com os centros de poder da nação podem ser bastante nacionalistas, como no caso brasileiro do regionalismo e nacionalismo gaúcho (Oliven, 1992).

O Estado-nação, no contexto atual, altera-se internamente e nas relações externas. As nações se desenvolveram no mundo moderno enfatizando a criação e consolidação de uma cultura nacional homogeneizada e estabelecendo fronteiras políticas e culturais em relação às outras nações. A lógica da identidade interna e da diferença conflituosa com outros países prevaleceu na modernidade (Habermas, 1995).

Desde a década de 1960, os denominados novos movimentos sociais (feminismo, ecologismo, movimentos das minorias étnicas etc) questionam o processo homogeneizador da nação e reforçam o respeito pelas diferenças étnicas, culturais, sexuais etc (Santos, 1994). Além disso, intensificam-se os movimentos dos imigrantes e dos refugiados das regiões pobres do globo em direção à Europa e aos Estados Unidos, ampliando a multiplicidade de identidades nacionais e étnicas no interior de uma mesma nação. Os campos de refugiados, albergues de imigrantes, bairros de exilados talvez possam ser definidos como translocalidades, ou seja, lugares em que se formam *comunidades de diáspora* (Appadurai, 1997) ou *comunidades de imigrantes transfronteiriços* (Rex, 1998) que recriam novas identidades culturais.

Por outro lado, os mercados financeiros e os blocos econômicos também modificam o poder e a imagem do Estado nacional. Para Habermas (1995), as corporações e os fundos de investimentos estão ampliando o poder decisório do mercado global e limitando a soberania nacional. Os governos, principalmente dos países dependentes, diminuem continuamente o poder de intervenção nos rumos da economia. Já a construção das denominadas comunidades supranacionais, especialmente a União Européia, transformam as fronteiras nacionais, eliminam passaportes, liberam tarifas alfandegárias e criam instituições políticas, jurídicas e econômicas supranacionais.

Todavia, essas mudanças do Estado nacional na atualidade são bastante complexas e contraditórias. Várias nações, fundamentadas em nacionalismos etno-lingüísticos, surgiram no Leste europeu e no mundo oriental após o fim da União Soviética (1991) e continuam as reivindicações por emancipações nacionais. Na própria União Européia, que aparece como um modelo de superação do Estado nacional, surgem várias formas de nacionalismos, separatismos e fortalecimento de outras fronteiras.

Os sentimentos xenófobos (ódio aos estrangeiros) contra os imigrantes indesejáveis (africanos, latino-americanos, muçulmanos etc) estão presentes em vários discursos políticos e em práticas cotidianas na maioria dos países da União Européia. Além disso, no interior dos países europeus existem alguns movimentos nacionalistas que lutam pela libertação nacional, tais como os casos do País Basco, País de Gales e da Escócia (Hobsbawm, 2000).

A tensão entre a integração supranacional e os nacionalismos e entre a homogeneidade nacional e as diferenças de classes, regionais e étnicas fazem parte da história latino-americana durante os dois últimos séculos. Todavia, as complexas relações entre essas realidades contraditórias se intensificam no momento atual de redefinição dos Estados nacionais, dos mercados internacionais e das organizações da sociedade civil. As teorias marxistas que continuam privilegiando somente as lutas de classes não conseguem explicar as junções e tensões entre as lutas sociais, étnicas, regionais, nacionais e civilizacionais que se configuram atualmente na América Latina. Os atuais movimentos camponeses, indígenas, feministas, guerrilheiros, nacionalistas são bastante complexos e exigem uma perspectiva compreensiva distinta. Uma abordagem desde as fronteiras territoriais, sociais e simbólicas talvez possibilite um avanço do conhecimento social sobre a complexa realidade de fronteira na América Latina.

Discutirei as tensões e integrações atuais entre classe, etnia, nação e civilização a partir de um contexto específico de fronteira. As principais teorias da nação foram construídas tendo como referência os centros políticos e econômicos dos Estados modernos e as elites construtoras da nacionalidade: intelectuais, políticos, empresários, militares, diplomatas, artistas etc. Minha perspectiva é pensar a nação a partir da periferia e do contraste com outra nação. A idéia fundamental é refletir sobre a construção das nações a partir de lutas classificatórias, disputas de identidades e formas de integração entre diferentes sujeitos sociais no cenário das fronteiras nacionais.

## ***2. Fronteiras e limites naturais***

A palavra fronteira adquire uma variedade de sentidos no mundo contemporâneo. Utiliza-se este termo tanto no aspecto territorial, delimitando espaços geográficos ocupados pelos mais heterogêneos agrupamentos humanos, como no sentido simbólico. Nesse caso para demarcar ou apagar os limites culturais entre os grupos sociais e as barreiras epistemológicas e

metodológicas entre as áreas do conhecimento científico. Minha abordagem teórica se centraliza nas distintas representações e interpretações sobre as fronteiras nacionais ou internacionais.

O limite internacional é geralmente compreendido no senso comum como uma fronteira natural. A imagem de um rio, de uma serra ou montanha vem constantemente na nossa cabeça como o marco natural que divide as nações, mas também estados e municípios. Mesmo quando as pessoas não conhecem as fronteiras internacionais, estudam na escola, através de mapas, sobre estes acidentes geográficos que servem para demarcar os limites naturais das nações. No caso dos limites do Brasil com os países vizinhos, os brasileiros aprendem também, nos manuais escolares, que não existe nenhum conflito de fronteira e que o país tem seu território “natural” consolidado do “Oiapoque ao Chuí”.

Muitas vezes usamos como sinônimos os termos fronteira, limite e divisa. Mas existem diferenças importantes entre essas palavras. A fronteira é uma zona, uma faixa ou região entre dois países, é um espaço mais amplo de relações sociais de um lado e outro do limite e que não tem extensão precisa e varia em cada situação específica. Mas, muitas vezes, os Estados nacionais definem juridicamente uma faixa de fronteira como área de segurança nacional. O Brasil definiu uma zona de 150 km a partir do limite e o Paraguai delimitou no final de 2004 uma faixa de 50 km, como irei comentar no terceiro capítulo. Já o limite internacional é denominado de linha de fronteira. O limite é abstrato e invisível, fruto de um tratado jurídico internacional ou delimitação. A divisa representa a visibilidade na paisagem geográfica deste limite invisível. Ele é percebido através da construção de marcos visíveis, a demarcação, e da criação de controles alfandegários e de instituições militares que fiscalizam a saída e entrada de mercadorias e pessoas (Martin, 1998; Golin, 2002).

## MAPA DA FAIXA OFICIAL DE FRONTEIRA DO BRASIL



Fonte: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Instituto de Geociências.  
 Disponível : [www.igeo.ufrj.br/fronteiras/mapas](http://www.igeo.ufrj.br/fronteiras/mapas), acesso em 14/08/2005.

Os impérios antigos e os reinos medievais não tinham suas fronteiras bem definidas, os limites ou confins eram imprecisos. O Estado nacional se fundamenta no território e as fronteiras bem delimitadas passam a ser um dos objetivos principais das monarquias e das repúblicas em nome da soberania nacional. O desenvolvimento do direito, da diplomacia, das forças militares e da ciência geográfica favoreceu na delimitação e na demarcação dos limites nacionais (Martin, 1998). A representação linear e a demarcação a partir de acidentes naturais se

transformaram nos dois critérios principais de definição das fronteiras entre os impérios coloniais e os Estados nacionais. O Tratado de Tordesilhas em 1494 - que dividia o continente americano entre o império português e o espanhol - se fundamentava numa linha imaginária linear traçada a partir de 370 léguas da ilha de Açores. Já o Tratado de Madrid de 1750 - novamente para redefinir os limites entre Portugal e Espanha na América - e a definição das fronteiras dos novos estados independentes no século XIX se basearam na doutrina das “fronteiras naturais”, ou seja, na demarcação dos limites internacionais a partir de acidentes físicos, tais como rios, montanhas, cordilheiras, desertos etc.

Embora esta doutrina tenha sido criticada no contexto de consolidação dos Estados nacionais no século XIX, principalmente por aqueles que defendiam critérios lingüísticos ou étnicos na delimitação das fronteiras nacionais, ela domina a concepção política e científica no processo de demarcação precisa entre os Estados soberanos na Europa e principalmente na América. Desta forma, a diplomacia, o direito e a geografia dividiram os Estados a partir de determinados fenômenos naturais que serviam para facilitar a demarcação, mas também como estratégia para organizar a defesa militar das fronteiras e naturalizar a idéia de nação<sup>12</sup>. Essa noção também servia para justificar a expansão de determinadas nações sobre outras com o argumento de que determinado acidente geográfico é que se constituía como o limite natural. Muitos militares e diplomatas portugueses e brasileiros chegaram a defender que a *fronteira natural* do Brasil seria o Rio da Prata.

As “fronteiras naturais” entre o Brasil e o Paraguai foram definidas pelo Tratado de paz e de limites Loizaga- Cotegipe em 1872, logo após a derrota do Paraguai na denominada *Guerra da Tríplice Aliança* (1864-1870). O primeiro artigo desse tratado definia:

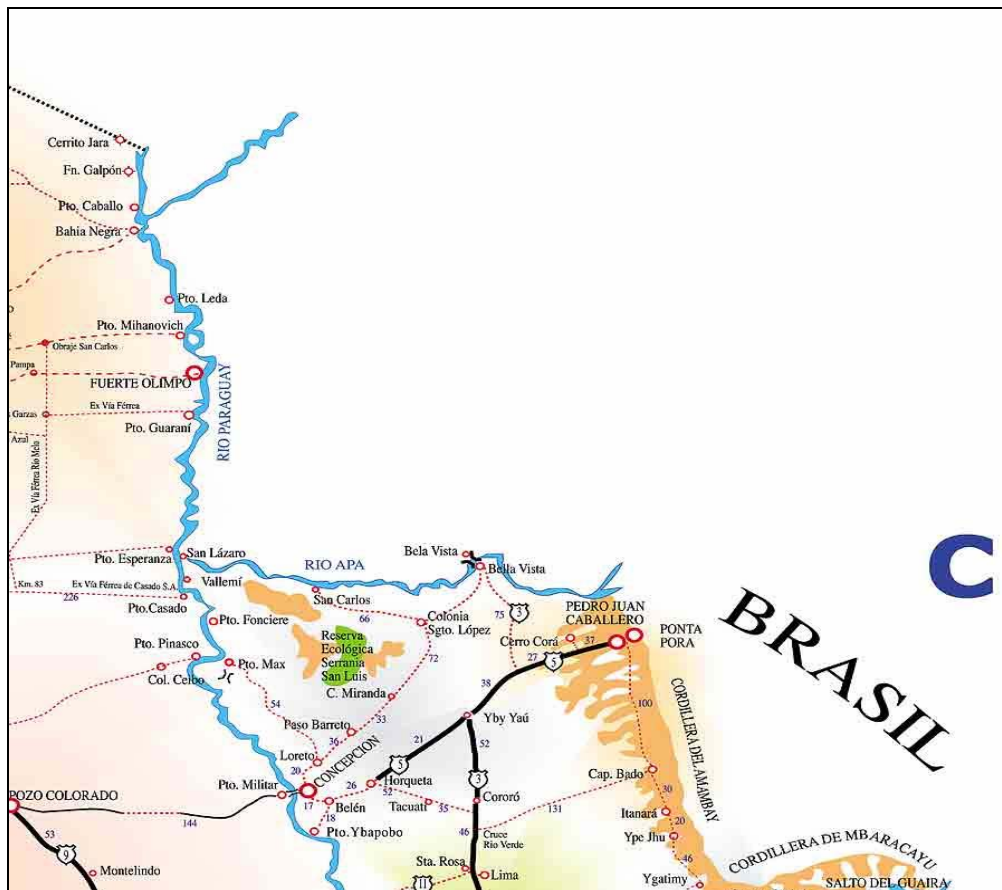
O território do Império do Brasil é separado da República do Paraguai pelo leito do rio Paraná desde o ponto onde a posse brasileira nas cataratas do Iguaçu começa até o Salto Grande das Sete Quedas (Salto de Guairá) no mesmo rio Paraná; do Salto Grande das Sete Quedas a linha de separação passa pelo cume da serra de Mbaracayu até seu final; de lá em uma linha reta ou uma linha que assim pareça, isso vai até a serra de Amambay; de lá esta linha dirige-se até a principal nascente do rio Apa indo até o leito daquele rio até atingir seu estuário na parte leste do rio Paraguai; todas as

---

<sup>12</sup> A noção de limite natural continua bastante enraizada naqueles que vivenciam a experiência de cruzar os marcos naturalizados entre as nações. Poucas pessoas questionam a arbitrariedade de um rio dividir dois países, muitos indivíduos observam os marcos divisórios (turistas, moradores fronteiriços, comerciantes etc) como se fossem demarcações eternas fixadas na natureza.

vertentes que vão para o Norte e Leste pertencem ao Brasil e aquelas que vão para o sul e oeste pertencem ao Paraguai. Também a linha de Fecho do Morro pertence ao Brasil (Tratado Loizaga-Cotegipe apud Menezes, 1987, p. 70).

### FIGURA CARTOGRÁFICA DOS “LIMITES NATURAIS” DO PARAGUAI COM O BRASIL



Fonte: *Mapa del Paraguay*. Disponível: [www.abc.com.py/paraguay](http://www.abc.com.py/paraguay), acesso em 09/09/2005.

Em 1927, os dois países assinaram um tratado complementar e terminaram de ser demarcados alguns pontos do rio *Apa* e da *Bahia negra*. Mas em 1963 surgiu ainda um novo problema em torno da demarcação precisa do quinto salto das *Sete Quedas* no rio Paraná, na divisa entre os estados brasileiros do Paraná e Mato Grosso do Sul e o Paraguai<sup>13</sup>. O conflito de

<sup>13</sup> O problema era sobre o cume principal da serra de Mbaracayú: 20 quilômetros antes da serra atingir o Rio Paraná, ela se divide em dois cumes. O do sul indica o quinto salto e do norte o início das Sete Quedas. Os paraguaios defendiam que a demarcação passava no cume norte e, portanto, todas as Sete Quedas ou Salto de Guairá seria do Paraguai. Já o Brasil defendia o cume sul e o Salto Grande de Sete Quedas lhe pertencia. Este conflito estourou na década de 1960 devido à descoberta do potencial energético das Sete Quedas e das propostas brasileiras de explorá-lo.



limites reacendeu sentimentos nacionalistas e serviu para questionar a política brasileira de delimitação e demarcação das fronteiras.

As fronteiras nacionais são criações humanas, delimitadas e demarcadas sucessivamente de acordo com os processos de ocupação militar, demográfica, econômica, política e cultural que ocorrem nos territórios fronteiriços. “*Las fronteras nacionales como tales no existen. Son una creación artificial. No son producto de la naturaleza sino de la cultura (...). Son entidades mentales, no físicas*” (Macclancy, 1994).

Como afirma Bourdieu (1998), as fronteiras são produtos de atos jurídicos artificiais, de disputas de poder e a vontade política é capaz de construir diferenças culturais em contextos históricos semelhantes. Há uma relação recíproca entre política e cultura na definição das fronteiras territoriais dos Estados nacionais. A ação política cria, principalmente através da educação escolar, cidadania, línguas nacionais e outros sistemas de comunicação, as diferenças culturais em um determinado espaço fronteiriço onde predominam semelhanças no estilo de vida da população local. Mas as diferenças culturais produzidas muitas vezes são vistas como causa dos limites políticos. As fronteiras geográficas são preenchidas com significados políticos e culturais e funcionam com “*campos de luta pela delimitação legítima*” (Bourdieu, 1998, p. 115).

Os limites políticos e jurídicos das soberanias nacionais são territórios de disputas, barreiras, passagens e *terras de ninguém*. Eles simbolizam aparentemente a fixidez das nações alicerçadas em territórios claramente demarcados. Entretanto, as fronteiras nacionais estão em movimento, impulsionadas pelos fluxos migratórios, as estratégias geopolíticas, as influências econômicas e culturais de determinados países sobre outros e pelas diversas formas de circulação de mercadorias nos espaços fronteiriços.

### **3. Fronteira perigosa ou terra de ninguém**

A região de fronteiras é também representada como um lugar perigoso, espaço da ilegalidade, da contravenção e da violência. Muitas fronteiras são vistas como lugares marginais, “terra de ninguém” ou “terra sem lei”. Os Estados modernos se fundamentaram em guerras de expansão, de defesa territorial e na luta pela monopolização da força, da lei e da economia legalizada em um território claramente definido. As regiões de fronteira se tornaram em espaços territoriais e sociais bastante sensíveis e difíceis de serem controlados. A fronteira territorial é

geralmente uma zona em que as forças repressoras e fiscalizadoras do Estado têm dificuldade em exercer o monopólio das armas e das leis. Essa falta de controle dos espaços fronteiriços favorece a construção da imagem da fronteira como *terra de ninguém*.

No caso brasileiro, as representações consideradas negativas sobre as fronteiras são produzidas através de notícias veiculadas principalmente a partir de três contextos fronteiriços: os conflitos violentos por disputas de território na “Faixa de Gaza” entre Israel e Palestina, a imigração ilegal entre o México e os Estados Unidos e o comércio ilegal, tráfico de drogas e roubo de carros nas divisas do Brasil com os países vizinhos, especialmente entre Brasil/Colômbia e Brasil/Paraguai.

A denominada *Tríplice Fronteira* (Cidade do Leste (Py), Foz do Iguazu (Br) e Puerto Iguazu (Ar)) é geralmente representada pela imprensa brasileira e argentina e organismos oficiais de segurança e “inteligência” dos Estados Unidos como um lugar de tráfico de drogas e armas, de lavagem de dólares, de venda ilegal de cigarros, “paraíso de contrabandistas”, “santuário da corrupção, impunidade e delinquência”, espaço de trânsito de *sacoleiros*<sup>14</sup> e refúgio de traficantes e terroristas árabes<sup>15</sup> (Rabossi, 2002). A *Ponte da Amizade* é o foco principal do comércio fronteiriço e das imagens construídas sobre essa fronteira. As notícias abordam os bloqueios nesta ponte, o aumento da fiscalização e da apreensão das mercadorias vindas do Paraguai, as cenas de violências entre policiais e *sacoleiros*, bem como os controles e as proibições das entradas de trabalhadores brasileiros no Paraguai. As mercadorias “pirateadas” ou sem nota fiscal compradas em Cidade do Leste e revendidas em todas as cidades brasileiras ajudam também a cristalizar preconceitos sobre a nação vizinha, tais como “país da falsificação”, “tudo que é do Paraguai não presta” etc. Para Abinzano (2004),

<sup>14</sup> Os denominados *sacoleiros* ou *muambeiros* são principalmente pequenos comerciantes brasileiros que vão para o Paraguai em ônibus alugados, compram vários tipos de mercadorias (brinquedos, cigarros, celulares, câmeras digitais e produtos de informática) para serem revendidas no Brasil. Eles empacotam suas mercadorias em grandes sacolas listradas ou pretas, facilitando o transporte e dificultando a fiscalização na alfândega brasileira.

<sup>15</sup> Existe uma comunidade de cerca de 14 mil sírio-libaneses que vivem em Foz do Iguazu e Cidade do Leste. Desde o ataque à embaixada de Israel em Buenos Aires em 1992 e a Asociación de Mutuales Israelitas Argentinas (AMIA) em 1994 se publicam reportagens indicando “células terroristas” na Tríplice Fronteira. Para alguns políticos e intelectuais críticos, essas reportagens são financiadas pelos Estados Unidos que têm o maior interesse em dominar a região devido à localização do Aquífero Guarani, a maior reserva de água potável do planeta. Toda essa discussão foi apresentada durante o *I Foro Social de la Triple Frontera*, realizado em junho de 2004 em Puerto Iguazu, Argentina. Em agosto de 2005, cerca de 400 soldados norte-americanos se instalaram em território paraguaio, próximo a Usina hidrelétrica de Itaipu. Conforme a ministra de relações exteriores do Paraguai, trata-se de um acordo binacional de treinamento militar e se vence no final de 2006. Para os setores de oposição do país, significa um primeiro passo para a instalação de uma base militar norte-americana no Paraguai.

se atribuye a Ciudad del Este toda clase de calamidades, desde el tráfico de armas al de niños, y el de drogas y el entrenamiento de células terroristas “dormidas”, el contrabando, la delincuencia, la alta tasa de violencia callejera, etc. Esta visión se extiende a Foz do Iguazu a la que se adjudica un altísimo grado de inseguridad y criminalidad (uno de los mas altos del Brasil). (...) Los medios de comunicación masiva (radio, televisión, periódicos e internet) difundieron por el mundo la imagen mas negativa posible de la Triple Frontera sumándose a una campaña destinada a justificar posibles intervenciones en la región (Abínzano, 2004b, p. 8 e 14).

As representações da fronteira entre o Brasil e o Paraguai, relacionadas com a criminalidade, são bastante antigas. Em meados do século XX, as mensagens oficiais dos governos de Mato Grosso já abordavam a violência nas localidades que fazem fronteira com o Paraguai e atribuíam os crimes existentes aos paraguaios (Sprandel, 1992, p. 33). No final da década de 1970, o relato de um jornalista brasileiro acentuava os estigmas sobre essas localidades. Não se trata da região entre Foz do Iguazu e Cidade do Leste, mas da denominada *fronteira seca*<sup>16</sup> entre Pedro Juan Caballero (Py) e Ponta Porã (Br). Nessas “cidades gêmeas” somente uma avenida divide os dois países e o canteiro central se denomina justamente de *terra de ninguém*. O jornalista Bojunga (1978) denomina as cidades fronteiriças de “faroeste binacional” e assim descreve o ritual de morte de um brasileiro, vítima dos grupos rivais que controlam o tráfico de drogas local:

Um tiro. E surge o morto. Um brasileiro que morava no Paraguai, a uns cem metros da fronteira. Para simplificar, os assassinos paraguaios (tudo pode ser vice-versa) arrastam o cadáver para o outro lado da linha divisória. Do lado de cá, dois camaradas observam a trapaça. Para evitar perguntas, esperam que os assassinos se afastem e levam de novo o corpo para o Paraguai. Os matadores percebem a manobra de longe. Espantam os espertos com uns tiros e jogam outra vez o defunto no Brasil. (...) O vaivém macabro cessa com a chegada do Exército. A perícia gasta uma tarde seguindo aquele estranho sangue que serpenteia entre dois países. É assim a convivência de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero: todo o trabalho é descobrir onde as pessoas morrem (Bojunga, 1978, p. 111).

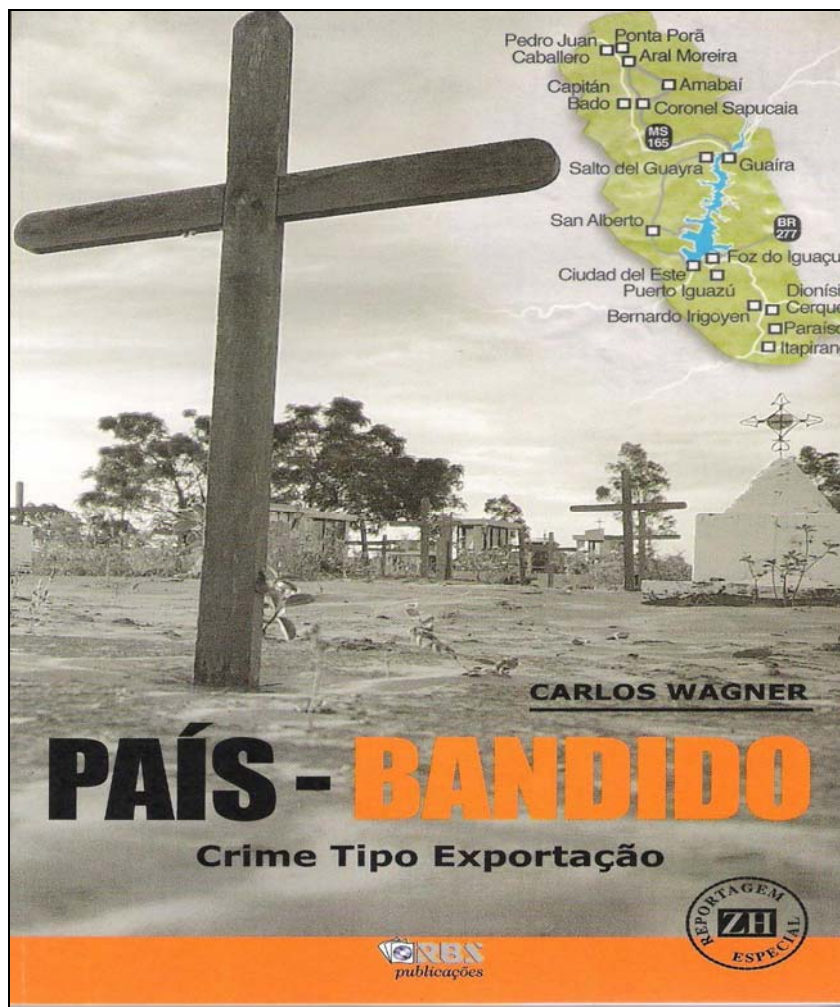
O jornalista Wagner (2003), em livro publicado em 2003, denomina de país-bandido a região que começa em Pedro Juan Caballero (Amambay-Paraguai) e Ponta Porã (Mato Grosso do Sul-Brasil) e vai até Itapiranga (Santa Catarina-Brasil) e Bernardo Irigoyen (Misiones-Argentina). Para o autor, o país-bandido

---

<sup>16</sup> A divisa internacional em lugares que não existem acidentes geográficos como rios, lagos e oceanos e somente uma linha imaginária divide os dois países.

não existe oficialmente, mas sim de fato. É o 13º da América do Sul, um pedaço de terra espremido entre Brasil, Argentina e Paraguai equivalente a metade do território e da população do Rio Grande do Sul. Disputas de fronteira, conflitos armados e a ação de uma das mais longas e corruptas ditaduras militares sul-americanas, a do general Alfredo Stroessner, que reinou no Paraguai durante 35 anos, criaram o terreno para a prosperidade de organizações criminosas neste denominado país-bandido. Seu território tem cerca de 1,2 mil quilômetros de comprimento e outros 250 quilômetros de largura no ponto mais extenso (Wagner, 2003, p. 17).

### LOCALIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO PAÍS-BANDIDO



Fonte: Capa do livro país-bandido, Wagner (2003).

Uma foto em preto e branco. Um lugar abandonado. Várias cruzes simbolizando a morte e os marcos da divisa desse “país-bandido”. Acima, um pequeno mapa dessa “nação” que faz fronteira com a Argentina, Brasil e Paraguai. A maior parte de seu território está em uma ampla faixa de fronteira entre os Estados brasileiro e paraguaio, envolvendo a região da “Tríplice

fronteira”, da “fronteira seca” e uma área de colonização brasileira no interior do Paraguai. Conforme o autor, nessas regiões existem amplas fazendas onde se planta e comercializa maconha, geralmente são propriedades gerenciadas por traficantes brasileiros.

Durante todo o livro, descreve as principais atividades econômicas do “país-bandido”: o contrabando, a pirataria, plantio e exportação de maconha, roubos e furtos de carros e celulares, o comércio ilegal de cigarros, o tráfico de armas etc. Para o autor, os heróis nacionais desse país são os “bandidos”, a autoridade é o “cano de revólver” e o principal produto de exportação é a “violência”.

Todas essas informações sobre a fronteira Brasil-Paraguai produzem generalizações e reforçam estigmas. As representações não significam ilusões ou mentiras construídas sobre uma realidade social verdadeira e concreta. Elas são parte da realidade social, são produções simbólicas repletas de significados. Essas representações estão associadas ao fenômeno da generalização e cristalização da pior ou da melhor parte de uma determinada configuração social (Elias, 2000). Desta forma, os jornalistas são provavelmente os principais responsáveis pela acentuação dessa imagem estigmatizada da fronteira Brasil-Paraguai.

As fronteiras nacionais são fenômenos bem mais complexos, não se resumem a limites, divisas, tratados diplomáticos, nem podem ser simplificados como o lugar do narcotráfico e do contrabando. A realidade fronteira não é tão simples como os limites estabelecidos nos mapas e nem se resume a um “problema social” de violência e tráfico de drogas. Não existe a fronteira em abstrato, o que existem são situações sociais e singulares de fronteiras, alguns fenômenos podem ser generalizados para outros contextos fronteiros e outros são específicos de uma dada configuração social.

No meu trabalho, as fronteiras são fenômenos sociais, plurais e dinâmicos. A imigração brasileira no Paraguai produz uma pluralidade de fronteiras (políticas, jurídicas, econômicas, culturais e simbólicas) em relação à sociedade paraguaia. Essas fronteiras não são estáticas, mas estão em constante movimento de redefinição e negociação. Uma análise crítica das fronteiras como fenômenos sociais singulares de integração e hibridismo cultural se constitui em um ponto de partida importante para a construção do conceito das *fronteiras em movimento*.

#### ***4. As fronteiras como lugares de integração e de hibridismo cultural***

O aumento dos estudos sobre as fronteiras nacionais como um campo singular de relações sociais está relacionado com os atuais processos de globalização e de redefinição do papel das fronteiras entre os Estados nacionais. A fronteira política é geralmente percebida no cenário atual como o lugar de passagem, de contato e como espaço privilegiado para integração entre as nações. “*A fronteira deixa de ser linha, limite, finitude, o lugar da diferença (...). Torna-se aberta, porosa, exemplo de integração e da aproximação*” (Schaffer, 1995).

A idéia de integração está presente no recorrente discurso em nome da identidade latino-americana e nas declarações de políticos, diplomatas e comerciantes envolvidos com a integração econômica do Mercosul. A utopia da integração se transforma num pressuposto inquestionável, pois todos estão a favor e só se discute a forma de efetivá-la. A ideologia integracionista produz, portanto, um olhar parcial sobre a história e as regiões fronteiriças. Os estudos históricos agora não priorizam mais os conflitos, rivalidades e disputas de poder entre os países do Cone Sul, mas a atenção se volta para os processos comuns que ocorrem na região de fronteiras.

As fronteiras deixam de ser analisadas na perspectiva da geopolítica e passam a ser vistas como espaços privilegiados de integração social, econômica e cultural. Elas são representadas como regiões periféricas dos centros decisórios dos Estados nacionais e por causa do abandono, as populações locais desenvolvem estratégias de sobrevivência e mantêm fortes contatos entre si, antecipando práticas de integração antes da formação de mercados ou comunidades comuns (Padrós, 2003).

Nessa perspectiva integracionista existem três linhas de pesquisa que estão relacionadas: 1) trabalhos sobre o hibridismo cultural na zona da fronteiras México-Estados Unidos como um paradigma para as demais fronteiras; 2) investigações mais normativas sobre integração das cidades fronteiriças, legislações comuns para os trabalhadores fronteiriços; 3) estudos sobre a região de fronteira como uma formação social internacional e singular em relação aos Estados nacionais.

A primeira corrente está bastante influenciada pelo pensamento que critica a idéia do Estado nacional como detentor de uma cultura homogênea e centraliza na reflexão dos fluxos, fronteiras, “entre-lugares” e hibridismo cultural (Hannerz, 1997). A zona fronteiriça México-

Estados Unidos se caracteriza por uma mescla de culturas e de identidades, principalmente no que diz respeito à cultura e à literatura *chicana*<sup>17</sup>. “*La frontera es una gramática abierta, um texto inconcluso que se elabora desde múltiples miradas y acepta muchas lecturas*” (Arce, 2000). Os limites políticos não correspondem aos limites culturais. As fronteiras entre países são espaços de trocas e de fragmentações culturais. Embora algumas análises percebam os conflitos e barreiras que se estruturam nestes espaços fronteiriços, a ênfase fundamental é no hibridismo cultural e na idéia metafórica da fronteira como lugar poroso e de intensos cruzamentos (Anzaldúa, 1987; Arce, 2000; Lugo, 2003).

Os estudos culturais (literários, antropológicos, comunicacionais) sobre as zonas de fronteiras no Mercosul também enfatizam o hibridismo cultural e buscam investigar práticas culturais comuns que se misturam nos espaços fronteiriços: o gaúcho/gaúcho, o “portuñol”, a “identidade fronteiriça”, os símbolos de integração nas *ciudades gêmeas*<sup>18</sup> ou transfronteiriças. O pressuposto teórico de ver a fronteira como o lugar de passagem e de interação termina obscurecendo os próprios dados empíricos de algumas pesquisas que apontam a existência de conflitos e rivalidades históricas. Esta dimensão da fronteira é apresentada como algo passageiro, resquícios do passado de disputas territoriais e bastante secundário e residual, pois o que predominam são as relações integracionistas (Martins, 2002; Quant, 1994).

Existem pesquisas que visam propor soluções políticas e jurídicas para uma maior integração das zonas de fronteiras. Essas investigações geralmente propõem alternativas para uma melhor junção dos setores subalternos dessas sociedades que formam o Mercosul. Neste sentido, discutem a livre circulação de trabalhadores, a criação de uma legislação específica para o cidadão fronteiriço, a instituição nas escolas do bilingüismo, projetos turísticos de integração entre cidades fronteiriças etc. Há uma redefinição de conceitos e uma criação de novas categorias para demonstrar que a fronteira é um espaço privilegiado e antecipador da integração: espaço fronteiriço, zona de influência, integração fronteiriça, comunidade e identidade fronteiriças ou comunidade transfronteiriça (Padrós, 2003; Quant, 1994; Becker, 1994).

---

<sup>17</sup> Os *chicanos* são os descendentes de imigrantes mexicanos que já nasceram nos Estados Unidos. Eles têm a cidadania americana e cultivam elementos híbridos das culturas mexicana e americana.

<sup>18</sup> As cidades gêmeas são aquelas localidades de fronteira seca (sem rio ou lago) em que somente uma rua ou avenida dividem as cidades e os países. Na fronteira entre o Uruguai e o Brasil, existem as cidades de Chui-Chuy e Santana do Livramento-Rivera, na fronteira entre o Brasil e o Paraguai a mais conhecida é Ponta Porã- Pedro Juan Caballero.

## O SÍMBOLO DA INTEGRAÇÃO NA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI



Símbolo oficial da integração nas cidades gêmeas de Pedro Juan Caballero (Py) e Ponta Porã (Br) (Foto do pesquisador).

Esse símbolo foi criado no contexto do Mercosul e está localizado entre as duas nações nas cidades fronteiriças de Pedro Juan Caballero (Py) e Ponta Porã (Br). O Brasil e o Paraguai são representados como “gêmeos siameses”. Nessa representação, os dois países teriam um mesmo tronco ou uma matriz cultural guarani, depois se separam em duas nações distintas e voltam a se integrar no cenário atual. Essas simbologias oficiais muitas vezes são vistas como sinais reais da integração por pesquisadores que acreditam não haver mais conflitos entre o Brasil e o Paraguai, apesar de um passado de confrontos bélicos.

As reflexões históricas e teóricas em torno dos países que formam o Mercosul têm contribuído para a formulação de uma nova abordagem sobre o conceito de região. Antes deste cenário atual, a região era geralmente compreendida como uma subunidade do estado nacional.



Alguns intelectuais destes países passaram a analisar regiões com histórias e culturas comuns entre dois ou três países do Mercosul, tais como a área de influencia gaúcha entre o Brasil, Uruguai e Argentina, a região da cultura guarani entre o Brasil, Paraguai e Argentina e a zona de cultura inca entre a Argentina, Bolívia e Chile. Os estudos destas regiões de fronteiras possibilitaram o desenvolvimento do conceito *formação social de fronteiras*<sup>19</sup> (Abínzano, 1985; Trincherro, 2004). Todavia, essa perspectiva ampla da região de fronteira deixa em segundo plano a discussão da nação e do nacionalismo que se firmam e dividem nos dois últimos séculos essas regiões em comum.

Abínzano (2004a) tem avançando na discussão do conceito de *região de fronteira* de ampla complexidade. Para o autor, *a região de fronteira* é formada por uma complexa rede de relações sócio-espaciais de um lado e outro da denominada linha de fronteira ou limite político entre soberanias estatais. A categoria pretende apreender as relações sociais e culturais singulares localizadas nos espaços fronteiriços. Essas relações são construídas historicamente através de diversas e combinadas *frentes de expansão* e ocupação territorial (agrícola, comercial, extrativista etc). Diante do caráter diacrônico e heterogêneo dos fenômenos fronteiriços, o conceito de *situação de fronteira* visa operacionalizar os estudos empíricos em áreas específicas a partir de um corte sincrônico. Abínzano (2004b) reconhece a existência de vários conflitos nacionais em situações específicas de fronteiras, como no caso da Tríplice Fronteira, mas continua enfatizando a idéia da região de fronteira como um lugar privilegiado de efetivação da integração dos movimentos sociais supranacionais.

## **5. Fronteiras e identidades nacionais**

Vários estudos mais recentes apontam a fragilidade das interpretações que vêem a fronteira como um lugar periférico em relação ao Estado nacional e como um espaço privilegiado da integração e do hibridismo cultural. Muitas dessas investigações foram influenciadas pela

---

<sup>19</sup> Neste sentido, a Província de Missões na Argentina, o nordeste de Corrientes, a margem ocidental do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, Brasil, e o Leste do Paraguai são compreendidos histórico e geograficamente como uma única região que passou por vários processos sociais semelhantes. Primeiramente, como área das missões jesuíticas. Nos séculos XIX e XX ocorreram as frentes extrativistas, especialmente da exploração da erva-mate, e a forte imigração européia, especialmente no Sul do Brasil, em Missões e no departamento de Itapua no Paraguai (Abinzano, 1985; 2004).

discussão de grupos étnicos de Barth (1998). Para o autor, os grupos étnicos não se definem por distintos traços culturais e raciais, mas esses grupos se distinguem a partir da organização política e social e da criação de diferenças culturais no contraste direto com outros grupos sociais. A mobilização política constrói sinais diacríticos e regras morais de inclusão e exclusão social. O intenso contato entre os grupos étnicos não dissolve as diferenças culturais. Pelo contrário, as identidades étnicas se fortalecem na zona de fronteiras. Embora o autor não analise as fronteiras territoriais e simbólicas entre os Estados nacionais, a noção de fortalecimento das fronteiras sociais e simbólicas entre esses grupos inspirou estudos específicos nas fronteiras nacionais.

Alguns trabalhos históricos e antropológicos se centram no papel do Estado e dos agentes locais fronteiriços na construção e redefinições das identidades nacionais, regionais e locais. A idéia é pensar a periferia como centro e a identidade nacional se firmando através da relação cotidiana com outras nações. O Estado nacional constrói os limites políticos e os agentes locais criam variados sentidos para esse limite estatal e criam outras fronteiras culturais (Sahlins, 2000; Lask, 2000; Wilson, 2000; Río, 1998 ).

O estudo histórico de Sahlins (2000) sobre a construção da fronteira entre a nação francesa e espanhola na comunidade fronteiriça de *Cerdanya*, nos Pirineus, se tornou em um trabalho de referência sobre a maneira como os agentes locais constroem e demarcam os limites nacionais. A linha divisória entre os dois Estados só foi estabelecida em 1868 e dividiu ao meio uma mesma comunidade de camponeses que mantém tradições, língua e memórias em comum. Aparentemente poderíamos achar que nesta comunidade não existia fronteira e que a divisão oficial se constituiu só como uma abstração nos mapas e que a integração era perfeita nesta comunidade de mesma origem. Na verdade, os agentes locais demarcam as fronteiras que separam espanhóis e franceses e se identificam a todo instante pela classificação nacional e ao mesmo tempo mantêm o sentido comum de pertença ao lugar. Desta forma, a identidade nacional passa a ser um mecanismo de identificação predominante neste contexto fronteiriço, pois os conflitos no interior da aldeia são “nacionalizados” e se configuram entre indivíduos pertencentes à França ou à Espanha. A nação, portanto, não é somente uma construção do centro para a periferia. A fronteira como um espaço periférico se torna central na configuração das identidades nacionais: “o processo de construção do Estado e da nação se tornou dramaticamente ressaltado nas terras fronteiriças, onde cada Estado tentou articular seu território e sua identidade em oposição ao outro” (Sahlins, 2000, p. 42).

Trabalhos atuais sobre a fronteira México - Estados Unidos têm criticado a visão do hibridismo e integração cultural. Esses estudos percebem que as identidades mexicana e norte-americana se fortalecem nas zonas de fronteira e o papel do Estado se amplia através de controles fronteiriços. Para estes estudos críticos, a fronteira não se caracteriza apenas pela metáfora do *cruzador de fronteiras* (fluxos e misturas culturais), mas também pela do *reforçador de fronteiras* (fortalecimento das identidades nacionais). Se pensarmos no fenômeno da imigração ilegal nesta fronteira, os controles são distintos em direção aos Estados Unidos e ao México (Vila, 2000). O que existem são processos simultâneos e contraditórios de mistura cultural e de afirmação de identidades nacionais e preconceitos mútuos.

Por um lado, o cenário da fronteira entre Tijuana (Mex) e San Diego (Usa) aparece como um lugar privilegiado do cosmopolitismo e como laboratório da denominada pós-modernidade: pessoas de várias nacionalidades falando muitas línguas, os indivíduos assumindo as mais distintas identidades situacionais, os simulacros das pirâmides do Sul do México sendo visitadas pelos norte-americanos etc. Por outro lado, não desaparecem as discussões de identidade, de defesa da soberania nacional, as desigualdades de apropriação de saber e poder dos dois lados do limite internacional, as discriminações na escola e no trabalho e os conflitos e agressões aos imigrantes recém-chegados (Canclini, 2000).

Inspirados nestes autores que refletem sobre as fronteiras atuais na Europa e sobre a fronteira México e Estados Unidos, antropólogos do Cone Sul, principalmente argentinos, têm realizado várias etnografias nas regiões de fronteira entre a Argentina, o Brasil, o Chile, a Bolívia e o Paraguai. Essas pesquisas etnográficas são bastante variadas, mas geralmente estudam a linha de fronteira a partir de um lugar privilegiado: o comércio fronteiriço, as pontes internacionais, as barreiras alfandegárias ou os grupos indígenas etc. O que há de comum é a tentativa de pensar a tensão entre nação e processos de integração supranacionais (Grimson, 2003; Karasik, 2000; Vidal, 2000).

Nesta perspectiva, vale destacar o estudo de Grimson (2003) sobre os movimentos de fronteirização e nacionalização entre Uruguaiana (Br) e Paso de los Libres (Ar). O autor tentou compreender o processo de construção da nação a partir da articulação entre forças estatais de ocupação e domínio do território nacional desde o século XIX (militares, funcionários das alfândegas e professores de escolas básicas) e os agentes locais (tropeiros, posseiros, gaúchos, mercadores etc) nessa linha de fronteira específica entre o Brasil e a Argentina. A consolidação

da nação na fronteira não foi produto do *capitalismo de imprensa*, responsável pela construção de uma comunidade imaginada, como afirma Anderson (1993). As informações dos principais centros brasileiros não chegavam nessa zona fronteira durante o século XIX e início do século XX. Na verdade, os agentes do Estado antecederam o capitalismo de imprensa em três décadas nesse contexto fronteiro e foram fundamentais para o processo de nacionalização.

Nesse longo caminho de construção nacional, as identificações nacionais se transformaram bastante. Até meados do século XX, os argentinos viam os brasileiros como pobres, negros e inferiores, enquanto que estes viam os argentinos como brancos e europeus. Atualmente, os argentinos oscilam entre expressar admiração pelo progresso dos seus vizinhos e reforçar antigos preconceitos. Já os brasileiros tendem a ver os correntinos (Província de Corrientes) como pobres, não europeus e semelhantes aos nordestinos brasileiros. Essas imagens atuais são reforçadas no contexto cotidiano do comércio fronteiro e dos controles alfandegários (Grimson; 2003). Embora o autor não tenha aprofundado essa perspectiva em seu estudo, os indícios apontados sobre a mudança de poder entre os dois países e as construções de estereótipos sobre o “outro” nas zonas de fronteiras será bastante útil na minha abordagem sobre *as fronteiras em movimento* entre o Brasil e o Paraguai.

Os trabalhos etnográficos e históricos em zonas fronteiriças demonstram uma variedade de perspectivas e de inovação na maneira como abordam a temática das fronteiras nos cenários atuais de integração regional. Estes estudos não reproduzem os discursos apologéticos da integração e focalizam as tensões principais que acontecem em várias situações de fronteiras: globalização e nacionalismo, nação e região e etnia e nação. Muitas destas tensões serão retomadas ao longo do meu trabalho. As fronteiras argentinas são as mais estudadas no contexto do Mercosul. Infelizmente existem poucos estudos semelhantes nas várias situações de fronteira do Brasil com os países vizinhos<sup>20</sup>.

Embora esses trabalhos já discutam a fronteira como um espaço de tensão e contradição entre o “cruzador de fronteiras” e o “reforçador de fronteiras”, eles estão centrados em fenômenos que acontecem nas zonas fronteiriças próximas ao limite político. Não estão pensando os processos migratórios e as novas formas de frentes de expansão de um país no

---

<sup>20</sup> Nesta perspectiva dos estudos fronteiros, conheço trabalhos sobre os índios na fronteira entre Colômbia, Peru e Brasil (Garcés, 2003; Botía, 2003) e estudos sobre os “brasiguaios” na fronteira Brasil e Paraguai (Sprandel, 1992). Este último trabalho será discutido ao longo do texto.

interior de outro. A relação entre frente de expansão e migração fronteiriça se constitui na minha abordagem específica sobre as fronteiras nacionais, formulada a partir da imigração brasileira em território paraguaio. O conceito de *fronteiras em movimento* congrega as tensões culturais e simbólicas, discutidas anteriormente, e acrescenta as dimensões geopolítica, econômica e civilizacional das denominadas frentes de expansão.

### **6. As frentes em expansão na sociedade nacional**

A noção de *fronteira em movimento* vem da geopolítica e da geografia política dos séculos XIX e XX. A geopolítica é uma visão de domínio de um determinado espaço geográfico como área estratégica de poder. As estratégias geopolíticas visam ocupar os denominados “espaços vazios” e garantir a expansão e unidade de um território nacional. Nessa perspectiva, as fronteiras estatais não são estáticas, são como organismos vivos ou *fronteiras vivas* e se estruturam mediante processos de expansão ou retração. Os Estados nacionais estão em constante movimento, comandados por forças centrípetas ou centrífugas (Elias, 1993). Na maneira como se processou a colonização americana, ocorreu a expansão territorial da colônia portuguesa e inglesa e a retração da colônia espanhola. Movimento este que continuou após os processos de independência no continente americano. Os novos países, herdeiros das colônias expansionistas (Brasil e Estados Unidos), continuam ampliando seus territórios após se constituírem como Estados nacionais no século XIX. A ação dos bandeirantes, pioneiros, militares e diplomatas contribuíram bastante para o deslocamento das fronteiras fixadas nos primeiros tratados do período colonial.

No caso português e brasileiro, os recursos mais utilizados na expansão das fronteiras foram a construção de postos militares no mundo espanhol, como a Colônia de Sacramento em 1680, e a junção de interesses estratégicos dos governos com os movimentos espontâneos de ocupação populacional nos territórios espanhóis, como as bandeiras. Essas estratégias foram legitimadas através da utilização do recurso jurídico do *Uti Possidetis* (princípio jurídico que legitima o direito de incorporação de um território já ocupado por habitantes de um determinado país) nos tratados de Madrid em 1750 e de Santo Ildefonso de 1777 (Golin, 2002). O *Uti Possidetis* foi também o principal instrumento jurídico utilizado nos tratados e limites de fronteiras durante o Império e início da República que ampliaram bastante o território nacional. O

período mais significativo de redefinição das fronteiras territoriais foi durante o mandato do Barão do Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores do Brasil (1902-1912). Nesse período foram resolvidos vários conflitos fronteiriços e estabelecidos novos tratados de limites internacionais através dos mecanismos de arbitragem internacional e do *Uti possidentis*. Foi nesse contexto que o Brasil comprou da Bolívia e anexou o atual território do Acre.

**FIGURA CARTOGRÁFICA DOS TRATADOS E LIMITES DO BRASIL**



Fonte: Revista Nossa História, Ano 3, n. 25, novembro de 2005, p. 16.

Nós construímos geralmente uma imagem muito cristalizada do país a partir dos mapas impressos em livros didáticos de geografia e história. Quando estudamos o período de expansão territorial no contexto da colônia portuguesa, temos a sensação que o Brasil já existia em suas dimensões atuais e que os conquistadores, bandeirantes, mineiros etc estavam apenas ocupando e colonizando um território já definido. Em vez de América Portuguesa, os manuais nos ensinam que existia um “Brasil-Colônia”, ou seja, uma nação com território definido antes da construção do Estado nacional pós-independência. Tantas impressões mal construídas e bastante cristalizadas em nosso imaginário. É importante superar essas imagens fixas e pensar as nações e a formação das fronteiras nacionais como processos dinâmicos, geopolíticos, em constante movimento.

As palavras inglesas *border* e *frontier* permitem diferenciar dois sentidos do termo fronteira: *border* seria a fronteira como divisão política e administrativa, já *frontier* é a idéia de expansão, de conquista, de movimento constante. A fronteira passa a ser entendida como uma zona de transição entre um espaço geográfico ocupado de maneira estável e contínua por uma sociedade nacional e um outro que, desde a perspectiva dominante desta sociedade, se encontra livre, embora já esteja ocupado por povos indígenas e posseiros (Reboratti, 1978).

A análise sobre a fronteira (*frontier*) no continente americano já mereceu algumas reflexões por parte de historiadores que buscam no movimento fronteiriço uma chave interpretativa para compreender as instituições e valores novos que surgiram no mundo americano e que são diferentes da cultura européia. O texto clássico de Turner (1893) - *The significance of the frontier in American History* - é considerado um trabalho pioneiro na perspectiva de analisar historicamente a fronteira em expansão na sociedade norte-americana como constituinte da identidade e da democracia americanas. Numa crítica à elite do Norte dos Estados Unidos, acusada de reprodutora das instituições européias, o autor afirma que os valores autênticos na sociedade norte americana são derivados da marcha dos pioneiros para o Oeste em busca das denominadas “terras livres” e das oportunidades de ascensão social (Turner, 1986).

Esse trabalho teve uma ampla repercussão na historiografia dos Estados Unidos, embora hoje seja bastante criticado e visto mais como um mito fundacional do que como uma análise histórica criteriosa. Sua interpretação não enfatiza a destruição das sociedades e culturas indígenas pelos pioneiros americanos. Essa teoria da fronteira também influenciou as

interpretações sobre a América Latina. Alguns historiadores chegaram a reproduzir o modelo de Turner, vendo os missionários espanhóis, os bandeirantes paulistas ou o *gaucho* argentino como portadores dos mesmos valores dos pioneiros americanos: individualismo, autoconfiança, democracia e vontade de experimentar. Outros autores acentuaram as diferenças econômicas, sociais e culturais da sociedade de fronteira nos Estados Unidos e na América Latina (Mota, 2003; Moog, 2000; Clementi, 1988; Ricardo, 1940).

O mito norte-americano da fronteira como lugar de efetivação da identidade nacional influenciou os ideólogos da denominada “Marcha para o Oeste” no Brasil, implementada durante a ditadura de Getúlio Vargas (1930-45), e os geógrafos que estudaram as chamadas frentes ou zonas pioneiras durante a década de 1950. Esses estudiosos definiram essa “Marcha para o Oeste” como *frentes pioneiras* que possibilitavam a efetivação de uma democracia rural, principalmente no norte do Paraná.

Waibel (1955) definiu uma zona pioneira como um espaço geográfico onde ocorrem a expansão acelerada da agricultura, um grande fluxo de pessoas, um aumento vertiginoso dos preços das terras, a derrubada das matas, a rápida construção de casas, ruas, povoados e cidades e um espírito de aventura, entusiasmo e otimismo na população. O autor identifica cinco zonas pioneiras nos anos 1940: o norte e o sudoeste do Paraná, o noroeste de Santa Catarina, o oeste de São Paulo, a região ao norte do rio Doce (Espírito Santo e Minas Gerais) e a região de Mato Grosso. A maioria desses geógrafos se posicionou ideologicamente desde o ponto de vista dos “pioneiros”. Os conflitos sociais e étnicos foram minimizados e os setores subalternos (posseiros, peões, bóias-frias) foram estigmatizados pelos “pioneiros” e pelos geógrafos como “caboclos”, “turmas de baianos”, “*população culturalmente atrasada e de nível econômico muito baixo*” que vive “*à margem da civilização*” (Sprandel, 1992, p. 43; Martins, 1997).

Na década de 1970, antropólogos e sociólogos brasileiros começam a realizar análises críticas sobre as denominadas frentes pioneiras. O cenário privilegiado desses estudos empíricos foi o chamado desenvolvimento capitalista na Amazônia durante o regime militar (1964-85). Os autores questionam as limitações das interpretações apologéticas dos geógrafos brasileiros das décadas anteriores e redefinem as denominadas zonas pioneiras como frentes de expansão econômica e demográfica que entra em contradição e conflito com outros grupos sociais e étnicos. Esses pesquisadores se posicionam a partir dos setores marginalizados e passam a perceber as disputas de classe e étnicas entre os “modernos” setores capitalistas e os grupos



excluídos das frentes de expansão capitalista (Oliveira, 1972; Velho, 1978; Ribeiro, 1996; Martins, 1997). As frentes de expansão produzem outras fronteiras culturais e simbólicas na relação entre os ideólogos do progresso e as comunidades camponesas e indígenas.

Os conceitos de *fricção interétnica* e *fronteiras da civilização* ajudam a compreender processos complexos que envolvem conflitos sociais, étnicos, nacionais e civilizacionais. O conceito de *fricção interétnica* foi formulado por Roberto Cardoso de Oliveira no contexto da análise dos conflitos e das formas de integração que ocorreram no contato das sociedades tribais dos índios Tukuna com a sociedade nacional ou “mundo dos brancos” no Alto Solimões, na fronteira internacional entre o Brasil, o Peru e a Colômbia (Oliveira, 1972). Já a noção de *fronteiras da civilização* foi utilizada por Darcy Ribeiro para interpretar o choque econômico e cultural entre índios e brancos nas frentes extrativista, pastoril e agrícola em vários espaços geográficos do Brasil (Ribeiro, 1996).

Conforme Martins (1997), a realidade fronteiriça deve ser compreendida como um lugar de conflito e alteridade entre “nós” e os “outros” e como um espaço de várias temporalidades. A fronteira em movimento é formada a partir de diferentes frentes (demográfica, econômica, pioneira etc) que entram em conflito e obedecem a distintas visões de mundo e a tempos históricos diferenciados.

Os camponeses, posseiros e seringueiros tradicionais fazem parte da frente de expansão e entram em choque com as comunidades indígenas que já estão ocupando esses territórios. Com a chegada dos agentes da civilização e da modernização (pioneiros, empresários, empresas multinacionais etc), os conflitos se acentuam com os posseiros, os camponeses e os grupos indígenas. Neste cenário conflituoso, ocorrem extermínios, negação do outro e descoberta da alteridade. Estas frentes não estão separadas na realidade social. Grandes empresas capitalistas, empreendimentos estatais e posseiros podem chegar no mesmo momento em determinadas regiões e gerarem várias formas de conflitos e alianças táticas. Esta abordagem é bastante útil para pensar a frente de expansão brasileira em território paraguaio, pois também naquele espaço geográfico do outro lado do limite internacional, existem estas diferentes frentes em movimento e em conflito por terras, recursos naturais e pela faixa do território nacional.

Os estudos sobre frentes de expansão enfatizaram principalmente os processos estratégicos e espontâneos de ocupação econômica dos “espaços vazios” no interior do Estado-nação e o choque com as comunidades camponesas e indígenas. Nosso objetivo é pensar no

movimento dessas fronteiras econômicas e simbólicas nos territórios dos países vizinhos. Para isso é importante articular as reflexões sobre frentes de expansão com os estudos sobre imigração internacional na América Latina, especialmente dos brasileiros nos países fronteiriços.

### ***7. As migrações internacionais e as fronteiras em movimento***

A aparente fixidez dos limites políticos dos Estados nacionais sempre se choca com a mobilidade das populações. As nações modernas são formadas a partir de vários movimentos migratórios que terminam modificando padrões políticos e culturais e redefinindo as fronteiras nacionais. Os imigrantes são estrangeiros que aparentemente estão como provisórios em uma determinada sociedade receptora, mantêm variados elos culturais e sentimentais com suas nações de origem, mas geralmente se tornam permanentes e se integram de diferentes formas a essa nova nação (Sayad, 1998). Quando pensamos nos países americanos, lembramos logo a enorme quantidade de imigrantes europeus que veio para várias regiões do continente americano a partir da segunda metade do século XIX. Conforme dados apresentados por Klein (2000), cerca de 31 milhões de imigrantes europeus cruzaram o Atlântico e se dirigiram principalmente para os Estados Unidos, o Canadá, a Argentina, o Brasil e o Uruguai. As altas taxas demográficas e as péssimas condições econômicas foram fatores de “expulsão” destes camponeses e trabalhadores assalariados do continente europeu, já as promessas de terras baratas e salários altos na América se constituíram como fortes fatores de “atração”, havia o sonho do *Eldorado americano*.

Durante o período da República Velha (1889-1930) mais de quatro milhões de imigrantes europeus desembarcaram em solo brasileiro<sup>21</sup> e se localizaram especialmente nas regiões Sudeste e Sul do país. A vinda de muitos imigrantes para o Brasil não foi somente um fenômeno espontâneo e ocasional, havia no país também uma política oficial de branqueamento da raça, fundamentada nas teses racistas que circulavam na elite intelectual brasileira naquele período. Existia um incentivo direcionado para os países da Europa e uma proibição explícita às populações da Ásia e da África (Schwarcz, 1993). Já o Paraguai não se caracterizou como um país de atração de imigrantes naquele período. A imigração ficou restrita ao departamento de

---

<sup>21</sup> Conforme dados oficiais do IBGE de 2000, publicados no contexto da comemoração dos 500 anos do Brasil, o total de imigrantes que vieram para o Brasil entre 1884 e 1939 foi de 4.158.717, sendo os dois maiores contingentes os de italianos (1.412.263) e portugueses (1.204.394) (Oliveira, 2001, p.23).

*Itapúa*, na fronteira com a Argentina<sup>22</sup>, e na região do *Chaco* através da instalação das colônias *menonitas*<sup>23</sup> na década de 1930. Somente após a Segunda Guerra Mundial (1939-45), houve um aumento de fluxos migratórios para este país mediterrâneo.

Todavia, os fluxos de imigrantes europeus para o Brasil e demais países da América Latina diminuiu consideravelmente nas últimas décadas. Atualmente, um outro movimento migratório vem sendo bastante estudado: a emigração de brasileiros e de outros latinos americanos para diferentes destinos, especialmente para os países mais desenvolvidos economicamente (Estados Unidos, Canadá e Japão), incluindo também as antigas metrópoles européias (Espanha e Portugal). Os meios de comunicação têm dado destaque a este fenômeno, produzindo inclusive programas jornalísticos especiais e telenovela sobre os brasileiros nos Estados Unidos<sup>24</sup>. O próprio governo, através do Ministério das Relações Exteriores, tem feito algumas estimativas gerais sobre o número destes imigrantes brasileiros em alguns países. Segundo levantamento do Ministério das Relações Exteriores (MRE) em 2000, dos 1.567.000 brasileiros que estavam vivendo no exterior, 80% encontram-se em três países: 611.130 (39%) nos Estados Unidos, 391.750 (25%) no Paraguai e 250.720 (16%) no Japão.

A principal razão dessa mudança de direção dos fluxos migratórios está relacionada à situação de emprego nas economias latinas e à busca de melhores condições de renda e reconhecimento social nos países ricos. Os deslocamentos são impulsionados por redes familiares, por atravessadores profissionais (coiotes) e por informações através dos meios de comunicação de massa. Os atuais fluxos migratórios reforçam as políticas discriminatórias de fechamento das fronteiras dos países desenvolvidos para os “indesejados”, “clandestinos”,

---

<sup>22</sup> Vale ressaltar a experiência migratória na Argentina, país localizado também na costa atlântica e vizinho à região Sul do Brasil. A quantidade expressiva dos imigrantes europeus sobre a população nativa modificou amplamente o imaginário nacional dessa nação e acentuou um europeísmo como auto-imagem civilizatória (Ribeiro, 2002; Klein, 2000). A Argentina tinha 30% de sua população em 1914 formados por imigrantes, pois entre 1881 e 1914 vieram 4.200.000 europeus para aquele país (Devoto, 2000).

<sup>23</sup> Grupo ou seita de protestantes que não se adapta à estrutura dos Estados nacionais. Os menonitas (em homenagem ao fundador que se chamava Mennon) criam suas próprias escolas, falam suas línguas e os filhos não servem ao Exército. Existem alguns grupos que não usam nenhum produto da ciência e tecnologia moderna (carros, energia elétrica, telefone etc). Os grupos que vieram para o Paraguai são principalmente de origem alemã. Antes de virem colonizar o Chaco paraguaio, eles viviam no Canadá e nos Estados Unidos.

<sup>24</sup> A Rede Globo e a Record já exibiram programas jornalísticos especiais sobre a deportação de imigrantes brasileiros dos Estados Unidos. A novela *América*, de Glória Perez, aborda também a problemática dos imigrantes brasileiros “ilegais” naquele país.

“sudacos”<sup>25</sup>. As associações de migrantes e vários pesquisadores terminam produzindo uma imagem generalizada do imigrante como alguém “pobre”, “trabalhador”, “vitima” e “marginalizado”. Todavia, nem todos os imigrantes se encontram nessa situação, existem aqueles que dominam e exploram outros imigrantes e também trabalhadores nacionais.

A situação dos imigrantes brasileiros nos países desenvolvidos (Estados Unidos, Japão, Inglaterra, Espanha, Portugal, Itália etc) já vem sendo estudada por muitos intelectuais. Essas pesquisas têm priorizado, por um lado, os aspectos quantitativos relacionados à renda, sexo, escolaridade e as remessas de dinheiro para seu país de origem. Por outro, buscam entender o cotidiano destes imigrantes, as redefinições identitárias, as redes familiares, os contatos que mantém com os seus parentes que ficaram no Brasil etc. Essas abordagens têm priorizado os conceitos de redes sociais, nação, etnia, nacionalismo, transnacionalismo, identidade cultural e classe social (Reis & Sales, 1999; Kawamura, 1999; Martes & Fleischer, 2003, Beserra, 2003).

O terceiro processo migratório que ocorre na região e que também alcança maior visibilidade nas três últimas décadas é o movimento intra-regional, ou seja, a migração entre os países da América Latina. Esses deslocamentos transfronteiriços não são um fenômeno recente, especialmente entre regiões supranacionais com características históricas e culturais comuns (Patarra, 1996). Somente com a diminuição da intensa imigração europeia, a migração intra-regional adquiriu uma maior visibilidade e passou a ser melhor analisada por alguns estudiosos. Além disso, a década de 1970 produziu um considerável aumento dos fluxos internos. O aumento da migração fronteiriça na América Latina tem sido impulsionado pela busca de trabalho formal e informal nos países vizinhos (principalmente nos grandes centros urbanos), pela compra de terras mais baratas nas zonas de fronteira e pela extração de recursos naturais (madeiras, seringais e minérios) em áreas pouco exploradas do outro lado da linha de fronteira internacional.

O padrão migratório que tem se estabelecido nas décadas de 1970 e 1980 aponta respectivamente a Argentina, a Venezuela, o Brasil e a Costa Rica como os principais países receptores de outros latinos americanos, principalmente de seus vizinhos (bolivianos, paraguaios,

---

<sup>25</sup> Este novo fenômeno migratório reconstrói várias representações sobre as identidades nacionais e regionais destes imigrantes, tais como a imagem genérica construída nos Estados Unidos de que todos os imigrantes que vieram da América Latina são *latinos*, *hispânicos*, identidade que os brasileiros não se reconhecem (Beserra, 2003) ou na Europa o termo *sudaco* para qualquer migrante vindo dos países mais pobres.

peruanos e chilenos para a Argentina<sup>26</sup>, colombianos para a Venezuela, bolivianos e peruanos para o Brasil e nicaragüenses para a Costa Rica). Enquanto o Uruguai, o Paraguai, a Bolívia, a Colômbia e a Nicarágua são os principais países emissores de populações (Baeninger, 2001). Faltam pesquisas e dados que avaliem os processos atuais da década de 1990 e do início do século XXI. Provavelmente as crises econômicas e políticas da Argentina e da Venezuela tenham modificado os rumos destes fluxos migratórios.

Os fatores de atração da imigração brasileira para os países vizinhos foram principalmente o menor preço das terras, a mineração e os seringais, mas hoje também atraem o comércio e o mercado de trabalho no setor terciário nas cidades fronteiriças. As migrações fronteiriças de brasileiros devem ser compreendidas a partir dos desdobramentos das frentes de expansão para a Amazônia e para o Oeste do Brasil. A fronteira em expansão (frontier) ultrapassou a fronteira internacional (border), aumentando estes fluxos migratórios nos territórios dos países vizinhos.

Nas três últimas décadas, aumentou bastante a imigração de agricultores, garimpeiros e seringueiros brasileiros na fronteira com a Bolívia, Venezuela, Suriname, Uruguai, Argentina e Paraguai. Na Argentina, mais de 50% dos brasileiros recenseados naquele país em 1991 se encontravam na Província de Misiones, região que faz fronteira com o Brasil (Patarra, 1996). Esses brasileiros (posseiros, arrendatários e pequenos produtores) ultrapassaram o limite internacional na década de 1970 e assentaram-se nos “espaços vazios” das terras fiscais na fronteira do país vizinho. Para Schiavoni (1997), a imigração brasileira em Misiones faz parte do movimento da frente de expansão nos estados do sul do Brasil. A fronteira agrária ultrapassou a fronteira política devido à ausência do Estado argentino nesses territórios fronteiriços. Desde o período militar na Argentina (1976-83), esses colonos brasileiros são vistos como os “intrusos” que representam uma ameaça a soberania nacional. Os militares argentinos fizeram projetos

---

<sup>26</sup> A migração fronteiriça não é bem vista por vários setores desses países receptores. Na Argentina, os imigrantes fronteiriços são considerados um dos grandes “problemas sociais” da atualidade. Nos discursos governamentais, nos meios de comunicação, nos questionários oficiais de pesquisadores e nas falas de lideranças trabalhistas, os imigrantes são vistos como indesejáveis, pois estariam tomando os empregos dos trabalhadores argentinos, aumentando a delinqüência e saturando o sistema público de saúde. Várias medidas legais foram criadas pelo governo para controlar estes imigrantes, tais como maior vigilância nas fronteiras, deportações de imigrantes que cometeram algum delito etc. Os imigrantes fronteiriços, qualificados como “ilegais” e “clandestinos”, são considerados suspeitos e prováveis criminosos por várias autoridades daquele país e podem ser facilmente expulsos. Na verdade, os imigrantes fronteiriços estão modificando o imaginário nacional argentino (Nadali, 2004; Nadali, 2000).

oficiais de colonização dessas fronteiras como o *Plano Andresito e Bernardo Irigoyen* para tentar acabar com a imigração brasileira (Schiavoni, 1999).

No Uruguai, cerca de 10% do seu território fronteiriço pertencem a estrangeiros, principalmente brasileiros que compraram propriedades rurais a partir da década de 1970<sup>27</sup>. A presença de agricultores brasileiros no Uruguai é um fenômeno antigo. Durante a segunda metade do XIX, os gaúchos já tinham grande extensões de terra nas regiões fronteiriças do país vizinho. Os uruguaios continuam vendo os sul-rio-grandenses que ultrapassam a fronteira nacional como “intrusos”, enquanto os brasileiros vêem o Uruguai como um espaço possível de transgressão (Golin, 2002). Muitos brasileiros também vivem, trabalham e têm negócios nas cidades uruguaias que são integradas com cidades brasileiras, as denominadas cidades trans-fronteiriças (Rivera-Santana do Livramento, Chui-Chuy).

No Paraguai, algumas estimativas chegam a afirmar que existem mais de 450 mil imigrantes brasileiros<sup>28</sup>. A forte presença de agricultores brasileiros na fronteira paraguaia faz parte de processos geopolíticos mais amplos, que serão detalhados no próximo capítulo. Na temática específica sobre essa imigração fronteiriça já existem alguns textos científicos, jornalísticos e políticos. Os primeiros trabalhos, produzidos ainda nas décadas de 1970 e 1980, propunham definir e denunciar este fenômeno migratório como uma “penetração ou invasão brasileira” em território paraguaio (Laino, 1979; Galeano, 1988).

No início dos anos 1990, os trabalhos realizados analisaram especialmente o fenômeno dos “brasiguaios” (Sprandel, 1992). A maioria dos estudos tinha um caráter de denúncia e foram produzidos após o movimento de volta de muitos brasileiros para o Brasil em 1985. Esses textos apresentam os imigrantes como vítimas das políticas agrárias dos dois países, foram primeiramente “expulsos” do Brasil e agora estão sendo novamente “expulsos” do Paraguai (Alves, 1990; Wagner, 1990; Cortez, 1993).

Mais recentemente, alguns trabalhos de geógrafos e sociólogos analisam a expansão do plantio de soja no território paraguaio e os impactos econômicos, ambientais e culturais sobre a sociedade paraguaia, especialmente as comunidades camponesas. Os imigrantes brasileiros e

---

<sup>27</sup> Segundo a *Revista Isto é* de 08/04/1989, no primeiro trimestre de 1987, grandes proprietários brasileiros compraram mais de 30.000 hectares de terras no Uruguai. Naquele ano, cerca de 60% da produção de arroz foi efetuada por fazendeiros brasileiros (Reydon & Plata, 1994).

<sup>28</sup> O vice-cônsul brasileiro no Paraguai utilizou a seguinte metáfora para explicar esta significativa migração fronteiriça de brasileiros nos territórios dos países vizinhos: “*O Brasil é uma grande bacia que transborda água por todos os lados*” (William Jaques, vice-cônsul, 19/01/2004).

outros investidores que vivem no Brasil são os principais responsáveis pelo plantio e exportação de soja no Paraguai. Esses estudos utilizam os conceitos de frente de expansão, frente de colonização e enclave brasileiro no Paraguai para explicar e criticar o poder econômico dos brasileiros em território paraguaio (Fogel & Riquelme, 2005; Souchaud, 2002; Palau, 2001; Menegotto, 2000).

A imigração brasileira no Paraguai faz parte de uma frente de expansão brasileira em território paraguaio. Mas essa frente não é somente no sentido populacional e econômico como já foi trabalhada por outros autores, mas no sentido político, cultural e simbólico. Analisarei os choques e reações políticas e culturais entre os imigrantes e alguns setores da sociedade paraguaia. Os conflitos principais giram em torno da propriedade da terra, do domínio de uma faixa do território nacional, dos sinais dos meios de comunicação do Brasil, das disputas lingüísticas entre o português, espanhol e guarani, das formas de classificações do “nós” e dos “outros” etc. Neste ambiente de conflitos, geram-se rivalidades, preconceitos, discursos nacionalistas, mas também se ampliam algumas formas de integração.

A abordagem das *fronteiras em movimento* congrega algumas perspectivas dos estudos fronteiriços citados anteriormente. Meu intento é perceber os limites dessas abordagens e acentuar as relações de poder e as tensões entre os Estados nacionais, os imigrantes brasileiros e a sociedade paraguaia a partir do cenário das relações fronteiriças. Perceber a fronteira como um espaço de tensão não significa dizer que eu somente esteja considerando as ações conflituosas, mas principalmente as formas contraditórias de conflito e de integração econômica, política, cultural e simbólica. Não pretendo reproduzir o discurso geopolítico das denominadas “fronteiras vivas” como ações expansionistas planejadas pelos Estados nacionais. O conceito de *fronteiras em movimento* tenta articular os conceitos de frente de expansão econômica, imigração fronteiriça, fronteira nacional e identidade situacional na discussão do fenômeno fronteiriço atual.

Como as “culturas nacionais” se interpenetram e se distinguem no contexto das *fronteiras em movimento*? Como pensar as “comunidades nacionais” num ambiente em que as denominadas instituições que contribuíram na construção da nação moderna (escola, exército, meios de comunicação, cidadania, línguas nacionais etc) algumas pertencem ao Brasil e outras ao Paraguai e todas disputam as consciências e sentimentos dos imigrantes brasileiros e da população paraguaia? Como as identidades nacionais são construídas e negociadas nas situações de conflitos e de integração cultural na zona de fronteiras?

## *Capítulo II*

### *A IMIGRAÇÃO BRASILEIRA NO PARAGUAI*

Quando eu vim de minha terra  
Despedi da parentai  
Eu entrei no Mato Grosso  
Dei em terras paraguaias...  
(Milton Nascimento e Paulo Vanzolini,  
Cuitelinho apud Costa, 2003).

A imigração brasileira no Paraguai principia no final dos anos de 1950, se intensifica nas décadas de 1960 e 1970 no contexto de construção da Hidrelétrica de Itaipu e continua em novos fluxos de ida e de volta nos últimos anos. A quantidade de brasileiros no país vizinho é imprecisa, mas as estimativas indicam que se trata da maior migração de brasileiros para as nações fronteiriças e a segunda maior “comunidade” no exterior, só perde para a quantidade de brasileiros nos Estados Unidos. Segundo os dados da tabela a seguir, apresentados em 2002 pelo Ministério das Relações Exteriores, dos 545.886 brasileiros que se encontram nos países da América do Sul, 459.147 estão no Paraguai. Esse país concentra de longe a maior quantidade, ou seja, mais de 4/5 de todos esses imigrantes fronteiriços.

Como se explica esta grande quantidade de brasileiros em um país vizinho relativamente mais pobre que o Brasil se a tendência predominante é a emigração de trabalhadores das nações subdesenvolvidas em direção aos países ditos desenvolvidos? Que fatores existentes no Paraguai atraíram esses imigrantes? Seria somente um movimento espontâneo de brasileiros atraídos pelas facilidades econômicas existentes do outro lado do limite nacional? Ou existem estratégias geopolíticas que ajudam a entender esta complexa e singular experiência migratória?



## A IMIGRAÇÃO DE BRASILEIROS NOS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL

País	Número de brasileiros	de Locais de concentração
Suriname	13.000	Paramaribo*
Guiana	449	Georgetown*
Venezuela	6.307	Caracas*, Ciudad Guayana e Santa Elena de Uairen
Colômbia	3.028	Bogotá* e Letícia
Equador	661	Quito*
Peru	792	Lima* e Iquitos
Bolívia	6.868	La Paz*, Santa Cruz de la Sierra, Cobija, Cochabamba, Puerto Suárez e Guayaramerin
Chile	3.702	Santiago*
Guiana Francesa	15.035	Caiena*
<b>Paraguai</b>	<b>459.147</b>	<b>Assunção*, Ciudad del Este, Concepción, Encarnación, Pedro Juan Caballero e Saltos del Guairá.</b>
Uruguai	21.147	Montevideú*, Rivera, Artigas,

		Bella Unión, Chuy, Melo e Rio Branco.
Argentina	15.212	Buenos Aires*, Paso de los Libres, Posadas, Puerto Iguazú e Bernardo de Irigoyen
Total	<b>545.886</b>	*as capitais concentram os registros, mas não necessariamente a concentração de brasileiros.

Fonte: Diretoria Geral de Assuntos Consulares, Jurídicos e de Assistência a Brasileiros no Exterior, do Ministério das Relações Exteriores apud Sprandel (2002).

### ***1. A aproximação Brasil-Paraguai e a imigração brasileira***

Os processos fundamentais e articulados que explicam as dimensões da imigração brasileira no Paraguai durante estas décadas são: 1) a aproximação geopolítica entre o Brasil e o Paraguai; 2) o movimento migratório espontâneo; 3) a política de incentivo à imigração brasileira por parte do governo paraguaio; 4) os deslocamentos populacionais para a construção de Itaipu; 5) o “boom” do comércio fronteiriço nas duas últimas décadas.

O interesse do Brasil em estreitar relações econômicas e políticas com o Paraguai a partir da segunda metade do século XX visava atraí-lo para sua órbita de influência e diminuir a hegemonia que a Argentina tinha na região da Bacia do Prata. O Paraguai, como um país sem costa marítima, somente tinha uma via de exportação e importação de seus produtos comerciais através dos rios Paraguai, Paraná e Prata. Desde o período colonial, a economia da cidade de Assunção dependia do leito desses rios e do Porto de Buenos Aires. Após a independência política da Espanha em 1811, o governo ditatorial de Rodriguez Francia (1813-1840) isolou o novo país das *Provincias Unidas do Rio da Prata* (como era conhecida a Argentina naquele momento) e estruturou uma economia agrária de auto-suficiência. Todavia, nos governos posteriores de Carlos Lopez e Solano Lopez (1842-70), a economia paraguaia dependia novamente da navegação pelo sistema fluvial da Bacia do Prata (rios da Prata, Paraná e Paraguai).

Após a derrota paraguaia para a Tríplice Aliança (1864-1870), a Argentina passa a controlar a economia e a cultura daquele país. Com a privatização das terras fiscais, grandes empresas de capital argentino e inglês compram enormes extensões de terras e começam a explorar principalmente a erva-mate. A constituição liberal adotada no Paraguai é diretamente influenciada pelo liberalismo argentino, além da própria organização do Partido Liberal e do sistema educativo.

A influência brasileira fica restrita a algumas lideranças do Partido Colorado. Durante o período entre guerras, ou seja, entre o final da “Guerra da Tríplice Aliança” (1870) e o início da Guerra do Chaco (1932), o Paraguai não conseguiu estabilizar um sistema político, os golpes militares se sucederam e a maioria dos governos liberais e colorados não conseguiram terminar seus mandatos. Após o término da Guerra contra a Bolívia (1935), o Partido Colorado ganha maior visibilidade política num contexto de ascensão das experiências nazi-fascistas na Europa e do Estado Novo (1937-45) no Brasil. Todavia, os presidentes continuam renunciando ou sendo depostos antes de terminarem seus mandatos. Neste cenário de experiências políticas autoritárias e de crítica ao liberalismo na Europa e América Latina, o Brasil começa a orquestrar uma aproximação diplomática com o Paraguai, após 70 anos do fim da guerra envolvendo os dois países. A aproximação brasileira principia em 1941 com a visita de Getúlio Vargas a Assunção e com as primeiras promessas de projetos de integração física e cultural. Esse é o primeiro presidente brasileiro que visita aquele país.

Mas os momentos decisivos desta aproximação ocorrem durante a administração de Juscelino Kubitschek (1955-60) e no período da Ditadura Militar (1964-85) no Brasil. Nestes dois contextos, são formulados e concretizados os principais projetos de integração física e econômica entre o Brasil e o Paraguai: a rodovia ligando Assunção com as principais cidades e portos do Brasil, a concessão de uma área para exportação e importação dos produtos paraguaios no Porto de Paranaguá (1956), a Ponte da Amizade (1965) e a construção da Hidrelétrica de Itaipu (1974-83). O projeto desenvolvimentista de JK não se restringiu às políticas internas, como os planos de desenvolvimento regional e a própria construção de Brasília. O plano estratégico era projetar os interesses do Brasil na América Latina e para isso as políticas de cooperação com o Paraguai e os acordos de Roboré (obras de infra-estrutura e exploração do gás pela Petrobrás) com a Bolívia fazem parte dessa estratégia geopolítica do governo brasileiro.

Do lado paraguaio, o principal incentivador da geopolítica brasileira foi o ditador Alfredo Stroessner que chegou ao poder em 1954, no mesmo contexto do Juscelino Kubitschek no Brasil. Stroessner assume o poder pelo Partido Colorado e busca um outro caminho para escoar a produção nacional. Seu objetivo era sair da dependência do Porto de Buenos Aires e criar um outro “pulmão econômico” através dos portos brasileiros. Stroessner aproveitou a situação de disputa geopolítica entre os dois países mais fortes da região (Brasil e Argentina) e procurou desenvolver a área próxima da fronteira com o Brasil<sup>29</sup>. No início, o governo paraguaio continuava mais próximo da Argentina, pois mantinha afinidades com a administração do general Perón. Com a derrota do peronismo em 1955, Stroessner se distancia dos militares que ascenderam ao poder naquele país e o governo brasileiro aproveita essa divergência e estabelece os principais acordos de cooperação econômica (Porto de Paranaguá, Ponte da Amizade e “carretera internacional”). Desta forma, o Paraguai sai de uma política de dependência com a Argentina e se aproxima das estratégias geopolíticas do Brasil<sup>30</sup>.

Nem tudo foi cooperação nesta aproximação histórica entre o Brasil e o Paraguai, como aparece nos discursos políticos e diplomáticos no momento de inauguração das grandes obras de integração física entre os dois países. Na década de 1960, houve um forte conflito entre essas nações por causa da falta de precisão na demarcação do Salto Grande das Sete Quedas no rio Paraná e pela ocupação militar brasileira num território fronteiriço de cerca de 20 km que estava em litígio. O conflito só foi dirimido quando os dois países chegaram a um acordo em torno do aproveitamento em comum do potencial energético das Sete Quedas. Nascia então o projeto de construção da Itaipu Binacional e do lago Itaipu que acabaria com essas cataratas em 1982.

Durante a construção da usina, o Brasil ainda enfrentou problemas técnicos e políticos com a Argentina e com o Paraguai. A Argentina também apresentou dois projetos de usinas binacionais com o Paraguai, a Corpus e a Yaciretá, ambas no mesmo rio Paraná. Os militares e diplomatas argentinos começaram a questionar o tratado de Itaipu. Para os argentinos, esse tratado deveria ter tido a participação da Argentina, já que o rio Paraná também faz fronteira com

---

<sup>29</sup> Neste contexto de integração física com o Brasil, Stroessner resolve fundar uma cidade na fronteira com o Brasil, no final da “carretera internacional” em 1957, Puerto General Stroessner, hoje Cidade do Leste (Farina, 2003).

<sup>30</sup> “El gobierno de Stroessner, en sus inicios, estaba más volcado hacia Argentina, por la afinidad con el general Perón. Cuando Perón fue derrotado, los militares argentinos que lo suceden tienen cierto enfrentamiento con Stroessner, lo cual es aprovechado por el presidente brasileño, Juscelino Kubitschek, que le ofrece a Paraguay el puerto franco de Paranaguá, la construcción del puente de la Amistad y de la carretera internacional. Así Stroessner sale de su política pendular y se vuelve hacia el Brasil” (Ruiz Augusto de Castro Neves apud Gutiérrez, 2003).

aquele país. A principal crítica técnica era sobre a altura da represa e a possibilidade de inviabilizar o projeto da Corpus que estaria localizada mais abaixo no mesmo rio<sup>31</sup>. Com o Paraguai, o problema foi com a diferença do sistema de geração de energia (ciclagem). O Brasil queria que o Paraguai mudasse o sistema de geração de energia, mas isto inviabilizaria os projetos com a Argentina, que também opera no mesmo sistema do Paraguai.

Neste contexto, alguns intelectuais e militares da Argentina, Uruguai e setores da oposição no Paraguai analisavam a política brasileira como expansionista e que o plano do Brasil seria conquistar o território paraguaio. Na verdade, a divergência com a Argentina não estava restrita a problemas técnicos, o que estava em jogo era a mudança da balança de poder na região do Prata, pois nitidamente o Brasil passava a ser o país mais importante no cenário platino e a Argentina perdia sua influência regional.

A aproximação do Brasil com o Paraguai, principalmente durante o regime militar brasileiro, favoreceu a manutenção e o fortalecimento da ditadura no Paraguai, tanto através da política de cooperação econômica, como indiretamente no momento de conflito territorial em torno das Sete Quedas. O período dos projetos de integração Brasil-Paraguai foi o de maior crescimento econômico daquele país e isso dava legitimidade ao governo ditatorial. Já o conflito fronteiriço com o Brasil fortaleceu o governo paraguaio através de um discurso nacionalista que conseguiu congrega o governo e a oposição existente em nome da defesa da soberania nacional (Menezes, 1987).

A política de aproximação do Brasil com os países vizinhos a partir da década de 1950 tem sido bastante tensa. Os políticos, os diplomatas e a imprensa brasileira costumam enfatizar a integração e a concretização do antigo sonho de unidade latino-americana de Simon Bolívar tanto no momento da inauguração da Ponte da Amizade, na construção de Itaipu e na criação do Mercosul. Mas quando observamos essas políticas ditas de cooperação desde a perspectiva desses países vizinhos, que relativamente são menos desenvolvidos que o Brasil, percebemos os conflitos e as reações contra uma política de hegemonia e de domínio de uma potência média na região. Militares e setores de esquerda desses países denominam a política brasileira de “expansionista” e de “subimperialista”.

---

<sup>31</sup> O general Guglielmelli, porta-voz de setores militares e civis alarmados com essa situação, alertava inclusive que o abandono da fronteira nordeste e a rarefação populacional das províncias de Corrientes e Misiones, que formam uma cunha entre o Paraguai oriental e o sul do Brasil, abriam uma brecha de vulnerabilidade pela qual este último país poderia vir a estender sua influência sobre a mesopotâmia Argentina" (Itaussu & Mello, 1996: 144).

As estratégias geopolíticas de aproximação entre o Brasil e o Paraguai favoreceram a entrada de muitos brasileiros no território paraguaio. Não podemos concluir categoricamente que a presença de milhares de brasileiros na fronteira do Paraguai tenha sido somente obra das políticas governamentais do Brasil e do Paraguai. O que existiu foi uma junção de um processo espontâneo de deslocamento populacional, devido à concentração da propriedade nos estados do sul do Brasil, com os interesses geopolíticos dos governos brasileiro e paraguaio em controlar e desenvolver a região leste daquele país.

O movimento migratório para o Paraguai representa uma continuidade da frente de expansão capitalista nos estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul. As fronteiras agrícolas, como processos de expansão internos, ultrapassaram as fronteiras nacionais a partir da década de 1950. No início desse processo, setores mais marginalizados da frente de expansão interna “saltam o rio Paraná”, bem como alguns grandes produtores agrícolas do Sul do Brasil, e começam a colonizar as terras paraguaias. A denominada modernização e mecanização da agricultura, com a expansão dos plantios de soja na década de 1970, levou a um processo de deslocamento de muitos agricultores, posseiros e arrendatários das terras brasileiras próximas à fronteira para o Leste do Paraguai (Zaar, 2001). Neste contexto, o governo ditatorial do Paraguai efetiva um grande plano de colonização agrícola na região fronteira com o Brasil, facilitando a entrada de empresas e colonos estrangeiros nos departamentos fronteiriços. Os desdobramentos da *Marcha ao Oeste* no Brasil se encontraram com a *Marcha al Este* no Paraguai a partir da década de 1960.

A *Marcha al Este* visava reassentar os camponeses que viviam na área central e mais populosa do Paraguai. Para isso foram criados o Instituto de Bienestar Rural (IBR), responsável pela Reforma Agrária naquele país, e várias colônias oficiais. O governo paraguaio reformulou o Estatuto Agrário em 1963, o qual permitia a venda de terras aos estrangeiros nas zonas de fronteira. Até este período esta região tinha uma imensa floresta tropical e era ocupada somente por grupos indígenas, traficantes de madeiras e por empresas de extração da erva-mate, como a Mate Laranjeira. Na mesma idéia de ocupar os “espaços vazios” e diminuir as tensões sociais da região central, o governo implementa este plano de colonização e facilita a entrada de brasileiros tanto na derrubada da mata, como no plantio agrícola. Desta forma, os departamentos fronteiriços de Alto Paraná, Canindeyú, Amambay e os departamentos vizinhos de Caaguazu e Caazapá

foram colonizados tanto por campesinos paraguaios, que se deslocaram de outros departamentos, como por agricultores brasileiros. Nasceram então as colônias oficiais e as colônias privadas.

As empresas colonizadoras (imobiliárias brasileiras que compraram terras fiscais no Paraguai) contrataram trabalhadores brasileiros para o processo de desmatamento. Segundo Stroessner, essas empresas poderiam trazer os "negros" brasileiros, já que os camponeses e indígenas paraguaios eram considerados "*indolentes para o pesado serviço de derrubar o mato*" (Wagner, 1990:14). Conforme Wagner, a partir do final da década de 1960, uma estratégia mais elaborada do denominado plano de modernização agrícola foi posta em prática. A convocação passa a ser direcionada para os pequenos colonos do sul do Brasil, especialmente os descendentes de alemães e italianos. As propagandas veiculadas em várias rádios e jornais incentivavam os colonos desta região a migrarem para o Paraguai, pois afirmavam que as terras eram muito baratas e poderiam enriquecer rapidamente.

Não foi possível constatar se houve todo esse planejamento e classificação por parte do governo paraguaio. Na verdade, as frentes de expansão capitalista, independente de qualquer direcionamento governamental, estabelecem etapas de colonização e estratificam os trabalhadores e colonos que estão ocupando os novos territórios. As empresas imobiliárias compram extensões de terras e contratam peões para o desmatamento e depois vendem os lotes para aqueles que possuem alguma renda. No caso do Paraguai, os que tinham pequenas propriedades no sul do Brasil vendem essas terras e compram maiores extensões do outro lado do limite internacional.

Os pequenos produtores tiveram muitas facilidades iniciais por parte do governo de Stroessner e isso contribuiu para esta forte presença de brasileiros no setor agrícola a partir da década de 1970: a qualidade e preço baixo das terras, incentivos agrícolas e créditos em longo prazo do Banco Nacional de Fomento do Paraguai, ausência de leis que regulassem a venda de propriedades a estrangeiros na região fronteira, excelente preço da soja no mercado internacional etc (Farina, 2003; Menezes, 1987).

O deslocamento de milhares de trabalhadores para a construção da hidrelétrica de Itaipu e a indenização de vários camponeses que viviam no lugar do futuro Lago de Itaipu também contribuiu para aumentar o fluxo migratório para o Paraguai na década de 1970 e 1980. Calcula-se que só para a construção da usina foram necessários cerca de 40 mil trabalhadores. Para a formação do Lago de Itaipu, 42 mil pessoas tiveram que se transferir, sendo 38 mil de pequenos

produtores rurais. No final da obra, muitas famílias dos trabalhadores da usina e dos proprietários indenizados se dirigiram para as terras férteis do Paraguai (Zaar, 2001; Germani, 2003). Como relata o vereador Izalino Thomé:

Eu vim ao Paraguai por causa da inundação das terras que eu tinha no Brasil, nas margens do rio Paraná. Na época que se construiu Itaipu então alagou todas nossas terras e como nós éramos uma família muito grande, então sobrou muito pouco porque o preço que pagaram não foi equivalente ao valor real da terra, mas o valor que estimaram que valia. (...) Nós tínhamos serraria lá, mas terminou a madeira. Mas como o dinheiro era pouco e a terra aqui era barata, tinha muita madeira, resolvemos vir para o Paraguai (Izalino Thomé, vereador, 26/11/2004).

A Hidrelétrica de Itaipu mudou o cenário da região. Várias famílias brasileiras, que já estavam em colônias no Paraguai, tiveram que se transferir novamente por causa das indenizações para a construção do lago de Itaipu também na margem direita do Rio Paraná, do lado paraguaio. Esses brasileiros terminaram comprando novas propriedades mais distantes do limite internacional e fundando algumas vilas que depois se converteram em cidades.

Estes foram os principais fatores de atração e que explicam essa significativa imigração brasileira, principalmente na zona rural e nas atividades agropecuárias. Todavia, é importante destacar que o aumento da imigração urbana está relacionado com a expansão do setor de comércio e serviços nas últimas décadas.

A política paraguaia de baixar a taxa de impostos para importação de produtos industrializados a partir de 1981 e reexportar estes produtos para os países vizinhos modificou o contexto econômico e migratório nas cidades de fronteiras com as nações relativamente mais desenvolvidas (Brasil e Argentina), especialmente *Encarnación*, *Cidade do Leste* e *Pedro Juan Caballero*. Portanto, o comércio nestas cidades tem atraído muitos brasileiros, tanto comerciantes como comerciários e outros prestadores de serviços. Muitos somente trabalham durante o dia no Paraguai e moram do lado brasileiro nas cidades de *Foz do Iguaçu (PR)*, *Guairá (PR)*, *Mundo Novo (MS)*, *Ponta Porã (MS)*, mas existem também aqueles que passaram a viver permanentemente nestas localidades e se tornaram imigrantes. O comércio hoje não se restringe às chamadas cidades de fronteira, mas também se amplia bastante nas localidades colonizadas pelos brasileiros, atraindo novos comerciantes, prestadores de serviço e representantes de empresas brasileiras. Vários produtos vendidos em Cidade do Leste e em Foz do Iguaçu são revendidos nessas cidades localizadas principalmente no interior dos departamentos de Alto Paraná e Canindeyú.



A intensificação desse tipo de comércio fronteiriço só pode ser compreendida comparando a situação do Paraguai com as políticas desenvolvimentistas dos demais países do Mercosul, especialmente o Brasil e a Argentina. Estes dois países aplicam altas taxas de impostos para preservar a indústria nacional, herdeira de um Estado nacional desenvolvimentista. O Paraguai não desenvolveu durante o século XX uma base industrial e um projeto de desenvolvimento nacional. A economia era fundamentalmente agrícola até a década de 1980 e se converteu em comercial e de prestação de serviços nas cidades de fronteira, onde vivem atualmente cerca de 70% da população do país. Por causa deste tipo de comércio, denominado muitas vezes de “contrabando” e “pirataria” pela imprensa e governo brasileiros, estas cidades cresceram a um ritmo acelerado e se converteram nos lugares mais dinâmicos da economia paraguaia. As cidades fronteiriças não estão articuladas com o restante da economia nacional, mas com os mercados dos países vizinhos.

A falta de um projeto nacional e de um mercado interno articulado na atualidade tem favorecido a ampliação dos interesses brasileiros no Paraguai e, segundo alguns analistas paraguaios, colocado em risco a própria soberania nacional. O país atualmente é triplamente dependente do Brasil: no setor energético desde a construção da empresa binacional de Itaipu; no setor agrícola tendo cerca de 70% da produção de soja, principal produto de exportação, controlada por agricultores brasileiros ou seus descendentes; no comércio fronteiriço, pois são principalmente os consumidores brasileiros que compram esses produtos nas cidades de fronteira.

Estes vários fatores políticos, geopolíticos e econômicos ajudam a compreender os motivos gerais que favoreceram a ida de milhares de brasileiros para o Paraguai. Mas nem todos que foram conseguiram permanecer naquele país. Nas décadas de 1980 e 1990, milhares desses imigrantes voltaram para o Brasil, enquanto outros brasileiros, principalmente jovens do estado do Paraná, continuam se dirigindo ao país vizinho atraídos pela possibilidade de trabalhos no setor comercial e de serviços nas pequenas cidades paraguaias colonizadas por brasileiros (Souchaud, 2005).

De uma maneira geral, a grande presença de brasileiros no território paraguaio na atualidade é fruto das políticas governamentais e dos processos espontâneos de expansão capitalista das denominadas fronteiras agrícolas tanto no Brasil como no Paraguai. As frentes de expansão brasileiras ultrapassaram o limite internacional, produzindo no território paraguaio

processos econômicos, sociais, políticos e culturais semelhantes e distintos daqueles que se realizam em território brasileiro.

## **2. A quantidade de imigrantes brasileiros no Paraguai**

Os dados são imprecisos sobre a quantidade de brasileiros que atravessaram o limite político e que permanecem vivendo no Paraguai nas cinco últimas décadas. Pelos dados oficiais dos censos do Paraguai, os números são bem menores comparados com as estimativas brasileiras e vêm diminuindo na última década: no censo de 1992 a quantidade era de 108.526, em 2002 este número diminuiu para 81.592. Já o Ministério das Relações Exteriores estima que existiam 459.147 brasileiros no Paraguai em 2000. O censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) também em 2000 revelou que 454.501 imigrantes brasileiros moram naquele país.

Alguns trabalhos sobre os *brasiguaios*, feitos nas duas últimas décadas, têm apresentado cifras diferenciadas. Wagner afirma que durante as décadas de 1970 e 1980 cerca de 250 mil pequenos e médios produtores agrícolas brasileiros emigraram para o Paraguai, sendo que a quantidade total destes imigrantes era em torno de 350 mil em meados da década de 1980. Palau e Heikel (1987) trabalhavam com a cifra de 250 a 300 mil no final dos anos 1980. Cortez (1993) afirma que em 1984 existiam cerca de 400 mil brasileiros no país vizinho. Já Souchaud (2002) estima que atualmente existam cerca de 500.000 imigrantes em uma população nacional de 5.163.198 habitantes.

As reportagens na imprensa brasileira e paraguaia também têm estimado os mais variados números. Algumas notícias falam em cerca de 300 mil ou 350 mil, outras chegam a falar de meio milhão, incluindo os filhos destes imigrantes que já nasceram no Paraguai. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) também fez sua estimativa com base em dados coletados pela própria Igreja Católica. Segundo a CNBB, em 1975 existiam cerca de 40 mil brasileiros. Em 1982, o número tinha subido vertiginosamente para 250 mil. No final do Governo Figueiredo no Brasil (1985) este número já tinha dobrado, chegando aos 500 mil. Mas durante a década de 1980 e 1990 muitos deles, principalmente os mais pobres, que não conseguiram comprar propriedades rurais no Paraguai, voltaram para o Brasil, especialmente para

os assentamentos do MST no Mato Grosso do Sul e Paraná. Além disso, existe uma quantidade de brasileiros que só estão no Paraguai em períodos de safras, são os trabalhadores sazonais.

Os motivos fundamentais para a falta de precisão e as constantes variações nas estatísticas sobre o número dos imigrantes brasileiros no Paraguai são: 1) o problema da ilegalidade e falta de controle na fronteira por parte dos governos brasileiro e paraguaio; 2) as metodologias dos censos e das estimativas não conseguem visualizar os fluxos migratórios constantes nesta fronteira; 3) as fontes diferentes que fazem as estimativas, especialmente o Ministério das Relações Exteriores no Brasil e o Ministério do Interior no Paraguai. O governo paraguaio trabalha com dados dos imigrantes que estão com sua situação regularizada. Há muitos brasileiros irregulares. Além disso, todos os descendentes dos imigrantes que nasceram em solo paraguaio já são nacionais e têm o direito a cidadania paraguaia. Os dados do Itamaraty são projeções, incluindo os que não têm documentos e os seus descendentes.

De fato, não há nenhum levantamento preciso sobre estes imigrantes brasileiros. Os governos e a igreja fazem as suas estimativas e a imprensa e os pesquisadores repetem, acrescentam, distorcem ou misturam dados destas fontes. Estas quantificações distintas não são neutras, estão marcadas por interesses políticos variados. Neste sentido, tais estimativas servem ora para denunciar o governo brasileiro que abandonou esta quantidade imensa de brasileiros “*sem pátria e sem terra*”, ora para denunciar os governos paraguaios que permitiram esta entrada incontrolada de estrangeiros que estão acabando com a soberania nacional do país, ou ainda para demonstrar a importância demográfica e econômica destes brasileiros nestas localidades. Geralmente os jornalistas brasileiros e paraguaios terminam reproduzindo dados repassados pelos informantes durante entrevistas nestas localidades, pois os próprios imigrantes também se arriscam a quantificar sua presença naquele país<sup>32</sup>.

A diplomacia paraguaia afirma que ainda não tem nenhuma política migratória elaborada e o consulado brasileiro, embora tenha demonstrado interesse em regularizar a situação destes brasileiros em vários discursos na imprensa, não tem apresentado ações concretas no sentido de promover uma ampla regularização dessas pessoas. A única ação efetiva que o consulado tem executado nos últimos anos é um projeto itinerante nestas localidades, visando

---

<sup>32</sup> Na cidade de Santa Rita, escutei as mais diferentes estimativas, um disse 80% de brasileiros, outro meio a meio, um terceiro afirmou que uns 60%, outro ainda diz “*quase todos são brasileiros*”.

registrar as crianças como cidadãos brasileiros<sup>33</sup>. Há indícios que os brasileiros que permaneceram no Paraguai intensificaram o processo de legalização, mas reclamam das autoridades que não agilizam seus documentos. Eles afirmam que o setor de migração em Assunção, ligado ao Ministério do Interior, não tem interesse na regularização, já que os funcionários das alfândegas ganham constantemente propinas dos brasileiros que estão em situação irregular. Além disso, alguns imigrantes relatam que o governo paraguaio e mesmo setores da oposição não se interessam em documentá-los, já que esses imigrantes podem ocupar cada vez mais cargos políticos nos municípios paraguaios.

Muitos brasileiros vivem no Paraguai há vários anos somente com um *permiso* de turista que após a criação do Mercosul (1995) passou a ter uma validade de três meses. Essa permissão é gratuita para os cidadãos dos países que formam o Mercosul. Os “turistas” só pagam uma multa em caso de perda ou de vencimento. Como muitos imigrantes brasileiros vivem próximo à fronteira e vão constantemente ao Brasil comprar mercadorias, visitar parentes ou resolver problemas de saúde, eles sempre estão renovando o *permiso* de turista na alfândega de Cidade do Leste. Quando a permissão se vence e não renovam logo, alguns evitam andar nas estradas mais movimentadas para não serem pegos pela polícia rodoviária paraguaia que geralmente exige alguma propina. Esta é a estratégia mais econômica para muitos imigrantes que estão em situação irregular naquele país. Portanto, muitos dos que são oficialmente reconhecidos como turistas são, na realidade, esses imigrantes brasileiros que estão constantemente renovando seus *permisos*.

Para regularizar a situação do imigrante no Paraguai são necessários dois documentos: a *admisión permanente, radicación ou carné de inmigrante* e a *célula de identidad*. O carnê do imigrante tem uma validade de 10 anos e custa atualmente 648 mil guaranis (324 reais). Devido ao imigrante estar em situação irregular, paga uma multa a mais de 261 mil guaranis, totalizando um valor de 909 mil guaranis ou 455 reais. Há muitas reclamações sobre esta documentação, alguns afirmam que já pagaram há muito tempo e ainda não receberam, outros confirmam que somente pagando uma propina elevada para os funcionários da migração estes agilizam os papéis. Eles recebem primeiramente um carnê temporário de validade de um ano, só depois conseguem o

---

<sup>33</sup> Esta confusão de dados estimados só será resolvida se houver um trabalho conjunto entre o Consulado brasileiro, os Ministérios do Interior e Exterior do Paraguai e as igrejas que atuam nestas localidades. Em vez de cada instituição projetar dados vagos e imprecisos que alimentam os mais distintos interesses, a ação conjunta poderia primeiramente promover uma regularização dos “indocumentados” e fazer um censo específico desta população brasileira na região.

permanente. Aqueles que já têm o carnê permanente do imigrante podem também conseguir a *Célula de Identidad Civil de la República del Paraguay*, também com validade de 10 anos. Esta identidade custa 1.200 mil guaranis (600 reais). A renovação desta documentação custa 325 mil guaranis (162,50 reais). Com esses dois documentos, os imigrantes podem participar legalmente da vida econômica e política municipal.

### ***3. Fluxos migratórios e estratificação social dos brasileiros no Paraguai***

O termo imigrante brasileiro no Paraguai é bastante vago. Algumas indagações são importantes como uma forma de se aproximar deste fenômeno migratório: de onde vieram estes imigrantes que hoje se encontram no Paraguai? Para onde foram, ou seja, quais são as principais cidades e colônias no interior do Paraguai em que estes brasileiros estão vivendo? A que classes sociais pertencem e a que atividades econômicas se dedicam? Claro que as respostas satisfatórias para estas perguntas pressupõem a realização de um censo específico desta população. Meu objetivo é somente apresentar alguns dados parciais a partir de minhas entrevistas e observações de campo, bem como de informações já apresentadas por outros pesquisadores.

Os imigrantes brasileiros no Paraguai vieram predominantemente dos três estados do sul do Brasil: Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Conforme a estimativa da CNBB, entre 1972 e 1977 estes imigrantes eram constituídos por 63% de paranaenses, 18% de catarinenses, 12% de gaúchos e 7% de mineiros e nordestinos. Os imigrantes brasileiros no Paraguai fazem parte de dois amplos processos migratórios no interior do Brasil: um movimento vindo do Rio Grande Sul em direção a Santa Catarina, Oeste do Paraná e Mato Grosso do Sul; um outro fluxo vindo do Nordeste e Minas Gerais em direção ao estado de São Paulo e depois para o Norte e Oeste do Paraná. Essas migrações são fundamentalmente compostas por famílias de camponeses. As famílias dos dois fluxos migratórios ocuparam posições sociais diferentes tanto no Oeste do Paraná, Mato Grosso do Sul como no Leste do Paraguai nos ciclos do café, da menta e da soja. Os nordestinos e mineiros foram e são principalmente peões, arrendatários e posseiros nestas frentes de expansão, enquanto que os sulistas se tornaram majoritariamente colonos, pequenos e médios proprietários, especialmente em território paraguaio.

Os imigrantes “pioneiros” geralmente migraram mais de uma vez em cada geração. As gerações estão em constante movimento. O ponto intermediário da corrente migratória dos

gaúchos é geralmente o estado de Santa Catarina, ou seja, muitos viveram durante alguns anos naquele estado antes de irem para o Paraná, Mato Grosso do Sul e para o Paraguai.

Meu pai e minha mãe vieram no ano de 1966, de Santa Catarina pro Paraná e do Paraná pro Paraguai. Meu pai e minha mãe são do Rio Grande do Sul, são gaúchos. Eu tenho duas irmãs que são catarinenses. Eu nasci no Paraná e tenho um irmão que é paraguaio, nascido aqui no Paraguai. Cheguei aqui com um ano e meio de idade (José Giacomelli, prefeito de Mbaracayu, 25/11/2004).

Meus pais mesmo vieram do Rio Grande do Sul, foram para Toledo no Paraná e em 1968 vieram para o Paraguai. Eu nasci aqui dentro já. Em 69 eu nasci (...). Meu pai ficou um pouco em Hernandarias, depois ele começou entrar diretamente aqui e veio para construir porque era tudo mato, aqui em 68,69 aqui em Santa Rosa apenas tinha umas barracas pequeninhas, a avenida principal nem tinha, só os madeiros tirando madeira, não sei como ele achou ali através do colonizador, definiram as terras no olhometro como se fala, comprou a área e até hoje estamos aí no mesmo lugar (Clairton Feix, Prefeito de Santa Rosa, 18/11/2004).

Os gaúchos e catarinenses são predominantemente descendentes de imigrantes europeus, principalmente italianos e alemães. O relato seguinte demonstra estes constantes deslocamentos e as dificuldades de adaptação nos novos territórios agrícolas:

Meu pai vem do Rio Grande do Sul e minha mãe de Santa Catarina, eles se conheceram e se casaram no Paraná. Meu pai veio com nove anos para o Paraná e não sabia uma palavra em português. Ele entrou na escola com nove anos, descendente de italiano e só falava em italiano. Ele aprendeu a falar o português na escola. Ele se criou bem no sul do Paraná, perto de Santa Catarina. Nasceram quatro filhos lá, inclusive eu, daí a última já é paraguaia, nasceu aqui. (Jackson Bressen, agricultor, 17/11/2004).

O outro fluxo migratório tem como pontos intermediários São Paulo e o Norte do Paraná, isto é, quase todos os nordestinos e mineiros que vivem atualmente no Paraguai moraram alguns anos em São Paulo e em mais de uma região do estado do Paraná. Muitos dos nordestinos ou “nortistas” vieram no período inicial desta imigração - décadas de 1950, 1960 e 1970 - para trabalhar no desmatamento das fazendas e no plantio e colheita de menta e café. Muitos deles já voltaram para o Brasil, pois não conseguiram comprar ou ampliar a propriedade rural. Mas há casos como de um cearense que hoje tem uma grande fazenda e é um exportador de soja no departamento de Alto Paraná. Ele relata toda sua trajetória migratória do Ceará até chegar no Paraguai: vem de uma família de retirantes da seca de 1958 e sua família migrou várias vezes no interior do Brasil antes de ingressar em território paraguaio. Quando atravessou a Ponte da

Amizade na década de 1970, já era pequeno produtor no Brasil e foi com o dinheiro da indenização da propriedade que tinha no lugar da construção da Itaipu que a família comprou o primeiro lote de terra naquele país.

No ano de 1960 nós saímos do Nordeste, chegamos no estado de São Paulo. Era na época das colheitas de amendoim e algodão. Viemos de caminhão pau-de-arara, até São Paulo viemos com nossos recursos. De São Paulo até Presidente Prudente. Trabalhamos 90 dias em Presidente Prudente, ganhamos um pouquinho de dinheiro, fretamos de novo um outro caminhão. Eram três famílias que estavam juntas. Nós chegamos até Ivaílanda, que é uma cidadezinha pequena perto de Maringá [Norte do Paraná]. Em Ivaílanda chegamos a trabalhar mais 60 dias, meu pai e meus irmãos. Ganhamos outro pouquinho de dinheiro, fretamos outro caminhão até Goioerê, seria o nosso destino. Viemos e trabalhamos anos e anos em fazendas, daí compramos um pequeno pedacinho de terra em Goioerê, cinco alqueires de terra. A família muito grande, era 11 homens e 2 mulheres e meu pai e minha mãe. Com todas as dificuldades que os nordestinos encontram no Sul, encontram dificuldades terríveis, com este pedacinho de terra que compramos, a família começou a crescer, casar, os filhos começaram a casar, daí nós viemos para uma cidade quase já nas fronteiras, Assis Chateaubrian. Ali nós moramos 10 anos, depois chegamos a Foz do Iguaçu. Em Foz do Iguaçu foi onde eu primeiramente tive esta idéia de passar a ponte na época do militar no Brasil. Antes da construção de Itaipu nós já estávamos entrando no Paraguai e também fomos infelizes, nós tínhamos uma propriedade e fomos desapropriados por Itaipu pela chamada Alvorada do Iguaçu e dali nós viemos para Foz do Iguaçu, passamos a ponte para o lado de cá. Hoje está com 27 anos que estamos no Paraguai.(...) Hoje tenho uma fazenda aqui no Paraguai, a gente construiu esta grande fazenda, estamos sendo fortes produtores na região (Djacir Tavares, agricultor, 17/11/2004).

Os brasileiros, de diferentes estados brasileiros, entraram no Paraguai principalmente através da fronteira entre o estado do Paraná e o departamento do Alto Paraná e na “fronteira seca” entre o estado de Mato Grosso do Sul e os departamentos de Canindeyú e Amambay . Os principais lugares de entrada e de saída de brasileiros foram e são a Ponte da Amizade, o lago Itaipu e vários pontos da “fronteira seca”. Muitos entraram sem nenhum visto e quase sem nenhuma fiscalização. Principalmente na década de 1970, vários caminhões de mudança atravessavam o limite todos os dias, uns ficavam nas cidades e vilas fronteiriças e outros desapareciam no mato, cobertos pela poeira vermelha das primeiras estradas.

Esses imigrantes brasileiros fundaram várias colônias no interior dos departamentos de Alto Paraná e Canindeyú. Muitos também se deslocaram de uma região para outra no interior do Paraguai, principalmente por causa da inundação do lago de Itaipu e também na tentativa de comprar maiores extensões de terras em lugares menos valorizados. Os brasileiros fundaram a maioria das colônias ao norte e ao sul de Cidade do Leste. As maiores concentrações de

imigrantes estão hoje nas cidades de Hernandarias, San Alberto, Mabaracayu, Itakyry, Mingua Porá, Nueva Esperanza, Katuete, Puente Kyhja, Corpus Cristhis, Francisco Caballero Alvarez, La Paloma e Salto de Guairá que estão localizadas ao norte de Cidade do Leste. Ao sul desta cidade estão os municípios de Los Cedrales, Santa Rita, Santa Rosa, Naranjal, San Cristóval, Domingo de Irala, Ñacunday. Existem ainda algumas colônias de brasileiros nos departamentos não fronteiriços de Caazapá, Caaguazu e Itapua, em localidades fronteiriças a esses dois departamentos de forte imigração brasileira.

Nos departamentos fronteiriços ou próximos à fronteira com o Brasil se encontram, conforme os dados do último censo, cerca de 90% dos imigrantes brasileiros no Paraguai. Dos 81.592 imigrantes registrados no censo, 72.795 vivem nesses departamentos, sendo 37.226 no Alto Paraná, 16.171 em Canindeyú, 5.954 em Amambay, 5.253 em Itapua, 4.184 em Caaguazu e 2.308 em Caazapá (Paraguay, 2004, p. 179). Embora esses números não correspondam à realidade desse processo, como já comentei anteriormente, servem para demonstrar as tendências dos fluxos migratórios e os lugares de maior concentração dos brasileiros e seus descendentes.

No início eram principalmente camponeses (pequenos agricultores, arrendatários, agregados), “bóias frias” e alguns grandes proprietários rurais que se dedicavam à agricultura, à pecuária e ao setor de madeiras. Com o crescimento econômico de muitas colônias e com a ascensão social de uma parte dos camponeses que chegaram nas décadas de 1960 e 1970, os brasileiros hoje no Paraguai pertencem às mais distintas classes sociais e participam de diversas atividades econômicas no setor agrícola e comercial.

Algumas classificações são bastante simplificadas e não expressam as dinâmicas entre a economia rural e urbana nestes municípios atuais que foram colônias agrícolas no passado. Neste sentido, Palau (2001) define a presença brasileira em áreas rurais em três classes sociais: os pequenos e médios empresários familiares (farmers), os pequenos agricultores, principalmente arrendatários e trabalhadores diaristas, e os trabalhadores agrícolas desarraigados (sem terras). Os empresários agrícolas familiares conseguiram se estabelecer no Paraguai e consolidaram colônias bem sucedidas economicamente e alguns deles já participam da vida política do país. Os arrendatários e agregados chegaram ao Paraguai na posição de subordinados de empresas colonizadoras e de patrões brasileiros e hoje estão vendendo ou arrendando suas pequenas propriedades para os grandes plantadores de soja, e os setores marginalizados não têm trabalho fixo e vivem em condições precárias.



Na tentativa de elaborar uma possível estratificação social, Sprandel (2000) define seis grupos de brasileiros no Paraguai: 1) proprietários de terras, comerciantes e madeireiros, com documentos regularizados e estratégias de integração plena na vida política e econômica local; 2) Pequenos proprietários de terra com algumas outras atividades (arrendamentos, assalariado rural, motorista de caminhão e de máquinas agrícolas), espalhadas por toda a faixa de fronteira; 3) Empregados nos setores agrícola, comercial e madeireiro; 4) ex-arrendatários no Alto Paraná que hoje são peões que trabalham em outros departamentos de forte presença brasileira; 5) os que estão em situação marginal (prostitutas, prisioneiros, meninos e meninas em situação de risco etc); 6) aqueles ligados ao crime organizado (quadrilhas de roubo de carros, tráfico de drogas, recrutamento de prostitutas e jogos de azar) (Sprandel, 2000).

Oliveira (2000) alerta para a necessidade de pensar estas distintas classificações como categorias nativas e não como um sistema de conceitos sociológicos. Para ele, os termos “proprietários de terra”, “pequenos proprietários”, “empregados da lavoura”, “ex-arrendatários”, “marginais” e “membros do crime organizados” poderiam ser pensados como conceitos nativos, bem mais ricos no sentido histórico e analítico. Poderia acrescentar outras categorias nativas usadas para classificar estes distintos setores, tais como “colono”, “agricultor”, “fazendeiro”, “comerciante”, “sojeiro”, “pequeno produtor”, “peão”, “bóia- fria” etc.

As palavras são usadas em vários sentidos. “Agricultor” às vezes é usado como sinônimo de “colono”, “fazendeiro” ou “empresário”, mas também pode ser entendido como diferente do empresário agrícola, como explicou um jornalista paraguaio. Para ele, o agricultor é o brasileiro que vive no Paraguai e o empresário é aquele que vive no Brasil e tem o seu investimento lucrativo na sociedade paraguaia:

Hay empresarios brasileños y hay agricultores brasileños. Los empresarios son aquellos que después se han venido a Alto Paraná, al departamento de Canindeyú con las tierras rojas, tierras fértiles, tienen dinero para comprar esas tierras. Son grandes empresarios que no viven acá, son gente que vienen a comprar extensiones de tierra, que muchas veces lo tienen aquí como un capital para sacar créditos, esos son los empresarios. Los agricultores son aquellos que tienen sus tierras, adquieren su plata, pero no se van, están montados en sus tractores, trabajando, sembrando, montados en sus cosechadoras y en sus camiones. Entonces esa es la diferencia (José Duarte, jornalista, 15/03/2005).

O jornalista constrói uma imagem negativa do empresário e do estrangeiro e funde em uma mesma categoria de análise. O empresário é o estrangeiro, explorador dos recursos econômicos do Paraguai e que não investe naquele país. O agricultor é o imigrante brasileiro que

trabalha e lucra no país. As nomeações de classe, que posicionam os indivíduos em uma estrutura econômica, se associam com aquelas que definem deslocamento e nacionalidade.

O termo “colono” pode ser compreendido como englobando todos os imigrantes brasileiros, mas também somente como o morador da zona rural, visto como bastante “simples” e “rústico” no imaginário urbano. O “sojero” é o “plantador de soja”, mas geralmente essa palavra é uma classificação usada pelos setores camponeses paraguaios que são críticos ao plantio de soja, enquanto “plantador de soja” é uma auto-denominação dos “agricultores” e não tem uma carga negativa como o termo “sojero”. Portanto, mesmo utilizando algumas categorias de classificação sociológica ao longo do trabalho (empresários, camponeses, trabalhadores assalariados, classe proprietária e lucrativa etc), utilizarei também as classificações dos próprios agentes sociais, que a todo instante estabelecem suas hierarquias sociais e as nomeiam de distintas formas.

Não há ainda dados atualizados a partir do último censo paraguaio (2002) sobre as distintas atividades econômicas e diferentes profissões desses imigrantes. Conforme dados parciais feitos pelo IMILA/CELADE<sup>34</sup> a partir de dados dos censos de 1982 e 1992, havia um predomínio de agricultores, mas também um aumento considerável de comerciantes e dos prestadores de serviços, provavelmente ligados ao comércio de Cidade do Leste e ao crescimento comercial de pequenas cidades fundadas pelos imigrantes brasileiros no Alto Paraná e Canindeyú.

---

<sup>34</sup> O Projeto de *Investigación de la Migración Internacional en Latinoamérica (IMILA)* associado ao Centro Latino Americano de Demografia (CELADE), criado no início da década de 1970, coleta e cataloga os dados dos censos demográficos dos diversos países da região e tem servido com principal fonte de pesquisa para muitos pesquisadores que trabalham as migrações internacionais na região (Baeninger, 2001; Villa, 1996; Patarra, 1996). Todavia, estes dados não dão conta dos imigrantes ilegais que visivelmente têm aumentado, pois só trabalham com os dados oficiais. Além disso, os constantes fluxos de entrada e saída de trabalhadores sazonais, principalmente nas regiões de fronteira, também não são sistematizados pelo IMILA, pois este só trabalha com estoques de imigrantes durante um determinado intervalo de tempo.

### AS PROFISSÕES DOS BRASILEIROS NO PARAGUAI

Profissionais	1982		1992	
	N	%	N	%
Técnicos	374	0,92	705	1,40
Gerentes	277	0,68	309	0,60
Empregados	401	0,99	486	0,90
Comerciantes	1.001	2,50	3.332	6,40
<b>Agricultores</b>	<b>30.636</b>	<b>75,66</b>	<b>35.744</b>	<b>68,8</b>
Motoristas	896	2,21	1246	2,40
Artesãos e outros	4.214	10,41	5.515	10,6
Trab.não qualificados	590	1,46	477	0,90
Serviços	472	1,17	2.425	4,70
Serviços domésticos	648	1,60	-	-
Outros não especificados	970	2,40	1.685	3,20
Total	40.489	100,00	51.924	100,00

Fonte: IMILA/CELADE (2000) apud Baeninger, 2001.

Os dados são parciais e inferiores aos números dos censos. Mas posso perceber algumas tendências das profissões desses imigrantes num intervalo de uma década. Em termos percentuais, os profissionais brasileiros que mais aumentaram no mercado paraguaio entre 1982 e 1992 foram os comerciantes (2,5% para 6,4%), os prestadores de serviços (1,17% para 4,7%) e os

técnicos (0,92% para 1,4%), enquanto diminuíram proporcionalmente o número dos agricultores (75,66% para 68,8%), dos trabalhadores não qualificados (1,46% para 0,9%). As profissões de gerentes, artesãos, empregados, motoristas mantiveram praticamente a mesma porcentagem. Os serviços domésticos não foram pesquisados em 1992 e por isso não existem dados comparativos. A tendência geral demonstra que as profissões urbanas estão em expansão, as atividades agrícolas e os trabalhadores sem nenhuma qualificação, geralmente situados no mundo rural, estão em declínio. O acelerado processo de urbanização das ex-colônias agrícolas se constitui em uma das dimensões das *fronteiras em movimento*.

Meu trabalho não visa estudar todas essas mudanças do mundo rural para o urbano e as distintas atividades econômicas, desempenhadas por velhos e novos imigrantes. O meu estudo reflete especialmente a problemática das identidades nacionais dos imigrantes que vivem no mundo rural e urbano. De uma maneira geral, a realidade dos imigrantes brasileiros no Paraguai é bastante diversa e complexa. Os brasileiros vieram de distintos lugares, pertencem a diferentes etnias e classes sociais e estão presentes em vários setores da economia, embora seja ainda importante a agricultura e as atividades comerciais correlacionadas com o mundo agrário.

#### ***4. O desenvolvimento econômico nas áreas de colonização brasileira***

Alguns grupos de imigrantes brasileiros que conseguiram ascender socialmente ao longo das últimas décadas controlam setores importantes da economia, da política e da cultura local nas cidades e nas colônias em que são maioria. O movimento de acúmulo de riquezas desses setores começou no momento da compra das terras e nos períodos de expansão das propriedades conforme o aumento dos preços e dos plantios de alguns produtos agrícolas de exportação como a menta, o café e a soja.

Inicialmente os “colonos” brasileiros vendiam um pequeno pedaço de terra no Brasil, geralmente meia colônia (equivalente a 5 alqueires ou 12,5 hectares), e compravam uma extensão bem maior no Paraguai, cerca de três colônias (30 alqueires ou 75 hectares), e ainda sobrava dinheiro para investir na nova propriedade<sup>35</sup>. Muitas vezes compravam os lotes das

---

<sup>35</sup> Por exemplo, um camponês vendia 7 alqueires ou 17,5 hectares de terra roxa no Paraná por 520.000 cruzeiros e com aquele dinheiro comprava 30 alqueires (75 hectares) no Paraguai por 230.000 cruzeiros em 1977. Ele usava os

imobiliárias brasileiras de forma parcelada em até 8 anos. Alguns conseguiram pagar a propriedade somente com o dinheiro da venda da madeira. Com o simples documento de compra e venda da propriedade autenticado no setor de rendas e cadastro (correspondentes aos cartórios brasileiros), eles podiam fazer empréstimos no *Banco Nacional de Fomento no Paraguai* e pagar juros bem mais baixos que no Brasil.

Os primeiros plantios destinados à exportação foram a menta, principalmente no Alto Paraná, e o café na região de Canindeyú e Amambay. Esse segundo produto foi plantado especialmente nas fazendas do empresário agrícola Lunardelli, considerado o “rei do café” no estado do Paraná e que comprou uma ampla extensão de terras no Paraguai no final da década de 1950. Com o declínio do preço da menta no mercado internacional e com o aumento do preço da soja na Bolsa de Chicago, quase todos os grandes e pequenos agricultores brasileiros no Paraguai passam a se dedicar ao plantio e exportação desse produto. Grandes proprietários dos estados do Paraná, Mato Grosso do Sul e até de São Paulo compraram também propriedades no Paraguai e colocaram empregados ou arrendaram para seus familiares e conhecidos. Os arrendatários derrubaram o mato, plantaram menta e limparam o terreno para o plantio mecanizado da soja.

A partir do final da década de 1970 e início dos anos 1980 se ampliam os processos de mecanização e de concentração da propriedade da terra nessa faixa de fronteira. Uma família de agricultores podia aumentar o plantio sem necessitar contratar mais mão de obra. A partir desse contexto, aumentam as compras de terra aos camponeses paraguaios e aos pequenos produtores brasileiros. A pequena produção diversificada e de subsistência (milho, mandioca, etc) passa a ser substituída pelo plantio de soja. Nesse processo, começam os deslocamentos de camponeses paraguaios e brasileiros para outras frentes agrícolas no interior do Paraguai e para as periferias das cidades de fronteira.

Com os anos veio então a mecanização, o plantio da soja, com a mecanização facilitou que uma só pessoa pudesse plantar mais quantia de terra e aí começou as compras de terra em maior quantidade, de 1977 a 79 começou. Primeiro se plantava e se cultivava menta, aí da menta você entrava na plantação de soja e todos os produtos agrícolas de consumo, que é arroz, feijão, milho e tudo. Para o comércio era menta. A menta deu lugar a soja e aí com a entrada de algumas máquinas começou a mecanização, aquela pessoa que fazia 5 hectares começou a fazer 20, 30, começou a aumentar, destocar e começou a ampliar as áreas. Muitos que estavam aqui quando começou a mecanização, venderam aqui e foram no Paraguai mesmo para outras

---

restantes 290.000 cruzeiros para comprar uma casa, limpar e plantar 25 hectares de soja e ainda guardava uma pequena parte de seu dinheiro para comprar um trator no próximo ano (Menezes, 1987, p. 137).

regiões, por exemplo, aqui de Mbaracayu, San Alberto, Troncal 3, o pessoal a maioria vinha de San Miguel de Pikyry. Lá se instalou uma das primeiras colônias de brasileiros e dali o pessoal foi vendendo e entrando mais para frente (José Giacomelli, prefeito de Mbaracayu, 25/11/2004).

Ampliar a extensão dos cultivos de soja significa expandir o tamanho da propriedade rural. Em cada safra, o pequeno agricultor que estava se capitalizando comprava mais um pedaço de terra, tanto dos camponeses paraguaios como de outros pequenos produtores brasileiros que continuavam somente com a agricultura de subsistência. Desta maneira, a expansão das exportações favorecia a concentração da propriedade em poucas mãos, ocasionando a rápida ascensão social de alguns “colonos” e a “expulsão” do campo daqueles que não conseguiram ingressar neste modelo produtivo.

As frentes de expansão desses imigrantes brasileiros em território paraguaio se caracterizam como uma das dimensões das *fronteiras em movimento*. Não se trata da fronteira como o lugar privilegiado da liberdade e das oportunidades de ascensão social. O discurso dos imigrantes, que se autodenominam como colonos e pioneiros, tendem a reproduzir esta ideologia da fronteira como o lugar do trabalho e da prosperidade. A frente de expansão capitalista é um espaço de contradições. Se alguns conseguem enriquecer porque expandiram suas terras e aumentaram as exportações, outros tiveram que vender seus pequenos lotes e migrar para as cidades ou voltaram para o Brasil.

O modelo de exportação da produção agrícola exigia cada vez mais a mecanização da produção e a integração ao capitalismo financeiro nacional e internacional<sup>36</sup>. As empresas de maquinários agrícolas e os bancos internacionais de financiamento começaram a se instalar nessas fronteiras agrícolas. Estes produtores começaram a comprar máquinas modernas e tratores

---

<sup>36</sup> Como relata um agricultor de Santa Rita, “O financiamento aqui de insumos e de maquinarias foi sempre das empresas, bancos particulares daqui, bancos acionistas nacionais, gente nossa, de agricultor que compra. Então de parte do governo antes havia bastante financiamento, mas era tudo financiamento pequeno, era o Banco de Fomento, banco do país. Depois tem o ABN, que é o banco real, o Banco Regional, que é um banco nacional de inversionistas nacionais, agricultores muito grandes formaram este banco e hoje eu considero um dos melhores bancos do lugar. Depois tem o continental, BVVA, que é um banco espanhol, depois tem o Banco do Brasil, só que este não é muito para financiamento aqui. Banco do Brasil aqui é mais para depósitos, para você depositar teu dinheiro lá e ter uma garantia” (Imigrante brasileiro e empresário agrícola, Santa Rita - Alto Paraná, em 17/11/2004)

e a dispensar os peões e bóias frias que trabalhavam em suas fazendas. Além disso, muitos contratos de arrendamentos terminaram no início dos anos 1980 e não foram renovados, pois os proprietários brasileiros resolveram plantar diretamente a soja. Desta forma, muitos imigrantes empobrecidos tiveram que migrar para outras regiões do Paraguai ou ingressaram nos movimentos de reivindicação de terras no Brasil.

Muitas mudanças econômicas e políticas ocorrem durante a década de 1980. Além do fim dos contratos de arrendamento destinados a agricultores pobres, a diminuição dos créditos agrícolas do Banco Nacional de Fomento inviabilizou a pequena produção. No Brasil, a Ditadura Militar termina em 1985 e o novo governo democrático anuncia a possibilidade de realização de uma reforma agrária. No Paraguai, a ditadura acaba em 1989 e os setores camponeses começam a reivindicar mais intensamente o direito à terra. As mudanças políticas nos dois países ocasionam um novo processo migratório com sinais invertidos. Agora os imigrantes pobres estão sendo “expulsos” do modelo de concentração da propriedade no Paraguai e estão sendo “atraídos” pela promessa de terra no Brasil. Neste momento, grupos de brasileiros se organizam politicamente para voltarem ao Brasil, acampam nos municípios brasileiros próximos ao Paraguai e reivindicam a terra e a nacionalidade brasileira. Os brasileiros pobres e marginalizados que estão voltando do Paraguai passam a ser conhecidos como “brasiguaios”.

O processo de expansão do plantio de soja e de concentração da propriedade rural nas mãos principalmente de empresários brasileiros continua no contexto da democracia (a partir de 1989) e no ambiente do Mercosul (1995). Segundo dados de 2004, o plantio de soja já ocupa 1.936.000 ha, mais da metade da superfície cultivada no país e cerca de 40% do território do Alto Paraná e Canindeyú (Fogel, 2005). Conforme os dados da tabela abaixo, percebemos o ritmo acelerado de expansão da produção da soja e do aumento da superfície plantada a cada nova safra.

### EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE SOJA

Ano	Produção-tonelada	Hectares plantadas
1991	1. 170.666	552.657
1992	1. 376.780	594.811
1993	2.008.941	634.993
1994	1.891.509	694.117
1995	2.307. 603	735.503
1996	2.408.428	960.000
1997	2.771.000	1.050.000
1998	2.988.201	1.150.000
1999	2.980.058	1.200.000
2000	2.911.423	1.200.000
2001	3.502.179	1.350.000
2002	3.533.674	1.445.000
2003	4.558.015	1.550.000
2004	4.699.975	1.936.000

Fonte: Câmara paraguaia de Exportações de cereais e oleaginosas (CAPECO), Ministério da agricultura do Paraguai apud Fogel & Riquelme (2005).

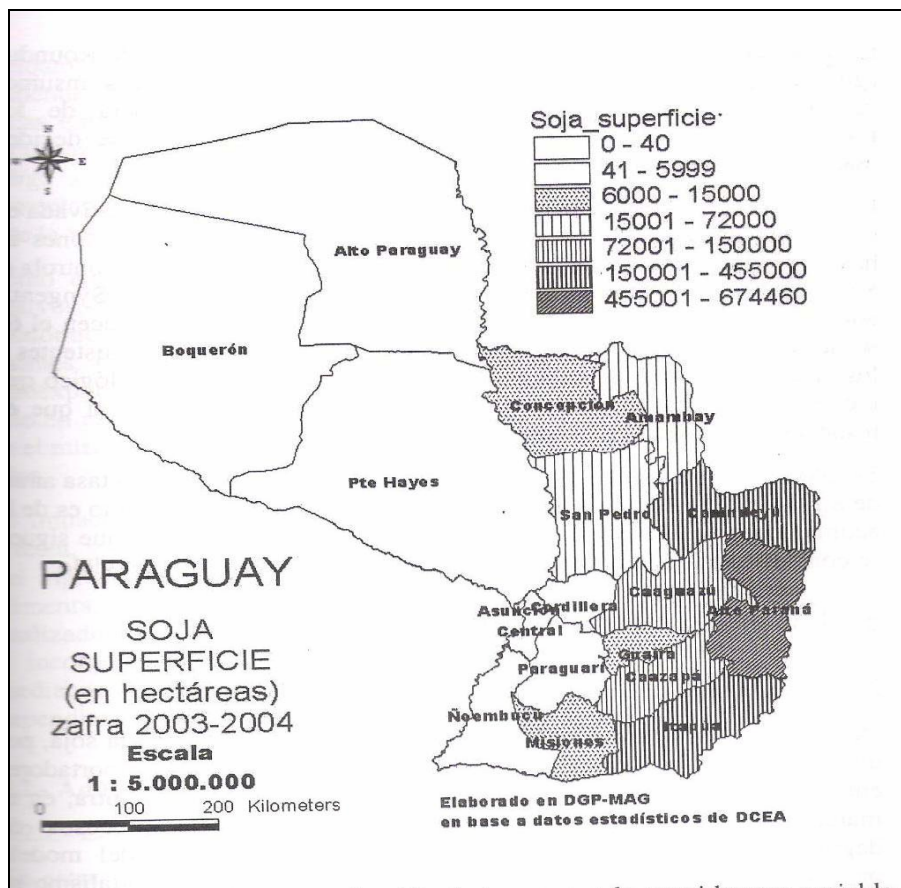
A superfície plantada e a quantidade de soja produzida quadruplicaram nos últimos 14 anos. Em 1991, a área era de 552. 657 hectares e a produção de 1.770.666 toneladas. Em 2004, aumentou o território para 1.936.00 hectares e a produção foi superior a 4 milhões de toneladas. Nos últimos anos, o ritmo de crescimento é mais intenso. As safras de 2001 e de 2003 impulsionaram ainda mais a compra de novas áreas para expansão do plantio nos anos seguintes. A liberalização da soja transgênica e a adoção do sistema de plantio direto favoreceram esse novo ritmo de crescimento e de acúmulo de riquezas. Não significa dizer que somente os brasileiros são os responsáveis pela expansão da produção de soja, outros estrangeiros e alguns empresários agrícolas paraguaios também se dedicam a essa atividade econômica. O que se sabe, por algumas



estimativas, é que esses imigrantes, juntamente com empresários que vivem no Brasil, são responsáveis por cerca de 70% a 80% da produção sojeira no país vizinho.

O plantio de soja não está disseminado por todo o território paraguaio. São justamente naqueles departamentos onde predominam os imigrantes brasileiros que a expansão da soja é mais intensa. O mapa a seguir nos ajuda a entender as principais regiões de concentração do plantio desse produto no território paraguaio nos dois últimos anos:

### MAPA DA EXPANSÃO DA SOJA NO PARAGUAI



Fonte: Fogel & Riquelme (2005, p. 45).

O departamento com maior extensão de plantio dessa oleaginosa é justamente o Alto Paraná, com uma superfície de 455.001 hectares em 2003 e 674.460 em 2004. Na medida em que se distancia dessa área fronteiriça de grande concentração de produtores brasileiros não

diminuindo as áreas destinadas à soja. A região do Alto Paraná é a mais rica em produção agrícola e agroindustrial do país, tendo um PIB per capita de 14 mil dólares enquanto no restante da nação o PIB *per capita* foi de 950 dólares em 2003 (Farina, 2003, p. 120). O grande desenvolvimento econômico desse departamento está diretamente ligado ao plantio e comercialização da soja (Konig, 11/01/2004), à Usina de Itaipu e ao comércio de Cidade do Leste. Neste sentido, a presença brasileira tem como principal campo de legitimação os dados de crescimento econômico da zona de fronteiras.

Neste movimento constante de expansão agrícola em território paraguaio, os brasileiros estão se afastando da área mais antiga de colonização e se apropriando de terras em outros departamentos. As novas frentes agrícolas se estendem atualmente para algumas zonas de Canindeyú, Amambay, Concepción, Alto Paraguay, San Pedro, Misiones, Caazapá e Caaguazu. Para esses novos territórios se dirigem tanto esses imigrantes brasileiros que enriqueceram nas terras vermelhas do Alto Paraná, como empresários brasileiros que vivem nos estados do Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo e que ampliam suas fazendas no Paraguai. As colônias camponesas, as reservas naturais, as comunidades indígenas e as regiões de pastagem do gado vão se convertendo numa paisagem homogênea do complexo agrícola da soja (soja, milho, girassol e trigo).

Atualmente essas novas fronteiras agrícolas em território paraguaio contam com a participação desses dois grupos de empresários brasileiros (“imigrantes” e “investidores” brasileiros) e de outros empresários estrangeiros, principalmente os menonitas canadenses e alemães que vivem mais na região ocidental, mas que estendem seus negócios na parte oriental. Esses segmentos empresariais começam a disputar os mesmos territórios e já existem indícios de alguns atritos intraclasse. Porém, os empresários agrícolas paraguaios continuam apoiando esses agricultores brasileiros (Fogel, 2005). As novas fronteiras agrícolas são controladas pelos grandes produtores de distintas nacionalidades. Nessas novas frentes de expansão existe pouco espaço de permanência para outras classes sociais.

Os empresários agrícolas brasileiros, residentes no Paraguai, têm também investido em novas frentes agrárias em território brasileiro. Eles afirmam que a situação no Paraguai pode se tornar insustentável devido ao aumento dos conflitos por terra e a possibilidade de perderem suas propriedades em solo estrangeiro, caso se aprove novas medidas de controle da faixa de fronteira. Alguns começam a comprar novas propriedades no Mato Grosso, Rondônia, Pará,

Goiás etc. Geralmente eles têm parentes nessas regiões do Brasil, estes incentivam os novos investimentos e indicam os melhores lugares para ampliar os plantios de soja<sup>37</sup>.

Essas novas regiões de expansão agrícola não se constituem em áreas de fortes processos migratórios como as primeiras frentes de colonização brasileira nas décadas de 1960 e 1970. Aquelas frentes de expansão se transformaram em frentes de urbanização nas décadas seguintes. Várias colônias agrícolas se transformaram em cidades e se tornaram municípios autônomos durante os anos de 1980 e 1990. Os agricultores brasileiros mantinham contatos com políticos paraguaios e conseguiram vários benefícios para estas localidades, como asfalto, ônibus, energia, sistema de telefonia etc. A força econômica daquela frente de colonização pode ser visualizada atualmente na pequena e próspera cidade de Santa Rita, localizada a 70 km ao sul de Cidade do Leste<sup>38</sup>. Quando visitei esta cidade, chamou-me a atenção a quantidade de lojas, revendas de carros e casas de câmbios, indicando um forte desenvolvimento econômico na região. Logo na entrada da cidade, um portal diz “*Santa Rita, ciudad progresista*”. Um jornalista paraguaio descreveu assim suas impressões sobre Santa Rita:

“Esto no parece Paraguay”, exclama el visitante al llegar al centro urbano de Santa Rita. Calles limpias, amplias avenidas asfaltadas, paseos centrales bien cuidados y con mucho verde. Prósperos edificios comerciales, galerías, bancos, financieras, locales de vendas de vehículos, tractores y cosechadoras. Y el más impresionante: casi no existe vendedores ambulantes. (Gutiérrez, 23/09/2003).

---

<sup>37</sup> A senhora Olinda Doerner disse-me que seus irmãos estão comprando terras no Mato Grosso. Ela tem parentes lá e eles sempre ligam dizendo para ela vender tudo no Paraguai e ir investir no Mato Grosso, pois o Paraguai está ficando muito violento e inseguro (Olinda Doerner, comerciante, 25/11/2004).

<sup>38</sup> Segundo dados do último censo, essa cidade é que tem a maior quantidade de imigrantes brasileiros no Paraguai. Dos 16.219 habitantes desse município, 6.045 são imigrantes (Paraguay, 2002).

## CIDADE DE SANTA RITA – ALTO PARANÁ, PARAGUAI



Uma das ruas principais da cidade de Santa Rita, Alto Paraná –Py (Foto do jornal Última Hora, 23/09/2003)

O crescimento econômico dessa e de outras cidades favoreceu a constituição de uma elite local que lutou pela emancipação desses municípios e que posteriormente tem disputado os pleitos eleitorais. Alguns médios e grandes agricultores e comerciantes brasileiros estão se tornando vereadores. Os filhos destes imigrantes “bem sucedidos”, que já nasceram no Paraguai, começam a disputar as eleições municipais e a se tornarem prefeitos.

### *5. O aumento do poder político dos imigrantes*

Atualmente há um prefeito que é imigrante brasileiro, três prefeitos paraguaios que são filhos dos imigrantes no departamento do Alto Paraná e vários vereadores brasileiros nos departamentos de Alto Paraná e Canindeyú<sup>39</sup>. Os vereadores brasileiros atuais começaram a vida

<sup>39</sup> O imigrante é prefeito de Mbaracayu (José Giacomelli), e os descendentes de imigrantes são prefeitos de Naranjal (César Padoin), Santa Rosa de Monday (Clairton Feix) e San Alberto (Luciana Valaites Maia). A lei municipal paraguaia só permite que os imigrantes sejam vereadores. O atual prefeito de Mbaracayu recorreu a Constituição de 1992 a qual permite a candidatura de estrangeiros ao cargo de prefeito, embora a legislação municipal proíba.

política ainda no período da ditadura de Stroessner como secretários de alguma seção do Partido Colorado. No contexto democrático, as colônias e vilas fundadas por brasileiros se tornaram municípios. Desde então começaram a se candidatar e a se eleger em número crescente a cada eleição<sup>40</sup>. Atualmente a maioria dos vereadores e prefeitos faz parte do Partido Colorado, com exceção do prefeito de Mbaracayu, que é do Partido Liberal, e de alguns vereadores que pertencem a outros partidos. Os colorados estão no poder desde a Ditadura de Stroessner (1954-89) e continuam sendo o grupo político mais estruturado na sociedade paraguaia. O processo democrático paraguaio tem sido bastante parcial, as oposições não chegaram ao poder e o partido da ditadura, com suas variadas tendências, continua governando o país<sup>41</sup>. Provavelmente seja conveniente que a maioria desses imigrantes se candidate por esse partido devido ao apoio que teve na época da ditadura e pelo fato do governo atual ser colorado, facilitando a governabilidade e o repasse de recursos em um país bastante centralizado.

O primeiro prefeito brasileiro chegou ao poder nas eleições de 1998 na pequena cidade de San Alberto, Alto Paraná. Ele pediu a naturalização paraguaia para poder disputar a administração municipal. Fazia parte de uma rica família de imigrantes e era dono da principal rádio local. Nas eleições de 2001, sua sobrinha se torna prefeita daquele município e outros três descendentes ou imigrantes se elegeram em outras cidades do Alto Paraná. Todos estes atuais prefeitos destacaram a ampla maioria de votos que tiveram e a boa legitimação de seus mandatos, dois deles pensam na reeleição.

Disputando era eu com mais três e nós ganhamos com 66,6% acima dos 3. Saí muito bem, dos 12 vereadores, 8 entrou da minha lista. Nas mesas de imigrantes a diferença era de 260 contra 7, contra 3 e contra 1, uma coisa assim. Na mesa de paraguaios natos era menos a diferença, mas também tinha diferença para nosso lado (César Pandoin, Prefeito de Naranjal, 19/11/2004).

Não existe votação individual para vereador no Paraguai. Cada partido político define previamente a quantidade e a ordem de candidatos. Conforme o número de votos para cada partido que concorreu ao cargo de prefeito, se escolhe proporcionalmente a quantidade de

<sup>40</sup> Na cidade de San Alberto, na primeira eleição municipal se elegeram dois vereadores brasileiros, na segunda eleição este número subiu para 4, e agora na terceira eleição já são 5.

<sup>41</sup> O jogo político no Paraguai após a longa ditadura de Stroessner tem se modificado lentamente. Não houve alternância de poder no processo de democratização da sociedade paraguaia, o mesmo partido do período da ditadura continua no poder, o Partido Colorado. Mas este partido não é um bloco monolítico, as facções mais progressistas vêm ocupando o poder. Por sua vez, as forças de oposição, embora não tenham conseguido conquistar a Presidência da República, aumenta sua participação no Legislativo e na organização de setores populares, especialmente o movimento *campesino*.

vereadores de cada lista partidária. No caso citado acima, o prefeito obteve 66,6% dos votos e elegeu 8 vereadores de um total de 12. Neste município existem seções eleitorais formadas basicamente por imigrantes e seus descendentes. O prefeito “brasiguai” obteve maior votação justamente nestas zonas eleitorais. De uma maneira geral, esses prefeitos se elegem principalmente com os votos dos imigrantes e seus descendentes e de alguns “paraguaios natos”. Os descendentes de brasileiros são maioria nestas cidades e os candidatos identificados com os imigrantes conseguem se eleger com boa margem de diferença em relação aos outros concorrentes.

Esses prefeitos são bastante jovens, eles têm entre 25 e 35 anos. Aqueles que geralmente detêm maior prestígio e legitimidade nessas cidades são os imigrantes “pioneiros” que fundaram os municípios e participaram dos processos de emancipação. Todavia, estes não têm a naturalização paraguaia para disputar o cargo de prefeito, então resolvem lançar como candidatos os filhos e os sobrinhos que já nasceram no Paraguai. O prefeito da cidade de Naranjal tem 25 anos e afirma que *“na verdade tinha que ser meu pai, mas ele não podia por causa de documento, então jogaram pra mim”* (César Pandoin, Prefeito de Naranjal, 19/11/2004). Esses jovens prefeitos se apresentam como modernos e relatam que estão rompendo com a cultura política corrupta e autoritária da sociedade paraguaia, herdeira do período da ditadura de Stroessner. Há um discurso bastante divulgado e aceito entre os imigrantes e seus descendentes que o Paraguai só vai mudar e se modernizar quando estes ocuparem os principais cargos políticos municipais e nacionais.

Eu digo para você dentro de 4 ou 5 anos vai ter uma renovação dentro do Paraguai que são os filhos destes imigrantes tomando toda a parte política. Hoje nós temos aqui no distrito de Naranjal, onde eu moro, nós temos um prefeito de 25 anos. Ele é filho de imigrante, filho de brasileiro, mãe argentina, e são todos descendentes de alemão ali. Então é uma renovação, o que ele fez, é uma política jovem. Já tem senador que é descendente de alemão, só que eles são uma minoria, mas cada dia estão crescendo mais e vai chegar num momento que vai mudar esta mentalidade (Sérgio Kempf, líder do movimento jovem da Congregação Scalabrini, 19/11/2004).

A crença desse líder juvenil é que os imigrantes implementarão um projeto de modernização política no país. Todavia, não basta ser imigrante brasileiro, mas especialmente aqueles descendentes de alemães, como ele mesmo e o prefeito citado. Ele elogia os deputados e os senadores descendentes de imigrantes e até o ex-ditador Stroessner, que também era filho de

alemão. Nessa perspectiva, os imigrantes seriam os porta-vozes dos ideais da modernidade, enquanto os paraguaios seriam tradicionais e atrasados, como discutirei no quinto capítulo.

### **6. A influência cultural brasileira na zona de fronteiras**

Os imigrantes não estão presentes somente na economia e na vida política local. É bastante significativa a influência cultural (língua portuguesa, meios de comunicação, religião, música, danças, tradições e culinária) do Brasil nesta ampla zona de fronteira. É justamente na língua e nos meios de comunicação que podemos refletir sobre o que alguns trabalhos já denominam de “espaço brasiguai” (Souchaud, 2002), ou de “um pedaço do Brasil no Paraguai”, como alguns entrevistados expressaram durante o meu trabalho de campo.

A língua guarani é a mais falada no Paraguai, principalmente na zona rural. O espanhol é o segundo idioma em todo o país e o mais falado em Assunção. Além dessas duas línguas oficiais, o português aumenta sua importância no país devido à imigração brasileira e à influência dos meios de comunicação na zona de fronteira. Conforme dados do último censo, 326.496 pessoas falam em português no Paraguai, quase quatro vezes a mais do total oficial de imigrantes brasileiros regularizados naquele país (81. 592).

#### **IDIOMAS NO PARAGUAI POR ÁREA DE RESIDÊNCIA**

Idioma	Total	Área de residência			
		Urbana	Rural	Urbana %	Rural %
Guarani	3.946.904	2.165.630	1.781.274	54,9	45,1
Espanhol	3.170.812	2.285.301	885.511	72,1	27,9
Português	326.496	205.977	120.519	63,1	36,9
Inglês	91.573	87.503	4.070	95,6	4,4
Alemão	59.166	22.758	36.408	38,5	61,5
Outro idioma	31.673	26.344	5.329	83,2	16,8
Idioma indígena	59.125	5.964	53.161	10,1	89,9

Guarani e espanhol	2.655.423	1.862.561	792.862	70,1	29,9
Espanhol e português	264.706	191.338	73.368	72,3	27,7
Guarani e português	196.716	157.830	38.886	80,2	19,8
Não informado	9.574	5.345	4.229	55,8	44,2

Fonte: Censo Nacional de Población y Viviendas del Paraguay, 2004.

O espanhol é o idioma mais falado no meio urbano, supera o guarani por uma pequena margem de diferença (119.671), já o guarani é amplamente majoritário no espaço rural, tendo duas vezes mais falantes do que o espanhol. O país é predominantemente bilíngüe, visto que 2.655.423 de pessoas falam os dois idiomas. Todavia, mais de 1 milhão de habitantes falam somente guarani, enquanto cerca de 500.000 falam somente o espanhol ou também outra língua presente no país, como o português, o inglês ou alemão. O alemão é falado fundamentalmente nas colônias *menonitas* e o inglês é mais praticado na capital.

O português está atualmente mais presente na zona urbana do que no meio rural. As pessoas que falam o português e o espanhol somam 264.706, enquanto que 196.716 habitantes se expressam em guarani e em português. Na totalidade do país, a importância do português ainda é bastante restrita, mas nos departamentos fronteiriços de forte imigração brasileira, percebe-se o grau de influência desse idioma. O português é a segunda língua mais importante na zona rural do departamento do Alto Paraná e em todo o departamento de Canindeyú<sup>42</sup>. Conforme pesquisa de Zuccolillo (2000), 41% da população de Canindeyú não fala nenhuma das duas línguas oficiais, ou seja, a língua portuguesa já é falada por mais de um terço dos habitantes daquele departamento fronteiriço (Zuccolillo, 2000).

O português é a língua predominante nas interações sociais que ocorrem nos bares, nas festas e nos intervalos das aulas nos municípios colonizados por imigrantes brasileiros. Na escola é obrigatório o estudo do espanhol e do guarani, porém os filhos de brasileiros, ao saírem da sala de aula, se comunicam em português. No relato do jornalista André Colmán aparece a forte influência do português na cidade de Katuete:

<sup>42</sup> Na zona rural do Alto Paraná 23.832 falam guarani, 11.386 se comunicam em português e somente 3.222 em espanhol. Em Canindeyú, 17.355 se expressam em guarani, 7.766 em português e 2.835 em espanhol (Paraguay, 2002).



Son las 21:35 de un miércoles cuando llegamos a la ciudad de Katuete, departamento de Canindeyú, a casi 400 km de Asunción. Hay poca gente en las calles. Frente a un bar, varios jóvenes toman cerveza y conversan animadamente. Nos acercamos hasta ellos con el móvil de Última Hora para preguntar cómo se llega en la casa de un poblador del lugar.

\_ Nde, socio! –le dice el chofer a un de los jóvenes- Ikatu pio aporandumi ndeve peteî mba'e?

El joven se acerca con un gesto amable pero incómodo:

\_\_ Desculpa... mas eu não compreendo guarani. Você não sabe falar em português? Pergunta.

El chofer, con una actitud algo maliciosa, le reprocha:

\_ No, mi amigo. Yo no hablo portugués, sino guarani. Por qué? Acaso aquí no es Paraguay?

El joven responde con una sonrisa:

\_ Sim, claro. Aqui é Paraguai, mas você tem que falar em português. De outro jeito não dá pra entender, porque aqui tá cheio de brasileiros (Gutiérrez, 22/9/2003)

Os próprios paraguaios necessitam aprender português para conseguir emprego no comércio local, pois têm que atender aos clientes na língua portuguesa. As músicas tocadas nos bares e nos carros de som são predominantemente brasileiras e os grupos musicais que vão tocar nos bailes são contratados no Brasil. Nas festas da Exposoja, que ocorrem nestas localidades, predomina a cultura brasileira, do idioma à culinária. As danças brasileiras e especialmente gaúchas são divulgadas e apreciadas nos Centros de Tradições Gaúchas (CTG) que existem em algumas cidades. Os letreiros das lojas, os cartazes e placas estavam predominantemente em espanhol nas cidades visitadas, mas existem municípios em que os anúncios de muitas lojas e lanchonetes continuam em português ou em “portuñol” (português com espanhol) ou ainda nas três línguas (português, espanhol e guarani). Há alguns anos atrás, os cartazes e propagandas estavam praticamente todos em português. Isso tem mudado nos últimos anos.

Os meios de comunicação, principalmente a TV brasileira, reforçam a presença do português nestas regiões nos últimos 15 anos. Antes esses “pioneiros” estavam mais isolados dos dois países. Não existiam estradas asfaltadas para aquelas colônias de imigrantes e nem chegavam os sinais das televisões brasileiras e paraguaias. As estradas asfaltadas e a compra de antenas parabólicas durante a década de 1990 aproximaram esses imigrantes do Brasil. Atualmente, quase todos os imigrantes brasileiros conseguem antenas parabólicas. Portanto, é a imagem do Brasil que está presente no cotidiano destes moradores fronteiriços. Embora os jovens e as crianças estudem espanhol, história e geografia paraguaia na escola, suas referências cotidianas são emitidas do Brasil via satélite. Essa influência não está restrita aos brasileiros,

como os sinais das televisões de Assunção não chegam nestas localidades, os paraguaios passam então a assistir os canais brasileiros e aprendem a língua portuguesa.

A televisão brasileira predomina em toda a faixa de fronteira, inclusive na capital do departamento do Alto Paraná, Cidade do Leste. Conforme uma pesquisa realizada nesta cidade, 77% dos entrevistados deixam de assistir aos programas das emissoras nacionais para assistir à programação do Brasil. Os ídolos são principalmente brasileiros e os jovens imitam costumes e modos de vida do país vizinho. O SBT lidera com 53%, seguido da Globo com 32% (Konig, 15/01/2004). Portanto, em alguns casos há paraguaios que falam o guarani e o português, visto que esta região do interior tem uma grande influência do guarani e não do castelhano.

As rádios locais também ajudam bastante na divulgação da cultura brasileira. Várias rádios pertencem de fato aos imigrantes brasileiros, embora estejam no nome dos filhos que nasceram no Paraguai ou de paraguaios “legítimos”, visto que a lei de telecomunicações não permite aos estrangeiros possuírem meios de comunicação no território nacional. Outras rádios pertencem a empresários paraguaios ou às igrejas evangélicas e católicas controladas por imigrantes. A maioria da programação, das músicas tocadas e das propagandas destas rádios se encontra em português, como neste convite de festa em uma rádio do município de San Alberto-Alto Paraná:

Atenção ai, sensacional festa da virgem de *Caacupé*, tradicional festa do chop, acontece próximo dia 6 de dezembro na colônia 8, na vila Magali. A programação é a seguinte: às 8:00 horas haverá um culto, às 9:00 horas um amistoso de futebol suíço, ao meio dia almoço com churrasco, saladas e bebidas, as 13:30 início da prova de gelocross com as categorias de 180 e 200 semi-entradas, participação de grupos paraguaios e brasileiros, às 14:30 haverá uma grandiosa rifa, às 18: 30 inicio do baile com a animação da banda Matebaile (Programa em português na Radio Pioneiro em San Alberto- Alto Paraná-Paraguai em 24/11/2004. Essa rádio é de Romildo Maia, ex-prefeito do município e tio da atual prefeita).

Os anunciantes e os donos das rádios afirmam que se a programação for somente em espanhol ou guarani não tem audiência. Se quiser audiência tem que se comunicar em português, tocar música sertaneja e gaúcha. Além das rádios locais (legalizadas, comunitárias ou “piratas”), os brasileiros também escutam rádios diretamente do Brasil, como a potente rádio Itaipu, de Foz do Iguaçu.

A língua portuguesa está presente ainda em vários cultos das igrejas evangélicas e em algumas missas da igreja católica nestas localidades de predominância de brasileiros. As

igrejas são geralmente construídas com dinheiro desses imigrantes e os padres e pastores vêm predominantemente do Brasil. No caso da região ao sul de Cidade do Leste (Santa Rita, Santa Rosa, Naranjal etc), a Congregação Católica Scalabriniana está presente desde a década de 1970. Esse grupo foi fundado na Itália no final do século XIX e tem forte influência nas regiões de imigração italiana como o sul do Brasil e a Argentina. Ao norte de Cidade do Leste (San Alberto, Mbaracayu, Katuete etc) está mais presente a Congregação Verbo Divino, também dirigida por padres e irmãs brasileiras. As igrejas evangélicas (Batista, Deus é amor, Assembléia de Deus, Universal etc) se ampliam nos últimos anos nestas cidades e também contam com pastores vindo principalmente do Rio Grande do Sul e Paraná. Nas palavras de Nieves Pardomo, paraguaia que convive com os brasileiros na cidade de Katuete,

la tradición cultural de los inmigrantes sigue siendo muy fuerte y muchas veces, cuando asistimos a una celebración, tenemos la impresión de encontrarnos en Brasil. Pero eso también sucede porque el Estado paraguayo ha permanecido prácticamente ausente en toda esta región fronteriza y hasta ahora casi todo llega del Brasil (Nieves de Perdomo, paraguaya de Katuete apud Gutiérrez, 22/09/2003, p. 67).

A presença significativa desses imigrantes e o poder econômico, político e cultural que eles estão consolidando no país vizinho redefinem as fronteiras entre o Brasil e o Paraguai. A primeira impressão para aquele que visita essas “comunidades” é que o limite internacional foi deslocado a partir da década de 1960 e que essas cidades são “*um pedaço do Brasil no Paraguai*” ou “*um Estado dentro do outro*”. Mas o fenômeno é mais complexo. O processo migratório ocasionou um alargamento da faixa de fronteira entre os dois países. Estamos acostumados a pensar a zona de fronteira somente como os lugares situados nas imediações dos limites políticos, como no caso de Cidade do Leste-Foz do Iguaçu, Salto de Guairá- Guaíra- Mundo Novo e Pedro Juan Caballero - Ponta Porã. Todos os fenômenos de mistura cultural e de afirmação de identidades nacionais que ocorrem em cidades classicamente definidas como fronteiriças acontecem também nesses municípios que estão situados num raio de até 100 km ou mais do limite internacional, como Santa Rita, Naranjal, Santa Rosa, San Alberto, Mbaracayu etc.

Os limites políticos e culturais dos Estados nacionais não são bem definidos nessa ampla faixa de fronteira, embora os Estados estabeleçam suas zonas oficiais de segurança e soberania nacionais. O Estado paraguaio está presente através da reivindicação do monopólio da lei, das armas e do sistema educacional. Mas a nação brasileira também se encontra mediante o

predomínio da língua portuguesa, das tradições culturais e dos meios de comunicação de massa do Brasil. Esse amplo território de fronteira é ao mesmo tempo um espaço em que se fundem duas nações e, portanto, de muitas misturas culturais, mas também um lugar de disputa política e econômica entre dois países com desenvolvimento econômico desigual. O desequilíbrio de poder entre as nações se reflete nas micro-relações sociais entre os moradores das regiões fronteiriças. A fronteira não se alarga da mesma forma no território paraguaio e brasileiro. A imigração paraguaia no Brasil é bastante reduzida, sendo mais expressiva no Mato Grosso do Sul<sup>43</sup>. O movimento é mais intenso em direção ao interior do Paraguai e este país vai se convertendo numa ampla faixa de fronteira controlada econômica, política e culturalmente, principalmente por brasileiros.

Do ponto de vista dos setores políticos de oposição e dos movimentos sociais paraguaios, esse movimento das fronteiras econômicas, políticas e culturais representa uma ameaça à soberania nacional. Portanto, são esses setores que reagem ao domínio dos brasileiros nessa ampla zona de fronteiras. Os conflitos com setores camponeses paraguaios se ampliam nos últimos anos, reacendendo as discussões sobre a “invasão brasileira” no Paraguai, como analisarei no próximo capítulo.

---

<sup>43</sup> Conforme estimativas do Ministério de Relações Exteriores do Brasil, cerca de 80 mil paraguaios moram no Mato Grosso do Sul, incluindo os índios paraguaios que migram para o lado brasileiro para adquirir melhores cuidados de saúde. Esses índios também têm uma afinidade cultural com muitas comunidades indígenas sul mato-grossenses que continuam falando o guarani. O principal fluxo migratório paraguaio continua sendo a Argentina. Provavelmente a barreira lingüística entre o português e o espanhol seja um dos motivos que explique a relativa pouca quantidade de paraguaios no Brasil em comparação ao número de paraguaios na Argentina.

### *Capítulo III*

## **CONFLITOS NA ZONA DE FRONTEIRAS**

O que há de sociologicamente mais relevante para caracterizar e definir a fronteira é, justamente, a situação de conflito social (...). Na minha opinião, nesse conflito, a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso que faz dela uma realidade singular (...). O conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro (Martins, 1997, p.150).

Duas pessoas morreram ontem e pelo menos uma ficou ferida num confronto entre camponeses e empregados de um fazendeiro na localidade de Vaquería (departamento de Caaguazu), 280 quilômetros a leste de Assunção (...). O incidente aconteceu na fazenda do brasileiro Ademir Osterman, cuja propriedade, de 500 hectares, foi invadida por sem-terra e desocupada pela Polícia antes do enfrentamento, operação na qual 69 invasores foram detidos. Fontes policiais explicaram que, após a desocupação, um grupo de camponeses bloqueou uma estrada quando passava um caminhão no qual várias pessoas da fazenda viajavam. Um dos ocupantes do veículo deu vários tiros contra os camponeses, acertando pelo menos três deles (O Povo, 25/06/2005, p.02).

Indígenas de la comunidad Maria Elena, los últimos miembros de la etnia Tomarajo, están en pie de guerra con la empresa brasileña Land Part Py SA, que habría adquirido irregularmente las tierras que el Estado paraguayo compró para ampliar el territorio de los nativos. Los brasileños amedrentan a los aborígenes, incluso en varias ocasiones expulsaron a los mismos, con la amenaza de que, si retornan, serán garroteados (Alvarez, 10/06/2004).

As tensões entre paraguaios e brasileiros no Alto Paraná acirraram-se nos últimos dois dias. Os cerca de 50 "brasiguaios" acampados em Foz do Iguaçu voltaram para Puerto Indio, de onde saíram havia mais de dois meses, denunciando perseguições de "campesinos" sem-terra paraguaios. Já a 40 quilômetros dali, em San Alberto, cidade administrada pelo brasileiro naturalizado paraguaio Romildo Maia, a polícia retirou ontem mais uma vez cerca de cem "campesinos", que, insuflados por vereadores da oposição, haviam voltado a interditar a prefeitura. (...) Além dos cinco vereadores de San Alberto (de um total de nove) que tentam destituir o prefeito, sob acusação de malversação de verbas e favorecimento de brasileiros (90% da população do município de 23 mil habitantes), outros políticos, fazendeiros e

contrabandistas paraguaios e brasileiros estão insuflando o confronto entre campesinos e brasiguaios.(Konig & Iunovich, 30/07/1999).

Os relatos acima descrevem alguns dos conflitos entre os imigrantes brasileiros e setores camponeses e indígenas da sociedade paraguaia em torno da disputa da terra e do poder político local. Os jornais descrevem como conflitos pontuais, semelhantes ou iguais às tensões pela terra e as rivalidades políticas em território brasileiro. Todavia, trata-se de um processo mais amplo e singular em que estão presentes disputas de classes, étnicas e nacionais num cenário de expansão das fronteiras econômicas e demográficas de um país em outro território nacional.

As frentes de expansão capitalista em território paraguaio, compostas principalmente por agricultores brasileiros, entram em choque com setores marginalizados da sociedade paraguaia, especialmente os camponeses e os indígenas. Os conflitos são consequência da forma como os brasileiros, particularmente os grandes e médios produtores de soja, estão explorando a terra, modificando o meio ambiente e desestruturando as culturas camponesas e indígenas. O movimento desta fronteira agrícola produz muitas contradições, desigualdades sociais e tensões políticas e culturais. Não se trata somente de conflitos de classe entre grandes proprietários rurais e camponeses, mas conflitos étnicos entre descendentes de alemães, italianos e comunidades indígenas, disputas nacionais entre brasileiros e paraguaios e choque entre o nacionalismo paraguaio e os processos de integração supranacional. Estas variadas disputas não estão separadas, mas articuladas e combinadas.

Os interesses em jogo nas frentes de expansão ocasionam destruições, mortes, contaminações, confrontos culturais e efetivação de relações de poder assimétricas. As *fronteiras em movimento* são espaços de tensão e de poder que possibilitam a descoberta do “outro”, mas geralmente essa alteridade é negada e subordinada nos novos processos de exploração econômica. Devido à diversidade de conflitos e de sujeitos envolvidos, priorizo os confrontos mais noticiados entre os “brasiguaios” e os “campesinos” e suas distintas interpretações sobre os atuais conflitos que estão ocorrendo especialmente nas zonas de expansão do plantio de soja. Não somente os sujeitos sociais que se enfrentam diretamente têm explicações e justificativas distintas, os jornalistas, alguns intelectuais e líderes religiosos do Brasil e do Paraguai também analisam essas tensões a partir de pontos de vista diferentes.

### ***1. Os conflitos de terra na fronteira do Paraguai com o Brasil***

Os principais conflitos que ocorreram, na última década, na fronteira leste do Paraguai foram ocasionados por disputas de terra entre os movimentos camponeses paraguaios e os imigrantes brasileiros que são proprietários de fazendas naquele país. A respeito disso, algumas observações preliminares são importantes: 1) os movimentos camponeses, embora “invadam” predominantemente as propriedades dos brasileiros, também ocupam grandes extensões de outros estrangeiros que vivem no Paraguai (alemães, *menonitas*, árabes, coreanos, chineses e norte-americanos) e dos próprios latifundiários paraguaios, principalmente de militares que conseguiram grandes faixas de terra durante a Ditadura de Stroessner; 2) os conflitos envolvendo “brasiguaios” e “campesinos” não se resumem à disputa pela terra, estão relacionados à destruição florestal e uso de agrotóxicos nas lavouras de soja, ao confronto político entre camponeses e prefeitos brasileiros e às tensões com a polícia paraguaia.

O aumento extensivo e intensivo do plantio de soja e do uso de agrotóxicos, por parte de agricultores brasileiros e outros empresários agrícolas, atinge as áreas de colonização camponesa. A terra se torna cada vez mais valorizada nos departamentos produtores de soja. No Alto Paraná, o preço por hectare em 2003 passou de 1.200 para 2.000 dólares. Não há mais “terras novas e desocupadas” a serem colonizadas nessa região. Os empresários agrícolas, na busca por terras menos valorizadas, estão comprando ou arrendando terras dos próprios camponeses em departamentos vizinhos. Neste movimento de expansão, os enfrentamentos com movimentos camponeses e indígenas se ampliam em várias localidades dos departamentos de Caaguazu, Caazapá, San Pedro e Misiones.

As terras indígenas são alvos dos plantadores de soja e madeireiros, mas também objetos de “invasão” pelos camponeses paraguaios<sup>44</sup>. Na concepção de uma antropóloga e missionária paraguaia, as principais vítimas dessa frente de expansão capitalista são os índios. Segundo ela, há 30 anos existiam 17 etnias e cerca de 30 mil índios, atualmente não passam de 15

---

<sup>44</sup> Riquelme (2003) relata alguns casos de invasão de terras indígenas pelos camponeses no departamento de Caaguazu: 52 famílias camponesas ocupam área de 522 hectares da comunidade indígena Mbya Ypa'u; camponeses sem terra ocupam 1.100 hectares dos índios Mby'a; líder indígena da comunidade Mby'a Guarani denunciou a ocupação pelos dos camponeses de uma área de 500 hectares.

mil. Um fato agravante desse quadro é que o processo de modernização agrícola é acompanhado de práticas sociais bastante injustas como a escravidão indígena.

Depois de passar por torturas físicas e psicológicas, eles são forçados a trabalhar quase sem remuneração em lavouras e carvoarias, a maioria de brasileiros. (...) Os brasileiros se associam a políticos influentes para expulsar os índios. Além de perder seu espaço, etnias como a Pai Tavytevã, Avá-guarani e Ache vêm sua cultura ser violentada pela imposição de costumes estrangeiros (Antropóloga e missionária paraguaia apud Konig, 14/01/2004).

### CRIANÇAS INDÍGENAS NO PARAGUAI



Crianças indígenas do grupo étnico Avá-guarani, Canindeyú, Paraguai. Foto de Mauri Konig, 14/01/2004.

A foto acima problematiza a situação de miséria das crianças que vivem em um acampamento de índios *Avá-guarani* no departamento paraguaio de Canindeyú. Suas terras foram ocupadas por empresários agrícolas brasileiros e esse grupo étnico luta para não ser exterminado e ter o direito à propriedade da terra e à cidadania paraguaia.

As frentes de expansão no Paraguai reproduzem quase os mesmos processos contraditórios que acontecem na Amazônia, já estudados por Ribeiro (1996), Oliveira (1972) e Martins (1997). As denominadas *fronteiras da civilização* e da modernização não podem ser vistas somente a partir da lógica dos “pioneiros” que teimam em dizer que estão ocupando “terras



livres”. Essas fronteiras agrícolas e comerciais produzem relações trabalhistas pré-modernas como a escravidão indígena e um conjunto de conflitos e destruições étnicas. No confronto entre a frente de colonização brasileira e os setores marginalizados da sociedade paraguaia, além dos conflitos já analisados por esses autores, existem também as tensões e sentimentos nacionalistas que redefinem as lutas sociais e étnicas.

Durante a última década, existiram vários focos de disputas em toda a zona de forte presença dos imigrantes brasileiros. Conforme o jornalista Mauri Konig, os conflitos envolvendo madeireiros, empresários agrícolas, camponeses, indígenas e policiais paraguaios ocasionaram várias mortes nos últimos cinco anos e se localizaram principalmente no departamento do Alto Paraná. (Konig, 11/01/2004).

### CONFLITOS DE TERRA NO PARAGUAI



Camponês paraguaio morto no município de Itaryry (Alto Paraná - Py) por um imigrante e agricultor brasileiro após a “invasão” de sua propriedade pelo movimento camponês local. Fonte: Konig, 11/01/2004.

Nessa fronteira agrícola há casos de índios que são expulsos de suas terras e obrigados ao trabalho forçado em carvoarias de brasileiros. Tráfico de madeira e drogas do Paraguai para o Brasil. Destruição de plantações de algodão, milho e mandioca de camponeses paraguaios que ocupam propriedades de brasileiros. Camponeses que “invadem” as terras de

pequenos, médios e grandes agricultores brasileiros e queimam plantações de soja, bem como conflitos com a polícia paraguaia nas ações de despejo etc. As variadas contendas estão relacionadas com a posse da terra e com a problemática da legalidade das propriedades rurais.

A distribuição da terra no Paraguai é bastante desigual. O projeto de Reforma Agrária e de colonização do Instituto de Bienestar Rural (IBR), na década de 1960, não promoveu uma efetiva democratização da propriedade da terra naquele país. Na verdade, várias extensões de terra foram distribuídas pelo governo para militares ligados ao regime ditatorial e para estrangeiros, principalmente imobiliárias brasileiras que depois revenderam os lotes para “colonos” do sul do Brasil. Embora tenham sido fundadas várias colônias oficiais de camponeses naquele período, o governo não apoiou efetivamente estes projetos. Devido a tais fatores, o Paraguai não efetivou uma Reforma Agrária e os processos de concentração da propriedade e de aumento da pobreza rural têm aumentado após a ditadura de Stroessner (1954-1989) (Fogel, 2005).

#### DISTRIBUIÇÃO DA TERRA NO PARAGUAI

<b>Tamanho</b>	<b>Distribuição</b>	<b>Superfície %</b>
Menores de cinco has	40.1 %	um
De cinco a menos de 10 has	21.7 %	dois
De 10 a menos de 20 has	21.6%	três
De 20 a menos de 100has	12.7%	seis
De 100 a menos de 500 h	2.4%	7
De 500 y más has	1.55	81
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100</b>

Fonte: Ministerio de Agricultura y Ganadería, 1992 apud Mora (2003).

No início da década de 1990, conforme os dados da tabela acima, a soma das pequenas parcelas de terra (menores de 5 hectares até 100 hectares) representavam 96,15 % do total de propriedades existentes no país e só ocupavam 12% do território total. As propriedades médias (de 100 a menos de 500 hectares) somavam 2,4% do total e ocupavam 7% de superfície,

enquanto que as grandes propriedades (de 500 a mais hectares) só representavam 1,5% do total e ocupavam 81% do território nacional. Não consegui dados sistematizados mais atuais. Mas através de alguns dados parciais apresentados em pesquisa recente (Fogel, 2005), verifica-se que há um acelerado processo de venda e de aluguel de pequenos lotes dos camponeses para grandes produtores de soja durante a última década. Acredito que atualmente a estrutura fundiária esteja ainda mais concentrada.

Diante do processo de concentração da propriedade da terra e aumento da pobreza rural no Paraguai, estruturaram-se nas últimas décadas várias agremiações camponesas. Com o fim da ditadura de Stroessner em 1989, as entidades representativas do movimento camponês se organizaram e passaram a reivindicar uma mudança na estrutura fundiária. A partir desse momento, ampliam-se os conflitos no campo. De 1989 a 1999 foram registrados 434 casos de conflitos por terra, sendo que 81 destes aconteceram no departamento do Alto Paraná, região em que mais se registraram lutas pela terra e onde está situada a maioria dos imigrantes brasileiros (Riquelme, 2003).

As organizações camponesas estão estruturadas em três âmbitos: distrital, departamental e nacional. Atualmente as entidades nacionais principais são a Federación Nacional Campesina (FNC) e a Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas (MCNOC), que congrega a Organización de Lucha por la Tierra (OLT), o Movimento Campesino del Paraguay (MCP), Unión Campesina Nacional (UCN), Frente Obrero Campesino (FOC) e Organización Nacional Aborigen Independiente (ONAI). Essas diferentes entidades camponesas e indígenas estão mobilizadas no movimento amplo da sociedade civil denominado Frente Nacional de Lucha por la Vida y la Soberanía.

As lideranças das distintas organizações camponesas geralmente defendem posturas de esquerda e buscam aprofundar a democracia no país. As diferenças fundamentais entre as duas principais entidades - a FNC e MCNOC- dizem respeito à organização interna e à relação com o governo. A FNC tem uma estrutura mais centralizadora e não negocia facilmente com o presidente, já a MCNOC é uma confederação formada por 33 organizações sociais e se organiza de uma maneira descentralizada, dialoga e participa de projetos agrícolas organizados pelo governo central (Carlos Mora, professor, 25/10/2004). Embora no conjunto desses movimentos haja toda uma heterogeneidade organizativa e ideológica, existem algumas ações em comum: a luta contra o latifúndio e modelo agrícola “sojero”, o bloqueio de rodovias, as manifestações

contra a poluição do meio ambiente e intoxicação de pessoas, críticas ao êxodo rural e reivindicação de projetos agrícolas. Todas participam da Frente de Lucha por la Vida e Soberania e da Marcha Nacional de mobilização e projeção midiática que acontece todos os anos em Assunção.

Não existe no Paraguai um movimento específico dos trabalhadores rurais sem-terra. Os cerca de 300 mil agricultores sem-terra existentes atualmente no país se organizam e se envolvem nessas entidades camponesas, que também congregam os pequenos produtores rurais (Riquelme, 2003). Tudo indica que não há uma identificação entre os movimentos camponeses e um partido político específico. As lideranças camponesas terminam se articulando com políticos de diferentes partidos, conforme o jogo de interesses locais.

En Paraguay todavía no tiene representante de los trabajadores y la MCNOC también no. Paraguay no se ha avanzado en la representatividad plena por parte de los sectores sociales, tenemos varias organizaciones políticas de izquierda que son pequeñas organizaciones, nosotros decimos que son muy desnutridas. Desnutrida del punto de vista de la representación de masa, de la inserción, de la influencia que tiene. No han encontrado el camino más correcto en el proceso de construcción para que tenga un arraigo de la base y tenga una fuerza importante en un momento electoral como una situación táctica para obtener algunos parlamentarios (Luis Aguayo, Líder campesino de la MCNOC, 26/10/2004).

Os camponeses sem-terra falam da necessidade de recuperar as terras “malhabidas” (ilegais) dos brasileiros e passam a ocupar prioritariamente estas fazendas na região de fronteiras. Embora a maioria dos brasileiros tenha comprado estas propriedades das empresas colonizadoras, do próprio Instituto de Bienestar Rural (IBR) e dos camponeses paraguaios, alguns não têm as escrituras públicas e continuam somente com os contratos de compra e venda. Além disso, as terras geralmente têm vários documentos, fruto da corrupção política produzida no período ditatorial. A forte corrupção no IBR possibilitava a distribuição da mesma propriedade para mais de um proprietário, ocasionando sérios problemas de documentação. Os títulos são geralmente questionados e às vezes aparecem outros indivíduos se dizendo donos das terras<sup>45</sup>. Os brasileiros, na expansão de suas fazendas, estão comprando ilegalmente dos camponeses paraguaios as

---

<sup>45</sup> O caso ocorrido em 2003 no município de Laranjal é bastante ilustrativo do problema da documentação e dos interesses políticos em jogo. Doze brasileiros e um paraguaio são proprietários de 1.200 hectares de terras no sítio de San Clemente, distrito de Naranjal. Segundo os relatos dos jornais, os agricultores pagaram duas vezes pela mesma propriedade, visto que apareceram novos donos, e ainda passaram por todo um processo político para saber se seriam ou não desapropriados (Penayo, 26/09/2003).

*derecheras*<sup>46</sup>, pois são bem mais baratas que as outras propriedades. As lideranças camponesas e alguns líderes políticos de oposição questionam estas transações imobiliárias e incentivam as ocupações das propriedades.

## **2. Outros conflitos envolvendo “camponeses” e “brasiguaios”**

O problema do meio ambiente e a intoxicação de camponeses nessas áreas de plantio de soja também têm gerado muitos conflitos com os camponeses. O aumento extensivo do território utilizado para o plantio mecanizado da soja gera uma ampliação intensiva do uso de agrotóxicos, aceleração do desmatamento e da poluição de leitos de rios e riachos. As pulverizações terminam atingindo as comunidades camponesas. Os pequenos produtores e os sem-terra paraguaios lutam principalmente com os grandes proprietários estrangeiros. Muitas vezes, os camponeses param as máquinas de pulverização e enfrentam os fazendeiros brasileiros e a polícia paraguaia.

Durante o ano de 2004 ocorreram vários casos de queima de plantações de soja de fazendeiros brasileiros e *menonitas* nos departamentos de Canindeyú, Caaguazu, Amambay e Guairá (Duarte, 3/3/2004). Ninguém se responsabiliza por essas queimas. As explicações mais convincentes apontam para ações espontâneas de camponeses locais que vêem as novas plantações de soja e os processos de pulverização próximos a suas residências como uma ameaça a suas vidas. O cultivo de soja passa a ser visto pelos camponeses como uma “maldição” ao país. Quase todos os casos de intoxicação, de doenças de pele e de respiração são atribuídos aos novos plantios de soja em áreas bastante povoadas.

A disputa pela terra e as reações aos novos plantios de soja transgênica (geneticamente modificada) são os cenários privilegiados dos conflitos e de variadas formas de resistência, mas a ascensão política de alguns imigrantes ou descendentes ao cargo de prefeito de algumas cidades também tem ocasionado algumas reações conflituosas com grupos de camponeses paraguaios. No período da campanha política, todos os quatro prefeitos

---

<sup>46</sup> Cada *derechera* corresponde a uma área de 7 a 10 hectares de terras, custa ao redor de 1 milhão de guaranis (500 reais) e pode ser paga em 5 anos ao IBR. Os brasileiros compram esta *derechera* da seguinte forma: pagam uma quantidade de dinheiro ao camponês para que este transfira o direito de propriedade, vão ao Instituto e pagam as anuidades, no final conseguem o título de propriedade. Os imigrantes podem conseguir até 100 hectares num mesmo quadrado. Mas após o término do pagamento, a escritura definitiva pode demorar até 10 anos para estar pronta. Neste período podem existir várias “invasões” (Arno Bilk, vereador, 26/11/2004).

“brasiguaios” enfrentaram adversários paraguaios e os discursos da oposição enfatizavam que se os brasileiros ganhassem só iam beneficiar os imigrantes. Alguns opositores afirmavam que aqueles candidatos, caso fossem eleitos, iriam trocar a bandeira do Paraguai pela brasileira tanto na prefeitura como nas escolas. Nos municípios de *Mbaracayu*, *Santa Rosa* e *Naranjal*, as disputas e troca de acusações se restringiram mais ao período eleitoral, mas no município de *San Alberto* os conflitos entre camponeses e prefeitura se estendem já por duas administrações.

San Alberto foi a primeira cidade paraguaia administrada por um imigrante brasileiro, naturalizado paraguaio, no período de 1998 a 2001. Durante sua administração, o prefeito foi acusado de só beneficiar brasileiros e de não aplicar corretamente o dinheiro público. A prefeitura foi ocupada algumas vezes pelo movimento camponês da região, principalmente durante o ano de 1999. Nas eleições municipais de 2001, ele conseguiu eleger sua sobrinha como nova prefeita da cidade. Na sua administração, ela também é acusada pela imprensa de corrupção e de malversação do dinheiro público e já teve a sede da prefeitura ocupada pelo movimento camponês local.

Segundo a versão da própria prefeita, ela rompeu com o tio por que este queria muitos favores políticos, já que tinha apoiado financeiramente sua campanha. O ex-prefeito passa a articular uma oposição parlamentar e entra em contato com o próprio movimento camponês para pressioná-la a se afastar do cargo. Para a prefeita, a ocupação foi incentivada pelos vereadores de oposição que desejavam destituí-la do poder (Luciana Maia, prefeita de San Alberto, 17/01/2004). Segundo alguns moradores daquela cidade, havia um acordo entre a sobrinha e o tio no período da disputa eleitoral. Por causa dos problemas de denúncias existentes na gestão de Romildo Maia, ele não disputou a reeleição, mas apoiou sua sobrinha. No Paraguai não existe o cargo de vice-prefeito. Caso o prefeito abandone o cargo, quem assume é o presidente da Câmara. O acordo previa que o ex-prefeito seria candidato a vereador pela lista do Partido Colorado e depois concorreria à presidência da Câmara Municipal. A atual prefeita renunciaria e ele assumiria novamente a prefeitura. O acordo não se efetivou. O ex-prefeito não conseguiu a maioria necessária para disputa do cargo e nem a prefeita renunciou. Desde então começaram os acordos para tentar prejudicar e inviabilizar sua administração.

Os conflitos políticos na administração de San Alberto devem ser compreendidos a partir das alianças táticas que existem entre políticos brasileiros e setores locais do movimento camponês paraguaio. Não existem somente tensão e separação entre brasileiros e paraguaios.

Conforme o jogo político local, os vereadores da oposição convocam setores do movimento camponês do município e de outras localidades para virem ocupar a prefeitura e pressionar a saída dos administradores. Conforme alguns vereadores, os políticos locais prometem dinheiro, comida, títulos de eleitores e ajudas logísticas na ocupação de algumas fazendas da região.

Ocorreram também vários conflitos entre imigrantes e a polícia paraguaia devido à situação de ilegalidade de muitos brasileiros, principalmente pequenos agricultores e sem-terra. As tensões e humilhações têm sido denunciadas pelos “brasiguaios” desde o período em que os primeiros grupos organizados estavam voltando para o Brasil em 1985. Havia vários relatos de que os “brasiguaios”, em situação irregular, quando eram pegos pela polícia local passavam por grandes humilhações e até espancamentos. Tudo indica que as práticas da polícia paraguaia, tanto diante dos camponeses paraguaios como dos “brasiguaios”, continuam lembrando as formas de tortura do período ditatorial. Os conflitos entre brasileiros pobres e a polícia paraguaia diminuiu bastante no contexto do Mercosul (Souchaud, 2002).

Todas essas formas de conflitos - luta pela terra, ações contra o plantio predatório da soja, conflitos nas administrações dos “brasiguaios” e tensões com a polícia paraguaia - foram e são noticiados pela imprensa paraguaia e brasileira. Além disso, no cotidiano das cidades em que predominam os imigrantes brasileiros, as pessoas relataram, em conversas informais, algumas tensões que continuam existindo nas relações entre brasileiros e paraguaios, principalmente os conflitos em bares e nas ruas em momentos de embriaguez, acompanhados de expressões depreciativas como “invasores”, “rapai”, “chiru mandioqueiro” etc.

### **3. “Invasores” e “vítimas” na frente de expansão**

As versões sobre esses conflitos variam bastante na ótica dos “campesinos” e dos “brasiguaios”. Os movimentos camponeses questionam a legalidade das propriedades dos brasileiros, afirmam que as terras ou foram presenteadas pelo General Stroessner ou foram compradas ilegalmente. O líder camponês Rodrigo Nuñez comenta que os produtores brasileiros ocupam *“terras ilegais e não são nem paraguaios”*, enquanto *“nós, que somos paraguaios legítimos, não temos terras”* (Rodrigo Nuñez apud Sant’anna, 14/8/1999). A acusação é que os estrangeiros são proprietários ilegais e moradores ilegítimos do território nacional. Se fossem

“paraguaios legítimos” seriam menos questionados por ocuparem terras ilegais. O discurso da ilegalidade das propriedades aparece combinado com a problemática da identidade e legitimidade nacional.

Os brasileiros são vistos também como “gringos” responsáveis pela poluição de rios, desmatamento, destruição dos solos e intoxicação de adultos e crianças. São, portanto, colonizadores, invasores e destruidores da natureza e da cultura paraguaia. Para os camponeses, o avanço desta frente de expansão não é acidental, trata-se de uma colonização que conta com um forte apoio jurídico do consulado brasileiro.

Con esa expansión se produce lo que nosotros conceptualizamos que es la invasión extranjera, porque no solamente ocupa la tierra, produce la tierra, sino instala su modelo de producción, su idioma, su cultura, sus autoridades, todo, entonces está ocupado prácticamente por la otra potencia nacional, que la principal es brasileña. El tema es que estamos teniendo frontera con el Brasil, entonces mayoritariamente brasileños, y lo peor, lastimosamente te tengo que decir, por ser tu compatriota, que es el peor criminal, desde el punto de vista de la destrucción ambiental, destrucción local, sea hídrico, descargando veneno, lavando los instrumentos de maquinarias, el uso de agro-químicos. En cima de eso, tirando todos los envases vacíos, flotando ahí en el agua, hasta inclusive algunos cerrando los causes, es un desastre, son los más criminales en ese sentido. (...) Entonces las organizaciones campesinas cuando se desarrollan otra vez, tiene una política de recuperación del territorio perdido, de las comunidades paraguayas, porque los asentamientos son legalizados, pero todavía falta titular (...). Los brasileños compran, echan todas las casas, echan todas las plantaciones de naranja, café, o sea lo que tiene y queda un campo de producción, o sea, una colonia sin habitantes (Luis Aguayo, Líder campesino de la MCNOC, 26/10/2004).

Conforme Juan Bernal, os grandes fazendeiros brasileiros “*no respetan ni el viento*” na hora de pulverização do plantio de soja. Para ele, os “sojeros” contratam pistoleiros e bandidos fugitivos da justiça brasileira para protegerem suas propriedades e matarem os paraguaios. Os camponeses se apresentam como vítimas dos agressores brasileiros, visto que o “*campesino parece el pajarito que muere en los caminos y nadie interviene en ese caso*” (Juan Bernal, camponês paraguaio, 26/10/2004).

Nesta nota de repúdio a presença brasileira na região, há uma associação entre o faroeste americano e os “pioneiros” brasileiros no Paraguai. No sentido comparativo descrevem que

Al más puro estilo de lo que se ve en las películas de series del Far West, los inmigrantes brasileños poseen, usan y abusan de armas de grueso y todos los calibres, pegándose el lujo de tener lugares de prácticas de tiro al blanco y que,



en uno de los casos, las balas perdidas “distraídamente” paran contra una de las comunidades formadas por paraguayos. (Nota de denuncia da Comissão camponesa do assentamento Ykua Porã apud Gutiérrez, 18/09/2003).

Além do discurso dos próprios camponeses, existem padres, políticos, jornalistas e outros cidadãos paraguaios que reforçam essa imagem dos brasileiros como invasores. Alguns bispos e padres da igreja católica têm defendido bastante a luta social e nacional dos camponeses naquelas regiões de fronteira. O padre Mario Sotelo realizou um documentário sobre a destruição do meio ambiente provocada pela frente de expansão do plantio de soja.

Es impresionante la cantidad de peces muertos que encontramos. Eso sucede porque los brasileños fumigan sus plantaciones y lavan sus máquinas en el arroyo, que pasa por las colonias donde los campesinos usan agua, dan de beber a los animales e incluso los niños se bañan allí, sin saber el riesgo que corren (...) Yo no estoy en contra a los inmigrantes brasileños, pero me preocupa lo que está pasando, la manera incontrolada en que están comprando tierras y forzando a los colonos paraguayos a vender sus chacras, provocando un éxodo masivo, además del grave daño al medio ambiente. (...) Las chacras se convierten en tierra pelada para plantar soja, se cierran las escuelas, se abandonan los ranchos y las comunidades se convierten en pueblos fantasmas. (...) Hay que hacer algo para frenar este fenómeno, que solo traerá mayor pobreza y conflictos sociales al Paraguay (Padre Mario Sotelo apud Gutiérrez, 26/09/2003)

Várias reportagens, publicadas nos principais jornais do Paraguai, durante os anos de 2003 e 2004, apresentam a imigração brasileira naquele país como uma “invasão brasileira”. Claro que existem outras notícias dos periódicos paraguaios, especialmente os editoriais do *ABC Color*, que defendem veementemente os imigrantes e os apresentam como portadores legítimos do desenvolvimento do país. As manchetes mais críticas geralmente reproduzem os termos utilizados por políticos, religiosos e camponeses que são entrevistados. Os títulos dessas matérias enfatizam a “invasão” brasileira e as perdas sociais, ambientais e nacionais que esses “invasores” provocam em território paraguaio.

Jornal	Data	Reportagem
La Nación	02/07/2003	Gobernador de Caaguazu pide frenar invasión de brasileños
ABC Color	18/07/2003	Piden frenar “invasión” brasileña en Alto Paraná
ABC Color	21/07/2003	Exigen poner fin a invasión brasileña
ABC Color	16/08/2003	Invasión y éxodo esperan solución en Caazapá
ABC Color	29/08/2003	Obispo califica de criminal la invasión de brasileños al país
ABC Color	29/08/2003	Obispo cuestiona la invasión brasileña en zona de Caaguazu
ABC Color	21/09/2003	“Expansión brasileña destruye el ambiente y crea más pobreza”

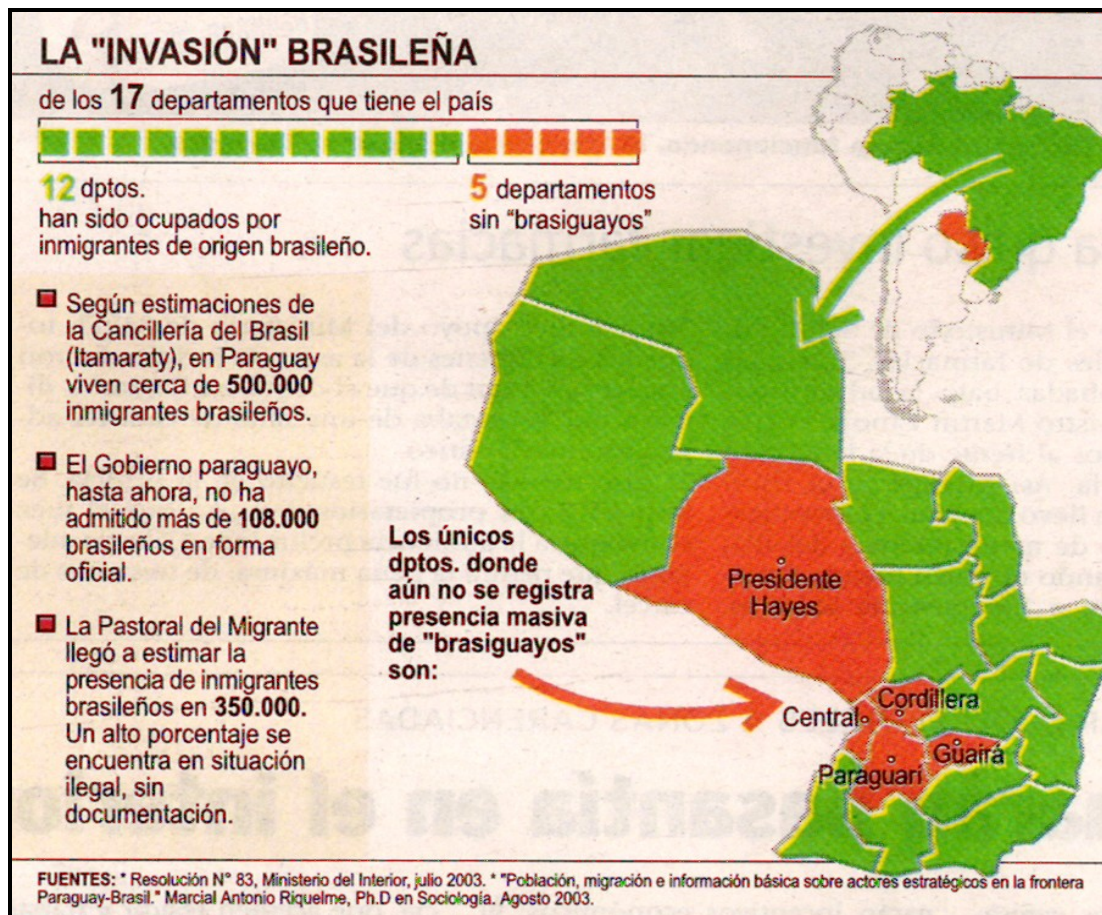
La Nación	04/10/2003	Concejales de Canindeyú piden auxilio ante “invasión” brasileña.
La Nación	12/10/2003	Extranjerización del campo y marginalidad campesina
La Nación	08/11/2003	Obispos reclaman solución a invasión de los brasiguayos
ABC Color	11/11/2002	El “avance brasileño” deja a su paso colonias fantasma en Vaquería
ABC Color	12/11/2003	Colonos brasileños ocupan terreno donde está el acuífero guarani
ABC Color	10/06/2004	Brasileños devastan miles de Ha de bosques en Ibel Paraguaya
ABC Color	23/06/2004	El cultivo de soja es una maldición para el país
La Nación	13/09/2004	MCNOC: Brasileños practican ocupación territorial de hecho

O discurso da “invasão brasileira” é produzido por diferentes setores sociais. Nessas reportagens, governadores, vereadores, bispos, movimento camponês e alguns jornalistas responsáveis por essas matérias produzem e reproduzem o mesmo discurso crítico contra esses invasores estrangeiros. As acusações fundamentais apontam que os imigrantes e outros investidores brasileiros estariam provocando o êxodo rural, a marginalização camponesa, a destruição ambiental e ocupam áreas estratégicas do território nacional.

A carta de um leitor, publicada no jornal ABC Color, reforça a imagem negativa que vários setores paraguaios têm dos imigrantes brasileiros. Ele acusa os brasileiros de cultivarem ervas malditas (maconha) em suas propriedades, de traficar madeiras e de transportar drogas ilegalmente para o Brasil através de *Puerto Indio*, pequeno porto situado às margens do lago Itaipu. Aborda ainda a conivência dos políticos paraguaios com essas ações ilegais e predatórias dos brasileiros e o desejo desses parlamentares transformar seu país em um estado da federação brasileira.

Prácticamente la mayor parte del norte de la región oriental de nuestro país esta llena de los famosos “brasiguayos”, les pregunto, estuvieron por esas peligrosas regiones del norte? Les aseguro que un día les bastaría para darse cuenta de que no sería el más indicado para vivir, a no ser que estés dispuesto a convivir con esta “gente” que no tiene otro interés más que realizar negociados bastante lucrativos y bien aceptados en la zona como el rollo tráfico y- por qué no- el narcotráfico(..) Cuándo estos “dignos” y bien pagados legisladores tomarán por lo menos en cuenta este tema? O es que de tanto que se pasan veraneando en las playas de nuestro vecino país, el Brasil, les gustaría que en el futuro próximo pasemos a ser “O estado do Paraguay” (Joel Marcelo Allende Díaz, ABC Color, 23/08/2004).

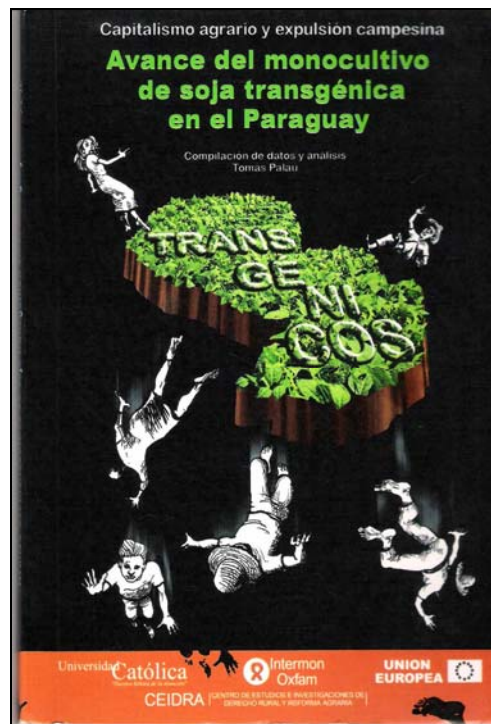
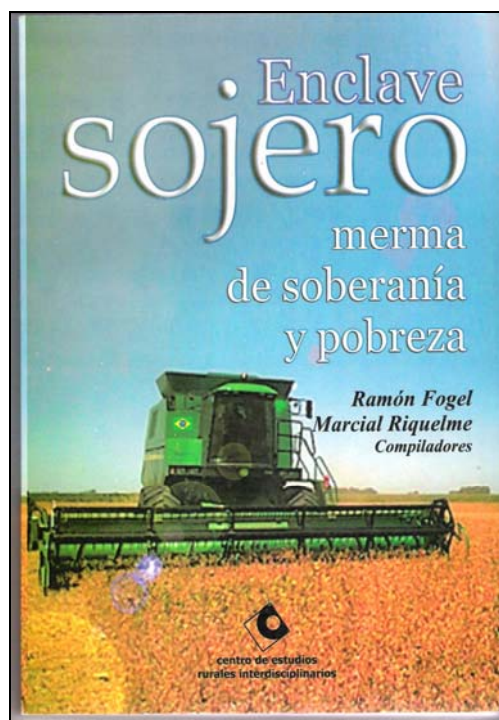
## FIGURA CARTOGRÁFICA SOBRE A “INVASÃO BRASILEIRA”



Fonte: Jornal Última Hora, Assunção, em 17/09/2003, p. 17.

Essa representação cartográfica é bastante ilustrativa da maneira de ver a imigração brasileira e a expansão da soja como uma “invasão” ao território nacional. A construção do mapa no jornal *Última Hora* transmite a idéia de que quase todo o território paraguaio já é brasileiro. A cor verde, representando tanto a simbologia nacional brasileira como o próprio plantio de soja, está substituindo o vermelho do mapa paraguaio. Numa escala de contagem de tempo, os brasileiros já estariam em 12 dos 17 departamentos do Paraguai e em pouco tempo acabariam com a noção de soberania nacional. O país se transformaria num estado da federação brasileira, “*o estado do Paraguai*”, como alguns paraguaios comentam.

## REPRESENTAÇÕES GRÁFICAS DE PUBLICAÇÕES PARAGUAIAS



Fonte: Fogel & Riquelme (2005) e Palau (2004)

Os títulos e as capas de livros que analisam esse fenômeno migratório na faixa de fronteira também corroboram a idéia de fim da soberania nacional e do aumento das desigualdades sociais no país. No primeiro livro, intitulado “Enclave sojero: perda de soberania e aumento da pobreza”, aparece uma máquina agrícola verde, com uma bandeira brasileira, realizando a colheita da soja. Na segunda capa, há um mapa do Paraguai repleto de soja transgênica e os camponeses paraguaios caindo em todas as direções. A idéia fundamental é que o “enclave” brasileiro da soja no território paraguaio está ocasionando pobreza, expulsão dos camponeses daquele país e “abrasileirando” o território nacional.

Os intelectuais responsáveis por essas publicações assumem o ponto de vista dos camponeses paraguaios e esses livros têm uma finalidade de “conscientizar” e incentivar as lutas camponesas. Esses intelectuais realizam então discursos críticos e contrários ao modelo de expansão da soja no país. No momento do lançamento, estão presentes as principais lideranças dos movimentos camponeses.

Nesta reação camponesa ao modelo empresarial de plantio e exportação da soja, configura-se ao mesmo tempo uma luta de classes e um conflito de nacionalidades. Os camponeses terminam simplificando a heterogeneidade dos imigrantes e geralmente afirmam que se trata de “paraguaios pobres contra brasileiros ricos”. A imagem genérica é produzida no próprio cenário de alguns conflitos entre camponeses paraguaios e agricultores brasileiros. Como relata o Vice-cônsul brasileiro, no momento do conflito armado em Itakyry em 2003, estava de um lado da estrada um grupo de camponeses em cima de uns caminhões velhos, no meio a polícia paraguaia, e do outro lado os brasileiros em suas Mercedes (José Irapuan Frota, Vice-cônsul, 19/01/2004).

Mas a realidade dos paraguaios e dos imigrantes brasileiros é bastante heterogênea economicamente e existem também alianças entre “campesinos” e “brasiguaios”. No caso específico dos conflitos na prefeitura de San Alberto, tudo indica que houve acordo entre vereadores brasileiros de oposição com lideranças camponesas para pressionar a saída da prefeita atual. Como afirma Shouchaud, é preciso afastar

a dicotomia que opõe brasileiros e paraguaios e supõe seu enfrentamento, sendo os primeiros os "ricos empreendedores" e os segundos os "lavradores tradicionais". Se é verdade que a frente brasileira se impõe claramente na região de fronteira, nem todos os brasileiros são ricos empreendedores da monocultura e, ademais, o avanço geral das frentes pioneiras se baseia em algumas cumplicidades paraguaias, talvez raras, mas essenciais (Souchaud, 2005, p.50).

Os líderes camponeses e alguns intelectuais enfatizam constantemente que não se trata de um conflito contra os brasileiros, mas somente contra o modelo capitalista de produção da soja. Morinigo (2004) reconhece que a ação coletiva dos camponeses nos conflitos contra os “brasiguaios” congrega valores dos movimentos classistas e dos confrontos nacionalistas, mas enfatiza que o confronto fundamental é entre o modelo capitalista de produção de soja e a agricultura camponesa.

En primer lugar existe lo que podría denominarse la confrontación de dos modelos productivos, el modelo campesino y el modelo de monocultivo intensivo de soja, que tienen racionalidades muy diferentes. (...) Para los productores de soja es irracional el modelo campesino y para los campesinos es irracional el monocultivo de soja, porque altera, no solamente sus condiciones de vida, sus condiciones materiales, sino que incluso su identidad cultural. Segunda característica: es que la confrontación de estos dos sectores no operan solamente desde un punto de vista socio-económico, sino que al mismo tiempo, están influidos por una situación de nacionalidad diferente, los famosos brasiguayos y paraguayos, lo cual produce la tercera característica que es la visión

simple del problema para los campesinos y esto es bastante comprensible, esa realidad simplificada significa un conflicto entre paraguayos y brasileños, lo cual empieza a tener un tinte de carácter socio-político cultural que hace aumentar más los niveles de conflictualidad (Morinigo, 2004, p. 39).

Palau (2004), no momento da apresentação de seu livro sobre o “*avanzo do monocultivo de soja transgênica no Paraguai*”, enfatizou a necessidade de evitar práticas xenófobas contra os brasileiros. Para ele, trata-se de um avanço do capitalismo no campo e da ação inescrupulosa de grandes investidores estrangeiros ou “delinquentes ambientais” que estão destruindo a natureza e matando pessoas. “*Claro que ni todos los sojeros son culpados, hay aquellos que actúan en nombre de la ley y respetan el medio ambiente*”<sup>47</sup>.

A idéia recorrente de “invasão brasileira” envolve sentimentos e ideologias nacionalistas e possibilita uma discussão mais complexa sobre a relação entre luta de classes e conflitos nacionais na zona de fronteiras. As análises marxistas geralmente tendem a explicar os fenômenos sociais a partir das contradições entre as classes sociais e terminam não enfatizando o peso do nacionalismo na compreensão de determinados fatos sociais.

Por sua vez, os agricultores brasileiros não aceitam serem chamados de invasores e destruidores do meio ambiente. Eles dizem que estão comprando legalmente suas propriedades e que as novas gerações de colonos têm uma significativa consciência ecológica. As duas principais acusações recebidas -“invasores” e “delinquentes ambientais”- são reelaboradas pelos imigrantes e direcionadas aos camponeses paraguaios. Estes são vistos como invasores das propriedades dos brasileiros e também como destruidores do meio ambiente. Os agricultores brasileiros se apresentam então como as “vítimas” das “invasões” camponesas. Para eles, muitas vezes o camponês paraguaio vende sua pequena propriedade numa região que julga não propícia para o plantio. Os brasileiros trabalham a terra e começam a plantar. Quando os “campesinos” percebem que os imigrantes estão lucrando, começam o movimento de invasão. Myrian Adam, filha de imigrante, acusa os camponeses paraguaios de venderem suas terras e depois invadirem as propriedades alheias e diz se sentir agredida com as reportagens publicadas na imprensa paraguaia que falam da “invasão brasileira”:

---

<sup>47</sup> Apresentação de Tomás Palau do livro “*Avance del monocultivo de soja transgênica en el Paraguay*” no auditório da Universidad Católica, Asunción, 21/10/2004.

En varias ocasiones se ha publicado sobre la invasión brasileña en territorio paraguayo. Es una expresión agresiva y totalmente falsa, pues todas las tierras que los brasileños y sus descendientes obtuvieron fueron compradas y pagadas a un precio elevado. Aquí, en la colonia, muchos paraguayos vienen atrás de los brasileños a ofrecer sus tierras para después aliarse nuevamente a los campesinos sin tierras, y luego invadir propiedades ‘alejas’ (Myrian Adam Rohring apud Gutiérrez, 22/09/2003).

A maioria das reportagens na imprensa brasileira apresenta os conflitos de terra no Paraguai a partir da perspectiva dos imigrantes. Os brasileiros são geralmente apresentados como “vítimas” das ações violentas dos camponeses daquele país, embora existam também algumas reportagens que destacam os assassinatos de *campesinos* cometidos por “pistoleiros” e fazendeiros brasileiros. As notícias na imprensa brasileira têm freqüentemente um caráter de denúncia e de convocação para uma intervenção mais efetiva de políticos brasileiros.

Jornal	Data	Reportagem
Gazeta do Paraná	27/10/1999	Documento relata violência contra famílias brasiguaias
Estado do Paraná	4/05/1999	Paraguaios invadem áreas de brasiguaios
Gazeta do Iguazu	4/05/1999	Aumenta a tensão em terras paraguaias
Estado de São Paulo	24/07/1999	Embaixador do Brasil teme violência contra agricultores que foram ao país vizinho para produzir
Revista do Mercosul	2001	Brasileiros enfrentam a xenofobia dos paraguaios
Jornal do Comercio	21/07/1999	Sem-terra do Paraguai agridem os brasiguaios
<b>Gazeta do Povo</b>	21/10/2002	Lei pode expulsar 350 mil brasileiros do Paraguai

Essas reportagens são produzidas geralmente por jornalistas que trabalham em Foz do Iguazu e reproduzidas para os demais meios de comunicação do Brasil através do mecanismo de reprodução circular da informação (Bourdieu, 1998). Esses jornalistas paranaenses têm como fonte de informação os imigrantes que circulam em Foz do Iguazu ou representantes da Pastoral do Migrante, que prestam assistência a esses imigrantes e que também reproduzem uma visão parcial sobre os conflitos. Nessa reportagem, publicada por um jornal paulista, podemos perceber o tom de denúncia e de apelo para assegurar o direito de propriedade dos imigrantes:

Dezenas de propriedades rurais das principais colônias brasileiras no Paraguai, na fronteira com o Paraná, estão sob permanente ameaça de invasão. Nem mesmo escrituras e décadas de cultivo são suficientes para assegurar a centenas de imigrantes o direito às terras compradas no país. Há três meses, grupos de sem-terra paraguaios estão saqueando e invadindo fazendas de brasileiros na localidade de Porto Índio, às margens do reservatório da Usina de Itaipu. Expulsos pelas invasões e ameaças, muitos dos agricultores estão acampados em Foz do Iguazu, no Brasil (Konig & Iunovich, 30/07/1999).

Dois jornalistas da *Gazeta do Povo de Curitiba* passaram nove dias percorrendo os principais locais de conflitos em território “brasiguai” e publicaram em janeiro de 2004 uma série de reportagens apresentando diferentes aspectos da presença brasileira no Paraguai. Mesmo com todo o cuidado de produção de um jornalismo investigativo e “imparcial”, quando tocam na problemática dos conflitos de terra, assumem claramente o ponto de vista dos imigrantes e também clamam por alguma intervenção política:

A tensão é permanente no ‘território brasiguai’. Emissoras de rádio exortam em guarani, a língua autóctone, os camponeses a invadir as terras dos brasileiros e queimar suas casas. As autoridades paraguaias não fazem nada para punir a incitação à violência (...) Um brasileiro foi morto no ano passado e uma brasileira se suicidou, há três meses, ao saber que poderia perder suas terras. Quando as lavouras não são invadidas, os brasiguaios são ameaçados e impedidos de semear (Konig, 11/01/2004)

Alguns agricultores brasileiros se apresentam como “vítimas” das invasões dos camponeses e os acusam de xenofobia e racismo: “*Isso é racismo. A perseguição é injusta*” (Narciso Satler, imigrante brasileiro de Nueva Conquista apud Konig, 13/01/2004). Os brasileiros também denunciam que existem políticos por detrás do movimento camponês e que são os responsáveis por incitar o discurso nacionalista e racista contra os imigrantes, tais como o presidente da Junta Departamental de Alto Paraná (equivalente a Assembléia Legislativa). Ele é visto como um dos mentores da hostilização aos brasileiros no departamento (Konig, 13/01/2004).

Sobre a problemática ambiental, os imigrantes brasileiros afirmam que fazem o plantio direto<sup>48</sup>, usam pouco agrotóxicos, têm projetos de reflorestamento e estão protegendo os rios:

Cultivamos soja, trigo, girasol, maíz, por sistema de plantio directo. Usamos una tecnología de cultivo avanzada como la de Brasil o Estados Unidos. Queremos que el Paraguay se desarrolle y salga adelante, que se acabe la corrupción. (...) Es cierto que los primeros inmigrantes derribaron muchos bosques, pero hoy sus descendientes tratamos de cuidar el medio ambiente, aplicando el sistema de plantío directo, conservamos los caminos y protegemos los cursos de agua para que no se contaminen. Tenemos una nueva conciencia conservacionista (Jackson Bressen apud Gutiérrez, 17/09/2003)

---

<sup>48</sup> O plantio direto é aquele que não é necessário arar e limpar a terra antes de plantar. Planta-se no próprio mato e depois aplica um veneno em que a plantação de soja é resistente.



Porém, existem aqueles que reconhecem que o modelo agrícola desenvolvido hoje no Paraguai é destruidor do meio ambiente, concentrador de riquezas e que não gera mais empregos no campo. Os agricultores e políticos brasileiros, que denunciam outros imigrantes, jamais dizem que eles mesmos tenham praticado alguma irregularidade. O discurso recorrente é que “nós” estamos preservando o meio ambiente e ajudando no plantio dos camponeses, mas infelizmente existem aqueles que não respeitam a natureza e cultura deles. Na perspectiva dos imigrantes, não somente os brasileiros são os responsáveis pelo desmatamento e poluição destes lugares. Conforme um produtor de soja, os camponeses paraguaios destroem muito o meio ambiente e vendem ilegalmente as madeiras retiradas de bosques indígenas, como pode comprovar numa viagem que fez a várias regiões rurais do país (Paulo Luis Buttini apud Gutiérrez, 25/9/2003).

As versões sobre esses enfrentamentos por parte dos “campesinos”, “brasiguaios”, imprensas nacionais e lideranças da Igreja Católica assumem uma postura de classe e também nacionalista. Não há um esforço de neutralidade nos argumentos dos jornalistas, dos padres e dos intelectuais brasileiros e paraguaios. Tudo indica que o pertencimento nacional e a defesa dos setores “marginalizados” definem as perspectivas de análise, as razões das denúncias e dos argumentos formulados.

Todas essas formas de conflitos, apresentadas anteriormente, remetem a uma reflexão mais geral sobre as disputas e resistências referentes a uma faixa do território nacional. Neste sentido, abordarei em seguida a discussão histórica a cerca da lei de segurança fronteiriça e os conflitos políticos e jurídicos em torno da soberania nacional paraguaia no contexto do Mercosul.

#### ***4. As disputas em torno da aprovação da lei de segurança fronteiriça***

A expansão da frente de colonização brasileira em território paraguaio desde o início da década de 1970 tem gerado reação política de lideranças de partidos de oposição<sup>49</sup>. Líderes destes partidos tentaram em 1972 e 1974 aprovar uma lei proibindo a venda de terras para estrangeiros na zona de fronteira. Os projetos de lei representavam as primeiras reações ao Estatuto Agrário de 1963 que liberou a compra de terras por estrangeiros e favoreceu

---

<sup>49</sup> O Partido da situação é o Partido Colorado desde 1954 e na oposição os mais representativos que existiam durante a ditadura era o Partido Liberal Radical Autentico (PLRA) e o Partido Febrerista. Atualmente o Partido Febrerista foi desativado e outros pequenos partidos de oposição se estruturam como o País Solidário e Pátria Querida.

enormemente a entrada dos brasileiros nos departamentos que fazem limite com o Brasil. As tentativas de aprovação da lei foram frustradas, visto que a oposição era minoritária e não tinha poder decisório no contexto ditatorial. O governo de Stroessner, por sua vez, não via a presença dos agricultores brasileiros como uma invasão e ameaça à soberania nacional, mas como uma dádiva capaz de promover o desenvolvimento econômico da fronteira do Paraguai (Menezes, 1987).

Ainda na década de 1970, o líder do Partido Liberal, Domingo Laino, escreveu um livro denunciando a “penetração” e “invasão” brasileira no Paraguai. Sua análise indicava que a imigração brasileira no seu país ameaçava a soberania nacional e era fruto de uma estratégia geopolítica do “subimperialismo brasileiro”, articulado com o imperialismo norte-americano, visando dominar e colonizar o Paraguai (Laino, 1979). Em caráter de denúncia, o autor enfatiza o predomínio de brasileiros em toda a faixa de fronteira: a compra ilegal de terras e contrabando de madeiras, a influência da língua portuguesa e dos meios de comunicação e o fato das crianças paraguaias irem estudar nas escolas brasileiras das cidades vizinhas devido ao descaso do governo paraguaio. E sentencia: enquanto os brasileiros estão invadindo nosso território, os compatriotas estão sendo expulsos do próprio país e indo morar na Argentina.

O projeto de lei foi retomado quando terminou a longa ditadura de Stroessner em 1989. Muitos líderes de oposição que estavam exilados, principalmente na Argentina, voltaram ao país e novamente discutiram a denominada “invasão brasileira” no Paraguai. O projeto definia uma faixa de 50 km de fronteira a partir do limite internacional como zona exclusiva para os paraguaios, ou seja, os estrangeiros não podiam ter propriedades neste território. Os imigrantes brasileiros eram vistos pelos líderes do Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA) como uma herança perversa de regime ditatorial. Na concepção desses novos parlamentares, a ditadura de Stroessner colocou em xeque a soberania nacional do país, pois facilitou o enriquecimento dos estrangeiros e ocasionou a expulsão dos “compatriotas”. Rodolfo Rodriguez Garabelli, autor do projeto de lei, tinha uma visão bastante nacionalista. Em entrevista concedida ao pesquisador brasileiro José Luis Alves, Garabelli comenta as razões da construção desse projeto e a necessidade imediata de estabelecer limites a “invasão brasileira”:

Antes de começar a elaborar o Projeto percorri toda a costa do Paraguai com o Brasil para constatar e não cometer injustiça. Fiquei pasmado! Parecia que não estava em minha pátria e sim no Brasil. A cultura é brasileira, os costumes são brasileiros.

Enfim, é um novo Brasil só que dentro de outra nação. Na minha opinião não é correto e muito menos justo. Aquele que não desejar aceitar a cidadania paraguaia vai ter que deixar o nosso solo. Porém a família que se nacionalizar, cantando o nosso hino, respeitando a nossa bandeira e as nossas tradições, será mais um a ser bem-vindo, integrando-se ao nosso meio e incorporando-se ao nosso sistema produtivo (Rodolfo Rodriguez Garabelli apud Alves, 1990, p. 58)

O projeto foi aprovado pelas câmaras legislativas, mas, após intensos protestos dos imigrantes e da diplomacia brasileira, terminou sendo arquivado pelo então presidente do Partido Colorado, Andrés Rodriguez. Os discursos do presidente e de lideranças do Partido Colorado continuavam ressaltando a grande contribuição dos imigrantes para o desenvolvimento da nação.

A partir da assinatura do Tratado de Assunção em 1991, o qual previa a criação do Mercosul em 1995, mudou o foco político da discussão no tocante à problemática dos imigrantes. Os discursos políticos e diplomáticos do governo paraguaio passam a enfatizar a integração e os imigrantes brasileiros são vistos como um exemplo concreto de integração entre os dois países. Por sua vez, os setores de oposição (intelectuais, políticos e movimentos sociais) enfatizam que estes brasileiros não estão integrados à sociedade local, pois continuam vinculados econômica e culturalmente à sociedade brasileira. Para muitos, os brasileiros formam “enclaves econômicos e socioculturais” e não se integram em nenhum aspecto com o mercado interno e com a cultura nacional paraguaia.

O Mercosul foi formado por países com níveis de desenvolvimento bastante desiguais. O Brasil e a Argentina constituíram parques industriais importantes durante o século XX e contam com amplos territórios e grandes contingentes populacionais que possibilitam a formação de um complexo mercado interno. Mas o Uruguai e o Paraguai são relativamente bem menores nos aspectos territorial, populacional e econômico. Como já afirmei anteriormente, especialmente o Paraguai não desenvolveu um projeto nacional centrado na industrialização durante o século XX. O país entra como o sócio menor do Mercosul, aumentando os vínculos de dependência com o Brasil e a Argentina. A assimetria de poder entre essas nações no contexto de tentativa de integração regional fortalece a discussão sobre a soberania nacional. Provavelmente a dependência econômica do país em relação ao Brasil contribuiu para retomada da discussão e aprovação da lei que estabelece uma zona de fronteiras como área de segurança nacional em anos recentes.

Em 2002, o projeto foi novamente posto em votação, aprovado na Câmara dos Deputados, mas rechaçado pelo Senado no início de 2003. Um dos motivos para a aprovação do

projeto foi a proibição do Brasil de importar a carne bovina do Paraguai sob suspeita de febre aftosa. Segundo vários entrevistados, a aprovação da lei justamente naquele momento conflituoso seria uma espécie de reação e represália dos deputados ao bloqueio brasileiro à carne paraguaia. Para o vice-cônsul brasileiro em Cidade do Leste, esse projeto de lei funciona como uma moeda de pressão que é constantemente “desengavetada” pelos políticos paraguaios, conforme os interesses econômicos que estiverem em jogo entre os dois países (William Jaques Pereira, Vice-cônsul, 19/01/2004). O principal argumento dos parlamentares favoráveis à aprovação naquele momento era que o Brasil e a Argentina também têm faixas de fronteira, onde os estrangeiros não podem comprar propriedades.

O projeto aprovado pelos deputados previa um prazo máximo de dez anos para os estrangeiros transferirem suas propriedades aos paraguaios na faixa de 50 km do limite internacional. Para os imóveis que não estavam sendo explorados racionalmente, o prazo seria de somente três anos. Todas as proibições estavam contidas no artigo 2 daquele projeto de lei com meia sanção da Câmara dos Deputados:

Artículo 2: Salvo autorización por decreto del Poder Ejecutivo, previo dictamen del Consejo de Defensa Nacional, queda prohibida a los extranjeros o personas jurídicas mayormente integrados por estos, en la zona de seguridad, la práctica de hechos referentes a:

I. La concesión de tierras públicas, apertura de vías de transporte e instalación de medios de comunicación destinados a la explotación de servicios de radiodifusión de sonidos e imágenes.

II. La construcción de puentes, carreteras internacionales y pistas de aterrizaje

III. El establecimiento o explotación de industrias consideradas de interés para la seguridad nacional; y

IV. La instalación de empresas que se dediquen a las siguientes actividades:

a) La investigación, explotación y aprovechamiento de recursos minerales, conforme al artículo 112 de la Constitución Nacional.

b) La colonización y loteamientos rurales; las transacciones con inmuebles rurales que impliquen la obtención por personas extranjeras del dominio, de la posesión o de cualquier derecho real sobre el inmueble; la participación, bajo cualquier título, de personas extranjeras, sociedades por acciones extranjeras, cualesquiera otras personas jurídicas integradas total o parcialmente por aquellos, en actos que conlleven derecho real sobre el inmueble; serán autorizados por ley de la Nación (Proyecto de Ley, 10/10/2002 ).

Conforme esse artigo, os estrangeiros, além de não poderem mais ser proprietários de imóveis rurais e de indústrias na faixa de 50 km do limite internacional, também não poderiam possuir meios de comunicação, construir obras de infra-estrutura e nem explorar recursos

minerais em território paraguaio. Vários setores empresariais, que investem nessas zonas de fronteira, reagiram a esse projeto de lei e começaram a pressionar os senadores para que não o aprovassem. As principais entidades empresariais<sup>50</sup> enviaram cartas em conjunto ao presidente do Senado apelando para que esta instituição política não fosse favorável a uma lei contrária ao desenvolvimento. As cartas freqüentemente destacavam que o projeto de lei estava na contra-mão da história, pois o momento atual é de integração supranacional, como está expresso neste trecho da carta do Colégio de Escribanos del Paraguay:

Creemos que si este proyecto se convirtiese en ley, estaría en abierta contradicción con el ideal de integración que se gestó hace más de 200 años con Simón Bolívar y se está tratando de concretar con el MERCOSUR. Tampoco es argumento válido, que nuestros vecinos cuenten con una legislación similar ya que ello no constituye fundamento para caer en la misma pequeñez de miras. Es menos válido aún, que las leyes sean medios de revanchismo y represalias, como se ha comentado, a conductas incorrectas de nuestros “socios” del MERCOSUR. Los modelos de Integración que han servido para el desarrollo integral de las naciones, como la Unión Europea, deben ser nuestros parámetros para hacernos ver que cuando las fronteras se abren las naciones prosperan (Carta do Colegio de Escribanos del Paraguay, 18/12/2002).

O senado rechaçou o projeto em 27/02/2003. Nesse contexto, o clima de tensão entre os dois países tinha sido amenizado, visto que o Brasil eliminou as barreiras em relação à importação da carne paraguaia. As pressões de setores empresariais, políticos e jurídicos também influenciaram na decisão dos senadores. O projeto volta então para a Câmara dos Deputados e aquelas diferentes entidades continuaram enviando cartas de repúdio agora para o presidente da Câmara dos Deputados. Somente em 29/05/2003 a Câmara aceita o rechaço e arquiva o projeto.

Entretanto, em 2004, novamente o projeto foi “desarquivado”, reelaborado e posto novamente em votação. Desta vez foi aprovado nas duas câmaras e se transformou na lei número 2532 em 09/12/2004, sancionada em seguida pelo presidente da República do Paraguai. A nova lei não atinge direitos adquiridos e está restrita à proibição da compra de imóveis rurais por estrangeiros dos países limítrofes numa faixa de 50 km a partir da linha de fronteira:

Artículo 1º – Se establece zona de seguridad fronteriza la franja de 50 kilómetros adyacente a las líneas de frontera terrestre y fluvial dentro del territorio nacional.

Artículo 2º - Salvo autorización por decreto del Poder Ejecutivo, fundada en razones de interés público, como aquellas actividades que generan ocupación de mano de obra

---

<sup>50</sup> A Câmara de Comercio e Industria Paraguayo-Alemana, Foro Brasil, Câmara de Comercio Paraguayo-Argentina e Câmara de Comércio e Industria Japonesa del Paraguay, el Colégio de Escribanos del Paraguay etc.

en la zona de seguridad fronteriza, los extranjeros oriundos de cualquiera de los países limítrofes de la Republica o las personas jurídicas integradas mayoritariamente por extranjeros oriundos de cualquiera de los países limítrofes de la República, no podrán ser propietarios, condóminos o usufructuarios de inmuebles rurales.

Artículo 3º- Las disposiciones del Artículo 2º de la presente Ley no afectarán los derechos adquiridos antes de la vigencia de esta Ley (Senado, Ley 2532, 09/12/2004)

No período em que o projeto foi arquivado pelo Senado em 2003, o argumento principal era que se tratava de uma norma jurídica arcaica, nacionalista e que não estava em sintonia com os novos tempos de integração no contexto da globalização e particularmente do Mercosul. Em 2004, quando a lei foi aprovada por maioria no Senado, os discursos enfatizavam a nacionalidade e a necessidade de preservação da identidade e soberania nacional. Alguns dos senadores afirmam que a medida é legítima, visto que tanto a Argentina como o Brasil têm leis semelhantes. Por que os senadores mudaram radicalmente de opinião de um ano para outro? Por que passaram do argumento da integração e do desenvolvimento econômico, ocasionado pelos estrangeiros, para um discurso nacionalista em defesa da soberania nacional?

Talvez uma das razões seja a política de ação e reação entre o Brasil e o Paraguai no contexto do Mercosul. Quando o Brasil estabelece alguma proibição econômica ao Paraguai, seja o bloqueio à carne bovina, sejam as operações de controle do “contrabando”, este reage com medidas legais para atingir os imigrantes ou trabalhadores que vivem e trabalham em território paraguaio. Em 2004, o estado do Paraná tinha proibido a exportação de soja transgênica paraguaia pelo porto de Paranaguá. A medida provocou reações tanto dos próprios plantadores de soja, como do governo paraguaio, que tem na soja a principal pauta de exportação. Desta forma, o Senado, de maioria colorada, terminou votando a favor do projeto da lei fronteiriça.

O aumento dos conflitos rurais e as constantes publicações contra a “invasão brasileira” também contribuíram para a formação de uma opinião pública favorável à aprovação da lei. A reivindicação dos camponeses, que representam uma base política importante para muitos senadores, serviu como uma forma de pressão no contexto de discussão do projeto. Mas a lei foi facilmente aprovada porque não contraria vários interesses econômicos como na versão de 2002. Os estrangeiros que não pertencem aos países vizinhos continuam com todas as garantias de investimento nas regiões fronteiriças e os estrangeiros dos países limítrofes podem continuar comprando imóveis urbanos. Os proprietários rurais não perderão suas propriedades já adquiridas e o Poder Executivo pode autorizar um brasileiro a adquirir uma propriedade rural desde que este comprove as razões de “interesse público” do empreendimento.

### 5. *As versões dos paraguaios e dos brasileiros sobre a lei fronteiriça*

A discussão sobre a lei fronteiriça reacende a problemática da “invasão brasileira” e da soberania nacional. Como estão em posições sociais e nacionais distintas, os discursos de intelectuais e líderes camponeses paraguaios diferem bastante da visão dos imigrantes brasileiros no tocante à aprovação dessa lei.

Conforme o sociólogo Marcial Riquelme, a lei de seguridade fronteiriça é necessária e bastante justificável. Os países vizinhos mais poderosos (Argentina e Brasil) têm faixas maiores do que pretende o Paraguai e o país necessita recuperar sua soberania nacional:

El país ya no puede seguir siendo tierra de nadie o patio trasero de un país más poderoso, so pretexto de una integración regional mal entendida. Tanto Argentina como Brasil tienen franjas fronterizas de protección, de 100 y 150 mil kilómetros, respectivamente. El Paraguay ya no tiene frontera agrícola, sus bosques han sido depredados y no se sabe cuánto durará el boom sojero, para cuya consecución se ha hipotecado la soberanía nacional (Marcial Antonio Riquelme apud Gutiérrez, 20-21/09/2003)

A fala desse professor e pesquisador dos denominados “atores estratégicos da fronteira” apresenta algumas críticas à relação Brasil-Paraguai e à integração regional no contexto do Mercosul. Ele deseja que seu país recupere a soberania atualmente hipotecada aos interesses econômicos estrangeiros e que deixe de ser “terra de ninguém” ou o “quintal de um país mais poderoso”.

Para o professor Domingo Quiñonez, a lei de segurança fronteiriça ajuda a estabelecer a identidade nacional, já que na região de fronteira não se consegue saber claramente se está no Brasil ou no Paraguai. Afirma ainda que esta lei não afetaria os atuais imigrantes porque seus filhos têm documentação paraguaia e qualquer problema legal, os pais transfeririam os imóveis para o nome dos filhos:

Yo creo que todos los países del mundo tienen eso porque es la forma que los países van a identificar quienes son los compatriotas y quienes no, quienes pertenecen a esta nación y quienes no. En el momento no sabemos si eso es Brasil donde estamos hablando, no sabemos si esto es Brasil o Paraguay, no se sabe a que país pertenece (Domingo Quiñonez, Professor de História, 25/11/2004).

Alguns líderes camponeses enfatizam a importância de uma lei fronteiriça como uma forma de controlar a fronteira e manter o território e soberania nacional. Todavia, discordam dos projetos atuais. A aprovação da lei seria uma medida populista, pois não diz como será aplicada, principalmente no tocante à indenização dos estrangeiros.

Nosotros creemos que debe existir una franja de seguridad porque es un tema de soberanía. Si no hay una franja de seguridad en relación al territorio nacional, no hay forma de controlar la frontera, pero se tiene que tener en cuenta la condición para hacer eso porque ahora hay un proyecto de ley en el Congreso que toda población tiene que estar a 50 Km de la frontera. Pero sobre el traslado fronterizo de esa gente no dice la ley, sobre lo que va hacer el gobierno en relación a eso, no dice la ley. No hay un planteamiento concreto acerca de la implementación de la franja de seguridad (Marcial Gómez, líder camponês da FNC, 26/10/2004).

Conforme outra liderança camponesa, a lei termina contribuindo para instalação de mais multinacionais, já que não toca nos direitos adquiridos e não coloca nenhuma proibição na instalação de empresas no setor comercial e industrial:

Desde el punto de vista del contenido estratégico es una ley tan importante, desde el punto de vista del planteamiento de los parlamentares es prácticamente una extracción al Paraguay porque es justamente una legalización de la empresa multinacional en la frontera. Es una ley justamente para legalizar los intereses de las empresas multinacionales que están instaladas ahí. Nosotros consideramos desde el punto de vista político una ley que extracciona la cuestión patriótica y la soberanía de la frontera del país. Pero nosotros somos partidarios de una ley fronteriza, que garantice realmente nuestra soberanía, garantice nuestra frontera, nuestro patrimonio, territorio, la identidad que tiene el Paraguay (Luis Aguayo, líder camponês da MCNOC, 26/10/2004).

“Soberania”, “fronteira”, “nosso patrimônio”, “território” e “identidade” são palavras que aparecem imbricadas nessa definição de fronteira nacional. O território nacional não significa somente um espaço físico, mas um “território usado” socialmente (Santos, 1999), fonte de recursos variados e abrigo corporal e simbólico para uma determinada coletividade. A defesa do território representa uma garantia de um espaço cultural e simbólico em que se estabelecem as memórias coletivas, os vínculos afetivos e as identidades sociais (Little, 2002). As referências ao território, à soberania e à identidade nacionais estão relacionadas com o conceito de Estado-nação. O Estado nacional tem como uma das bases de existência a defesa de um território claramente demarcado e autônomo.



Os territórios fronteiriços do Estado paraguaio são repletos de simbologias nacionais. Durante uma sessão de discussão do projeto de lei fronteiriça, o senador José Manuel Bóbeda destacou alguns elementos simbólicos do nacionalismo paraguaio. Nessa concepção nacionalista, a garantia da exclusividade do uso do território nacional significa o fortalecimento da nacionalidade, da cidadania, do orgulho nacional, da memória das perdas territoriais e da sacralização do símbolo da bandeira nacional.

Nosotros no podemos volvernos unos anónimos, nosotros debemos fortalecer lo que significa la nacionalidad, el ciudadano paraguayo orgulloso de su frontera, mil veces vilipendiada, hemos tenido desmembraciones atroces (...). Si es valorizar los principios nacionales, defender la integridad territorial de los intereses de las personas, estamos en la vanguardia. Y por último, ruego a Dios todo poderoso, para que la bandera paraguaya siga flameando en nuestro territorio nacional y en ningún caso pase por nuestra mente que otras banderas flameen al mismo nivel en donde el pendón nacional debe ser predominante en todas las instituciones de la República (José Manuel Bóbeda, senador, sesión ordinaria, 21/10/2004).

Alguns autores que estudam a globalização e os amplos movimentos migratórios da contemporaneidade questionam o poder da territorialidade na definição das novas identidades nacionais (Appadurai, 1997, Rex, 1998). As identidades e as memórias coletivas seriam formadas a partir das interações sociais, sem ter como substrato um determinado território. A análise específica das disputas por território no contexto das fronteiras nacionais relativiza essas novas abordagens e reforça a importância da noção de “território usado” (Santos, 1999) na construção e defesa das identidades nacionais. Os paraguaios e os imigrantes brasileiros usam e disputam uma faixa específica de um território com muitos recursos econômicos e que abriga indivíduos de distintas nacionalidades.

Os imigrantes brasileiros reagem aos discursos paraguaios de defesa do território nacional e enfatizam que o desenvolvimento de toda a faixa de fronteira é fruto do trabalho dos imigrantes e se eles tiverem que sair de suas terras, o país volta ao atraso de antes. Para os brasileiros, a lei de segurança fronteiriça é injusta, caso atinja os que já estão vivendo no país há 20 ou 30 anos. Conforme Jackson Bressen, o motivo principal para a aprovação da lei teriam sido os conflitos e pressões políticas dos camponeses ao governo paraguaio. Os empresários agrícolas brasileiros tentaram reagir através das entidades de classe, mas a pressão dos movimentos camponeses foi bem mais expressiva:

Houve muita guerra social nos últimos anos, o governo se obrigou a voltar a tocar neste tema porque os *campesinos*, o povo paraguaio em geral começou a pressionar ele sobre este tema porque os brasileiros estavam invadindo o Paraguai, porque estavam comprando todas as áreas, fazendo isso, fazendo aquilo. Então ele se viu obrigado a tocar neste assunto e fazer a faixa de fronteira de 50 Km, hoje está aprovada. Hoje você não pode mais comprar nada em 50 Km da fronteira, não consegue mais título. Várias vezes tentaram tocar neste assunto, várias vezes as organizações, a Coordenadora Agrícola do Paraguai, as cooperativas foram contra essa lei, mas agora conseguiram aprovar. Não teve como impedir por causa da guerra social do povo paraguaio contra as autoridades. Então a pressão era muito maior porque hoje nós não temos peso político para eles, nós temos peso comercial pela divisa, o movimento de dinheiro que nós causamos no país, mas hoje se você juntar 10 agricultores brasileiros e um *campesino*, o *campesino* vai ter mais força política porque o voto dele vale. Nós não votamos para presidente aqui, nós só votamos para prefeito de cidade e vereador, porque somos imigrantes (Jackson Bressen, agricultor, 17/11/2004).

No momento dessas entrevistas (novembro de 2004), a lei somente tinha sido aprovada na Câmara e estava em discussão no Senado. Muitos imigrantes ainda estavam confusos sobre o conteúdo da nova lei e sobre a possibilidade de ser definitivamente aprovada.

Mas eu acho que isso aí nunca vai ser aprovado, não tem cabimento. Vão prejudicar o país inteiro e como é que eles vão indenizar todos os fazendeiros que moram aqui? Não tem, o governo vai ter que indenizar porque temos os documentos, compramos e pagamos. Então o governo não tem como indenizar nós, isso é uma coisa que nunca vai ser aprovada (Mauri Schmeider, agricultor, 16/11/2004).

Vários imigrantes brasileiros estão convencidos que a lei não atinge diretamente suas propriedades. Eles não acreditam que poderão perder suas terras, já que as leis não podem ser retroativas. Mas lamentam que não podem mais vendê-las para outros estrangeiros. Neste caso, afirmam que vai haver uma desvalorização, visto que os paraguaios não têm dinheiro para comprá-las. As propriedades vão continuar na mão de brasileiros e sendo transferidas para seus filhos.

Se você um dia se desfazer dessa terra, você tem que vender para nacionais, vamos dizer, para os nativos. Não importa que seja para um brasileiro se escritura no nome do filho que já nasceu aqui. Nesta parte a única coisa que vai acontecer é que a terra vai baratear porque o que fraciona a terra são geralmente os que vêm de fora, os que vêm do Brasil, da Argentina e tal, porque eles chegam com dinheiro e querem já comprar propriedades prontas (Izalino Thomé, vereador, 26/11/2004).

O fato de muitos brasileiros estarem vindo diretamente do Brasil comprar terras no Paraguai também motivou a aprovação da lei fronteira. Para o atual prefeito de Santa Rosa, a lei seria importante para acabar com a vinda dos empresários brasileiros que estão explorando o Paraguai, mas não para atingi-los, já que estão legalmente no país e contratam mão de obra nativa. Na sua fala transparece a competição existente na compra de terras nas novas áreas de colonização no Paraguai (Canindeyú, Amambay e Alto Paraguai) entre os “investidores” do Brasil e os “brasiguaios” que estão ampliando suas fazendas em outros departamentos. Provavelmente com a lei de fronteira, os imigrantes em situação legal poderiam “monopolizar” a compra de terras na nova fronteira agrícola.

Só que numa parte a faixa de fronteira é bom implementar, é até meio difícil de falar, não é nem bom eu falar, de repente até pode interpretar mal. Mas eu acho que a imigração aqui dentro tinha que dar uma controlada porque vem muita gente, eu não vou dizer brasileiros, mas de repente outros, exploram realmente o país. Eu mesmo tenho experiência, a gente tem procurado outros lugares, lá para Canindeyú, onde realmente tem brasileiros e outros que estão explorando o país, tirando e levando embora muita coisa e deixando o que está acontecendo com o campesinado (...). De repente esta faixa de fronteira tinha que ser para isso. A partir de hoje só mora ou compra terra quem realmente demonstra que está cumprindo a lei do país, tem documentação, que residem tantos anos no país, quem também contrata mão de obra paraguaia (Clairton Feix, prefeito de Santa Rosa de Monday, 18/11/2004).

O território da fronteira entre o Paraguai e o Brasil se converteu na última década num espaço de disputas entre brasileiros e paraguaios e de tensão entre o nacionalismo paraguaio e os fenômenos de integração regional. As constantes discussões e aprovação da lei de segurança fronteira indicam as tensões permanentes entre nação e globalização neste cenário de fronteiras. Apesar de todo o discurso de integração entre o Brasil e o Paraguai desde 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção, as estratégias geopolíticas continuam existindo e as diferenças de poder entre os quatro países do Mercosul ajudam a compreender as reações nacionalistas de um país relativamente pequeno territorial e economicamente como o Paraguai. Setores da sociedade paraguaia se sentem dominados pelo Brasil e pelos brasileiros que estão ocupando cada vez mais “espaços vitais” do território paraguaio. Como afirma um diretor de uma escola local, "*temos que proteger nossa identidade ou estaremos perdidos como nação nessa onda de globalização e Mercosul*" (Diretor escolar apud Revista do Mercosul, 15/11/2002).

Neste capítulo, analisei várias formas de conflito que estão articuladas neste cenário de fronteiras: lutas de classes, disputas nacionais e a tensão permanente entre o nacionalismo paraguaio e as tentativas de integração supranacionais. No próximo capítulo, abordarei a maneira como as memórias e as identificações nacionais de um passado de tensões entre o Brasil e o Paraguai são atualizadas nos atuais conflitos entre imigrantes e alguns setores da sociedade paraguaia.

## *Capítulo IV*

### **IMAGENS DO PASSADO NOS CONFLITOS DO PRESENTE**

*A história tem isso, parece passada, mas é sempre presente. Os fatos acontecidos no século XIX, por exemplo, ao redor da Guerra do Paraguai, decorrente desta guerra, eu acho que são de uma atualidade surpreendente (Galeano, 1987).*

Os confrontos políticos atuais entre os imigrantes brasileiros e setores da sociedade paraguaia (líderes camponeses, intelectuais, religiosos, políticos de oposição etc) reatualizam as histórias das disputas territoriais na fronteira entre o império português e o espanhol durante o período colonial e depois entre o Brasil e o Paraguai no contexto de construção dos Estados nacionais. Os discursos políticos fazem referências a três momentos singulares dessa história de redefinições de fronteiras: o avanço dos bandeirantes sobre as missões jesuíticas nos séculos XVII e XVIII, a guerra entre a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) e o Paraguai (1864-70) e a influência geopolítica e econômica do Brasil no Paraguai, no contexto da Ditadura de Stroessner (1954-89).

#### ***1. Os “novos bandeirantes” nas fronteiras em movimento***

Intelectuais, políticos e religiosos paraguaios, favoráveis às lutas camponesas, chegam a comparar os imigrantes brasileiros, particularmente os grandes produtores de soja, com os invasores paulistas do período colonial e os denominam de “novos bandeirantes”. O relato do bispo Juan Bautista, durante uma missa, é significativo da imagem negativa que alguns setores da sociedade paraguaia continuam tendo dos bandeirantes paulistas.

Hace poco el ex ministro de la justicia (Ángel José Burró) se ha expedido contra los bandeirantes. Hasta hoy en día en San Pablo tienen todavía el monumento a los bandeirantes. Para mí, el monumento a los bandeirantes tendría que ser una vergüenza para los hermanos brasileños. Sabemos la filosofía de los bandeirantes y mamelucos. Tenemos en San Carlos el fuerte contra los bandeirantes. Yo no sé si a los brasileños

sigue alimentando a la filosofía de los bandeirantes. (...) En fin, yo creo que acá nos compete defender nuestra soberanía, nuestra tierra, lo poco que tenemos delante de lo mucho que tienen nuestros hermanos brasileiros (Juan Bautista Gavilán apud *Abc Color*, 29/08/2003).

Embora o bispo não tenha feito uma afirmação categórica de que os plantadores de soja brasileiros fossem os “novos bandeirantes”, algumas reportagens dos periódicos de Assunção cuidaram em estabelecer o vínculo com os antigos exploradores paulistas. Os títulos e subtítulos relatam que esse membro da Igreja Católica teria afirmado que se tratava de “*una versión actualizada de la incursión de antaño de los bandeirantes y mamelucos*” (*La nación*, 29/08/2003) ou “*para Gavilán, brasileños repiten el espíritu de los invasores bandeirantes*” (*Alegre*, 3/9/2003).

As referências ao “monumento aos bandeirantes” em São Paulo e ao “forte contra os bandeirantes” em San Carlos, lugar de uma antiga missão jesuítica no Paraguai, servem para estabelecer uma relação entre as disputas do passado colonial e os conflitos atuais entre “sojeros” e “campesinos” paraguaios. Esses monumentos, como lugares simbólicos de memória (Nora, 1993), transformam-se em emblemas de negação e de afirmação de identidades nacionais no discurso crítico desse religioso paraguaio. Essas comparações remetem às relações coloniais entre os bandeirantes paulistas e as missões jesuíticas do Paraguai.

A historiografia brasileira comumente apresenta os bandeirantes como os responsáveis pela descoberta do ouro, apresamento e escravidão indígena e aumento do território português durante o período colonial. Pouco se analisa o confronto com as missões jesuíticas administradas pelos espanhóis e as imagens negativas que os países vizinhos têm dos “mamelucos paulistas”<sup>51</sup>, vistos como os primeiros responsáveis pelo expansionismo português e brasileiro (Machado, 2002; Abreu, 2000; Moog, 2000).

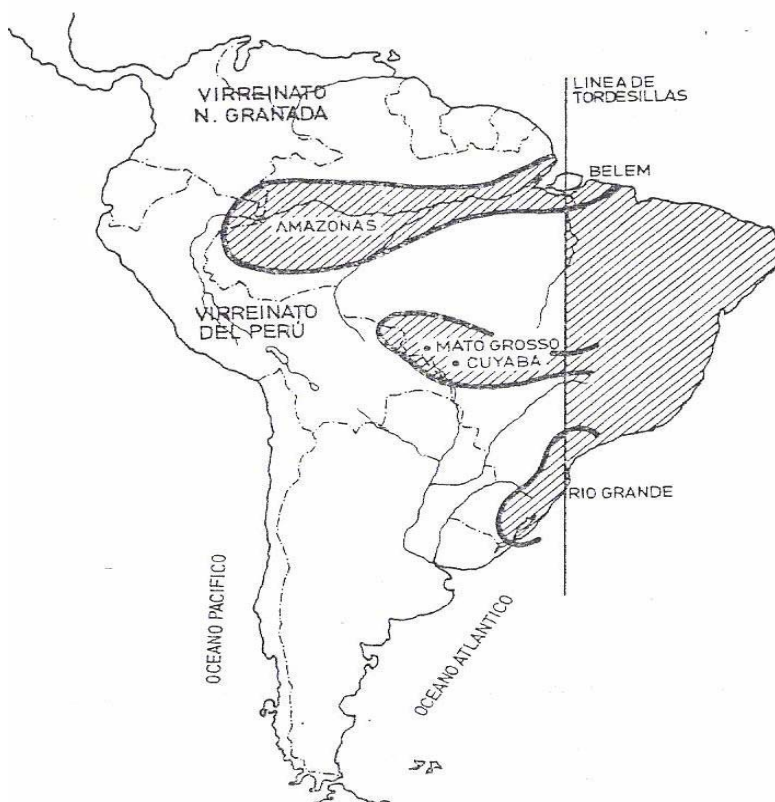
A expansão dos bandeirantes sobre o território da Espanha principiou durante a União Ibérica (1580-1640), período em que Portugal foi administrado pelo governo espanhol. Com essa união, não havia mais motivo para os mamelucos respeitarem o Tratado de Tordesilhas. A fronteira lusitana avançava através de dois processos simultâneos: a instalação de postos comerciais e fortes militares em terras não ocupadas pela Espanha, como Colônia de Sacramento

---

<sup>51</sup> O historiador Capistrano de Abreu faz brevemente algumas referências sobre o choque entre os mamelucos paulistas, os crioulos paraguaios que buscava uma saída para o mar e as missões jesuíticas nas margens dos rios Paraná e Uruguai (Abreu, 2000).

em 1680, e o movimento das bandeiras, principalmente durante os séculos XVII e XVIII, em direção ao Amazonas, ao Mato Grosso e ao Rio Grande, como representado na figura abaixo.

### FIGURA CARTOGRÁFICA DA EXPANSÃO PORTUGUESA (Séc. XVIII)



Fonte: Maeder, 1986, p. 25

Mas esse movimento expansionista português encontrou resistência por parte dos espanhóis. A criação de várias missões jesuíticas sob a jurisdição da Espanha na fronteira imprecisa entre os dois impérios visava deter o avanço dos lusitanos em direção ao Rio da Prata e à Cordilheira dos Andes. O Paraguai atual é “herdeiro” das missões indígenas dos séculos XVII e XVIII. Essas missões eram coordenadas por religiosos sediados em Assunção, cidade principal

da Província jesuítica do Paraguai<sup>52</sup>. Nas 30 reduções existentes chegaram a morar cerca de 128 mil indígenas (Jackson, 2003).

As missões guaraníticas funcionaram, por muito tempo, como uma muralha de proteção do império espanhol contra a fronteira movediça dos portugueses. No início, algumas missões, localizadas nas margens dos rios Paraná e Uruguai, foram destruídas ou transferidas devido às incursões dos bandeirantes<sup>53</sup>. Mas os jesuítas aprimoraram a organização militar e formaram várias milícias comandadas pelos caciques locais. As milícias indígenas visavam proteger as próprias missões dos bandeirantes e dos encomienderos (fazendeiros) espanhóis que caçavam índios missioneiros para escravizá-los, mas também outras regiões da colônia espanhola ameaçadas pelo avanço dos portugueses. Havia alianças táticas entre os jesuítas e os governadores da colônia espanhola. Mais de 3 mil indígenas das missões foram convocados pelos administradores espanhóis para expulsar os lusitanos de Colônia de Sacramento em 1705 e 1735- 37 (Maeder, 1986).

Apesar das estratégias de resistências dos espanhóis, os portugueses continuavam ocupando novas regiões para além da linha do Tratado de Tordesilhas. Em 1750, os dois impérios se reúnem para redefinir as fronteiras das colônias americanas e aprovam o Tratado de Madrid. A fronteira imprecisa da linha imaginária de Tordesilhas cede lugar a uma maior precisão demarcatória entre esses territórios coloniais a partir de acidentes geográficos naturais. Pelo novo tratado, Portugal teria o direito de posse das áreas já ocupadas, menos da região estratégica de Colônia de Sacramento. O acordo previa que os portugueses cederiam essa colônia para Espanha e em troca receberiam os sete povos missioneiros, localizados na margem Leste do Rio Uruguai.

Os jesuítas protestaram contra essa medida. O tratado estabelecia que esses religiosos deveriam convencer os índios a saírem desse novo território português, pois a coroa espanhola não queria perder a produção econômica e nem as milícias guerreiras das missões. Os líderes indígenas não concordaram com o acordo e resolveram resistir e lutar contra os exércitos

---

<sup>52</sup> Conforme Aubert (1991), a “Província del Paraguay” era uma divisão territorial feita pela Companhia de Jesus para o estabelecimento das missões indígenas. Essa Província corresponde mais ou menos a uma parte do território do sul do Brasil, Uruguai, Nordeste argentino e Paraguai atual.

<sup>53</sup> Os exemplos mais presentes na historiografia são das missões Santa Ana na região do Tape e San Ignácio no Salto de Guairá. A primeira foi estabelecida em 1633 no que é hoje zona central do Rio Grande do Sul. Em 1638, foi transferida devido aos ataques dos bandeirantes e em 1647 mudaram mais uma vez para o que é hoje a Província de Misiones, na Argentina. A missão de San Ignácio foi fundada em 1610 na margem esquerda do Rio Paraná, no lugar das Sete Quedas. Devido novamente aos ataques dos bandeirantes, foi transferida para a Província de Misiones, perto do Rio Uruguai, em 1631. Mas por causa de novas incursões dos bandeirantes, se instalaram próximo ao Rio Paraná também na Província de Misiones, Argentina. (Jackson, 2003)



espanhóis e portugueses. Essa batalha ficou conhecida como a “guerra guaranítica”<sup>54</sup>. Os índios dessas sete missões foram massacrados, juntamente com alguns jesuítas que não concordaram com as medidas arbitrárias das metrópoles coloniais. O tratado foi anulado em 1761, pois os portugueses não tinham abandonado a Colônia de Sacramento. Após uma nova expulsão dos lusitanos daquela fortificação em 1777, foi então estabelecido o Tratado de Ildefonso, delimitando novamente as fronteiras territoriais entre os dois impérios coloniais.

No contexto das independências dos países do Cone Sul, no início do século XIX, as tensões coloniais continuaram presentes nas relações entre as novas nações de herança espanhola na Bacia do Rio da Prata e o Brasil. O sonho colonial de que a “fronteira natural” da colônia portuguesa deveria ser esse rio continuou no cenário das independências nacionais. O reino unido de Portugal, Brasil e Algarves anexou a banda oriental do Rio da Prata em 1821, criando a Província Cisplatina. O Brasil se tornou independente no ano seguinte (1822) e continuou controlando aquela província de herança espanhola. Essa atitude brasileira suscita a reação imediata das Províncias Unidas do Rio da Prata (futura nação Argentina) que também reivindicavam aquele território. O conflito armado se instala entre os dois países em 1825. A Inglaterra foi árbitro internacional dessa guerra e decidiu pela criação de um “Estado-tampão” ou Estado neutro no território em disputa, surge então o Uruguai como país independente em 1828.

Na construção dos imaginários nacionais destes países durante os séculos XIX e XX, o Brasil passa a ser visto como um país expansionista e que deseja sempre avançar sobre os territórios vizinhos. Uma imagem reelaborada desde o período do avanço português sobre o território espanhol e das redefinições das fronteiras nos tratados de limites coloniais.

Desta forma, ao longo da história dos conflitos entre o Brasil e o Paraguai, essa antiga imagem expansionista dos bandeirantes é sempre acionada e serve para aumentar a desconfiança dos paraguaios em relação ao Brasil e aos brasileiros. No período da “Guerra da Tríplice Aliança” (1864-70), o exército paraguaio classificava os brasileiros de negros, macacos, mas também de “mamelucos e bandeirantes paulistas”. No contexto da década de 1960, o conflito fronteiro de *Salto de Guairá* reacendeu as antigas imagens dos bandeirantes. Estudantes em Assunção fizeram passeatas com os seguintes slogans: “*expulsão dos bandeirantes de Salto de Guairá*” ou “*Paraguay si, bandeirantes no*” (Menezes, 1987, p. 138).

---

<sup>54</sup> Os episódios principais em torno da disputa de fronteiras entre os dois impérios coloniais e o massacre indígena na denominada “Guerra guaranítica” foram abordados no filme a “Missão”, de Roland Joffé, em 1986. Algumas críticas aos erros históricos cometidos nessa película podem ser lidas no texto de Aubert (1991).

Atualmente, os paraguaios continuam estabelecendo uma associação entre o brasileiro e o bandeirante, mas nem todos vêem os grandes produtores de soja como uma versão moderna dos “mamelucos paulistas”. Como afirma o jornalista Andrés Gutiérrez, existem tanto os que apresentam os imigrantes como a “encarnação dos bandeirantes”, mas também há aqueles que os vêem como os “apóstolos do trabalho”:

Hay quienes los ven como a peligrosos invasores, reencarnación de los bandeirantes que devoraban tierras en épocas de colonia, y que hoy serian una avanzada del subimperialismo brasileño, con un pérfido plan para adueñarse poco a poco de todo el Paraguay. Pero también hay quienes los ven como a los héroes de la conquista del oeste en versión local. Como los apóstoles del trabajo y del progreso que han llegado para rescatarnos de la crisis y del atraso (Gutiérrez, 17/09/2003).

Essas classificações fazem parte de uma luta simbólica pela legitimação e identificação nacional entre imigrantes e determinados setores da sociedade paraguaia. Os brasileiros não aceitam essa imagem negativa de “*novos bandeirantes*” ou “*piores do que os bandeirantes*”, como foram classificados por um investigador dos movimentos camponeses. Os conceitos de “bandeirante” e “pioneiro” são categorias nativas que servem para nomear os mesmos atores sociais. Os imigrantes brasileiros são classificados por alguns setores paraguaios como “bandeirantes” e criam uma auto-imagem positiva de “pioneiros”, como será analisado no próximo capítulo.

A classificação de um grupo dos imigrantes e investidores brasileiros no Paraguai como “novos bandeirantes” não é tão freqüente nos discursos políticos dos opositores à presença brasileira em território paraguaio. Todavia, a imagem de uma “invasão brasileira”, associada aos episódios da “Guerra do Paraguai” está mais presente nas lutas políticas atuais. A imigração brasileira representaria uma espécie de “segunda invasão”, não através da guerra, mas de uma ocupação constante e silenciosa do território nacional.

## **2. A “Guerra do Paraguai” e os conflitos atuais**

A “Guerra da Tríplice Aliança” (1864-70) continua sendo lembrada nos atuais conflitos pela terra na fronteira do Paraguai. Os líderes camponeses, políticos de oposição e intelectuais de esquerda costumam lembrar dessa guerra como uma forma de reatualizar os sentimentos nacionalistas dos paraguaios contra os novos e velhos “invasores” do território

nacional. A guerra é vista como um marco que divide o Paraguai “independente” do “dependente” (Laino, 1976). Como afirma o sociólogo Tomás Palau, “*el Paraguay fue una República, digamos, hasta la Guerra contra la Triple Alianza (formada por los que son hoy los tres otros países con los que integramos el Mercosur). Luego de esa guerra, que fue de exterminio e de ocupación, aparentemente ya no quedó nada*” (Palau, 24/06/2004).

As lideranças camponesas estudam os principais momentos da história do povo guarani e transmitem oralmente essas informações históricas para as bases do movimento camponês durante as assembléias e os seminários. Para os líderes camponeses, a “Guerra da Tríplice Aliança” foi obra do imperialismo britânico e representa o fim de um modelo de desenvolvimento nacional com base nas propriedades públicas. Os vencedores da guerra (Brasil, Argentina, Uruguai e Inglaterra) ordenaram a venda das terras fiscais para grandes empresas de capital estrangeiro.

Nosotros tenemos bien en cuenta, fundamentalmente que la guerra de la Triple Alianza es resultado del imperialismo, fundamentalmente Inglaterra fue confirmando y utilizando al gobierno de Brasil, de Argentina y al gobierno de Uruguay. No son pueblos de esos países, son los gobiernos impulsados por un país imperialista. La guerra de la Triple Alianza truncó una política de desarrollo nacional en el Paraguay, pero el responsable de eso son los países imperialistas, no los pueblos argentinos, uruguayos y brasileros. Después de la época de la Guerra de la Triple Alianza vino la repartija más grande de las tierras paraguayas. Y cuales fueron los dueños de la tierra? Fue una empresa internacional brasilera, otra era la empresa Industrial Paraguaya, se llamaba paraguaya pero era una empresa argentina, otra se llamaba Carlos Casado, era otra gran empresa transnacional. En realidad lo que se beneficiaron con las tierras paraguayas son los grandes empresas transnacionales asociados a los países imperialistas (Marcial Gómez, líder campesino de la FNC, 26/10/2004).

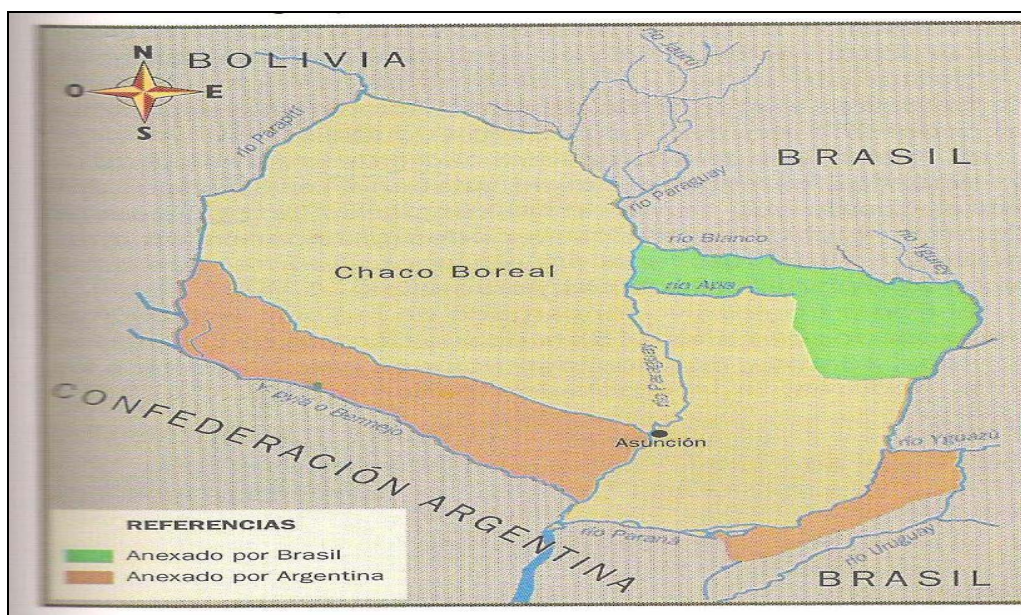
Para os camponeses, o fim da guerra representou um marco na problemática da terra no Paraguai. Os principais líderes entendem que a partir desta guerra as propriedades públicas foram leiloadas, constituindo os grandes latifúndios privados do país. Depois Stroessner completou a desnacionalização das terras fiscais, principalmente entregando esses recursos naturais aos brasileiros e aos militares paraguaios. Desta forma, o discurso político atual às vezes é fortemente nacionalista e visa recuperar para os “paraguaios legítimos” todas as terras “malhabidas” ao longo da história de dependência ao capital estrangeiro.

Y después al término de guerra en 1870, entonces la cuestión del primero interés fue repartija por legua cuadrada de las tierras a las multinacionales y lo sobrante fue

repartija en la época de la dictadura. Entonces fue justamente la razón de la concentración de la tierra en poca mano y muchas manos sin tierra, por la cantidad de familias sin tierras que hay (Luis Aguayo, líder campesino de la MCNOC, 26/10/2004).

A perda de extensões consideráveis do território nacional no final daquela guerra é também recordada por esses setores contrários à atual imigração brasileira. Os paraguaios visualizam nas figuras cartográficas dos livros didáticos as dimensões territoriais do Paraguai antes e depois da guerra e as porções anexadas pela Argentina (província de Misiones e Formosa) e pelo Brasil (parte do Mato Grosso do Sul) no tratado de fronteiras de 1872<sup>55</sup>. Nas leituras críticas sobre a expansão da soja hoje no Paraguai, intelectuais chegam a construir figuras cartográficas demonstrando a área que o país perdeu no final da “guerra de 70” para o Brasil e o novo território ocupado por brasileiros. A impressão que passa é que existe a possibilidade daquela nação perder uma nova extensão territorial para o “poderoso vizinho”.

#### A CARTOGRAFIA DAS PERDAS TERRITORIAIS



<sup>55</sup> Em 2004 veio novamente à tona a discussão dos tratados de fronteiras após o final da “Guerra do Paraguai”. O governo brasileiro resolveu publicizar os arquivos militares, mas o Itamaraty logo se posicionou a favor do “sigilo eterno” dos documentos oficiais referentes à “Guerra do Paraguai” e ao Acre, pois gerariam novos atritos com nossos vizinhos. O governo brasileiro qualificou de “dinamite pura” o conteúdo daqueles arquivos. Algumas reportagens afirmaram que houve muitas irregularidades praticadas pelos militares e diplomatas brasileiros, como suborno das equipes demarcadoras das fronteiras e diversas atrocidades cometidas aos paraguaios durante a guerra. A Ministra de Relações Exteriores do Paraguai, durante uma reunião do Mercosul no Brasil, posicionou-se favorável à decisão brasileira de não “mexer no passado” e afirmou que as nações se constroem pensando no futuro. As críticas à atitude brasileira vieram especialmente dos historiadores paraguaios, um deles qualificou de uma “ofensa” a ação do Itamaraty de não revelar e de não entregar esses arquivos à sociedade paraguaia.

Figura cartográfica publicada em um livro didático de história no capítulo sobre a “Guerra da Tríplice Aliança” (Talavera, 1998, p. 137)



Figura cartográfica publicada no livro “Enclave sojero: merma de soberania e pobreza” (Fogel & Riquelme, 2005, p. 99).

As representações cartográficas fazem parte das construções nacionais. A imagem dos países está fortemente relacionada com os mapas que são construídos ao longo da história colonial e nacional. Desde o período da colônia espanhola, os mapas paraguaios abordam as constantes perdas territoriais: a diminuição da Província do Paraguai por causa das incursões dos bandeirantes e a anexação de territórios pelos países vizinhos durante a “Guerra da Tríplice Aliança”. No contraste com os enormes territórios do Brasil e da Argentina, os paraguaios criam uma imagem nacional de um país que se tornou pequeno, mediterrâneo e com um território nacional sempre anexado e ameaçado pelos “vizinhos mais poderosos”.

Para os setores de oposição, a guerra simboliza o início do “calvário” nacional, mas também representa a construção de um *ethos de resistência*, integração e consolidação de uma identidade nacional. Esse ethos cultural se caracterizaria por atitudes distintas de resistência que marcariam a construção da identidade paraguaia, especialmente as revoltas indígenas ao domínio espanhol no período colonial e as duas guerras que o país enfrentou contra o domínio estrangeiro

(Morinigo & Britez, 2004). Para a maioria dos paraguaios, o guarani é o idioma de identificação nacional e funcionou como a arma secreta de resistência nas duas guerras internacionais. O país lutou contra nações que falavam o espanhol ou o português e o guarani passou a ser usado pelos militares paraguaios como uma estratégia de guerra, já que nenhum inimigo o compreendia.

Una de las armas fundamentales del Paraguay en las dos guerras fue el guarani. Los brasileños y argentinos no entienden el guarani. Entonces era más fácil hablar en guarani, comunicar en guarani entonces despistaban a sus enemigos. Se utilizaba el guarani porque es el idioma que más nos acerca como paraguayo (Domingo Quiñonez, Professor de História, 25/11/2004).

De uma maneira geral, nas falas dos políticos, jornalistas, professores e líderes camponeses paraguaios, a guerra da Tríplice Aliança está associada, por um lado, à morte de quase toda a população paraguaia, ao fim de um modelo de desenvolvimento autônomo, à privatização das terras fiscais e à perda de amplas faixas do território nacional. Mas, por outro lado, simboliza o *ethos de resistência* do povo paraguaio contra a dominação estrangeira.

Por sua vez, historiadores, jornalistas e os próprios imigrantes também estabelecem relações entre os conflitos do presente e os ressentimentos da derrota paraguaia na guerra do século XIX. Alguns desses imigrantes reconhecem a participação do Brasil na tragédia paraguaia e que os conflitos atuais aumentam o sentimento antiestrangeiro da população paraguaia. Para eles, é necessário que as autoridades públicas dos dois países compreendam a especificidade desses conflitos fronteiriços e possam resolvê-los diplomaticamente.

Para o historiador Boris Fausto, os conflitos atuais na fronteira do Paraguai são bastante singulares em relação às outras disputas de terras no Brasil e em outras áreas de fronteiras, visto que neste caso os camponeses reacendem os ressentimentos da “Guerra do Paraguai”:

As relações sociais na região de fronteira Brasil-Paraguai são únicas e não tem paralelo com o que ocorre em outras zonas limítrofes do Brasil. Estou me referindo não só ao fato óbvio de que há uma área de colonização brasileira no Paraguai, com todas as implicações daí decorrentes, como também ao passado dos dois países. Para os paraguaios é muito difícil absorver o ressentimento provocado pela Guerra do Paraguai, travada em meados do século 19, que arrasou o país e condicionou negativamente seu destino (Fausto, 15/08/2001).

A imprensa brasileira algumas vezes comenta as declarações de lideranças camponesas referentes à “Guerra do Paraguai”. Num tom de alerta e denúncia, essas reportagens destacam os rancores e ressentimentos do passado nos conflitos atuais: “*paraguaios invocam rancores da Guerra do Paraguai de um século atrás para expulsar colonos brasileiros*” (Revista Veja, 18/09/99) ou ainda “*o território ‘brasiguai’ fez ressurgir os ecos de um passado que há 130 anos demarcou com sangue e morticínio as fronteiras entre Brasil e Paraguai* (Konig, 11/01/2004).

O jornalista José Carlos Meily apresentou uma análise interessante sobre os sentimentos de inferioridade, humilhação e frustração dos paraguaios em relação ao poderio brasileiro desde o contexto daquela guerra. Intelectuais críticos, políticos de oposição, religiosos e líderes camponeses paraguaios não lembram somente aquele período, associando-o com os fatos atuais, mas toda uma história de dependência e subordinação nas relações internacionais entre os dois países durante o século XX.

Dos episódios mais cruéis de nossa experiência, essa Guerra, que durou de 1864 a 1870, custou a vida de cerca de 33 mil brasileiros e quase dizimou a população do Paraguai, que teve dos seus cerca de um milhão de habitantes pouco mais de 120 mil sobreviventes. (...) Terminado o conflito restou uma amarga memória de derrota e humilhação aos vizinhos paraguaios. O sentimento de frustração em face do poderio brasileiro na região sempre foi enorme. Há, como é compreensível, uma rejeição grande aos nossos projetos, que sempre são perigosos para a soberania do país limítrofe. As barragens e os acordos de navegação do Rio Paraguai colocam em risco de prejuízo o funcionamento do país que se vê inferiorizado tanto demograficamente como em termos de poderio econômico. Recentemente, como resposta desse longo e complicado processo histórico, alguns pontos de tensão têm se levantado. Particularmente, o caso dos "brasiguaios" clama cuidados, pois revela um ponto crescente de agressão que precisa ser imediatamente resolvido (Meily, 10/08/1999).

Os brasileiros, desde a fase inicial do processo migratório, construíram estereótipos sobre o Paraguai a partir de fragmentos de histórias e memórias que escutavam falar do período da guerra. Alguns “pioneiros” viam o país vizinho como um lugar perigoso, violento e não civilizado. Amigos e parentes aconselhavam esses “aventureiros” a não se arrisquem do outro lado da fronteira. Menezes (1987) interpreta a ansiedade e o medo de um trabalhador brasileiro no início da colonização do departamento de *Canindeyú*, no final da década de 1950, e as imagens negativas que os primeiros colonos brasileiros faziam desta nação desconhecida.

O Paraguai era, não só para ele como também para a maioria de sua geração e gerações seguintes, um lugar perigoso e não civilizado. Desde a Guerra do Paraguai, a história

popular (ajudada e muito pela história oficial dos vencedores do conflito) criou uma imagem terrivelmente negativa do Paraguai, dos “selvagens” paraguaios, e os acontecimentos ou fatos sobre contrabando, contrabandistas e assassinatos agitavam a mente popular (Menezes, 1987, p.134)

Atualmente, os imigrantes que já estão há vários anos no Paraguai constroem outros significados sobre essa guerra. Jackson Bressen chegou ainda criança, sempre estudou naquele país e incorporou a versão histórica dos livros didáticos paraguaios. Ele relata o poder econômico e a extensão territorial do Paraguai antes da guerra e destaca a perda de território nacional, de vidas humanas e a raiva que os paraguaios continuam tendo dos brasileiros desde aquela época. Para ele, não se trata de um rancor culturalmente transmitido, mas já “está no sangue”<sup>56</sup> dos paraguaios.

Eu acho que um pouco deste antibrasileiro vem já da época da guerra do Brasil com o Paraguai porque o Paraguai era uma superpotência aquela vez. O Paraguai era bem mais forte que o Brasil economicamente daquela vez nos anos 1860, 70. Então o Paraguai estava muito perto do mar e ele queria ter uma saída pro mar por causa que ele tinha muita indústria e não tinha saída pro mar. Então ele tinha que pagar porto brasileiro, desde aquela época já havia problema deste porte. Então eles queriam chegar de qualquer jeito no mar e então queriam tomar um pedaço do Brasil. Tu vai ver mesmo na história onde abarcava o Paraguai, chega lá pertinho de Paranaguá, lá pra Curitiba, lá pra frente chega. Então ali começou e daí o Paraguai perdeu, tanta área ele perdeu para o Brasil, em vez de ganhar, ele perdeu. Perdeu todo homem paraguaio, acabou com a raça de homem dentro do país, inclusive aquela vez lá ancião e criança tinha que logo começar a procriar para aumentar de volta, só existia mulheres dentro do Paraguai no final desta guerra. Hoje se tu pegar um livro de história e ler bem certinho é tremendo o que aconteceu com o Paraguai. Eu acho que desde aquela vez já vem isso no sangue e tudo, o que é paraguaio leva isso no sangue (Jackson Bressen, agricultor, 17/11/2004).

O que esse imigrante aprendeu pela oralidade sobre o passado glorioso e trágico da sociedade paraguaia se entrelaça com o aprendizado através dos textos históricos e se mistura com suas vivências do presente<sup>57</sup>. Para ele, o Paraguai era uma “superpotência” e em termos territoriais chegava “*lá pertinho de Paranaguá, lá pra Curitiba*”. A imagem cartográfica que tem do “*Paraguai independente*” é a representação dos primeiros mapas da província jesuítica do

<sup>56</sup> Os imigrantes brasileiros utilizam bastante a expressão “está no sangue” e talvez sirva para identificar aquilo que já está bastante enraizado e naturalizado em um grupo social. Mas o termo exige um estudo mais aprofundado, pois provavelmente remete a complexa discussão sobre as representações sociais do que seja herança biológica ou cultural.

<sup>57</sup> A memória não se restringe às recordações e reminiscências que os indivíduos vivenciaram ao longo de suas trajetórias, mas também àquelas que incorporam das gerações passadas por meio de conversas, leituras, filmes, histórias, músicas, pinturas e fotografias (Amado, 1995).



Paraguai no início da colonização espanhola. No período anterior à “Guerra do Paraguai”, o território desse Estado nacional já era bastante reduzido e a única área de litígio entre os dois países estava localizada no sul do Mato Grosso. Esse imigrante adota a auto-imagem nacional de grandeza econômica e territorial da nação paraguaia antes da guerra. Ele também percebe esse conflito como o divisor de águas entre um grandioso país e uma nação derrotada e pobre. Com base na experiência atual em que o Paraguai depende dos portos brasileiros para a exportação da soja, ele afirma que antes da guerra aquele país *“tinha que pagar porto brasileiro, desde aquela época já havia problema deste porte”*. Na verdade, naquele período o Paraguai exportava exclusivamente através do Porto de Buenos Aires.

Na maioria dos relatos dos imigrantes que abordaram essa temática, há uma referência ao desenvolvimento industrial paraguaio antes da guerra e à destruição causada pelos aliados. Todavia, muitos não concordam que os motivos principais dos conflitos atuais estejam relacionados com as memórias daquela guerra do século XIX. Para alguns, as desigualdades econômicas entre imigrantes e camponeses paraguaios são causas mais decisivas que impulsionam os sentimentos e os ressentimentos contra os estrangeiros ricos.

Para outros não existe nenhuma relação entre a “Guerra do Paraguai” e os conflitos atuais na fronteira. Os paraguaios não lembrariam mais daquela guerra. O motivo principal não estaria naquele contexto distante, mas no choque entre o período ditatorial das décadas anteriores e o contexto democrático atual. Eles relatam que os paraguaios eram mandados e tinham que obedecer às ordens do general Stroessner. Quando começou formalmente a democracia em 1989, os camponeses incorporam um discurso democrático e nacionalista e começam a reivindicar o direito às terras ocupadas pelos estrangeiros que entraram no país no período da ditadura.

Mas por que essas memórias e referências à “Guerra do Paraguai” são atualizadas, disputadas e negadas no contexto atual dos conflitos entre fazendeiros brasileiros e camponeses paraguaios? Por que essa guerra, que ocorreu há mais de um século, continua sendo lembrada nessa zona de fronteiras?

### ***3. Lembranças e esquecimentos da guerra***

As guerras marcam as histórias dos Estados nacionais, pois constroem e destroem nações, reforçam identidades nacionais e redefinem fronteiras. Elas são lembradas, esquecidas e

silenciadas e mesmo quando são oficialmente esquecidas, continuam sendo recordadas de alguma forma através de monumentos aos “heróis da guerra”, de datas comemorativas e nos relatos orais das gerações que vivenciaram e narraram os horrores e as glórias das batalhas. A “Guerra do Paraguai”, embora bastante esquecida pelos brasileiros, faz parte da paisagem simbólica de cidades do país. Quando observamos atentamente os nomes das ruas e dos bairros, os monumentos nas praças públicas, os museus históricos, as lojas comerciais em diversas cidades brasileiras, encontramos várias referências à “Guerra do Paraguai”: “Riachuelo”, “Humaitá”, “Jovita Feitosa”, “Tuiuti”, “General Osório”, “Duque de Caxias”, “Bartolomeu Mitre” etc. Mas geralmente as pessoas que transitam nesses lugares não fazem mais nenhuma associação com aquela guerra do século XIX. São poucos os estudantes brasileiros que conseguem narrar algum episódio referente ao maior conflito armado da América do Sul.

Já as gerações mais velhas no Paraguai lembram com mais intensidade os sofrimentos e as batalhas daquela contenda bélica, principalmente os paraguaios que estão envolvidos nas lutas contra os “brasiguaios”. A sensação que tive, quando estava no Paraguai, é que a guerra tinha ocorrido há menos tempo naquele país. Camponeses, taxistas, trabalhadores urbanos e políticos sabem de muitas batalhas da “Epopéia dos séculos”. Além das memórias dos ressentimentos da guerra, transmitidas de geração em geração na sociedade camponesa paraguaia, os governos nacionalistas do Paraguai, durante o século XX, instituíram vários lugares oficiais da memória da guerra: museus, monumentos aos “heróis da pátria”, “Parque Nacional de Cerro Corá”, “Ruínas de Humaitá”, os nomes dos “heróis da guerra” nas ruas principais das cidades e todo um calendário de homenagem e comemoração das principais batalhas da “Grande Guerra”.

Desta forma, no dia 01 de Março, data do fim da “Guerra da Tríplice Aliança” (1870), foi oficializado o dia dos heróis e durante todo o mês de março (mês dos heróis) existem atividades relembrando as batalhas da “*Guerra de los 70*”. Em 16 de agosto é comemorado o dia das crianças em recordação aos meninos que lutaram e morreram na batalha de *Acosta Nu* em 1869, quando já não existiam soldados e as crianças estavam indo para os campos de batalha. A própria data de 12 de julho, referente à assinatura do Protocolo de Paz da Guerra do Chaco, e 29 de setembro, data da batalha de Boquerón também do conflito armado contra a Bolívia, são

sempre associadas à *Guerra de la Triple Alianza* e nos discursos comemorativos se homenageia não os generais da segunda contenda bélica, mas o marechal Solano Lopez<sup>58</sup>.

A *Guerra do Chaco* (1932-35) ocorreu depois que a Bolívia invadiu territórios da região ocidental ou Chaco paraguaio. A Bolívia perdeu a saída para o mar para o Chile na *Guerra do Pacífico* (1879-1883). A estratégia boliviana era construir fortificações no território Chaco e depois anexar parte da região ocidental paraguaia e ter acesso à navegação do Rio Paraguai. Para alguns analistas, a empresa norte-americana de petróleo Standard Oil operava na Bolívia e teria financiado a guerra visando lograr um caminho fluvial para a exportação de petróleo. Mas os paraguaios não permitiram e declaram guerra à Bolívia, recuperaram os territórios ocupados militarmente pelos inimigos e firmaram o acordo de paz e de definição de fronteiras em 1935. Nesta guerra foram mobilizados 150.000 soldados paraguaios e 200.000 bolivianos, morreram cerca de 90.000 pessoas, sendo 40.000 paraguaios e 50.000 bolivianos (Espul, 2001).

O nacionalismo paraguaio está bastante associado a essas duas guerras que o país enfrentou num intervalo de 62 anos. Na primeira, o Paraguai foi “brutalmente derrotado”, na segunda foi vitorioso, já que recuperou a região ocidental que tinha sido invadida pela Bolívia. Conforme a interpretação de Domingo Quiñonez, professor de História, esse último conflito armado “*levantó la moral del pueblo paraguayo*” e possibilitou a construção de elos de memória entre as duas guerras. Neste sentido, quando se faz referência à guerra mais recente, automaticamente também se comenta algo sobre a mais antiga.

Hablar de la Guerra del Chaco, hay que mencionar el conductor de la Guerra de la Triple Alianza. Por eso siempre hubo un relacionamiento, se si habla del protocolo de paz que nosotros conmemoramos en 12 de Julio en la finalización de la Guerra del Chaco, en cualquier discurso que se haga ahí siempre si irá recordar del Mariscal Francisco Solano López (Domingo Quiñonez, Professor de História, 25/11/2004).

Tudo indica que a “Guerra da Tríplice Aliança” continua sendo mais lembrada no Paraguai do que no Brasil. Como diria Renan (2000), as nações modernas se formam a partir de um repertório de recordações em comum, mas também com base no esquecimento de determinadas guerras, batalhas e massacres que fizeram parte da formação dessas nações. Os sofrimentos e as derrotas geralmente são mais lembrados que as alegrias e as vitórias. “*Haber*

---

<sup>58</sup> Francisco Solano Lopez se tornou presidente do Paraguai em 1862, após a morte de seu pai, Carlos Lopez. A “Guerra do Paraguai” foi realizada durante o seu governo. Ele foi morto no final da guerra e durante o século XX foi transformado em herói nacional.

*sufrido juntos; si, el sufrimiento en común une más que el gozo. En cuestión de recuerdos nacionales más valen los duelos que los triunfos, pues ellos imponen deberes; piden esfuerzos en común*” (Renan, 2000, p. 65).

Desta forma, os paraguaios derrotados na “Guerra da Tríplice Aliança” não esquecem facilmente a experiência dolorosa do passado. Essas memórias, transmitidas oral e oficialmente, são ressignificadas em momentos históricos posteriores em que estão em jogo novas disputas de interesses nacionais envolvendo esses países. Já o Estado brasileiro geralmente só lembra e comemora as batalhas que ganhou e esquece o que aconteceu do outro lado da fronteira. As historiografias nacionalistas e a produção dos livros didáticos nos dois países também contribuem para a seleção daquilo que deve ser lembrado ou esquecido. Contudo, é provável que as novas gerações brasileiras, descendentes de ex-escravos e “voluntários da pátria” que lutaram obrigatoriamente naquela guerra, continuem lembrando tristes episódios e muitas derrotas. Tudo indica que continua existindo no Brasil uma “memória subterrânea” (Pollak, 1989) da “Guerra do Paraguai”, diferente das narrações oficiais<sup>59</sup>.

Na região de forte imigração de brasileiros, o estudo da “Guerra do Paraguai” ou “Guerra da Tríplice Aliança” adquire uma importância considerável nas aulas de história e serve para contrastar imagens e identidades nacionais dos próprios alunos. Para o professor Domingo Quiñonez, os estudantes paraguaios lembram de várias batalhas da guerra, já os brasileiros sempre vêm nos canais brasileiros a batalha de Riachuelo<sup>60</sup> e unicamente lembram desse episódio porque serve para engrandecer o poderio naval do Brasil.

Hablo de la Guerra de la Triple Alianza y sólo ven en las teles brasileiras la batalla de Riachuelo. Los brasileiros hablan de odio a los brasileños, pero no es así. Hay que estudiar, hay que analizarlo. Nosotros analizamos con los alumnos los hechos y el paraguay es el que más recuerda batalla de la guerra de la Triple Alianza que vivieron los países. (...) *Es muy fácil para el pueblo paraguayo hablar de esta Guerra porque ahí comenzó el calvario del Paraguay.* Pero los canales brasileños, todos los diarios sólo ven la batalla de Riachuelo, acá en Paraguay se habla bastante de la Guerra de la Triple Alianza y ellos [brasileños] utilizan para la grandeza de su fuerza naval. La

<sup>59</sup> Um trabalho coletivo de história oral em diferentes regiões brasileiras, argentinas, uruguaias e paraguaias poderia investigar as memórias, as cantigas e vários outros indícios da cultura popular das classes subalternas que tiveram familiares que vivenciaram a experiência daquela Guerra. Essas narrativas poderiam contribuir para um novo entendimento sobre a formação das nações no Cone Sul desde a perspectiva das classes populares.

<sup>60</sup> A batalha naval de Riachuelo ocorreu no arroio *Riachuelo* em território argentino em 1865. As fragatas de guerra brasileiras, comandados pelo Almirante Barroso, conseguem vencer um ataque dos barcos paraguaios e liberam o leito do rio Paraná em direção à Fortaleza de Humaitá. Essa batalha foi bastante retratada pela historiografia tradicional e militar brasileira como exemplo do heroísmo de guerra do Brasil.

grandeza de Brasil, su fuerza naval se utiliza en la batalla de Riachuelo (Domingo Quiñónez, Professor de História, 25/11/2004).

As referências à guerra servem para mobilizar sentimentos nacionais nessa zona de fronteiras. Conforme o professor, os alunos brasileiros estudam a abordagem paraguaia desse conflito na escola, mas assistem na televisão a versão brasileira. Neste sentido, as televisões brasileiras e os próprios alunos só lembram da batalha de Riachuelo porque ela representa um símbolo do nacionalismo e da auto-imagem de superioridade dos brasileiros em relação ao Paraguai. Já os estudantes paraguaios lembram várias batalhas, já que a guerra simboliza o início do “calvário do Paraguai”. Por detrás desse relato existem disputas simbólicas mais profundas entre a escola, a família e os meios de comunicação nesse contexto fronteiriço.

A maneira como a guerra é abordada nos livros didáticos de história no Brasil e no Paraguai traduz a importância atribuída por esses países à memória e ao esquecimento desse conflito bélico. No Brasil, a “Guerra do Paraguai” é geralmente discutida somente num item dentro de um capítulo sobre o segundo império. Já no Paraguai, a “Guerra da Tríplice Aliança” é abordada muitas vezes em mais de um capítulo. Os filhos dos imigrantes brasileiros estudam nesses livros paraguaios e pela primeira vez aprendem a importância que tem essa guerra para os seus vizinhos e em contraste percebem a atualidade daquele conflito armado do século XIX nas relações cotidianas entre paraguaios e imigrantes brasileiros.

Qual o significado dessa guerra na construção das fronteiras territoriais e simbólicas entre o Brasil e o Paraguai? Recordemos alguns fatos, representações e versões do conflito bélico que redefiniu os mapas nacionais no Cone Sul.

#### ***4. Representações e versões da “Guerra do Paraguai”***

A guerra entre o Paraguai e os países da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina, Uruguai) (1864- 1870) foi o maior conflito armado entre os Estados nacionais da América do Sul e marcou a difícil inserção dessas nações na história contemporânea (Mota, 1995). A guerra iniciou depois que o Brasil resolveu invadir o Uruguai e depor o governo nacionalista que estaria prejudicando os interesses comerciais e pecuaristas de gaúchos que viviam naquele país. O governo paraguaio rompeu sua neutralidade nas questões diplomáticas da Bacia do Rio da Prata e se posicionou a favor do presidente uruguaio. A estratégia geopolítica do Paraguai era diminuir o peso político e

econômico do Brasil e da Argentina e se constituir como uma nação capaz de equilibrar a balança de poder na região. Para isso necessitava se unir ao Uruguai e às Províncias argentinas dissidentes de Buenos Aires - Corrientes e Entre Rios.

O governo de Solano Lopez declararia guerra ao Brasil caso este invadisse o Uruguai. Com a invasão efetivada, o presidente paraguaio então aprisiona um navio brasileiro, o Marquês de Olinda, e ocupa territórios brasileiros do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul. O império ajuda o grupo de oposição no Uruguai a destituir o governo e ocupar a presidência. De rivais no passado, o Brasil e a Argentina se tornam aliados no contexto da invasão brasileira à República Uruguiaia, pois o governo argentino também estava descontente com as políticas nacionalistas do presidente daquele país. A Argentina, recentemente unificada em 1862, também entra na guerra a favor do Brasil depois que Solano Lopez autoriza suas tropas a cruzarem a Província de Corrientes (Ar) em direção ao Rio Grande do Sul (Br). A nova nação argentina tinha medo do Paraguai influenciar as províncias descontentes com o governo central e provocar então uma nova onda de separatismos internos. Além disso, havia o sonho nacionalista argentino em anexar o território paraguaio e reunificar o antigo Vice-reinado do Rio da Prata sob uma única bandeira nacional.

Os governos do Brasil, Argentina e Uruguai assinaram então o Tratado da Tríplice Aliança em 1865 e declararam guerra ao ditador Solano Lopez. Os aliados primeiramente recuperaram os territórios ocupados pelos exércitos paraguaios em solo brasileiro e argentino e depois entraram naquele país, travando vários conflitos sangrentos como em Tuiuti, Curupaity, Humaitá etc. Após quatro anos de longas batalhas, milhares de mortos<sup>61</sup> e de vários erros estratégicos, os aliados saquearam Assunção em 1869 e instalaram o governo provisório<sup>62</sup>. A guerra estava ganha, mas o império brasileiro só deu por terminada quando os seus soldados mataram Solano Lopez em Cerro Corá em 1 de Março de 1870 (Doratioto, 2002). O país estava arrasado e os aliados poderiam ter anexado todo o território nacional. Mas as novas divergências entre o Brasil e a Argentina em relação aos tratados de fronteiras, bem como o aumento de uma opinião pública internacional contrária à anexação do país, permitiram que o Paraguai continuasse presente nos mapas das nações no final do século XIX.

---

<sup>61</sup> Existem muitas estimativas imprecisas sobre a população paraguaia e o total de mortos na guerra. Para Mota (1995) a população era de aproximadamente 800 mil habitantes. Morreram cerca de 600 mil. Restou um contingente de 200 mil no final da guerra, dos quais apenas 15 mil eram do sexo masculino.

<sup>62</sup> O governo provisório foi formado por adversários do regime lopizta e que viviam exilados na Argentina. Durante a Guerra, eles formaram a Legião Paraguaia e lutaram a favor dos aliados.

As guerras simbolizam paradoxalmente momentos singulares de extermínio humano e de expressão máxima de sentimentos e comunhão coletiva. O ódio ao inimigo e o dever “sagrado” de morrer pela pátria afloram nos contextos em que as nações estão em armas. A guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai ocorreu no cenário de construção dos Estados nacionais na América do Sul e de redefinições das fronteiras territoriais. Muitos soldados brasileiros, argentinos, uruguaios e paraguaios lutaram e morreram em nome de suas respectivas nações e ajudaram a construir símbolos, mitos, heróis, imagens, canções populares e nacionais que continuam presentes nos imaginários nacionais dos quatro países envolvidos na guerra.

A guerra foi um marco, portanto, na construção das identidades nacionais dos países do Cone Sul. No Brasil, o conflito armado e suas conseqüências contribuíram para a formação de uma idéia de nação brasileira diante de tantas pátrias regionais (Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo etc), o fim da escravidão e a própria mudança do regime político (Carvalho, 2002). No Paraguai, a guerra marcou profundamente a construção da nação guarani, principalmente com a criação posterior do herói nacional e da consolidação da língua guarani como uma das principais expressões simbólicas da identidade nacional.

No período dos conflitos armados foram também estabelecidos confrontos ideológicos e simbólicos entre o Brasil e o Paraguai. Os brasileiros se apresentavam como os civilizados que iam libertar os paraguaios da barbárie e da tirania. O projeto de nação brasileira, construído durante o segundo império (1840-1889), espelhava-se na Europa dita civilizada e num distanciamento ou oposição às nações fronteiriças, vistas pela elite imperial como “republiquetas” separatistas, atrasadas e bárbaras. O Paraguai de Solano Lopez seria o exemplo mais puro das representações que essa elite brasileira fazia dos países vizinhos (Alambert, 2000; Capelato, 2000).

Em contrapartida, os paraguaios, durante a guerra, chamavam o Brasil de nação escravocrata, monárquica e agressora e os brasileiros de negros e macacos, visto que o exército contava com um contingente de cerca de 10% de escravos e uma considerável população de mestiços. Os jornais paraguaios costumavam fazer caricaturas dos militares brasileiros. Os soldados, os chefes e o próprio imperador eram representados como macacos. Por sua vez, um periódico brasileiro chegou a desenhar caricaturas de Solano Lopez montado em uma vaca e comandando uma tropa de cachorros.

## CARICATURAS DA “GUERRA DO PARAGUAI”

*El Centinela, 3, 9.5.1867*



Toma! Y qué haces aquí cono tres?—Chik! Es el Emperador del Brasil, el Visconde de Tamandaré y el Mariscal Paidero, que están en conferencia secreta sobre la guerra del Paraguay . . . . . (S) Monada (S)

*Vida Fluminense, 58, 6.2.1869*



### NOTÍCIAS DO SUL.

Tendo dado cabo de tudo quanto havia de bipedes no Paraguay, o El supremo, que tem muita paciencia acha ainda meio de reorganizar um novo exercito de quadrupedes a quem faz a seguinte proclamação. . . . (Por falta de espaço pedimos ao leitor que a leia no *Diario do Poso* onde se publicada hoje) á qual os soldados entusiasmados responderem:  
Hau! hau! hau! miau! hau! miau!

Fonte: jornais El Centinela (Paraguai) e Vida Fluminense (Brasil) apud Toral (2001, pp. 181,184).

Essas lutas simbólicas de classificação negativa do inimigo de guerra (re)produziram vários preconceitos que continuam sendo atualizados nas relações conflituosas e competitivas



entre brasileiros, argentinos, uruguaios e paraguaios<sup>63</sup>. No início da imigração brasileira no Paraguai, Stroessner continuava chamando os brasileiros que não eram descendentes de imigrantes europeus de “cambas” (negros em guarani). No período de desmatamento do Alto Paraná, este teria dito que poderiam “*entrar los cambas*” para limpar o terreno, mas preferia os descendentes de europeus para o processo de colonização (Wagner, 1990).

Após a derrota do Paraguai, prevaleceram as imagens construídas pelos vencedores. No manifesto do governo provisório em 1869, há uma apologia à civilização, ao progresso, à imigração e ao trabalho e uma necessidade do “novo” Paraguai adotar todos esses valores superiores da civilização ocidental, ausentes desse país por causa dos “tiranos da pátria”- os ditadores Doutor Francia (1813-40) , Carlos Lopez (1842-62) e Francisco Solano Lopez (1862-70). O manifesto enfatiza a necessidade do país abrir suas fronteiras para a imigração européia, vista como portadora da civilização e do progresso.

Los tiranos de nuestra patria, sofocando el sentimiento americano de sus hijos, cerraron sus puertas a la inmigración. (...) La inmigración es la mensajera, la vanguardia pacífica que la civilización despacha como partidas exploradoras sobre la tierra que quiere favorecer con sus dones, sus artes y sus grandezas. Los tiranos temen la inmigración y la rechazan, porque con ella alborea la era de la libertad (Manifiesto del Gobierno Provisorio apud Laino, 1976, p.17).

O manifesto liberal visava implementar uma nova política no Paraguai através da venda dos patrimônios estatais e do incentivo deliberado aos investimentos estrangeiros no país. Durante a década de 1880, a nação promulga uma constituição liberal e vende enormes extensões de terras fiscais para empresas estrangeiras, principalmente britânicas, argentinas e brasileiras<sup>64</sup>. Essas empresas compraram terras do Estado para exploração dos recursos naturais, especialmente a erva-mate (Laino, 1976).

O discurso de apologia à imigração, presente em vários outros contextos da história paraguaia, é bastante semelhante às declarações atuais de setores da sociedade paraguaia favoráveis à imigração brasileira, enquanto que aqueles que são contrários aos imigrantes chegam

---

<sup>63</sup> As competições esportivas internacionais canalizam muitos símbolos criados no cenário dos conflitos bélicos do passado e reproduzem os mesmos xingamentos e preconceitos formulados nos campos de batalha. Desta forma, nas partidas de futebol entre o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai, alguns jogadores continuam insultando os adversários brasileiros com palavras depreciativas- “negros”, “macaquitos”- construídas no contexto da “Guerra do Paraguai”.

<sup>64</sup> A família argentina de Carlos Casado compra 3.150.000 hectares de terra na região do Chaco e a Industrial Paraguaia, de capital anglo-argentino, 2.137.500 hectares na região oriental e se constituem nos dois maiores latifúndios do país.

a fazer referências ao desenvolvimento autônomo do Paraguai antes da guerra. Para esses setores críticos, as empresas multinacionais e a vinda dos estrangeiros acabaram com a soberania nacional do país e o converteram em um satélite das nações imperialistas.

As guerras não terminam nos campos de batalhas e nas justificativas ideológicas que tentam legitimar as atrocidades cometidas enquanto as nações estão em armas. Terminados os combates, começam as disputas simbólicas e as versões históricas que definem os heróis e os traidores nacionais. A “Guerra do Paraguai” passou por várias revisões históricas. A primeira versão foi produzida pelos vencedores. Solano Lopez foi apresentado então como um ditador sanguinário e os países vitoriosos como aqueles que libertaram o Paraguai da tirania de uma espécie de Napoleão ou Nero da América Latina. Essa versão foi divulgada nos países aliados, mas também ensinada no Paraguai sob influência econômica e cultural da Argentina no contexto pós-guerra.

Nas primeiras décadas do século XX, o revisionismo histórico paraguaio transformou Solano Lopez em mártir da resistência nacional<sup>65</sup>. Influenciado pelo nacionalismo de direita dos regimes nazi-fascistas da década de 1930 e pela onda nacionalista após a vitória na Guerra do Chaco (1932-35), o presidente Rafael Franco baixou um decreto transformando Solano Lopez em herói nacional em 1936. Desde então, e especialmente durante a ditadura de Strossner (1954-89), o *Mariscal Lopez* passou a ser cultuado nas escolas e nas instituições públicas.

A “Guerra contra o Paraguai” também foi revista pelos historiadores latino-americanos entre as décadas de 1960 e 1980. As interpretações daquela contenda bélica do século XIX passam a ser influenciadas pelas ideologias e utopias socialistas da segunda metade do século XX (Doratioto, 2002). Neste sentido, o “Paraguai independente” é interpretado como um exemplo de uma sociedade igualitária e autônoma, uma espécie de Cuba do passado. O Paraguai foi derrotado pelo imperialismo inglês porque podia servir de “mau exemplo” para os outros países da região, já dependentes do império britânico. Para exterminar essa nação autônoma, a Inglaterra utilizou instrumentalmente os países vizinhos (Pomer, 1968; Chiavenato, 1979).

---

<sup>65</sup> Vale destacar os trabalhos de Juan de O’leary e Natalício Gonzalez na construção da imagem de Solano Lopez como herói da resistência de um povo (Vera,2002). O filme “Cerro Corá: 25º aniversário”, restaurado em 2002 por Ladislav González, faz parte do revisionismo histórico e narra, de maneira épica, o calvário e resistência de Solano Lopez. Algumas frases ditas pelo narrador e pelo personagem que interpreta Solano Lopez são significativas desta criação do herói da resistência nacional: “Viva Paraguai heróico, viva Mariscal Lopez”, “É preferível morrer em pé que viver de joelhos”, “Viver ou morrer” e “Morro com minha pátria”, última frase de Solano Lopez na hora de sua morte em Cerro Corá, departamento de Amambay, Paraguai.

Atualmente existem outras abordagens que questionam o dirigismo da Inglaterra no desenrolar daquela guerra. As novas leituras apontam que as principais causas estão relacionadas ao processo de construção dos Estados nacionais na Bacia da Prata e as lutas geopolíticas que se estabeleceram naquele contexto. Para esses autores, o Paraguai no período dos governos de Carlos Lopez e Solano Lopez (1842-1870) não era mais um Estado isolado como na época de Doutor Francia (1813-40). O país estava se inserindo na economia internacional e a Inglaterra já participava desse mercado através do financiamento econômico de ferrovias e indústrias. O interesse inglês era comercial e bastante secundário naquele país.

Neste sentido, a guerra foi uma conseqüência da disputa pela hegemonia da região entre a Argentina e o Brasil e a tentativa do Paraguai se consolidar como um terceiro bloco de poder. As intervenções dos dois países mais poderosos da região na política uruguaia e os problemas de navegação e de definição de fronteiras foram as razões mais imediatas para a eclosão do conflito armado (Bethell, 1995; Doratioto, 2002). Apesar dessa revisão recente, nos livros didáticos brasileiros predominam a versão do imperialismo inglês que comandou a destruição de um modelo de desenvolvimento alternativo na América Latina (Fraga, 2004).

Os historiadores paraguaios e os livros didáticos de história naquele país também têm apresentado novas visões sobre a guerra. A versão oficial de Solano Lopez como herói da resistência não é mais aceita por unanimidade. Autores já apontam a falta de diplomacia de *Mariscal Lopez* em ter declarado guerra a duas “nações mais poderosas”. Os livros didáticos, após a Reforma educacional de 1994, já trazem versões distintas sobre a Guerra da Tríplice Aliança (Talavera, 1998; Fraga, 2004). Todavia, as gerações educadas no período da ditadura de Stroessner (1954-89) ainda vêem Solano Lopez como o herói intocável e são principalmente estas que reatualizam os discursos da guerra nos confrontos com os agricultores brasileiros.

### ***5. A imigração brasileira como “herança de Stroessner”***

A longa ditadura de Stroessner (1954-89) tinha como base de sustentação o apoio incondicional das forças armadas e do Partido Colorado. O governo desenvolveu um forte esquema de repressão aos descontentes com o regime militar e instituiu um verdadeiro culto a sua pessoa, comparando-o com os heróis nacionais do período do “Paraguai independente” - especialmente Doutor Francia e Francisco Solano Lopez. Nas escolas e nos livros didáticos, as

fotos de Stroessner geralmente estavam do lado das fotografias do herói nacional. A data do seu aniversário, denominada de “fecha feliz”, transformou-se em uma comemoração pública, um momento privilegiado de troca de presentes por cargos públicos e de demonstração de apoio ao ditador. Durante os 35 anos de mandato, ele criou e nomeou bairros e cidades com o seu nome e era reconhecido como o “patriarca do nosso progresso”<sup>66</sup>. O lema oficial era “*Paz, Progreso e Bem estar com Stroessner*” (Vera, 2002). O governo se legitimava através de um nacionalismo militar que reivindicava a memória dos “heróis nacionais”, mas ao mesmo tempo apoiava o capital estrangeiro e a entrada de imigrantes para desenvolver o país.

O apoio popular à ditadura aumentou durante o desenvolvimento econômico que o país experimentou na década de 1970, período de construção de Itaipu. A instabilidade econômica dos anos 1980 e o fim das ditaduras militares nos países vizinhos contribuíram para o fim dessa ditadura personalista. Mas o processo de democratização foi bastante incompleto. A ditadura acabou em fevereiro de 1989 através de um golpe militar em nome da democracia, feito pelo general Andrés Rodríguez. Todos os governos civis da década de 1990 e início dos anos 2000 pertencem a correntes distintas do mesmo partido político do período ditatorial. A corrente de apoio a Stroessner, no interior do Partido Colorado, continua tendo bastante prestígio político na sociedade paraguaia atual. Muitos paraguaios de distintas gerações dizem sentir saudade daquele período. Esses apoiadores não recordam os atos de violência, tortura e morte das lideranças políticas, populares e estudantis de oposição durante o regime de Stroessner, mas lembram de um período de paz, prosperidade, segurança e bem estar social. A justificativa principal é que a democracia piorou as condições de vida da população, pois aumentou a violência, a pobreza, a corrupção e a fome. Para esses setores seria preferível uma ditadura com bem estar a uma democracia formal sem garantias sociais (Vera, 2002).

A maioria dos imigrantes brasileiros apoiou a ditadura de Stroessner. Muitos deles costumam recordar os benefícios que receberam do ditador e principalmente a tranquilidade nesse período em que “não havia roubo” e nem violência para os que “andavam dentro da lei do país”. Existe uma espécie de nostalgia em muitos relatos. Os imigrantes geralmente destacam o fato de terem sido convidados por Stroessner para desenvolver o Paraguai.

---

<sup>66</sup> O jornal O País publicou em 21 de maio de 1959 uma matéria que fazia uma associação sagrada entre os heróis nacionais e o “patriarca do progresso”. “aproximémonos a reverenciar al Padre, al Hijo y al Espíritu Santo de nuestra Trinidad Patriótica: al Doctor Francia, al Patriarca de nuestro Progreso y al Mártir de Cerro Corá” (Bareiro apud Vera, 2002, p. 164).

A história é comprida, mas isso aí os presidentes, o Stroessner e o Geisel, eles combinaram. Eu tenho um livro aí que explica tudo, que ia sair a empresa de Itaipu, que aqui do Paraná a Mato Grosso era mato, primeiro chamaram os brasileiros para abrir aqui. Eles pensaram, vamos chamar argentinos e brasileiros, não vamos chamar os brasileiros que tem mais coragem. Aí mandaram coletor pelo Brasil afora, tinha a propaganda de que no Paraguai tinha terra boa e barata (José Ladislaw Kuhner, comerciante, 25/11/2004).

As lembranças vivenciadas às vezes se misturam com versões pessoais dos relatos escritos e se constituem como um marco importante na construção das identidades coletivas. Esse imigrante mesclou os fatos aprendidos em um livro sobre a construção de Itaipu e a imigração brasileira<sup>67</sup> com as recordações de sua própria experiência migratória. Tudo indica que a finalidade do relato era construir uma auto-imagem desses imigrantes como os “escolhidos” de Stroessner “porque têm mais coragem” através do contraste com os paraguaios e os argentinos. Os “escolhidos” do ditador geralmente enfatizam que ele foi o melhor presidente do Paraguai.

Eu acho que o melhor presidente para nós agricultores, nós imigrante aqui ainda foi o Stroessner. Ele era um presidente, todo mundo fala mal dele, o povo paraguaio fala mal dele, não sei porque, o motivo, cada um tem o seu motivo. Mas para nós, para os trabalhadores em geral, os que queriam trabalhar e produzir dentro do país, foi até hoje o melhor presidente do Paraguai (Jackson Bressen, agricultor, 17/11/2004).

Esse agricultor brasileiro diz que o ditador foi o melhor presidente e não compreende os motivos dos paraguaios não gostarem do governo que contribuiu bastante para o desenvolvimento da nação. Para ele, foi um governante que apoiou todos os trabalhadores. Nas entrelinhas de seu discurso, os descontentes não se dedicavam ao trabalho. Esses brasileiros assumem a identidade de “trabalhadores”, enquanto os paraguaios são classificados geralmente como “preguiçosos”, como analisarei no próximo capítulo.

Há uma auto-identificação com a ditadura por parte de vários imigrantes brasileiros, principalmente aqueles que conseguiram melhorar de vida e ampliar seus recursos econômicos durante o regime autoritário. Os setores de oposição na sociedade paraguaia vêem esses imigrantes como uma “herança da ditadura”, pois entraram no país a convite do ditador e continuam elogiando o governo de Stroessner. Para estes setores críticos, o ditador teria

---

<sup>67</sup> O livro referido é a “Herança de Stroessner”, de Menezes (1987), após a conversa, ele me emprestou para que eu pudesse tirar uma fotocópia. Na leitura do livro, percebi que não existia nenhuma referência à escolha entre os brasileiros e os argentinos.

presentado terras para os brasileiros e hipotecado a soberania nacional. De “convidados” de Stroessner, esses brasileiros passam a ser vistos como “invasores” do território nacional no contexto democrático atual.

Desde o período da ditadura, os setores de oposição (Liga Agrária Cristiana, políticos liberais e febreristas, movimento estudantil) não concordam com a crescente influência política e econômica do Brasil em seu país. Para eles, a empresa hidrelétrica de Itaipu e o “*derrame migratório brasileiro*” fazem parte de um plano do Brasil para se apoderar do Paraguai e acabar de vez com sua soberania. O Brasil é, portanto, visto como um país com pretensões expansionistas e imperialistas. No contexto da assinatura do Tratado de Itaipu em 1973, houve protestos em Assunção condenando a postura hegemônica do Brasil. A concretização desse acordo “*provocó en Paraguay una abierta reacción de importantes sectores sociales no gubernamentales y partidos de oposición, que coincidieron en calificarlo como el hecho más lesivo a los intereses de la nación y la consagración de la hegemonía brasilera sobre el Paraguay (Galeano & Zarza, 1989, p.12).*”

No tocante à imigração brasileira, alguns líderes de oposição afirmavam que fazia parte da estratégia geopolítica da ditadura militar brasileira implementar as denominadas “fronteiras vivas” como uma forma de ampliar ainda mais o território brasileiro: primeiro a ocupação populacional de regiões pouco povoadas dos países vizinhos. Depois o Itamaraty reivindicaria aquele território através do *Uti Possidetis*, como já havia feito com a Bolívia em 1903. Ainda hoje existem jornalistas paraguaios que lembram o caso do Acre e alertam a sociedade paraguaia para o perigo do território nacional ser incorporado pelo Estado brasileiro.

Los últimos acontecimientos ocurridos en zonas fronterizas y que involucran a colonos brasileños y sintierras paraguayos (..) llevan a buscar similitudes con episodios ocurridos en el pasado y que tienen cierta semejanza con lo que se viene experimentando en la actualidad. Por culpa de un desatinado tratamiento del tema, Bolivia, un pequeño país, perdió una importante porción de su territorio en 1903 (..) a favor de un vecino cada vez más poderoso. La Guerra de Acre significó una humillante derrota boliviana frente a ya tradicional política hegemónica del Brasil (Verón, 26/08/2003).

O fim da ditadura em 1989 e a criação do Mercosul em 1995 não alteraram significativamente os questionamentos que os setores de oposição fazem ao Tratado de Itaipu e à imigração brasileira no Paraguai. A esses dois temas, somam-se as desavenças às políticas de

controle do “contrabando” de produtos vindo do Paraguai na alfândega brasileira. Portanto, Itaipu, “brasiguaios” e controle policial na Ponte da Amizade são temas diários na imprensa paraguaia e constituem os alvos principais das críticas à atitude hegemônica do Brasil no Paraguai.

Embora naquele país não tenha ocorrido uma mudança política significativa entre a ditadura e a democracia, os setores políticos de oposição se ampliaram e os movimentos sociais, principalmente o movimento camponês, estão mais organizados e criticam com intensidade as políticas brasileiras em seu país. O contexto democrático atual possibilita o aumento das reivindicações sociais e a necessidade de rever determinadas políticas executadas no período ditatorial. Neste sentido, esses setores clamam pela necessidade de rever os contratos de fornecimento de energia de Itaipu e pelo controle da migração brasileira através da faixa de segurança fronteiriça.

## ***6. Memórias, histórias e identidades nacionais***

Os três momentos históricos analisados não estão separados nos discursos e nas memórias daqueles que reatualizam o passado das relações conflituosas entre o Brasil e o Paraguai. Quando falam da guerra também lembram dos bandeirantes ou estabelecem uma relação entre a privatização das terras públicas no final da “Guerra da Tríplice Aliança” com a venda ou “regalo” das terras estatais dos departamentos fronteiriços para os imigrantes brasileiros durante a ditadura de Stroessner.

As memórias atualizadas nos conflitos do presente visam mobilizar pessoas com orientações partidárias e ideológicas distintas. Os discursos nacionalistas que tocam na invasão dos “novos bandeirantes” ou na “Guerra da Tríplice Aliança” terminam congregando paraguaios de distintos partidos contra os “estrangeiros invasores”, inclusive aqueles que também sentem nostalgia da ditadura recente. Já aqueles discursos políticos que denominam os brasileiros de “herdeiros da ditadura de Stroessner”, somente acionam os setores de oposição àquele regime. Desta forma, esses discursos e referências ao passado se mesclam no jogo político e identitário na zona de fronteiras.

As lembranças desses momentos significativos servem para demarcar fronteiras políticas e culturais e reafirmar identidades nacionais nos confrontos contemporâneos na zona

fronteira. Os processos de afirmação de identidades mobilizam fragmentos escritos e orais sobre o passado e os transformam em símbolos de identificação, diferenciação e de estigmatização do “outro”. Nas referências a esses contextos específicos da história paraguaia, há uma mistura de conhecimentos e ressentimentos divulgados pela tradição oral com histórias aprendidas através de textos escritos. Esses “vestígios” da história de conflitos entre os dois países são atualizados e ressignificados nos discursos de intelectuais, religiosos, políticos e líderes camponeses. As recordações do passado servem para reativar e alimentar os sentidos das lutas políticas do presente.

A memória coletiva não é somente aquilo que é vivido, aprendido e recordado como uma atividade espontânea, emotiva e desinteressada pelos indivíduos e grupos sociais, como definida por Nora (1993), mas uma “reconstrução engajada do passado” ou uma “invenção do passado” que possibilita estrategicamente aos grupos mais heterogêneos reconstruírem identidades e um plano de luta política pelo reconhecimento social e pela cidadania. Essa concepção está em sintonia com o aparecimento ou visibilidade de vários movimentos sociais e grupos étnicos que reivindicam o reconhecimento social de suas “novas” e “antigas” identidades. *“A memória, portanto, constrói o real, muito mais do que o resgata”* (Seixas, 2004, p. 51). A memória coletiva é bem mais ampla que a história escrita, pois não se reduz ao conhecimento racional e sistematizado dos fatos pretéritos a partir do horizonte atual. Ela é formada pelas tradições orais, pelas recriações voluntárias do passado conforme as políticas de identidade do presente e por sentimentos e ressentimentos variados e ambíguos.

Os ressentimentos coletivos são fontes importantes para a construção das identidades e para a compreensão das lutas sociais e os conflitos internacionais. Os ressentimentos estão presentes nas mais distintas configurações sociais e podem ser entendidos como sentimentos duradouros de raiva, inveja, rancor, desprezo, humilhação e desejo de vingança (Ansart, 2004). Eles podem ser esquecidos ou silenciados como forma de superação das “feridas” e como uma maneira de proteção das novas gerações das “lembranças traumáticas” do passado. Para isso, deixam de ser comentados e os próprios manuais escolares selecionam e narram determinados fatos de um modo que não despertem rancor e desejo de vingança. Mas a tentação ao esquecimento suscita irritação naqueles que acreditam que não se pode “apagar o passado”, pois os sofrimentos vividos não foram superados e eles vivem ainda as conseqüências negativas da humilhação e da derrota pretérita. Neste sentido, torna-se necessário a publicização das



“memórias subterrâneas” dos grupos dominados, a repetição e a rememoração desses fatos “traumáticos”, vistos como fenômenos determinantes que condicionaram negativamente o destino de toda uma coletividade (Ansart, 2004, Pollak, 1989).

Há ainda as revisões na maneira como são contados determinados episódios históricos conforme as circunstâncias do presente. Se na situação hodierna o inimigo anterior se transformou em parceiro ou se o grupo social humilhado adquiriu poder, auto-estima e conseguiu superar a derrota do passado, os fatos “traumáticos” ou são esquecidos ou são revistos. Porém, se a situação presente piorou e novamente existe tensão com o mesmo inimigo de antes, facilmente se produz uma intensificação dos ressentimentos, principalmente incentivados por discursos e propagandas nacionalistas como no contexto atual dos conflitos entre camponeses paraguaios e fazendeiros brasileiros na zona de fronteiras.

As lutas políticas do presente reacendem muitas disputas simbólicas e novas formas de produção de identidades. A classificação negativa de “bandeirantes”, “invasores” ou “herança da ditadura” não é aceita pelos imigrantes, que negam esses rótulos de identificação e afirmam uma identidade de “trabalhadores”. Na construção dessa identificação coletiva, os imigrantes reforçam preconceitos em relação aos paraguaios e afirmam sua superioridade econômica e cultural. No próximo capítulo, refletirei sobre a configuração de poder entre os imigrantes e a sociedade paraguaia e os estereótipos construídos na relação entre “nós” e “eles”.

## **Capítulo V**

### **“NÓS” E “ELES” NAS FRONTEIRAS BRASIL-PARAGUAI**

*O problema é saber como e por que os indivíduos percebem uns aos outros como pertencentes a um mesmo grupo e se incluem mutuamente dentro das fronteiras grupais que estabelecem ao dizer “nós”, enquanto, ao mesmo tempo, excluem outros seres humanos a quem percebem como pertencentes a outro grupo e a quem se referem coletivamente como “eles” (Elias, 2000, p.38).*

Muitos imigrantes brasileiros no Paraguai utilizam bastante o discurso classificatório de que são os “pioneiros” e os “trabalhadores”, enquanto que os paraguaios são ociosos e não sabem trabalhar. É provável que a força desse discurso sirva para legitimar a presença brasileira naquele país e rebater os discursos críticos que acusam esses brasileiros de “invasores” da nação e “destruidores” do meio ambiente. Os imigrantes, principalmente aqueles que vieram do sul do Brasil e que conseguiram ascender socialmente no Paraguai, assumem o discurso do progresso e de que, portanto, são os únicos capazes de desenvolver um projeto de modernização no país.

Esses discursos classificatórios fazem parte da trajetória dos grupos de imigrantes europeus que vieram para o continente americano na segunda metade do século XIX e início do século XX. Eles vieram imbuídos da missão de desenvolver uma ética do trabalho e civilizar as novas nações americanas - repletas de índios, negros, mestiços e caboclos - vistos como inferiores e preguiçosos pelos adeptos da civilização ocidental. Nesse cenário, os conceitos de raça, nação, civilização, trabalho e desenvolvimento se combinam e impulsionam diversas formas de discriminação. Nesta perspectiva, os europeus brancos são os portadores da civilização e do progresso, pois têm uma maior capacidade de trabalho, enquanto que os negros, índios e mestiços americanos simbolizam o atraso, a barbárie e a preguiça.

#### ***1. A imigração européia e a ideologia do trabalho no Brasil.***

O fenômeno da imigração européia no Brasil não deve ser analisado somente a partir da problemática da implementação do trabalho livre numa sociedade de raízes escravocratas no

contexto da abolição da escravidão (1888) e dos movimentos ideológicos (anarquismo, comunismo, socialismo etc) que esses imigrantes implementaram no Brasil. É importante estudar o discurso que associa a ética do trabalho dos imigrantes com o desenvolvimento de uma mentalidade capitalista nas regiões em que implementaram suas colônias. A cultura de valorização do trabalho no contexto da modernidade ocidental tem raízes em concepções e práticas religiosas. Conforme Weber (2004), existe uma relação não determinista entre a ética protestante e o desenvolvimento de uma mentalidade capitalista no mundo ocidental<sup>68</sup>. Mas o autor reconhece que a “vocação para o trabalho” não está necessariamente associada a uma cultura protestante. A condição de imigrante em um país estrangeiro impulsiona o camponês europeu a superar os limites da agricultura de subsistência e a desejar uma ascensão social através do trabalho.

Pois está absolutamente assente que o simples fato da mudança de pátria constitui um dos meios mais poderosos de intensificação do trabalho. A mesma moça polonesa a quem nenhuma oportunidade de lucro em sua terra, por mais atraente que fosse, conseguia arrancar de sua indolência tradicionalista, parece mudar totalmente sua natureza e é capaz de um formidável rendimento quando trabalha como trabalhadora sazonal em terra estrangeira. Exatamente o mesmo fenômeno se dá com os emigrados italianos (Weber, 2004, p. 172).

Mas é preciso ter cuidado para não realizar uma análise valorativa e terminar vendo o imigrante europeu como o portador do desenvolvimento agrícola e industrial do Brasil, ou seja, reproduzir a auto-imagem que esses imigrantes constroem sobre o seu papel na modernização econômica do país. Estudos recentes têm rediscutido a relação entre a imigração européia e as teorias racistas da segunda metade do século XIX e início do século XX (Schwarcz, 1993; Seyfeth, 1994) e lançam novas luzes para uma abordagem dos preconceitos relacionados à ideologia do trabalho desses imigrantes. A elite política e intelectual brasileira estabelecia uma

---

<sup>68</sup> O protestantismo ascético, especialmente o calvinismo, fundamenta-se na vocação para o trabalho como caminho para a salvação. O trabalho deixa de ter uma característica negativa como no catolicismo medieval, identificado com o castigo, o sofrimento e o pecado original, e passa a ser visto como uma vocação capaz de aproximar o homem de Deus. O indivíduo escolhido deve se afastar do ócio, da luxúria, das tentações da carne e de todos os outros vícios mundanos e dedicar o seu tempo ao trabalho, pois “*a perda de tempo é o primeiro e principal de todos os pecados*” (Weber, 2004, p. 112). Essa ética do trabalho está em sintonia com a mentalidade capitalista expressa em algumas máximas como “*lembra-te de que tempo é dinheiro*”, “*lembra-te de que crédito é dinheiro*”, “*o bom pagador é dono da bolsa alheia*” etc. O “espírito” capitalista se baseia na noção de poupança, de acúmulo de riquezas, de racionalidade e numa ética do lucro honesto com base no trabalho. Essa mentalidade rompe com a tradição e possibilita o desenvolvimento do capitalismo e da modernidade ocidental.

relação direta entre raça e capacidade de trabalho. Os imigrantes brancos eram mais trabalhadores do que os negros e mestiços brasileiros, vistos como preguiçosos e indolentes. Conforme essa concepção, o desenvolvimento do Brasil passava pela atração de trabalhadores brancos e livres.

Neste sentido, é interessante pensar a ideologia do trabalho dos imigrantes também como uma forma de poder e de gestação de preconceitos e de desigualdades simbólicas na sociedade brasileira. A relação do trabalho com a ideologia do desenvolvimento pode ser pensada a partir do diferencial de poder entre grupos sociais e das imagens e auto-imagens que esses grupos constroem para se legitimarem nos novos territórios de colonização. No contexto de forte imigração européia para a América se configurou em vários países a auto-imagem dos imigrantes como brancos, trabalhadores, superiores e civilizados e uma imagem dos nativos como preguiçosos, mestiços, negros, índios e inferiores. No cenário da abolição da escravidão (1888) e da vinda dos imigrantes europeus começa a se construir no Brasil um imaginário nacional de um país ocidentalizado, fundado nos princípios da civilização européia.

A palavra civilização simboliza a auto-imagem de superioridade que o Ocidente construiu em relação aos outros povos. A civilização é um conceito que se consolida no século XVIII na França e representa ao mesmo tempo um estado cultural alcançado e um processo aberto em direção ao futuro. Desta forma, os ideais da modernidade burguesa se associam aos valores da tradição da nobreza. O processo civilizador representa um novo padrão de sentimentos e valores. Ele está associado a novos sentimentos de vergonha e nojo, novos padrões de higiene, busca de ordenamento urbano e social, desenvolvimento tecnológico e científico etc. O processo civilizador se constitui então como uma espécie de missão que deve ser ensinada e incorporada por outros povos e culturas (Elias, 1994).

Os imigrantes europeus já traziam aspectos dessa civilização dos seus países de origem e aqui desenvolveram novos padrões de higiene, de gosto, de disciplina e de técnicas agrícolas. Para os ideólogos da nova civilização brasileira, “*só o imigrante poderia realizar esta empresa, porque ele não representava o nômade, o pária, mas sim o descontente de uma civilização saturada de discórdia. O imigrante sonha e persegue o triunfo (Derenzi apud Colbari, 1997, p.63).*

No contexto da República Velha (1889-1930), a elite intelectual brasileira representava os “nacionais” como pobres, caboclos, caipiras, doentes, mestiços, preguiçosos e bêbados (Naxara, 1998). A imagem literária do *Jeca Tatu*, construída por Monteiro Lobato no

início do século XX, simboliza e canaliza um estigma consagrado e repetido sobre o camponês brasileiro. Em um certo momento do relato, Lobato contrasta a situação miserável do *Jeca Tatu* com um imigrante italiano que enriqueceu na vizinhança. Após a descrição da vida cotidiana do Jeca, o autor acrescenta algumas frases reveladoras da representação estereotipada do caipira brasileiro.

- \_ Que grandíssimo preguiçoso!
- \_ Além de vadio, bêbado...
- \_ Que criatura imprestável! Não serve nem para tirar berne de cachorro...
- \_ Além de preguiçoso, bêbado; e além de bêbado, idiota, era o que todos diziam (Lobato, 1951, apud Naxara, 1998, p. 29).

Diante dessas representações negativas sobre a capacidade de trabalho dos nativos, o Estado brasileiro desenvolveu uma política direcionada para a atração de imigrantes europeus. Os motivos principais dessa política oficial eram a necessidade do branqueamento da raça, a substituição da mão de obra escrava nos cafezais, o povoamento de áreas pouco habitadas nas regiões próximas às fronteiras e o desenvolvimento de uma moral do trabalho. Os imigrantes europeus, principalmente italianos, alemães, portugueses, espanhóis etc, chegavam ao Brasil imbuídos dessa missão civilizadora de desenvolver o país, já que no discurso da elite, o negro, o índio e o mestiço não se adaptavam à nova mentalidade capitalista (Seyferth, 1994).

Os imigrantes europeus se apresentam como sendo responsáveis pelo desenvolvimento de uma mentalidade capitalista e uma ética do trabalho no Brasil. Para Moog (2000), o tipo “bandeirante” ou “aventureiro” cede lugar ao “pioneiro” e “trabalhador”. Os imigrantes costumam relatar que trabalham todos os dias desde a madrugada até o pôr do sol e se apresentam como os responsáveis pelo desbravamento e pelo desenvolvimento capitalista das regiões em que estiveram presentes. Alguns estudiosos do fenômeno da imigração européia no Brasil também reproduzem o discurso dos próprios pioneiros e enaltecem sua capacidade de trabalho:

A marca do espírito empreendedor do imigrante revelou-se no desbravamento das matas e formação de lavouras, na construção de estradas, escolas, capelas e cemitérios, na constituição de povoados que depois se transformaram em vilas. (...) Diversos lugares que antes da chegada dos imigrantes eram cobertos por extensas matas, despovoados e improdutivos, foram transformados em núcleos prósperos, e, na década de 1920, já estavam dotados de luz elétrica, casas comerciais, pequenas indústrias, escolas, cinemas (Colbari, 1997, p. 63).

Mesmo no período de repressão aos colonos europeus, durante a Ditadura do Estado Novo (1937-45), eles continuavam sendo vistos como trabalhadores e suas colônias eram descritas como bem desenvolvidas economicamente. Contudo, eram tidos como “traidores da pátria” porque não falavam o português e mantinham igrejas e escolas que continuavam preservando a cultura dos seus países de origem. A onda nacionalista daquele período destruiu essas escolas e igrejas e exigiu que todas as colônias de imigrantes adotassem a cultura brasileira, pois elas representavam uma ameaça à integridade nacional. Nesse ambiente nacionalista, os brasileiros mestiços provavelmente utilizaram também palavras depreciativas para classificar esses “estrangeiros”.

No texto literário do gaúcho Érico Veríssimo, *O tempo e o vento: continente*, escrito logo após esse período de repressão às colônias dos alemães, relata um pouco dos estigmas dos nativos em relação aos imigrantes no início do processo migratório no Rio Grande do Sul. O capataz da família Cambará, Fandango, fala de suas impressões e preconceitos em relação às colônias de alemães:

Não gosto de alemão. Falam uma língua do diabo. Olham pra gente com ar de pouco caso. Tudo neles é diferente: as roupas, as danças, as comidas, as casas até o cheiro. Quando vejo um homem de pele muito branca, cabelo de barba de milho e olho de bolita de vidro até me dá nojo. Se eu fosse governo, mandava essa alemoadada embora. Não é que eu seja mesquinho, somítico ou malevo: estrangeiro também é filho de Deus. Mas cada qual deve ficar sossegado na sua terra. Com seus parentes e amigos, seus costumes e cacoetes. (Veríssimo, 1997, p. 545).

Os imigrantes europeus se constituíam como comunidades étnicas na relação contrastiva com o Estado-nação e com o restante da população brasileira. Os imigrantes alemães continuavam cultuando uma origem comum, “*um sentimento de apego à terra natal*” e uma crença subjetiva numa comunhão coletiva fundamentada na semelhança de costumes e hábitos (Weber, 1994, p. 270). As lembranças da migração e colonização das novas terras, a “preservação” das línguas e dialetos, das festas, danças, culinária dos países de origem, o culto ao trabalho e as diferenças no aspecto físico marcavam as fronteiras entre esses grupos sociais e a cultura nacional que se pretendia homogênea. Esses grupos “étnicos” não se definiam somente pela auto-identificação de seus membros, mas pela maneira como os “outros” os classificavam: “intrusos”, “estrangeiros”, “perigo alemão”. Nessas classificações, os aspectos externos hereditários e culturalmente transmitidos eram geralmente acentuados e estigmatizados pelos brasileiros nativos.

Ao longo das décadas seguintes e das novas gerações, esses imigrantes adotaram a cidadania brasileira e incorporaram valores e sentimentos do nacionalismo brasileiro. Para alguns autores, eles adotaram uma identidade étnica e nacional simultaneamente, apresentam-se como brasileiros, mas sempre destacam que são descendentes de alemães, italianos etc e, portanto, mais trabalhadores e mais modernos<sup>69</sup> (Seyferth, 1997; Lesser, 2001).

Muitos gaúchos, catarinenses, paranaenses e paulistas, descendentes desses imigrantes europeus, migraram durante o século XX para outras regiões do Brasil e em cada nova frente de expansão econômica atualizam as memórias e as sagas dos primeiros “pioneiros”. Os “outros” que encontram pelo caminho são geralmente vistos como “preguiçosos”, “vagabundos” e obstáculos ao desenvolvimento do país.

A dicotomia “*trabalhadores*” e “*preguiçosos*” é sempre reatualizada nos contextos das denominadas frentes de expansão e nos processos constantes de deslocamento da população brasileira. As frentes de colonização do oeste do país e da região amazônica durante o século XX e as novas fronteiras agrícolas de expansão do plantio de soja em várias regiões do Brasil põem em confronto culturas e visões de mundo distintas no interior da nação. Nesses choques culturais, os estigmas contra o índio, o negro, o caboclo são constantemente resignificados pelos chamados pioneiros que acreditam que são os portadores do progresso, da civilização e da modernidade. Quando essas frentes de expansão ultrapassam os limites políticos do Estado nacional, os estigmas seculares direcionados às populações brasileiras marginalizadas são frequentemente dirigidos aos habitantes dos países vizinhos.

O discurso de valorização do trabalho do imigrante como condição do desenvolvimento gera hierarquias classificatórias entre “nós” e os “outros”. No Brasil existe ainda hoje uma ideologia bastante acentuada nos estados do Sul e do Sudeste do Brasil que tenta explicar o maior desenvolvimento destas regiões por causa do trabalho do imigrante europeu. Neste sentido, essa ideologia favorece a produção de estereótipos em relação aos habitantes das regiões menos desenvolvidas economicamente. A classificação binária, permeada por relações de poder, define os sulistas como trabalhadores e descendentes de imigrantes brancos, enquanto que os nordestinos são vagabundos, preguiçosos, festivos, mestiços e negros.

---

<sup>69</sup> A imprensa brasileira nos últimos anos tem tido um papel importante na divulgação da cultura e do trabalho nessas várias colônias de imigrantes e também reproduz determinadas imagens que os imigrantes criam de si mesmos. No programa Domingo Espetacular, da Rede Record, do dia 17/07/2005, foi apresentada uma reportagem sobre a colonização alemã e italiana nas serras do estado do Espírito Santo. Os descendentes de imigrantes europeus foram apresentados como “gente simples e trabalhadora que leva nas veias o sangue europeu”.

O filme *Cronicamente inviável*, do diretor Sergio Bianchi, apresenta uma visão crítica das desigualdades sociais e regionais na sociedade brasileira atual e ajuda a compreender a força atual dessa ideologia do trabalho. Para o diretor, o discurso de valorização do trabalho dos sulistas é uma forma de “dominação conservadora” capaz de produzir discriminações em relação às outras regiões do país. Numa das cenas do filme aparece uma ex-secretária de finanças do Banco Central justificando as desigualdades regionais através do discurso de valorização do trabalho e do desenvolvimento.

Não adianta achar que ser democrático é dar o mesmo peso, já que somente o Sul [incluído o Sudeste] é industrializado suficiente para sustentar o resto do país. O primeiro mundo já provou que o trabalho e o desenvolvimento são os únicos caminhos para se chegar à liberdade democrática. (...) Porque eu que trabalho 16 horas por dia, não dá para ficar divagando quem domina quem porque só dá para divagar se tiver gente trabalhando para sustentar este país (Bianchi, 2001).

Outra cena importante para analisar a figuração<sup>70</sup> dos sulistas “trabalhadores” e dos nordestinos “vagabundos” é durante o diálogo entre um descendente de imigrante europeu e um líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no momento em que este estava bloqueando uma rodovia em Santa Catarina. O “sulista” afirma que o problema de sua região são “estes nordestinos que continuam vindo para cá” e “nós aqui do sul somos obrigados a sustentar a incompetência do Brasil inteiro” (Bianchi, 2001). Essa ideologia está bastante arraigada em vários segmentos da população dos estados do Sudeste e Sul do Brasil. Eles continuam construindo uma auto-imagem de trabalhadores e que estão sustentando todos aqueles nortistas e nordestinos que não querem ou não sabem trabalhar. Existem inclusive alguns que propõem a separação do Sul e do Sudeste do restante do país, pois assim o Brasil se tornaria um país do primeiro mundo.

## ***2. Auto-imagem e imagem do outro: o espelho do Brasil no Paraguai.***

Os imigrantes brasileiros no Paraguai incorporaram a ideologia do trabalho e sempre relatam as dificuldades iniciais de colonização naquelas terras, pois “*tudo era bosque, nem sequer*

---

<sup>70</sup> Figuração ou configuração significa a relação dinâmica e interdependente entre os grupos sociais e as representações que os indivíduos e os grupos fazem de si mesmos e dos outros conforme as disputas de poder (econômico, político, social, cultural ou simbólico) que estejam em jogo (Elias, 2000).



*havia caminhos (...) Não existiam escolas, não havia nada, tudo era bosque e mais bosque*” (Myrian Adam Rohring apud Gutiérrez, 22 /09/ 2003). Os “pioneiros” costumam afirmar que não havia ninguém naquelas regiões e que foram eles que trouxeram o progresso mediante muito sacrifício individual e familiar, embora se saiba que existiam vários grupos indígenas nos departamentos fronteiriços.

Na verdade, o discurso do imigrante sintetiza a imagem do “aventureiro” e do “trabalhador”. Para Holanda (1995), o tipo trabalhador “*enxerga primeiro a dificuldade a vencer do que o triunfo a alcançar*”, é persistente e atua em espaços limitados. Já o aventureiro ultrapassa as fronteiras, “*vive em espaços ilimitados, dos projetos vastos, dos horizontes distantes e seu ideal será colher o fruto sem plantar a árvore*”<sup>71</sup> (Holanda, 1995, p. 44). No contexto de imigração esses dois tipos ideais não se constituem como conceitos opostos e com éticas distintas. O trabalho e a aventura fazem parte de uma mesma representação da saga dos imigrantes. Eles desbravam esses lugares inóspitos e “*buscam novos horizontes, uma realidade diferente, uma vida melhor*” no meio das florestas tropicais no sul do Brasil e no interior do Paraguai. Depois de se fixarem em um determinado lugar, “*tinham que trabalhar dia e noite para abrir o local, para poder ter uma casa*” (Sérgio Kempf, líder do movimento jovem da Congregação Scalabrini, 19/11/2004).

Neste tempo era tudo matão, sim *aventureiro de sangue*, eu acho que o sangue já vinha de aventureiro. Os avós dele [seu pai] vieram da Itália para o Sul, os pais dele já saíram do Sul e vieram para o Paraná que era puro mato. Então sangue de aventureiro, sangue de procurar lugar novo, de conquistar um novo lugar (Jackson Bressen, agricultor, 17/11/2004).

Esse imigrante relata o “sangue de aventureiro” de sua família através das gerações e das constantes migrações. Os bisavós vieram da Itália para o Rio Grande do Sul. Os avós migraram para o Paraná e seu pai veio para o interior do Paraguai. A cada geração, uma migração. Para ele, o espírito de aventura se combina com a obstinação pelo trabalho nesse

---

<sup>71</sup> Os tipos aventureiro e trabalhador são conceitos típicos ideais e, portanto, não se encontram de maneira “pura” na realidade social. Esses conceitos servem para classificar e ordenar uma realidade sempre mais dinâmica e confusa. Na leitura de Sérgio Buarque, O tipo trabalhador teve um papel muito reduzido no processo de colonização do novo mundo. O aventureiro foi o tipo que predominou no processo de colonização portuguesa, espanhola e inglesa. A imagem que temos atualmente do inglês como um tipo metódico e trabalhador foi um produto recente da história inglesa. Somente a partir do contexto da industrialização na Inglaterra nos séculos XVIII e XIX, o tipo trabalhador passou a ser predominante naquele país, antes o que predominava era o aventureiro (Holanda, 1995).

constante movimento migratório. A auto-identificação dos imigrantes como desbravadores e trabalhadores ajuda a legitimar sua presença naquele país, diminuindo o peso da classificação de “estrangeiro”, “invasor” ou “bandeirante”.

A imigração brasileira reproduz no Paraguai um conjunto de estereótipos formulados ao longo da história do Brasil. Imigrantes do Sul do país declaram que os nordestinos que vivem na nação vizinha não conseguem melhores condições de vida porque são “preguiçosos”. Para eles, os nordestinos não sabem acumular, tudo que ganham terminam gastando e por isso vão quase todos embora. Nesse discurso, os setores marginalizados dos imigrantes brasileiros são vistos como nordestinos. As desigualdades sociais são transformadas em diferenças regionais, capazes de produzir uma auto-imagem de superioridade dos imigrantes sulistas. Sabemos, por pesquisas realizadas nos acampamentos dos camponeses “brasiguaios” que voltaram para o Brasil em meados da década de 1980, que estes pertenciam a diferentes regiões brasileiras (Sprandel, 1992).

As discriminações em relação aos nordestinos já estavam presentes no contexto da década de 1970. Como convidados do presidente Stroessner, esses imigrantes do sul do Brasil iam para o Paraguai imbuídos da missão de "*mostrar aos preguiçosos camponeses paraguaios e à negrada do Norte e Nordeste brasileiros como se trabalha*" (Wagner, 1990, p. 42). O imigrante Djacir Tavares, cearense, conseguiu enriquecer no Paraguai, mas se considera uma exceção, pois para ele os nordestinos continuam sendo discriminados naquele país.

A situação dos nordestinos, dizem que não existe, eu vejo que os nordestinos são um pouco desprivilegiados. Eles vêm e pouco constroem porque eles sofrem um pouco. Eu penso que os nordestinos não só aqui, como tentaram em São Paulo, como tentaram em vários outros lugares, nós sofremos um pouco de um preconceito (Djacir Tavares, agricultor, 17/11/2004).

As imagens que fazem do nordestino, do caboclo e do índio no Brasil são transferidas para o camponês paraguaio<sup>72</sup>. Eles afirmam que os paraguaios são como índios e, portanto, preguiçosos. A missão dos imigrantes brasileiros é levar a civilização, o progresso e o desenvolvimento econômico para um país atrasado e com um povo de mentalidade indígena. "*Os paraguaios são como os índios no início da civilização, por isso os portugueses preferiram os*

---

<sup>72</sup> Talvez pelo fato de eu ser um pesquisador nordestino, os entrevistados não tenham feito mais comparações diretas entre os paraguaios e os nordestinos, como fizeram com os índios, negros e caboclos do Brasil.

*africanos, pois os índios não sabem trabalhar*” (Dileta Zamchette, freira da Congregação Verbo Divino, 24/11/2004).

[Os paraguaios] são por natureza mais fracos no trabalho, não têm visão do futuro, são mais índios. O pensamento deles é poder ficar dentro do mato, de viver assim de caça, pesca. O trabalho deles é fazer alguma coisinha, plantar mandioca. Eles dizem que o trabalho mata, acham que a vida deve ser vivida diferente. Então eles acham isso, vendo como o brasileiro trabalha, para que trabalhar para fazer tanto dinheiro assim se vamos morrer um dia, tem que pensar pro dia de hoje, comer e dormir e ter sombra e água fresca. Essa é a mentalidade deles (Izalino Thomé, vereador, 26/11/2004).

Algumas explicações sobre a formação da sociedade paraguaia enfatizam a mestiçagem física e cultural entre índios e espanhóis desde o período colonial (Vera, 1996; Cardozo, 1996). Os brasileiros geralmente têm uma representação cristalizada dos habitantes dos países vizinhos, com exceção dos uruguaios e dos argentinos, como sendo predominantemente indígenas. No Brasil existe uma visão homogênea dos “outros” cidadãos dos países da América do Sul, pois frequentemente os brasileiros não conseguem distinguir o boliviano, do peruano e do paraguaio. No contato cotidiano com os paraguaios, os imigrantes não apagam essas imagens cristalizadas, provavelmente por três motivos principais: os imigrantes são principalmente “brancos” e no contraste continuam vendo os mestiços como índios; os paraguaios falam predominantemente o guarani, uma língua de origem indígena, e talvez também reforce a associação entre paraguaios e índios; por último, os camponeses paraguaios se dedicam a uma agricultura de subsistência de matriz indígena, principalmente o plantio da mandioca. Desta forma, os estigmas em relação aos índios no Brasil são direcionados aos paraguaios de uma maneira genérica.

Alguns imigrantes brasileiros também comparam os paraguaios aos negros do Brasil. Como afirma esse imigrante descendente de alemão, *“os paraguaios são que nem brasileiro negro, que nem caboclo, não gostam de trabalhar”* (Mauri Schneider, agricultor, 16/11/2004). Esses brasileiros geralmente reproduzem no país vizinho estereótipos semelhantes àqueles que os colonizadores europeus dirigiam aos “selvagens”, “primitivos” e “escravos negros” na colonização da América, bem como os que seus avós europeus usavam para classificar os brasileiros nativos. Os estigmas são repassados por tradição oral e reforçados em algumas lições dos livros didáticos brasileiros. Nestes textos, várias gerações brasileiras aprenderam que os portugueses escravizaram os negros porque os índios eram “indolentes” e “preguiçosos”.

Desde o início do processo de colonização brasileira no Paraguai, os imigrantes reproduzem esse discurso cristalizado, favorecidos inclusive pelo ditador daquele país. Tudo indica que existia um racismo declarado por parte do governo paraguaio ao incentivar particularmente os brasileiros descendentes de europeus.

Naquela ocasião já havia uma força do presidente Stroessner, o ditador, e que ele queria produzir no Paraguai elementos brancos, inclusive tinha certo..., não gostava dos negros, mas se fosse branco podia entrar e fazia questão que fosse o pessoal do Sul, era o mais acostumado a trabalhar com a agricultura (Izalino Thomé, vereador, 26/11/2004).

Stroessner é filho de pai alemão e mãe paraguaia, nascido no departamento de Itapúa, região de forte presença de imigrantes europeus desde o início do século XX. Além disso, viajava freqüentemente para a região Sul do Brasil e era um admirador do desenvolvimento das regiões brasileiras em que estavam presentes esses imigrantes europeus. Ele fazia uma associação direta entre imigrante, trabalho e desenvolvimento. Nesta associação terminava reproduzindo as teses racistas do século XIX. Parece que mais de um século após o predomínio destas teses que associavam a “raça branca” com a capacidade de trabalho e de progresso, elas ainda alimentam outros processos migratórios e novas ideologias desenvolvimentistas.

### **3. A figuração “trabalhadores” e “preguiçosos”**

A sócio-dinâmica das relações interdependentes entre grupos sociais que detêm maior prestígio e outros que estão em situação inferior pode contribuir para uma melhor compreensão destas representações entre brasileiros e paraguaios. O diferencial de poder entre os grupos propicia aos setores estabelecidos criarem uma auto-imagem positiva e a estigmatizarem os que estão em uma posição inferiorizada. As desigualdades podem ser no sentido econômico, político, cultural, nacional ou de tempo de permanência em um lugar (Elias, 2000). Os grupos marginalizados quando alcançam algum grau de organização também criam um conjunto de palavras depreciativas para desqualificar aqueles que detêm maior prestígio.

Na relação entre imigrantes brasileiros e população paraguaia estão presentes várias relações de poder e processos complexos de estigmatização e contra-estigmatização. Não se tratam de variáveis simples, como tempo de residência e coesão grupal, como no caso das relações de poder entre dois bairros formados por indivíduos de uma mesma classe social (Elias,

2000). Aqui estão presentes as diferenças de poder entre os países, as desigualdades econômicas entre imigrantes ricos e os setores pobres da sociedade paraguaia, as distinções de “etnias”, nacionalidades e de tempo de moradia nessas regiões. Alguns grupos de imigrantes congregam várias destas variáveis na construção de uma auto-imagem de superioridade em relação à população local. Por exemplo, os “pioneiros” brasileiros, descendentes de alemães e empresários agrícolas constroem o seu diferencial de poder através do tempo de moradia, por pertencer ao “grupo étnico” dos alemães, a nação brasileira e por fazer parte da classe dominante local. Mas esses imigrantes são estrangeiros e são vistos por alguns setores paraguaios como “invasores” do território nacional.

Por sua vez, os camponeses paraguaios fazem parte geralmente do pólo dominado desta figuração de poder, pois são pobres, mestiços e muitos chegaram nestas regiões depois dos “pioneiros” brasileiros. Mas são paraguaios “legítimos” e a nacionalidade representa um gradiente de poder a favor desses camponeses. Além disso, aqueles que estão organizados na luta social também detêm um poder político capaz de construir uma auto-imagem valorativa e de combater as representações cristalizadas pelos grupos dominantes.

A figuração “trabalhadores” e “preguiçosos” é permeada por relações de poder entre os grupos sociais e pode ser visualizada em diferentes contextos sociais, históricos e geográficos: nas relações entre brancos e índios, colonizadores e colonizados, países desenvolvidos e subdesenvolvidos e nos mais diferentes cenários migratórios. Em todas essas figurações sociais, existem grupos dominantes que se consideram “trabalhadores” e nomeiam os outros inferiorizados como “preguiçosos”. Os grupos sociais subordinados ou incorporam os valores dominantes ou reagem invertendo os pólos dessa figuração de poder.

No contexto específico entre brasileiros e paraguaios, a auto-imagem dos imigrantes como “trabalhadores” em oposição à representação dos paraguaios como “preguiçosos” começou a ser construída desde o período que se intensificou a frente de expansão capitalista no leste do Paraguai na década de 1970. Galeano (1988) esteve na região naquele contexto e relatou que os brasileiros já se apresentavam como “trabalhadores”, enquanto os camponeses paraguaios eram vistos como “haraganes” (preguiçosos), só cultivavam “365 pés de mandiocas por ano”<sup>73</sup>. Essa classificação era a mesma que os empresários norte-americanos faziam dos brasileiros no cenário

---

<sup>73</sup> Essa mesma frase escutei novamente quando estava fazendo as entrevistas na região, depois de mais de 30 anos deste escrito. No início da década de 1990, outra pesquisadora também relata a mesma frase “só plantam por ano 350 pés de mandioca para comer um por dia” (Sprandel, 1992).

de exploração das riquezas na Amazônia. Para o autor, os imigrantes brasileiros reproduzem no Paraguai formas de dominação semelhantes às que o “império” americano exerce sobre a América Latina:

Los brasileños, trabajadores, triunfan; los paraguayos, haraganes, fracasan. Lo mismo dicen, de los brasileños, los empresarios norteamericanos que han invadido Amazonia. Y lo mismo dicen, al fin y al cabo, siempre, los opresores frente a los oprimidos: la fortuna de un hombre es una recompensa y no una estafa. En el Alto Paraná, uno escucha en portugués lo que tantas veces ha escuchado decir en inglés; es la ideología oficial del imperio, su justificación divina: los latinoamericanos no tienen espíritu de pioneros, se dedican a la siesta y a la fiesta, prefieren pulular en torno a las ciudades que trabajar la tierra. En cambio, los americanos del norte han hecho suya la religión del trabajo, son puritanos y sacrificados, Dio está de su lado y los ha enviado a la tierra para las grandes empresas imposibles: la tenacidad, el sudor de las frentes y el vigor de los brazos explican mejor la conquista del Oeste que la eficacia y el arte de exterminar indios (Galeano, 1988, p. 252).

Os empresários brasileiros enfatizam o “mito da preguiça paraguaia”, mas falam, ao mesmo tempo, que os peões paraguaios são “obedientes e trabalhadores”. Acredito que aqui possa existir pelo menos dois sentidos no discurso de valorização do trabalho: o primeiro relaciona trabalho e desenvolvimento econômico e muitas vezes serve para justificar a riqueza e discriminar a pobreza. O segundo sentido vincula o trabalho à honestidade e à obediência dos pobres geralmente em oposição àqueles que são vistos como marginais, bandidos, vadios etc, expresso em frases como “é pobre, mas é trabalhador”. A aparente contradição que Galeano (1988) percebe nas falas dos imigrantes provavelmente se refere à maneira como estes utilizavam esse duplo sentido da ideologia do trabalho.

As décadas se passaram e vários dos imigrantes brasileiros que foram para o Paraguai nas décadas de 1960 e 1970 hoje são grandes plantadores e exportadores de soja e continuam comprando maquinárias e tecnologias modernas para aumentar a cada ano sua produção agrícola. O contraste das fazendas, das cooperativas e das colônias de produtores brasileiros com as colônias dos camponeses paraguaios é bastante visível e serve novamente para alimentar o discurso do trabalho dos imigrantes como o motor do desenvolvimento da região leste do Paraguai.

Porque aqui tem a colonização dos imigrantes brasileiros e têm as colônias paraguaias, é outra realidade. As colônias que são de brasileiros, imigrantes, são mais fortes, mais dinâmicas economicamente, em todos os aspectos. As colônias paraguaias são aquelas

que pararam no tempo. Eles continuam em forma manual, eles não sabem fazer agricultura, eles praticam a agricultura de 30, 40 anos atrás. Então eles não conseguem desenvolver nem economicamente, nada, não possuem títulos de propriedade, a maioria são terras invadidas que o Estado expropriou, mas também não legalizou ou regularizou, e é um sistema de compra e venda de direitos, não tem uma política de agricultura familiar, é uma realidade totalmente diferente da imigração brasileira, da agricultura brasileira (José Giacomelli, prefeito de Mbaracayu, 25/11/2004).

A figuração “trabalhadores” e “preguiçosos” produz outros contrastes valorativos: os imigrantes se apresentam como portadores do desenvolvimento, da modernidade e da legalidade, enquanto os camponeses paraguaios representam o atraso, a pobreza e a ilegalidade. As referências comuns são que os paraguaios vivem um outro tempo histórico, “*pararam no tempo*” ou “*estão há um século no passado*”, pois continuam plantando os mesmos produtos através do trabalho manual. Há, portanto, uma fronteira do tempo entre os fazendeiros brasileiros e os camponeses paraguaios.

Os imigrantes bem sucedidos economicamente costumam enfatizar que foram convidados pelo presidente Stroessner para desenvolver o Paraguai porque já eram portadores de uma tradição agrícola bastante desenvolvida. Já os paraguaios não entendiam de agricultura moderna e não sabiam trabalhar à terra. Quando conseguiam algum empréstimo agrícola do governo para melhorar a agricultura familiar, não pagavam os empréstimos e os bancos terminavam fechando as linhas de créditos.

Stroessner viu a necessidade que o Paraguai poderia desenvolver somente com a ajuda dos imigrantes. Então ele passou a encarar uma outra cultura. Pensar em trazer tecnologia barata, que é exatamente os brasileiros, os alemães que entraram aqui para trabalhar com agricultura. Eles já vieram sabendo tudo, sabendo em plantio, sabendo em como preparar a terra, sabendo como plantar, o que plantar, o que dá mais negócio, aquela coisa toda. E eles não . Eles não sabem. Eles plantam o *poroto (feijão)*, que é a comida deles tradicional, eles plantam coisinhas assim insignificantes que não dá nenhum resultado. Também não tem dinheiro e se.. Eles criaram, têm vários bancos aí que o governo cria para dá fomento a estes pobres, só que eles pegam o dinheiro e depois não devolvem mais. Então arrebenta qualquer tipo de banquinho que o governo põe aí (Izalino Thomé, vereador, 26/11/2004).

Esse discurso é bastante revelador da construção da auto-imagem de superioridade desses “pioneiros” e da imagem que fazem dos paraguaios como inferiores. Primeiro, apresentam-se como os escolhidos pelo presidente Stroessner, principalmente os descendentes de alemães. Segundo, eles já dominavam uma tecnologia agrícola no Brasil e entraram no Paraguai

já “sabendo de tudo” relacionado com a produção de uma agricultura moderna. Por sua vez, os “pobres” paraguaios “não sabem” nada de agricultura e pecuária e continuam se dedicando a “coisinhas insignificantes que não dá nenhum resultado”. Como comenta um imigrante brasileiro e grande plantador de soja no Paraguai, “*dá dó de ver a inocência e a maneira como os agricultores paraguaios trabalham*” (Wilson “Tité” Afonso apud Gazeta do Povo, 15/6/2005).

Como os imigrantes “sabem de tudo” e os camponeses paraguaios “não sabem”, é necessário então lhes ensinar a trabalhar. Alguns desses imigrantes desenvolvem projetos sociais junto a esses camponeses, principalmente visando à diminuição dos conflitos rurais. Como afirma o imigrante Djacir Tavares Pinheiro, seu projeto visava “*ensinar a destocar a terra, plantar algodão, milho, feijão, ensinar como a vaca dá mais leite etc*” (Djacir Tavares, agricultor, 17/11/2004).

A auto-imagem dos imigrantes como trabalhadores e modernizadores do país está expressa no emblema de uma cidade administrada por um filho de brasileiro. O slogan é “*gente que trabaja*” e se encontra em um monumento na entrada do pequeno município de Naranjal. O prefeito da cidade deu a seguinte explicação para a mudança do “emblema” em sua administração:

O emblema “*Gente que trabaja*” foi nós que fizemos. Antes era como todos os emblemas, todos quase iguais, todos são parecidos, você pode olhar para todos os lados, é a mesma porcaria assim e que tem 4 janelinhas. Nós fizemos uma *naranjinha*. Então que a *naranjinha* é nossa, é Laranjal. O negocinho da mão é a integração, depois tem a agricultura, a *ganaderia (pecuária)*, a indústria, a Santa Catalina, que é a padroeira da Igreja Católica, e embaixo tem verde e amarelo, na verdade não por ser brasileiro, é porque o verde simboliza a natureza e o amarelo o plantio direto. Esse slogan ‘gente que trabaja’ eu acho que merece ao povo analisar. É um slogan muito curto, mas tem muito significado que aqui tem gente que trabalha. Gente que trabalha para trabalhar em tudo, cada um tem seu trabalho, mas significa que o pessoal trabalha e não faz outra coisa. Tudo isso aí é novo porque a gente quer que o povo se identifique com o seu município (César Padoin, Prefeito de Naranjal, 19/11/2004).



**EMBLEMA OFICIAL DE NARANJAL-ALTO PARANÁ (PY)**

Fonte: foto do pesquisador

O símbolo é uma forma singular de identificação coletiva. A substituição dos símbolos indica mudanças significativas nos projetos políticos e nas identidades dos grupos sociais. No caso específico, observa-se todo um desprezo pelo “escudo” das administrações políticas no Paraguai, vista como a “mesma porcaria”, e a criação e valorização de um novo emblema para que os imigrantes e seus descendentes se identifiquem com o município. O novo símbolo é uma espécie de síntese da presença migratória na região, pois aparecem as principais atividades econômicas em que esses brasileiros se dedicam (agricultura, pecuária, indústria etc), a igreja católica comandada por padres gaúchos e uma mão simbolizando a integração principalmente econômica. Acredito que as cores verde e amarela no slogan, embora sejam justificadas de outra forma, reforçam o orgulho e sentimento nacional destes imigrantes brasileiros. Além disso, a frase “gente que trabaja” e a explicação dada pelo prefeito que o

“pessoal trabalha e não faz outra coisa” traduzem o processo de construção de uma identidade coletiva através do discurso da ética do trabalho.

Neste sentido, estes imigrantes costumam relatar a quantidade de horas que trabalham por dia. As frases mais comuns é que trabalham de “segunda a segunda”, “domingos e dias feriados”, “de dia e de noite”, “as 24 horas”, “quando o sol nasce já estão trabalhando” e que nunca descansam. Enquanto que os paraguaios têm outro ritmo de trabalho, “só trabalham de segunda a sexta”, “param para tomar tererê”, “só querem saber de tererê”, “descansam após o almoço”, “só querem saber de sombra e água fresca”.

O sistema de vida deles é bem diferente do brasileiro. O brasileiro trabalha dia e noite na época de plantio, na época de preparação da terra e não tem hora, pode ser domingo, pode ser feriado, porque todo dia é dia de plantar, na hora de colher tem que colher. Eles não, eles não querem compromisso com criação de porco, de galinha, de qualquer animalzinho, porque eles querem ser livres. Eles trabalham, começam segunda-feira, mas eles começam, primeiro tomam seu mate, depois eles vão para o serviço, quando é 10 horas tem que tomar tererê porque isso é sagrado, é o costume deles. Então perdem já uma hora para tomar tererê. Depois eles vão trabalhar um pouquinho, já é meio dia e vão para casa. Aí realmente eles almoçam e vão para *siesta* deles, vão dormir, eles têm que dormir, descansar. Depois eles levantam aí pelas 2 horas aí vão na roça mais 2 horas. Depois têm que ir para casa porque às 5 horas têm que estar jogando vôlei, têm que estar num boteco, têm que estar num... O serviço deles é isso, eles não querem assumir compromisso de ter que estar cuidando de animais em casa, de criar porco, de criar gado, leite porque tem que trabalhar muito. Eu não vou dizer que eles sejam vadios... (Izalino Thomé, vereador, 26/11/2004).

A descrição de um dia de trabalho dos paraguaios por esse imigrante é bastante reveladora da maneira como este vê os “outros” em contraste com a auto-imagem do seu grupo social. Enquanto que os brasileiros “*trabalham de dia e de noite*”, os paraguaios trabalham poucas horas por dia, pois param para tomar tererê, descansar, jogar e beber. Muitos imigrantes brasileiros já se adaptaram à cultura de tomar diariamente o *tererê*, mas continuam associando-o a “preguiça paraguaia”. Nesse discurso está presente a mentalidade capitalista e etnocêntrica do imigrante que analisa o mundo através do parâmetro da sua ética do trabalho. Neste sentido, tudo aquilo que não se “encaixa” na lógica do trabalho, visando o aumento da produção e do lucro, necessita ser condenado e afastado como algo negativo.

Os produtores de soja, madeireiros, comerciantes brasileiros contratam frequentemente trabalhadores brasileiros e às vezes só empregam paraguaios porque existe uma lei que define que 20% dos postos de trabalho em empresas estrangeiras devem ser preenchidos

por trabalhadores paraguaios. O argumento continua sendo o mesmo: “*os brasileiros trabalham e os paraguaios dão trabalho*”. Os empregados brasileiros ou peões geralmente trabalham sem nenhum contrato formal de trabalho, visto que a legislação trabalhista brasileira está restrita ao território nacional.

A diferença é muita, eu tenho trabalhado com paraguaios porque a lei obriga você trabalhar com 20% de funcionários paraguaios. Mas os próprios fiscais do ministério do trabalho, o que eles dizem para nós brasileiros: “*hay que contratar brasileiros, eso no va te incomodar, paraguai te vai incomodar muito porque eles só querem direito*”. Eles querem o emprego, mas não querem o trabalho. É uma coisa completamente diferente do brasileiro. O brasileiro você paga o mesmo preço que você paga o paraguaio, mas te rende muito mais (Izalino Thomé, vereador, 26/11/2004).

Existem várias estratégias de negar e de conseguir os direitos sociais na região de fronteiras, como irei discutir no próximo capítulo. Nesse caso específico, percebo que existe conivência dos próprios funcionários do Ministério do Trabalho do Paraguai para que os empresários brasileiros desrespeitem as leis trabalhistas e contratem ilegalmente somente trabalhadores brasileiros.

Tudo indica que o discurso do trabalho e do desenvolvimento legitima a presença brasileira no Paraguai e funciona como uma reação aos discursos dos setores de oposição que vêem os imigrantes como “invasores” do território nacional. De “convidados” pelo ditador Stroessner passam a ser vistos como “invasores” por alguns setores da sociedade paraguaia. Desta forma, a todo instante eles estão tentando reverter esta imagem negativa, às vezes com expressões bastante agressivas como “*se não forem os brasileiros, o Paraguai vira tapera*” (Dileta Zamchette, freira da Congregação Verbo Divino, 24/11/2004).

As autoridades, o povo de bem daqui eles sabem que nós que mantemos o país, nós que trabalhamos. Eles precisam de nós. Não é que nós invadimos, isso é questão de uma minoria que fala hoje porque há inveja. O brasileiro vai bem, alguns, não é todos, e a maioria não tem, os *campesinos* dizem isso. Os brasileiros têm bastante, aí fazem aquela euforia. Só que não é que estamos invadindo, estamos aqui, pagamos as terras, fizemos nossos documentos, pagamos nossos impostos. Ninguém invadiu nada (Mauri Scheimerder, agricultor, 16/11/2004).

O prefeito de Mbaracayu consegue relativizar e se colocar um pouco no lugar do outro. Ele chega a concordar que existe mesmo uma “invasão” em um certo sentido. Mas logo enfatiza que se trata de uma “invasão” positiva, pois na verdade os brasileiros estão trazendo o

desenvolvimento para o país, já que o Brasil não tem nenhuma pretensão de anexar território de uma outra nação:

É um vocabulário utilizado que o brasileiro é um invasor. Você como paraguaio aqui dentro você ia ver neste ângulo também. Se você percorrer toda a região, eu acredito que mais de 80% das propriedades, da população, é de origem brasileira, o que não é brasileiro é filho de brasileiro. Então entre aspas é uma invasão e eles vêm isso de uma forma negativa. Sendo que se você fizer uma análise econômica e social é uma riqueza para o país, o que o imigrante está fazendo aqui dentro é para o país, é para o desenvolvimento econômico do país.(...) O imigrante brasileiro está há 30, 40 anos aqui dentro trabalhando. O fruto que tirou hoje é resultado de muito trabalho. E isso muitos não vêem, principalmente as autoridades paraguaias, vêm aqui na minha propriedade, vêm que eu tenho uma colhedeira, uma camioneta, trator, estou bem equipado, mas este cara está ganhando dinheiro aqui dentro. Mas ele não vê, não toma em consideração os 35, 40 anos que a gente está aqui, o que meu pai fez, o sofrimento que se teve para chegar nesta situação (José Giacomelli, prefeito de Mbaracayu, 25/11/2004).

A ênfase de que são trabalhadores serve também para denunciar as invasões de suas propriedades por parte dos camponeses paraguaios. Neste sentido, os “campesinos” invadem porque são “preguiçosos” e não se esforçam para acabar com a miséria através do trabalho honesto. Myrian Adam, filha de imigrante, chega a falar da necessidade dos líderes dos movimentos sociais e da igreja paraguaia ensinar os camponeses a trabalhar ao invés de incitar os conflitos com os trabalhadores brasileiros:

Por que los dirigentes campesinos, obispos y padres no prestan su tiempo en instruir a los campesinos en cómo trabajar? (...) Por qué critican y hacen la vida casi imposible a los brasiguayos y sus descendientes en el país, si al final nos consideramos paraguayos, y trabajamos para nuestro progreso y al mismo tiempo para el progreso del país? (...) Paraguay necesita líderes y maestros que enseñen a su gente a trabajar, pues tenemos todo en este hermoso país: es rico en tierras fértiles, clima apropiado, se puede decir que ‘es un país donde la miel y la leche fluyen’. Solamente hay que saber aprovecharlo” Myrian Adam Rohring apud Gutiérrez, 22 /09/ 2003)

Para esses imigrantes, os camponeses invadem suas terras e quando conseguem oficializar as parcelas através do Instituto de Bienestar Rural (IBR), voltam a vender novamente para os estrangeiros. Nesse sentido, os “campesinos” sem-terra não trabalham, vivem somente de invadir e vender propriedades rurais para os brasileiros.

Mas se eles conseguirem tomar nenhum brasileiro vai querer comprar de novo. Então estas terras vão virar em que, vão virar mata de novo porque eles não trabalham, porque é a realidade, eles não fazem nada. Então o que acontece, eles querem tomar a terra, não plantam nada e vendem de novo (Arno Bilk, vereador, 26/11/2004).

Os imigrantes às vezes enfatizam os estereótipos sobre a preguiça paraguaia e rebaixam a condição humana dos paraguaios após suas propriedades serem “invadidas” pelos camponeses: “*agora eles pegaram aquelas terras destocadas dos brasileiros, pegaram aquelas fazendas todas formadas, agora eles já são tudo gente lá. Mas primeiro eles eram uns cachorrinhos que estavam lá*” (Imigrante brasileiro apud Sprandel, 1992, p. 296).

As frentes de expansão econômica criam várias fronteiras e destroem muitas alteridades, mas a fronteira simbólica mais radical é aquela que nega a humanidade do outro. No contexto da relação entre brancos e índios na Amazônia, os “pioneiros” das frentes de expansão da sociedade nacional costumavam negar a condição de humano aos índios, que eram vistos geralmente como “bichos do mato”, “selvagens”, “canibais”, “não cristãos” etc (Martins, 1997). Tratamento semelhante àquele dado aos índios pelos primeiros colonizadores da América que os viam como mais um elemento da natureza exótica e exuberante (Todorov, 1999). No caso específico das relações entre imigrantes e paraguaios nesta *fronteira da civilização* (Ribeiro, 1996) em território paraguaio, os brasileiros não negam explicitamente a condição humana dos “outros”. Entretanto, chegam a comparar os paraguaios com os “cachorros” como uma forma de “ofensa” que visa rebaixar a condição social e humana dos camponeses paraguaios.

#### **4. A admiração dos paraguaios aos “trabalhadores” brasileiros**

Quais as representações que os próprios paraguaios constroem sobre os brasileiros? Os setores sociais e políticos críticos à expansão da soja em território paraguaio costumam denominar os brasileiros de “invasores” e que utilizam os métodos de violência tradicionais em suas fazendas. Na perspectiva desses segmentos sociais e políticos, o que falta ao camponês são projetos de desenvolvimento agrícola, apoio técnico do governo e linhas de créditos eficientes para o desenvolvimento de uma agricultura mais moderna. Neste sentido, não se pode explicar a pobreza do camponês paraguaio através do discurso da preguiça. Na verdade, a expansão do plantio de soja e a concentração da propriedade rural, lideradas pelos imigrantes e por grandes investidores brasileiros, estão aumentando o êxodo rural e a pobreza no Paraguai (Fogel, 2005).

Mas existem vários setores da sociedade e do governo paraguaio que continuam apoiando os imigrantes brasileiros e reproduzem os mesmos discursos dos “*apóstolos do trabalho*”. Empresários agrícolas, pecuaristas, comerciantes, educadores, prefeitos, vereadores, deputados, senadores e também camponeses paraguaios destacam o papel que estes imigrantes têm desempenhado no desenvolvimento do país nas últimas décadas. As classes dominantes no Paraguai geralmente apóiam os imigrantes e reproduz seus discursos legitimadores. Mas há pessoas dos próprios setores subalternos que também admiram a capacidade de trabalho dos imigrantes e se autodenominam de “haraganes”.

Os grupos dominantes no interior da sociedade paraguaia mantêm várias formas de alianças com esses imigrantes e se constituem em seus legítimos defensores. O empresário Emilio Peralta, por exemplo, destaca que aprendeu a valorizar o trabalho com seu pai que, por sua vez, já tinha aprendido com os imigrantes brasileiros. “*Creo que ellos están haciendo un gran aporte a la economía del país. (...) Los paraguayos estamos aprendiendo a romper nuestras limitaciones, para incorporarnos a esta forma de agricultura más moderna, que nos ayude a progresar*” (Emilio Peralta apud Gutiérrez, 25/09/ 2003).

Para muitas autoridades paraguaias, a imigração brasileira representa “*uma dádiva*”. Os brasileiros estão desenvolvendo regiões onde antes não existia nenhuma técnica agrícola e ainda estão dando exemplos para os paraguaios através de muita obstinação pelo trabalho. Para o prefeito da cidade de Santa Rita, Alto Paraná, foi graças ao contato que estabeleceu, há mais de 20 anos, com os imigrantes brasileiros que aprendeu a trabalhar e a valorizar a economia familiar:

Con ellos aprendí a trabajar en serio, también los domingos, los feriados, hasta Semana Santa. Aprendí a trabajar en comunidad. Aprendí lo que es economía familiar. Ellos tienen otra manera de ver las cosas y están haciendo mucho por el país. Creo que, en lugar de atacarlos tanto, tenemos que conocerlos, dialogar. Hay muchas cosas que corregir, pero es innegable que su presencia favorece al país (Balbino Benítez, prefeito de Santa Rita apud Gutiérrez , 23/09/2003).

Atílio Ramirez, diretor de uma instituição escolar, compara o tempo de trabalho diário dos brasileiros e dos paraguaios e admira a preparação e ambição dos imigrantes. Ele considera que o problema camponês é cultural. Para esse diretor, falta uma mentalidade moderna nos paraguaios que seja capaz de romper com a herança cultural arraigada.

[Los inmigrantes] comienzan el trabajo cuándo comienza el sol y va hasta la noche. Trece, catorce horas de trabajo por día. Compare esas trece, catorce horas con las cinco, seis de los campesinos. Es lógico que hay mucha diferencia, equivale mucha diferencia entre los dos. Tiene que tener mucha preparación, mucha ambición y, sobretudo, mucha capacidad de trabajo. Falta de cabeza es todo que lo falta en el paraguayo(...). Yo conozco la realidad, es muy profunda, y todo eso viene desde años, no es de hoy. Esta es una parte de un proceso cultural que ahora se está queriendo sacar de la mente paraguaya (Adílio Ramírez, diretor escolar, 17/01/2004).

A professora Fernanda Feliú chegou no departamento de Canindeyú na década de 1970 e acompanhou o processo de imigração brasileira e o surgimento das cidades de La Paloma, Katuete, Puente Kyjhá, Corpus Christi etc. Ela escreveu um pequeno livro enaltecendo a integração entre brasileiros e paraguaios e a capacidade de trabalho dos “pioneiros brasileiros”. Em um poema de sua autoria descreve a saga desses imigrantes em território paraguaio. Ela destaca a coragem, o trabalho e o progresso dos “pioneiros” e a necessidade de acabar com ódios, rancores e indiferenças na relação entre brasileiros e paraguaios.

#### SALUD PIONEROS !

Transitando largos y tortuosos senderos,  
Cruzando montañas, desiertos y selvas,  
Cargando una alforja llena de recuerdos  
Y un baúl de sueños, estrellas y canto,  
Los pioneros llegaron al Canindeyú

Hachas y machetes vencieron gigantes;  
El hambre y la sed quedaron atrás.  
Los ranchos desnudos con techos de ramas  
Dejaban al cielo mostrar sus estrellas.  
En la noche oscura los rancos rugidos  
De terribles fieras y agoreras voces,  
Rasgueo de guitarras, gemidos de amor,  
Unidos formaban un misterioso coro.  
De pronto, los niños crecieron jugando  
En surcos abiertos, sembrando semillas,  
cosechando mieses y a Dios dando gracias.  
Llegaron maestros, bohemios y artistas;  
Con manos callosas hojearon los libros.  
Espíritus nobles, de luz y grandeza,  
Dejaron sus huellas buscando el progreso.  
Viejas soledades se unieron en frentes  
De alegres encuentros construyendo escuelas,

Colegios y clubes, caminos y puentes.

Religión, deporte, lectura, trabajo  
Transitaron juntos, detrás de incansables  
Pioneros ilustres de gran corazón.

Qué lindo es guardar recuerdos de gentes  
Que dieron de sí cariño y trabajo,  
Sin jamás buscar rédito ni paga.

Queridos amigos: miremos las huellas que vamos dejando.  
No quiera el mañana la memoria traiga amargos recuerdos,  
De odios y rencores o de indiferencia.  
Miremos también el amplio horizonte,  
Las miles... y miles de blancas estrellas que adornan el cielo,  
Soñando una mañana feliz y grandiosa,  
Como los pioneros que el tiempo llevó.  
(Feliú, 1999, p. 125).

Essas auto-imagens e representações sobre o “outro” não são invenções arbitrárias sem nenhuma correspondência com as ações dos indivíduos. É importante lembrar que quando utilizo os conceitos de ideologia e discurso não estou dizendo que simbolizam falsas realidades. Essas construções simbólicas fazem parte da realidade social e têm correspondência com as condutas cotidianas. O discurso do trabalho está relacionado com uma determinada ética do trabalho. Todavia, não vejo essas representações como a reprodução de uma verdade inquestionável. Creio ser necessário interrogar as razões legitimadoras de certas construções discursivas.

Todos esses discursos dos paraguaios favoráveis à imigração brasileira ajudam a legitimá-la e a reproduzir os mesmos estigmas que os brasileiros constroem em relação aos paraguaios. A figuração “trabalhadores” e “preguiçosos” está relacionada com outras formas de identificação e discriminação, ou seja, à construção de uma auto-imagem de civilizados e limpos por parte dos imigrantes e às representações dos paraguaios como sujos, atrasados e pouco civilizados.



## 5. “Nós” e “eles” nas fronteiras da civilização

O emprego dos pronomes “nós” e “eles” serve para construir identidades coletivas e estabelecer os vínculos entre os indivíduos e os grupos sociais. A construção de uma auto-imagem positiva do “nós” significa ao mesmo tempo aumentar a auto-estima individual daquele que participa de um grupo social específico. Da mesma forma, o indivíduo que faz parte de um determinado grupo classificado de maneira negativa pelos grupos que relativamente detêm maior poder tende a ter uma baixa estima. Conforme informações coletadas durante as entrevistas, existem paraguaios que aprendem bem o português, negam a identidade paraguaia em alguns momentos e chegam a assumir a identificação brasileira quando vão procurar emprego ou estudar no Brasil. Mas também esses grupos marginalizados podem reforçar sua identidade nacional na luta contra os grupos estrangeiros.

A auto-imagem do “nós” brasileiros como trabalhadores, civilizados e modernos e a representação “deles” paraguaios como preguiçosos, atrasados e pouco civilizados devem ser vistas como construções genéricas dos imigrantes e que não explicitam todas as diferenças e contradições internas dessas comunidades nacionais em contatos harmoniosos e conflituosos. Na realidade, os grupos sociais se constituem como realidades heterogêneas e com contradições e conflitos internos. Como já analisei no segundo capítulo, os imigrantes brasileiros no Paraguai pertencem a diferentes “etnias”, estados e classes sociais e a sociedade paraguaia também não é somente formada por camponeses pobres de origem indígena, existem as mais diferentes classes sociais e distintas misturas étnicas naquele país. Mas as representações criam identidades homogêneas.

Nas relações cotidianas entre imigrantes e população paraguaia, as noções de trabalho, civilização e limpeza aparecem freqüentemente juntas para justificar o padrão cultural superior do imigrante. Alguns imigrantes relatam que já existem casamentos entre brasileiros e paraguaios, mas somente duram os matrimônios entre brasileiras e paraguaios. A explicação dada é que o brasileiro não agüenta a sujeira, o desleixo e a comida da mulher paraguaia: “*a paraguaia não é muito de limpeza, o brasileiro já é muito disso* (Neonete Borges, moradora, em 16/11/2004).

Para a freira Dileta Zamchette, não se trata de um preconceito contra os paraguaios, mas significa a “pura realidade”. Ela afirma que as próprias paraguaias se consideram sujas,

preguiçosas e admiram o trabalho e a limpeza das brasileiras. O mecanismo utilizado é repetir determinadas frases atribuídas a uma mulher paraguaia: *“las brasileiras limpian, limpian y trabajan, trabajan. Nosotras colamos el culo en la silla y tomamos nuestro tererê”* (Dileta Zamchette, freira da Congregação Verbo Divino, 24/11/2004).

Os raros casamentos entre brasileiros e paraguaias não são aceitos por muitos imigrantes brasileiros. Eles costumam descrever a mulher paraguaia de uma maneira bastante pejorativa. As paraguaias são apresentadas como “feias”, “bugronas”, “sujas” e “mentirosas”, enquanto que os brasileiros são vistos como “moços bacanas”: *“Eu conheci uns que casou com umas paraguaia, uns que trabaia de serraria, compraram serraria lá. Casaram com umas paraguaia tão feia... uns moço bacana... eles vieram pro Brasil com elas. Também nunca mais vi acontecer aquilo* (“Brasiguaia” apud Sprandel, 1992, p. 295).

Os paraguaios admiram bastante as mulheres brasileiras e para muitos representa um triunfo namorar e casar com uma brasileira. Eles dizem que as mulheres do Brasil são bonitas, sensuais e trabalhadoras. Entretanto, essas jovens preferem se envolver com rapazes brasileiros, principalmente aqueles que possuem recursos econômicos. As brasileiras que se casam com paraguaios são objetos de “chacotas” de colegas com expressões como “só muito desespero de brasileira casar com um paraguaio”, estará condenada a miséria, visto que os paraguaios não trabalham.

Eles queriam casar com as brasileira, as brasileira é que tinham medo de casar com eles. Eu tinha um bando de filha lá, mas nenhuma delas queria se casar com paraguaio. Queriam casar com os lá do Paraná. E a que casou no Paraguai casou com brasileiro mesmo. Eles terminavam que buscavam uma brasileira, diziam que as brasileira era muito trabaideira! (“Brasiguaia” apud Sprandel, 1992, p. 295).

A frequência de casamentos entre grupos étnicos e nacionais distintos que vivem em situações de contato sinaliza formas de separações e integrações entre esses grupos sociais. A pouca quantidade de casamentos entre brasileiros e paraguaios pode indicar a existência de fortes barreiras simbólicas dos imigrantes brasileiros que geralmente se apresentam como melhores que os paraguaios. As diferenças de poder e de estilos de vida entre os grupos sociais criam vários mecanismos de exclusão de relações sexuais e afetivas.

Os grupos menos poderosos são vistos por aqueles que detêm maior prestígio como grupos anônimos, sujos e preguiçosos, são nomeados geralmente com palavras depreciativas. Os

grupos inferiorizados às vezes terminam vendo o mundo com as lentes dos dominantes e incorporam essas representações. Os indivíduos pertencentes aos grupos sociais que se consideram superiores reproduzem determinados discursos atribuídos aos “*outros*” para legitimar seu ponto de vista como verdadeiro, pois os próprios paraguaios se vêem como sujeitos e admiram a limpeza dos brasileiros. Mas existem setores que não concordam com essas representações e também constroem imagens negativas dos brasileiros, como já foi abordado no capítulo anterior.

Podemos perceber através das micro-relações sociais nesse contexto fronteiriço que geralmente aparecem resistências ao processo de imposição desse modelo de cultura dos imigrantes. Provavelmente existe uma tensão cultural na relação entre imigrantes brasileiros e população paraguaia. Por um lado, uma frente de expansão capitalista, lideradas por imigrantes brasileiros que incorporam o “espírito” capitalista e a “missão” civilizatória. Por outro lado, os camponeses paraguaios adeptos de culturas agrícolas comunitárias e de origem indígena, fundada na solidariedade e na produção de “subsistência”.

No contexto dessas disputas simbólicas, algumas palavras são criadas e/ou ressignificadas visando classificar negativamente o “outro”. Os termos “*chi ru*” e “*rapái*” são usadas como expressões negativas para nomear os paraguaios e os brasileiros neste cenário de fronteiras. Essas palavras têm sentidos positivos em cada idioma nacional, mas são modificadas na pronúncia e no significado pelos brasileiros e pelos paraguaios como uma forma de classificação negativa do “outro”. Assim “*che iru*” em guarani significa “meu amigo”, “meu companheiro”, os brasileiros mudam para “*chi ru*” e passa a ser um termo pejorativo (“*bugre*”, “*índio*”, “*não civilizado*” etc). De mesma forma, a palavra portuguesa “rapaz” se transforma em “*rapái*” na linguagem paraguaia e também adquire um sentido depreciativo (“*ignorante*”, “*inculto*” etc).

As representações do “nós” e do “eles” nesta *fronteira da civilização* (Ribeiro, 1996) variam bastante e não se esgotam nestas classificações. Os termos estão em permanente mudança de sentido e são ativados conforme as relações conflituosas que se estabelecem neste cenário de relações interculturais.

Os processos migratórios são espaços sociais contraditórios em que estão presentes distintas temporalidades, diferentes culturas e visões de mundo. Nestas frentes de colonização existem variadas formas simbólicas de demarcar as fronteiras entre “nós” e os “outros”. Elas simbolizam os limites da civilização, do progresso, da denominada modernização e do trabalho.

As frentes de expansão não podem ser reduzidas a processos econômicos de expansão capitalista, são fenômenos complexos que reproduzem e expandem uma auto-imagem de um determinado modelo de civilização européia caracterizada por uma visão de superioridade em relação a outras culturas. Nesse movimento, as representações cristalizadas sobre os “outros” desde o período da conquista da América são atualizadas nesses contextos de variados conflitos e de produção e negação de alteridades.

As representações valorativas em torno do trabalho, do desenvolvimento, da modernização e da civilização, feitas pelos imigrantes e pelos paraguaios, estão relacionadas aos respectivos estados nacionais. Nas construções de auto-imagens e das imagens dos outros são formuladas também representações gerais sobre os dois países envolvidos nessa configuração de poder.

### ***6. Representações sobre o Brasil e o Paraguai***

Os imigrantes costumam sempre comparar o Brasil com o Paraguai, geralmente enaltecem a grandeza territorial e a riqueza econômica do seu país de origem e vêem a nação de destino como um Estado pequeno, atrasado e corrupto. Mas também criticam a política de altos impostos, as desigualdades sociais e a violência na nação brasileira e elogiam os poucos tributos, o desenvolvimento agrícola no país vizinho e a tranquilidade nas pequenas cidades colonizadas pelos imigrantes.

Por sua vez, os paraguaios também criam imagens diferentes sobre seu próprio país e sobre a nação vizinha. Os setores críticos geralmente constroem uma representação negativa tanto do Brasil como do Paraguai. Eles vêem o Estado brasileiro como “expansionista” e “imperialista” e a república paraguaia como “corrupta”, “sem lei”, “pobre” e “sem soberania”. Os grupos sociais e políticos que elogiam a imigração brasileira tendem a ver a nação brasileira como uma potência econômica e cultural na América Latina e o Paraguai se tornaria um país desenvolvido e sem corrupção se seguisse o caminho do “vizinho mais poderoso”.

O contato com um país menos desenvolvido que o Brasil gera nos imigrantes brasileiros um sentimento de superioridade e de valorização do seu país de origem. Como assistem diariamente aos canais brasileiros, as reportagens que falam do desempenho industrial ou agrícola desta nação servem para produção de comentários do tipo: “esse é um país do

primeiro mundo” ou “falta pouco para o Brasil ser um país desenvolvido”, muito diferente da situação subdesenvolvida do Paraguai. Os imigrantes se apresentam como portadores do aprendizado agrícola e comercial de um país mais desenvolvido. Sua “missão” é, portanto, implementar uma cultura agrícola de um país mais “adiantado” em uma nação “atrasada” para que esta possa se desenvolver.

O Brasil hoje é um país mais desenvolvido, é outra realidade diferente. Então eles acham que de certa forma deveria implantar alguma coisa de um país que tem um desenvolvimento maior dentro de um país *menor*. Eles primeiro vieram com a idéia já de implantar uma outra cultura dentro do país. (Sérgio Kempf, líder do movimento jovem da Congregação Scalabrini, 19/11/2004).

Os imigrantes às vezes comparam o desenvolvimento, limpeza e organização das cidades brasileiras com a desorganização, sujeira e pobreza dos municípios paraguaios. Novamente afirmam que só os imigrantes têm exemplos de “coisas enormes” no Brasil e que estes vêm ao Paraguai determinados a criarem espaços urbanos modernos e progressistas como modelos das cidades brasileiras. Para eles, os paraguaios não conhecem uma estrutura urbana bem desenvolvida e não têm visão de progresso.

A visão positiva que os imigrantes fazem do país em que estão vivendo é uma espécie de auto-imagem no espelho do outro, ou seja, vêem o Paraguai como uma potência no mercado da soja transgênica e no plantio direto, graças ao desempenho dos imigrantes que controlam cerca de 70% da soja daquele país.

Hoje o Paraguai é o que é por causa dos imigrantes, senão o Paraguai não seria esta potência que ele é enquanto soja e em vários outros aspectos diferentes. Então lógico, o imigrante vem com uma cultura diferente, com uma idéia diferente, *mas isso é para o bem da humanidade, é para o crescimento, para o desenvolvimento (...)*. O conhecimento que ele tem é conhecimento de países do primeiro mundo e que muitas vezes vai chegar aqui não sabemos quando, tanto na parte da saúde, como na parte de conhecimento, como na parte de plantação. Para você ver hoje o país, o Paraguai do jeito que é, não tem um desenvolvimento e tudo, e é o único país do mundo que tem 88% de plantio direto e isso é porque têm descendentes de outros países que vêm aqui e implantaram, isso se não fosse os imigrantes isso não teria acontecido (Sérgio Kempf, líder do movimento jovem da Congregação Scalabrini, 19/11/2004).

Uma outra referência muito positiva que fazem ao Paraguai é no tocante aos baixos impostos pagos nos vários setores da economia. Eles contrastam com os altos tributos no Brasil e

apontam como um dos motivos de terem ido para aquele país. Como comenta o prefeito da cidade de Naranjal, *“o povo aqui tem uma ‘mala’(mal) costume, e eu falo mesmo isso, de sempre se comparar com o Brasil, há porque no Brasil tem asfalto para todo lado, há lá usa assim, vá lá ver o tanto que você paga de imposto, lá você vende um porco está pagando imposto, aqui não, aqui é livre”* (César Padoin, Prefeito de Naranjal, 19/11/2004).

Os imigrantes elogiam o Paraguai no seu aspecto climático e na riqueza da terra. Eles chegam a utilizar a expressão que é *‘um país em que o mel e leite fluem’* e tudo que se planta se colhe devido à fertilidade do solo. Mas a riqueza natural contrasta com a pobreza social e a corrupção administrativa. *“O Paraguai é uns dos países para se viver melhor, acho que pelo clima, as condições da terra e tudo devia ser uma pequena Europa assim na América Latina, só que a administração não convém com isso* (Lauro, padre da Congregação Scalabrini, 17/11/2004).

Contudo, o Paraguai é visto principalmente como um país corrupto, reino da informalidade e da irregularidade, onde se paga propina para tudo. O atual prefeito de Naranjal lamenta a falta de organização política da sociedade paraguaia e a presença do clientelismo e da corrupção em todos os níveis administrativos do país. Existiria um problema “endêmico” de corrupção e de falta de meios eficientes para combatê-la: *“tem que saber que o Paraguai é, até ele dar a volta na moeda, ele é um paisinho bem caprichadinho, entende? Uma árvore quando está torcida para endireitar, endireita, mas custa”* (César Padoin, Prefeito de Naranjal, 19/11/2004).

Os paraguaios, por sua vez, também constroem representações variadas sobre o Brasil e o Paraguai. Assim tanto existem setores sociais que criticam o Brasil como um país “expansionista” e “imperialista”, principalmente aqueles que estão envolvidos mais diretamente na luta camponesa contra a “invasão brasileira”, como aqueles que admiram a nação brasileira como uma potência sul-americana.

Os setores críticos à presença brasileira afirmam que o seu país se encontra “espremido” economicamente entre o Brasil e a Argentina e altamente dependente destas duas nações. A concepção que as lideranças camponesas e estudantis fazem é que o Estado brasileiro está se consolidando como potência na América Latina e que países como o Uruguai e o Paraguai são bastante prejudicados e menosprezados no contexto do Mercosul.

Nosotros tenemos definido el Brasil como potencia, ya está implementando, trabajando como potencia en Sudamérica y tiene una posición clara a cerca de los países imperialistas. Está se estableciendo como un país y como potencia, y esto definitivamente trae consecuencia negativa a los países que están aledaños que son más o menos desarrollados, como Paraguay por ejemplo. Vamos hablar del tema del MERCOSUR, como Brasil e Argentina son mucho más superiores en toda la producción en relación a Paraguay, nosotros no tenemos posibilidad con Brasil o con Argentina, más con Brasil. Nosotros definimos como una política de expansión del Brasil, que tiene un desarrollo más superior a nuestro país, y si entramos en una política de competencia obviamente iremos perder como país, siempre seguiremos perdiendo en cuanto al Mercosur (Marcial Gómez, líder camponês da FNC, 26/10/2004).

A posição do Paraguai em relação ao Mercosul é bastante ambígua e se reflete inclusive nos motivos da aprovação da lei de segurança fronteiriça, como já discuti no terceiro capítulo. Por um lado, o país se vê explorado e dependente do jogo político e econômico de seus dois “vizinhos mais poderosos” e como reação desenvolvem discursos e práticas políticas bastante nacionalistas. Por outro lado, o fato de pertencer ao Mercosul possibilita um status internacional melhor e uma maior credibilidade para firmar contratos comerciais com outros países.

Os setores que vêm com admiração a presença brasileira no Paraguai também denominam o Brasil como uma potência na região. Não percebem como uma nação imperialista com interesses de dominar e explorar os países mais pobres, mas como um exemplo bem sucedido a ser seguido.

Porque el Brasil es una potencia, quiera o no. Brasil es una potencia en Sudamérica. A Brasil falta poco para que sea Estados Unidos, para que sea los yangues aquí en América (...) Piense que tiene el Brasil: tiene millones de kilómetros cuadrados, tiene océano por todos los lados, tiene costa por todos los lados, tiene mineral, visto que el petróleo de Brasil es autosuficiente, casi para todo. Brasil es un de los pocos países del mundo que inviste muchísimo en la educación de su gente, en la preparación de su gente (Adilio Ramírez, diretor escolar, 17/01/2004).

Essa representação do Brasil como um país “rico e poderoso” já era divulgada pelos partidários da ditadura de Stroessner. A fala de um prefeito paraguaio no contexto da construção de Itaipu ajuda a compreender o fascínio que alguns setores políticos no Paraguai tinha em relação à “grande potência” brasileira da década de 1970: “*o Paraguai precisa desenvolver-se e o Brasil é um gigante que está acordando agora. O Brasil é rico e poderoso, principalmente para*

*os padrões latino-americanos e, diferentemente da Argentina no passado, ele pode ajudar no desejado desenvolvimento paraguaio* (Prefeito do Partido Colorado no Paraguai apud Menezes, 1987, p. 24)

Os setores críticos geralmente constroem imagens negativas tanto do Brasil como também em relação ao seu próprio país. Desta forma, o Paraguai é visto como uma nação onde as leis não são cumpridas, desordenada socialmente e economicamente, sem controle de fronteiras e bastante corrupta: *“Paraguay es un país muy desordenado en todo los sentidos, econômico, político, social, productivo, no hay una planificación de una ley que regula, que planifica entonces la zona de producción* (Luis Aguayo, líder camponês da MCNOC, 26/10/2004).

As representações valorativas - positivas e negativas - que os imigrantes e os paraguaios fazem dos dois países servem para demonstrar as relações de poder que existem por detrás da configuração imigrantes “trabalhadores”, “progressistas”, “desenvolvimentistas” e paraguaios “preguiçosos”, ‘pobres”, “atrasados”. Apesar das diferentes concepções, predomina entre imigrantes e paraguaios a imagem do Brasil como país mais desenvolvido e o Paraguai como país atrasado e corrupto.

A própria desigualdade do desenvolvimento regional brasileiro contribui para consolidação deste desequilíbrio de poder entre o Brasil e o Paraguai. A região Sul do Brasil tem um desenvolvimento industrial e agrícola bastante acentuado em relação ao Norte, Nordeste e Centro Oeste brasileiros e é justamente esta região que faz fronteira com o Uruguai, a Argentina e parte do Paraguai. Os estados do Sul são os mais visitados por paraguaios, uruguaios e argentinos e de onde vem a maioria dos imigrantes brasileiros que vive no Paraguai. A imagem que brasileiros e paraguaios generaliza do Brasil é principalmente da região Sul.

O Paraguai faz fronteira também com o Mato Grosso do Sul, região Centro-Oeste do Brasil. Os paraguaios que vivem em Salto de Guairá, na divisa entre o Paraguai, Paraná e Mato Grosso do Sul conseguem estabelecer algumas diferenças no interior do Brasil, ou seja, não têm uma imagem homogênea do país vizinho. O jornalista Rosendo Duarte comenta que os paraguaios de Salto de Guairá admiram o progresso e desenvolvimento do Paraná e percebem uma maior pobreza no Mato Grosso do Sul. Entretanto, identificam-se mais culturalmente com os habitantes desse último estado por causa da influência da cultura guarani e dos fluxos migratórios dos “brasiguaios” e dos paraguaios para esse estado brasileiro (Rosendo Duarte, jornalista, 15/03/2005).



As representações são influenciadas pelas relações de poder entre o país de origem e o de destino dos imigrantes. Como o Brasil relativamente tem um poder econômico maior que o Paraguai, os imigrantes brasileiros tendem a se considerar superiores e portadores do desenvolvimento. Da mesma forma, na fronteira entre o estado do Acre e o departamento de Pando, na Bolívia, os seringueiros brasileiros se apresentam como superiores em relação aos trabalhadores bolivianos e afirmam que os “*bolivianos são preguiçosos, incapazes de plantar, de cortar seringa... e que bons são eles, os trabalhadores*” (Esteves, 2003, p.112).

Vale ressaltar que as imagens que os bolivianos constroem do Brasil e dos brasileiros podem ser diferente das representações construídas pelos uruguaios, argentinos e paraguaios. Os bolivianos que vivem em áreas de fronteira com o Brasil conhecem a sociedade brasileira principalmente a partir das regiões Norte e Centro-Oeste, enquanto que os vizinhos do Mercosul vêem o Brasil a partir da região Sul. A nação brasileira é vista pelos habitantes fronteiriços dos países vizinhos geralmente através do espelho da região de contato. A imagem da região às vezes é generalizada para toda a nação. É provável que apesar das diferenças regionais, os brasileiros se definem geralmente como “superiores” na relação direta com os cidadãos da maioria dos países fronteiriços.

As imagens são invertidas quando comparamos com a imigração brasileira nos Estados Unidos. Naquele país, os imigrantes brasileiros geralmente são vistos como latinos, pobres, poucos civilizados, fazem parte do pólo dominado do campo de força internacional (Beserra, 2004). As representações consideradas positivas ou negativas, construídas nos processos migratórios, são também produto de uma hierarquia de poder entre as nações de origem e de destino dos imigrantes.

Os estigmas produzidos na relação entre imigrantes e povo paraguaio estão geralmente associados ao diferencial de poder entre o Brasil e o Paraguai na região do Prata e ao choque entre uma cultura ocidental de mentalidade capitalista e as culturas camponesas e indígenas locais. Nesse contexto de disputas de poder e de concepções de mundo, os termos pejorativos funcionam como uma linguagem simbólica que remetem às rivalidades mais amplas.

As imagens construídas do Brasil e do Paraguai no contexto migratório atual são fruto de uma história mais longa de relações tensas entre estes dois países, como analisei no capítulo anterior. A auto-imagem de muitos imigrantes brasileiros como pertencentes a um país mais desenvolvido e civilizado, capaz de ensinar aos “inferiores” os valores superiores do

progresso e da civilização, já estava presente no contexto da “Guerra do Paraguai” na segunda metade do século XIX.

A visão desses imigrantes como trabalhadores, civilizados e pertencentes a um país mais desenvolvido representa uma forma de identificação nacional. Embora essa identidade de “trabalhadores” e “pioneiros” represente possivelmente uma forma de legitimação política da presença desses imigrantes em território paraguaio, ela não consegue eliminar o peso da classificação de “estrangeiros”. Dessa forma, os imigrantes negociam de variadas formas suas identidades nacionais, ou seja, apresentam-se como brasileiros, paraguaios ou “brasiguaios” conforme a situação política específica, como irei discutir no próximo capítulo.

## *Capítulo VI*

### *A DINÂMICA DAS IDENTIDADES NACIONAIS*

Minha pátria é minha língua  
E eu não tenho pátria, tenho mátria  
E quero frátria (Caetano Veloso, Língua)

As identidades nacionais não são substâncias e essências dadas e consolidadas. Elas são relacionais, situacionais e instáveis, visto que são sempre redefinidas conforme os jogos de interesses e de visões de mundo acionados em cada circunstância histórica (Hall, 2003). Não existe um “Paraguai eterno” ou um “Brasil definitivo”. As nações são móveis e mutáveis e as identidades nacionais estão constantemente sendo modificadas nas narrativas dos intelectuais, nas expressões populares e nos discursos cotidianos dos políticos, jornalistas, religiosos, empresários, camponeses e outras categoriais e classes sociais.

Nas zonas de fronteiras internacionais, as classificações nacionais são intensas e obedecem aos contextos conflituosos ou harmoniosos entre as populações dos países vizinhos. No caso da frente de expansão brasileira em território paraguaio, as disputas por interesses econômicos e geopolíticos acionam vários elementos simbólicos de construção de uma auto-imagem dos “nós” e variadas representações dos “outros”, como discuti nos dois capítulos anteriores. Essas identificações e classificações parecem que formam demarcações rígidas entre “nós” e “eles”. Nessa perspectiva, poderia se pensar que os imigrantes e a população paraguaia ocupam espaços separados e que não existem misturas sociais e culturais.

Na verdade, as várias formas de conflitos políticos e simbólicos têm produzido também formas ambíguas de integração dos imigrantes na sociedade paraguaia. Na tensão entre conflito e integração são definidas muitas estratégias políticas de identidade nessa zona de fronteiras. Conforme as situações e os interesses em jogo, os imigrantes se definem como “paraguaios” ou “brasiguaios”, mas geralmente não são reconhecidos pelos “paraguaios legítimos”. Muitas vezes, estes continuam vendo aqueles como “estrangeiros”, “brasileiros” e “invasores da pátria”. Nesse processo de disputas por identificações nacionais, os imigrantes

utilizam estratégias de efetivação de uma dupla cidadania e de uma identidade nacional em que não se estabelece uma relação direta entre língua e nação. Os imigrantes brasileiros, principalmente seus filhos, disputam com os paraguaios espaços simbólicos de reconhecimento da identidade paraguaia. Eles são e não são “brasileiros”, “paraguaios” e “brasiguaios”. Essas identidades podem ser compreendidas a partir da síntese da experiência social da fronteira como um espaço de conflito e integração.

### ***1. Conflito e integração entre brasileiros e paraguaios***

Os imigrantes brasileiros e seus descendentes são acusados de formarem guetos ou enclaves etnoculturais<sup>74</sup> na sociedade paraguaia. Alguns intelectuais, políticos e jornalistas brasileiros e paraguaios não conseguem perceber as mudanças e as formas de integração dos brasileiros na sociedade paraguaia. Eles geralmente utilizam uma imagem cristalizada do período das primeiras colônias dos imigrantes. Quando olham para os fatos do presente, tendem a selecionar somente aspectos que comprovam o domínio econômico e cultural do Brasil e os conflitos travados com a sociedade camponesa local (Fogel, 1995). Essa visão de separação cultural ao longo das gerações foi retratada em um desenho publicado no jornal *Gazeta do Povo*, em Curitiba.

---

<sup>74</sup> “Quando falamos de enclave aludimos a uma colônia, uma cooperativa e a um centro exclusivamente de população brasileira, enquanto que a população nativa está ao redor, em bolsões, nas margens e de vez em quando é ocupada” (Fogel, 1995, p. 141) (Tradução minha).

**CONFLITO E SEPARAÇÃO ENTRE BRASILEIROS E PARAGUAIOS**



Fonte: Jornal Gazeta do Povo, Curitiba, 11/01/2004.

Esse desenho é bastante rico em significados. Não tenho a pretensão de compreender e explicar os inumeráveis sentidos dessa produção gráfica. A primeira impressão que tive é que as gerações brasileiras e paraguaias estão separadas e cada uma defende sua identidade nacional. A família brasileira, tudo indica que de descendência alemã, está com os olhos vendados e não enxerga o “outro”. O tamanho do desenho da família brasileira é maior do que da família paraguaia e pode representar as relações de poder entre imigrantes e paraguaios, vistos que aqueles geralmente se apresentam como superiores. A mãe brasileira na frente dos filhos talvez represente os pais tentando evitar que seus filhos estabeleçam relações sociais e afetivas com os paraguaios. No fundo do desenho, há dois rostos escuros frente a frente, provavelmente simbolizando o enfrentamento entre brasileiros e paraguaios, sendo que o rosto paraguaio parece que está se afastando e perdendo território para o brasileiro.

Por outro lado, nos discursos que enfatizam as relações cordiais entre os brasileiros e os paraguaios, os conflitos são vistos como desavenças passageiras e somente existiriam em outras localidades por causa de determinados políticos que incentivam os “campesinos”. “Aqui é tudo mistura, tanto na língua como no convívio com os paraguaios” (Adílio Ramírez, diretor

escolar, 17/01/2004). O que estaria ocorrendo é a construção de uma nova sociedade mestiça e de cultura fronteiriça fundamentada no “portuñol” (português e espanhol) ou “portuguarañol” (mistura de português, guarani e espanhol), no hábito dos brasileiros tomarem o tererê (bebida fria feita a base de ervas e semelhante ao chimarrão do sul do Brasil), nos casamentos entre indivíduos de distintas nacionalidades e nos filhos que já nasceram a partir da mestiçagem entre brasileiros de descendência européia com paraguaios de origem indígena e espanhola (Feliú,1999).

Algumas cidades construídas pelos “pioneiros” brasileiros no Paraguai têm o mesmo nome dos municípios brasileiros de onde vieram os primeiros “colonos”, como Santa Rita e Santa Rosa. Mas a cidade de Katuete (departamento de Canindeyú), também construída por imigrantes brasileiros, o nome é de origem guarani e simbolizaria a integração entre brasileiros e paraguaios. O poema seguinte foi escrito por um paraguaio dessa cidade e traduz a ideologia da harmonia e da integração desde o início da construção do município:

#### **A MI KATUETE**

Fuiste colonizada por extranjeros  
 Con un soberbio nombre guaraní.  
 Seguros estaban ellos  
 Que en aquellas colinas,  
 Entre el Carapá y el Jaguati'y,  
 Una pujante ciudad nacería allí.

Katuetê: “sem dúvida”, “seguros”;  
 Paraguayos e inmigrantes brasileños  
 Abrazados por la fuerza de la unión,  
 Construyeron en el corazón del Kanindeyú  
 La ciudad de la integración.

Sin distinción, trabajando sin receso,  
 Paraguayos y brasileños demostraron que  
 De la integración nace el progreso.  
 Trabajando juntos,  
 Unidos por la amistad,  
 Construyeron con sacrificio  
 Y el sudor de la frente,  
 Esta magnífica ciudad,  
 KATUETÊ, MI QUERIDA KATUETÊ.  
 (Diego Esteban Terrazas apud Feliú, 1999, p. 76)

Os discursos que versam sobre a separação dos “brasiguaios” ou a completa integração não dão conta de uma realidade bem mais complexa e heterogênea. Tudo indica que são manifestações de disputas políticas e simbólicas mais sutis. Aqueles que falam da segregação dos “brasiguaios” geralmente pretendem criticar e denunciar a “invasão” desses brasileiros no território paraguaio. Por outro lado, os discursos da harmonia e da integração às vezes funcionam como formas de legitimação dessa imigração.

O que acontece na prática cotidiana é uma complexa mistura de situações de domínio econômico e político dos brasileiros, de conflitos, de integração e de assimilação de valores culturais que variam muito conforme a localidade e as mudanças que têm ocorrido no desenvolvimento das cidades colonizadas pelos imigrantes. Nos municípios onde os brasileiros são maioria tendem a predominar os valores culturais destes, ou seja, são os paraguaios que se adaptam à cultura brasileira (idioma, música, danças). Mas nas localidades em que os imigrantes são minoria terminam aprendendo com mais rapidez e interesse o guarani e o espanhol e algumas manifestações culturais locais, inclusive porque se sentem mais pressionados a se comunicarem nas línguas nativas. A diversificação das atividades econômicas nestas pequenas cidades tem atraído novos brasileiros, mas também paraguaios de outras regiões do país que vão atrás de emprego no comércio local. O contato diário entre brasileiros e paraguaios se intensifica e aumenta as trocas culturais e as tensões cotidianas.

Aqui têm muitas famílias, já brasileira casada com paraguaio, já tem uma integração. Só que em nossa região aqui, em Mbaracayu, o canal de televisão paraguaio não pega o sinal. Então você pega o sinal da televisão brasileira. As festas e os costumes tradicionais brasileiros que a gente cultivava aqui dentro. Isso cria um pouco de divergência e diferença, mas a gente na região aqui está totalmente integrada. Isso é um ponto negativo para quem vem de fora, uma festa aqui na nossa comunidade, toca-se música brasileira, paraguaia, mas muito pouca, a maioria é brasileira. As danças, o idioma que a gente utiliza aqui é o português. Nas escolas, 95% dos alunos são brasileiros, são paraguaios, mas filhos de brasileiros, falam mais o português do que o espanhol. E isto eu acho que não é certo isso aí. Inclusive nas igrejas católicas, luterana, adventista, os cultos são todos feitos em idioma nacional, inclusive se estuda o guarani também na escola, é o segundo idioma oficial do Paraguai. Na parte das rádios, na comunicação da região aqui tem muita comunicação em português (José Giacomelli, prefeito de Mbaracayu, 25/11/2004).

Nesse trecho da entrevista estão presentes algumas contradições entre as noções de integração, divergência e diferença. Em dois momentos, o entrevistado enfatiza que já existe na

cidade em que ele administra uma total integração entre brasileiros e paraguaios: *“aqui têm muitas famílias, já brasileira casada com paraguaio, já tem integração”* e *“a gente na região aqui está totalmente integrada”*. Ele destaca a presença dos idiomas nacionais (espanhol e guarani) nas escolas e do espanhol nas igrejas. Mas ao mesmo tempo justifica a influência cultural do Brasil, pois somente *“pega o sinal da televisão brasileira”, “toca-se música brasileira”, “o idioma que a gente utiliza aqui é o português”, “nas escolas, 95% dos alunos são brasileiros (..), falam mais o português do que o espanhol”* e *“aqui tem muita comunicação em português”*. A tensão permanente nesse discurso é produto de uma percepção das contradições desse universo cultural fronteiriço que não se “encaixa” nos modelos homogêneos de nação, mas também é derivado de uma observação cotidiana das diferenças e separações, mesclada com os desejos políticos em uma integração plena, contidos em expressões avaliativas como *“isto eu acho que não é certo isso aí”*.

A outra tensão entre segregação e integração se localiza entre as gerações dos imigrantes, fenômeno bastante semelhante em outros processos migratórios. Os mais velhos continuam bastante separados e os preconceitos, ar de superioridade do imigrante e desconfianças mútuas inviabilizam espaços comuns de convivência:

Eu acho que o imigrante que veio aqui, não todos, tem uma minoria muito importante que é impressionante como eles buscam se adaptar, como eles buscam aprender espanhol, como eles buscam respeitar o Paraguai e ajudar a crescer. Mas tem uma boa quantidade, eu acho que é uma maioria, que acha que não deve nenhuma satisfação para ninguém, vem aqui e fala, e fala a hora que quer e fala português na frente de qualquer um. Tem muita gente que chegou sem nada e se fez aqui, pensa que tendo uma maquinaria e um bom pedaço de terra é um senhor, é um dono e esqueceu a parte da educação, a parte moral e um montão de coisas (César Padoin, Prefeito de Naranjal, 19/11/2004).

Mas as novas gerações se encontram principalmente no espaço da escola. Os filhos e netos dos imigrantes estão aprendendo aspectos da cultura paraguaia no ambiente escolar. Eles estudam as duas línguas oficiais do país, a história e a geografia paraguaia, cantam o hino nacional e compartilham informações variadas com professores e colegas paraguaios, inclusive participam de projetos de “resgate” da cultura nacional<sup>75</sup>. Essas crianças e jovens vivem em dois

---

<sup>75</sup> O professor de História do Colégio Nacional de San Alberto organizou um projeto de “resgate” da cultura paraguaia na cidade de San Alberto, onde a maioria dos alunos é descendente de imigrantes brasileiros. Esse projeto ensina música, folclore e culinária do povo paraguaio. O professor comenta que esse projeto foi criado para valorizar a cultura paraguaia que estava sendo apagada, pois os imigrantes só usavam suas tradições e os próprios paraguaios



mundos culturais distintos e recebem a influência cultural tanto do Brasil no espaço doméstico como do Paraguai no ambiente escolar. Há, portanto, uma relação de disputa de nacionalidades entre a família e a escola, pois tanto os pais como os professores querem educar as crianças segundo os valores, símbolos, tradições e memórias de sua nação.

A igreja também é um espaço de aproximação, embora existam ainda práticas segregacionistas na hora das missas e dos cultos. Mas as “comunidades” religiosas desenvolvem elos morais e sentimentos de pertença que podem superar as separações entre as “comunidades” lingüísticas, étnicas e nacionais e aproximar muitos “irmãos” brasileiros e paraguaios. O aumento da quantidade de missas e cultos em espanhol nos últimos 3 anos tem contribuído também para atrair mais paraguaios para as igrejas católicas e evangélicas, ainda comandadas predominantemente por padres e pastores brasileiros.

O segundo encontro da juventude da Congregação Scalabrini no Paraguai se denominou “*Diferentes culturas: um único pueblo com cristo itinerante*” e visava integrar os jovens pertencentes a distintas etnias e nacionalidades que vivem no Paraguai. Embora haja todo um incentivo e desejo de integração juvenil, vários membros das congregações religiosas, que acompanham os imigrantes naquele país, criam e reproduzem estigmas em relação ao povo paraguaio, como foi demonstrado ao longo do trabalho. Esses encontros têm mais o objetivo de aproximar os descendentes de imigrantes brasileiros do que uma integração destes à cultura paraguaia.

A política é também um lugar de integração e de produção de novos conflitos. Paraguaios e brasileiros se uniram no período de emancipação de alguns municípios dessa área de imigração brasileira no começo dos anos 1990. Os conflitos começaram quando os imigrantes mais ricos decidiram disputar o poder municipal, como já abordei no terceiro capítulo. Os “brasiguaios” que têm pretensões políticas se esforçam para dominar melhor os dois idiomas nacionais. Disputar uma eleição municipal pressupõe chegar aos eleitores brasileiros e paraguaios. Os “campesinos” mais idosos só sabem o guarani e falar com eles em seu idioma é

---

estavam aderindo às manifestações culturais dos estrangeiros. O projeto já ganhou um prêmio de incentivo à cultura em Cidade do Leste (Domingo Quiñonez, Professor de história, 25/11/2004).

uma forma de estabelecer uma relação de confiança e de ser reconhecido como um “paraguaio legítimo”<sup>76</sup>.

A intensificação dos conflitos e a sensação de serem vistos como “invasores” têm produzido duas atitudes distintas nos imigrantes brasileiros. Para alguns, servem para aumentar os ressentimentos e estereótipos em relação aos paraguaios. Para outros, o medo dos conflitos tem ampliado variadas formas de ajuda social e de integração cultural.

Os agricultores brasileiros geralmente falam de práticas de ajuda aos camponeses que vivem nas proximidades de suas fazendas e até de projetos privados de assistência aos paraguaios pobres. A idéia básica é apaziguar um pouco os ânimos dos camponeses através da doação de cestas básicas, do ensino de técnicas agrícolas modernas e de empréstimos de sementes de soja para que estes não invadam suas propriedades.

O medo dos conflitos também gera algumas mudanças culturais. As contendas sociais e nacionais aceleram as ações de integração cultural dos imigrantes brasileiros na sociedade paraguaia. Muitos cultos e missas estão sendo realizados em espanhol ou “portuñol”, nos últimos anos, e já existem rádios locais que têm mais programação em “castelhano” do que em português. Alguns líderes dos agricultores brasileiros pressionam para que as propagandas e os letreiros das lojas sejam feitos em espanhol. A idéia é respeitar a cultura local não por uma adesão voluntária e espontânea, mas como um mecanismo estratégico de legitimação política, pois com essas medidas os imigrantes deixariam de ser vistos como “invasores”.

Em várias reuniões nossa, a gente pediu, já fez cartas, já fez pedidos para gente das rádios, pessoas de letreiros para mudar um pouco isso. Um letreiro mal escrito ali já é motivo para eles falarem: “*olha os brasileiros estão invadindo mesmo o nosso país, até o letreiro é em português*”. Então em nossa região devagarzinho nós estamos tentando mudar um pouco, propagandas de rádio em português, a gente está pedindo para eles comecem trocar um pouco para amenizar um pouco a situação desta briga social que está tendo. Isso pra mim seria normal, mas para eles como não é normal, então a gente tem que também ceder um pouco e respeitar a visão deles. Respeito um pouco à bandeira nacional, respeito ao hino nacional, se estão cantando e tu estás passando na rua, pelo menos pare e fique escutando, coisas assim que para eles é muito importante que você faça isso. Apesar que para você as vezes é indiferente porque a gente tem o sangue, a gente quer produzir, quer trabalhar, a gente não quer dar bola para este tipo de coisa, mas as vezes a gente tem que parar e respeitar um pouco a cultura deles, o folclore deles (Jackson Bressen, agricultor, 17/11/2004).

---

<sup>76</sup> O prefeito de Naranjal, César Padoin, fala muito bem o guarani e o espanhol. A entrevista foi realizada em seu gabinete e tive que parar o gravador algumas vezes para ele dar instruções aos seus funcionários em português, espanhol e guarani.

No ensinamento desse imigrante, a integração e o respeito pela cultura e folclore do “outro” poderiam ser compreendidos como uma espécie de encenação dos atores sociais que necessitam que as críticas e os conflitos diminuam. Ele fala que “*a gente não quer dar bola para este tipo de coisa*”, pois “*a gente tem o sangue, a gente quer produzir, quer trabalhar*”. Novamente aparece a tensão entre as estratégias políticas de integração cultural, o desprezo pelas manifestações culturais e nacionais dos paraguaios e a afirmação da naturalizada identidade de “trabalhadores”.

Os primeiros núcleos de colonização brasileira são hoje espaços bastante urbanizados e que vêm passando por todas estas práticas de integração e de produção de tensões. Mas, nos lugares das novas fronteiras agrícolas de expansão do plantio de soja (Caazapá, Caaguazu, San Pedro, Amambay e Alto Paraguay), predominam os conflitos, as destruições ambientais e o desrespeito aos nativos. O problema é que esta realidade tão diversa é geralmente homogeneizada, congelada e distorcida através da generalização dos aspectos mais negativos ou mais positivos dos “brasiguaios” ou dos “campesinos” paraguaios.

Essa área de colonização brasileira não é um pedaço isolado da nação brasileira em um território de uma outra nação. O que existe é uma complexa mescla fundada em contatos internacionais harmoniosos e conflituosos em que predominam, em muitas localidades, a língua e a mídia brasileira, mas as instituições políticas, jurídicas, militares e educacionais são do Estado paraguaio.

Nada é estático nesta fronteira. No começo do período migratório, as instituições repressivas, fiscais e educativas do Estado paraguaio e os meios de comunicação do Brasil estavam praticamente ausentes desta região. No decorrer do tempo, o Estado paraguaio foi se estruturando através de “*comisarías*” (postos policiais), escolas, seções do Partido Colorado, eleições e Exército. A nação brasileira também se tornou mais visível através dos maiores fluxos migratórios com a construção das estradas asfaltadas e mediante os meios de comunicação, com a compra de antenas parabólicas e à instalação de rádios locais durante as décadas de 1980 e 1990. A influência brasileira hoje é predominante no idioma, nos meios de comunicação, na música e na culinária. Porém, a existência de rádios com programação em espanhol e de sistemas de TV a

cabo em algumas cidades<sup>77</sup> favorece a ampliação de informações sobre o Brasil e o Paraguai e uma maior integração desses imigrantes à sociedade paraguaia.

As leituras clássicas sobre a Nação destacam a importância do exército, da escola, dos meios de comunicação, dos direitos de cidadania e das línguas nacionalizadas na construção de ideologias, símbolos e sentimentos nacionais. Essas abordagens não explicam as complexas misturas, tensões e disputas de nacionalidades que ocorrem nas zonas fronteiriças. No caso específico da imigração brasileira na fronteira do Paraguai, posso dizer que se configurou um espaço simbólico de disputas de imagens e símbolos nacionais entre a escola paraguaia e os meios de comunicação do Brasil.

Os imigrantes e seus descendentes assistem todos os dias a programação das televisões brasileiras e muitos se identificam como essa “comunidade nacional”. Os fluxos migratórios fronteiriços e a potência dos meios de comunicação brasileiros, especialmente as programações televisivas, ultrapassam os limites territoriais do país e ampliam os raios da imaginação nacional. As imagens diárias dos canais brasileiros chegam nos lares dos imigrantes e também dos paraguaios, já que os sinais das televisões paraguaias são bastante precários. A recepção das imagens e mensagens desses veículos de comunicação fortalece os laços de uma “comunhão brasileira” e uma sensação de que continuam no Brasil. Entretanto, as forças militares do Paraguai e as escolas nacionais fazem parte do cotidiano desses moradores. Na relação direta com o Estado nacional, os brasileiros terminam se reconhecendo como estrangeiros. Os imigrantes e seus descendentes que freqüentam a escola paraguaia aprendem as línguas nacionais, a história e geografia paraguaia e cantam o hino nacional. Esses jovens vão formando suas identidades e sentimentos nacionais na confluência de duas nações.

A relação entre conflito e integração nestas localidades de forte imigração brasileira tem gerado disputas variadas nas formas de auto-identificação dos imigrantes e seus descendentes e na maneira como são classificados pelos paraguaios. As identidades às vezes são enfatizadas, mas também são ocultadas e negadas conforme o jogo de interesses presente na relação conflituosa ou harmoniosa com o outro. Na vida cotidiana na zona de fronteiras, outras identidades sociais (regionais e étnicas) são geralmente secundárias na relação direta dos

---

<sup>77</sup> Nas cidades de Santa Rita e Salto de Guairá colocaram sistema de TV a cabo em 2002. Presenciei nestas localidades os imigrantes assistindo tanto os jornais brasileiros como os paraguaios.

brasileiros com os paraguaios, mas podem se tornar principais nas formas de classificação entre os imigrantes brasileiros<sup>78</sup>.

## ***2. Cidadãos e estrangeiros na zona de fronteiras***

A cidadania é um elemento importante na construção das nações modernas e na definição da fronteira entre os incluídos e excluídos de um determinado território nacional. Os indivíduos que ultrapassam um limite territorial de um Estado nacional sem os documentos exigidos se transformam não somente em estrangeiros, mas em “irregulares”, “ilegais”, “clandestinos” e ainda em potenciais “criminosos” e “terroristas”. Desde o contexto da Independência dos Estados Unidos (1776) e da Revolução Francesa (1789), os Estados nacionais se constituíram através da garantia de direitos e deveres civis, políticos e sociais para os cidadãos que nasceram em um território específico ou que são descendentes sangüíneos de indivíduos pertencentes a uma determinada nação. O *jus solis* é a cidadania definida a partir do lugar de nascimento, enquanto que o *jus sanguinis* é aquela nacionalidade garantida pela descendência da família. O *jus solis* é o critério predominante de definição da nacionalidade no Brasil e no Paraguai.

A constituição paraguaia estabelece que todas “*las personas nacidas en el territorio de la República*” são de nacionalidade paraguaia. Os estrangeiros que vivem no Paraguai podem pedir a nacionalização se forem maiores de 18 anos e tiverem uma “*radicación mínima de tres años em território nacional, ejercicio en el país de alguna profesión, oficio, ciencia, arte o industria y tener buena conducta definida en la ley*” (Paraguay, 2002, p.29). Já a constituição brasileira permite que os filhos dos brasileiros que nasçam fora do território nacional sejam

---

<sup>78</sup> Meu objetivo foi privilegiar as identificações nacionais na relação imigrantes e paraguaios, mas tenho consciência que as identidades são múltiplas. Os imigrantes assumem várias identidades dependendo da relação com o outro. Entre eles predominam as classificações internas do Brasil: gaúcho, paranaense, cearense, nordestino, mineiro, paulista etc. Os estereótipos em relação ao nordestino, nortista, catarinense ou ao mineiro são bastante comuns neste ambiente da fronteira em que estas identidades regionais ocupam espaços econômicos, políticos e culturais desiguais em território paraguaio. Os gaúchos predominam na região de Santa Rita e são os que mais têm propriedades rurais, que estão na política e que divulgam sua cultura através do Centro de Tradição Gaúcha, já os nordestinos e mineiros são minoria e ocupam geralmente posições subalternas.

registrados como brasileiros desde que o pai ou a mãe “*esteja a serviço da República Federativa Brasileira*” ou “*desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira*” (Brasil, 2004, p.17/18).

A noção de cidadania restrita aos limites dos Estados nacionais tem sido alterada nas últimas décadas. A União Européia tem estabelecido mecanismos jurídicos de efetivação de uma cidadania européia, tais como passaporte único, assistência médica e educacional, direitos trabalhistas, garantias individuais etc. Entretanto, ainda não foi aprovada uma constituição única para os 25 Estados membros e alguns países estão se posicionando contrários a essa integração jurídica supranacional<sup>79</sup>. Os países da América do Sul obedecem aos critérios modernos de demarcação das soberanias e das cidadanias nacionais. A denominada “Comunidade Sul Americana de Nações”, lançada em 8/12/2004 na cidade de Cuzco (Peru), tudo indica que não significa uma efetiva proposta de construção de uma integração jurídica, social e cultural entre as nações sul-americanas. No caso específico do Mercosul, a única garantia supranacional efetivada foi a abolição do passaporte para os turistas dos países membros. Não existe ainda uma efetiva discussão de uma base jurídica comum entre essas nações.

O aumento dos processos migratórios internacionais e dos casamentos derivados desses novos contatos entre populações de países distintos ampliou a discussão e implementação da dupla nacionalidade. Os acordos geralmente são firmados entre os países de origem e de destino desses migrantes e visam garantir a dupla cidadania especialmente para os filhos dos imigrantes até a idade de 18 anos, como no caso do acordo diplomático entre o Brasil e o Paraguai. Nessa idade, esses jovens decidem por uma das duas nacionalidades.

As regiões de fronteiras internacionais são espaços sociais singulares que “violam” os limites estatais da cidadania moderna. As pessoas, que vivem nessas zonas fronteiriças, desenvolvem várias estratégias de efetivação e de negação de uma dupla cidadania. As principais estratégias dos imigrantes brasileiros, que vivem na ampla faixa de fronteiras entre o Paraguai e o Brasil, são: 1) o registro dos filhos nos dois países; 2) o cadastro de aposentadoria dos imigrantes no Brasil; 3) o exercício dos direitos políticos dos dois lados da fronteira; 4) a ausência de direitos trabalhistas dos empregados brasileiros no Paraguai.

---

<sup>79</sup> 55% dos franceses votaram “não” no referendo de adesão à nova constituição européia em 29/05/2005 e 63% dos holandeses também optaram pela rejeição a essa constituição supranacional em 01/06/2005.

A estratégia principal dos imigrantes brasileiros é registrar os filhos nos dois países, independente do acordo diplomático<sup>80</sup>. Desta forma, não precisam esperar pela “burocracia” do consulado e nem seus filhos terão que optar por uma nacionalidade aos 18 anos<sup>81</sup>. As razões principais para essa dupla cidadania são a possibilidade de um melhor atendimento médico no Estado brasileiro, a diminuição da “burocracia” quando quiserem ir visitar seus parentes no Brasil e a oportunidade de estudarem nos colégios e nas universidades brasileiras. Já um dos motivos principais para registrar no Paraguai é a garantia da propriedade da terra, caso seja “expulso” como estrangeiro.

Entretanto, existem casos de meninos e meninas que não têm certidão de nascimento brasileira nem paraguaia, essas crianças “*ficam perdidas entre o Brasil e o Paraguai, em situação bastante precária, certamente com conseqüências negativas para sua formação como cidadãos*” (José Afonso de Oliveira apud König, 13/01/2004). Há mães que não têm nenhuma documentação e por isso não podem registrar os filhos. Conforme uma entrevistada, os adultos que não apresentam nenhum documento na hora do registro civil dos filhos podem ser foragidos da justiça brasileira (Dileta Zamchete, freira da Congregação Verbo Divino, 24/11/2004).

A aposentadoria dos idosos se constitui também num jogo estratégico entre os dois países. No Paraguai há aposentadoria somente para militares e funcionários do governo. Mesmo que existissem para todos os setores, os estrangeiros não poderiam se aposentar, pois se trata de um direito social restrito aos cidadãos. Os imigrantes brasileiros vêm se cadastrar no Brasil e colocam endereços de parentes, já que o benefício só é pago para aqueles que residem no país. Eles relatam casos de cancelamento de várias aposentadorias em Foz do Iguaçu por terem descoberto onde residiam os beneficiados. Neste caso, descobrir que são imigrantes brasileiros significa perder a aposentadoria.

---

<sup>80</sup> Um dos trabalhos do Consulado brasileiro em Cidade do Leste tem sido fazer registro de nascimento dos filhos de imigrantes. Foram feitos, até 2003, somente 3.111 certidões de nascimento. Além dos registros realizados na sede do Consulado em Cidade do Leste, existe o programa *Consulados Itinerantes*, que juntamente com a *Pastoral do Migrante*, se deslocam de 2 em 2 meses para uma comunidade no interior do Paraguai.

<sup>81</sup> Segundo imigrante João Luiz Costa, membro da Pastoral do Migrante, cerca de 80% dos filhos e netos dos imigrantes brasileiros são também registrados diretamente no Brasil (João Luiz, diretor do Centro de Informações ao Migrante, 23/11/2004). Existem casos em que as famílias registram os filhos com dois nomes distintos nos dois países, como relatou um brasileiro, dono de uma pequena oficina mecânica, na cidade de San Alberto. Ele disse que seus filhos serviram ao exército no Paraguai e em caso de guerra não deseja que eles defendam o Paraguai. Por isso, resolveu fazer um novo registro no Brasil.

Os amplos processos migratórios da atualidade têm modificado os limites da cidadania política. Antes os cidadãos somente poderiam exercer seu direito ao voto no seu país de origem. Atualmente, os imigrantes podem votar principalmente para presidente de sua nação mesmo quando moram há anos no exterior. Além disso, eles podem votar também para o poder local<sup>82</sup> nos países onde estão regularizados. Aqueles imigrantes brasileiros em situação regular no Paraguai exercem os direitos políticos nos dois países. Eles votam em todas as eleições brasileiras e para prefeito e vereador na nação de destino.

Esse duplo exercício do direito político é facilitado pela própria distância territorial. Eles não necessitam de urnas especiais, localizadas nas embaixadas e consulados, para votarem nos candidatos brasileiros, como os imigrantes brasileiros que residem nos Estados Unidos, Europa, Japão ou outro país distante. Os brasileiros simplesmente atravessam a fronteira e votam nas cidades próximas ao limite internacional. Se houver coincidência de votação nos dois países, podem votar pela manhã no Paraguai e à tarde no Brasil ou vice-versa. Os mecanismos tradicionais da política brasileira também se fortalecem no período de “caça aos votos” daqueles que vivem do outro lado da fronteira. Em dia de eleição no Brasil, os políticos brasileiros contratam carros, ônibus e caminhões para buscar os eleitores que vivem no país vizinho. Alguns vereadores e deputados brasileiros, principalmente da cidade de Foz do Iguaçu e do estado do Paraná, se elegem com os votos dos “brasiguaios”.

Na verdade nós todos votamos no Brasil, votamos aqui também, eu voto aqui, voto no Brasil. Aqui nós temos a nossa Imigrante, o Carnê do Imigrante e a identidade paraguaia, quem tem a identidade paraguaia pode ser afiliado a um partido, já sou filiado ao Partido Colorado, só não podemos votar para presidente. Nós podemos eleger nosso prefeito, para ser candidato a prefeito tem que ser paraguaio, tem que ser naturalizado. Para naturalizar é fácil, não tem muita burocracia não, tem que pegar advogado, fazer a papelada tudo, mas não é muito difícil. Eu tenho identidade brasileira, CPF brasileiro, título de eleitor, tenho tudo (Lauri Schmeider, comerciante, 16/11/2004).

A estratégia mais comum é continuar sendo cidadão brasileiro e tirar somente os documentos paraguaios (Carnê do Imigrante e Célula de Identidade) que garantam um exercício

---

<sup>82</sup> Na conferência realizada na Universidade Estadual do Ceará em 19/07/2005, Benedict Anderson abordou esses novos processos de dupla nacionalidade que se efetivam no contexto dos processos migratórios atuais. Ele observa que mesmo existindo essa abertura de exercício de direitos políticos na nação receptora, a esfera de atuação política dos imigrantes está restrita ao poder local. Os cidadãos desses países não concordariam com a extensão do direito de voto dos imigrantes para os cargos federais ou centrais, pois colocaria em risco o centro do poder nacional. (Anderson, 2005).



parcial da cidadania naquele país. O tempo para o imigrante pedir a naturalização é relativamente curto, três anos de residência e trabalho. Como os adultos não podem ter oficialmente a dupla nacionalidade, quase ninguém quer substituir a cidadania brasileira pela paraguaia, pois seria uma perda de status social e nacional, já que o Paraguai é visto como um país mais pobre que o Brasil. Além disso, os processos migratórios sempre se apresentam para os próprios imigrantes e para a sociedade receptora como fenômenos provisórios, embora se tornem permanentes e definitivos (Sayad, 1998). A maioria dos brasileiros pensa em regressar à terra natal e não deseja perder a nacionalidade brasileira.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) não tem o poder de criar e efetivar direitos trabalhistas universais. Os direitos trabalhistas são constituídos pelos Estados nacionais. Nesse sentido, os empresários agrícolas, madeireiros e comerciantes brasileiros que vivem no Paraguai contratam empregados brasileiros e não pagam os direitos trabalhistas, visto que a legislação brasileira não tem vigência do outro lado da fronteira. Como comentei no capítulo anterior, a legislação paraguaia exige que 20% dos empregados das empresas estrangeiras sejam de paraguaios, mas os imigrantes geralmente não respeitam essa lei e contratam somente brasileiros.<sup>83</sup> O mercado de trabalho informal na fronteira é formado a partir de uma extensa rede de relações pessoais. Os patrões que necessitam de empregados geralmente contratam parentes pobres ou conhecidos que vivem no Paraguai ou no Brasil.

As estratégias de sobrevivência no cenário das fronteiras possibilitam a efetivação e negação da dupla cidadania, como no caso específico do registro das crianças, da aposentadoria dos idosos, das eleições e dos direitos trabalhistas. Muitos dos problemas desses imigrantes e seus descendentes poderiam ser resolvidos mediante à efetivação de projetos discutidos no âmbito do Mercosul como o da “livre circulação de pessoas” ou da legalização de programas recíprocos de dupla nacionalidade. Mas somente estes passos não resolvem os conflitos subjetivos que estão em jogo nas disputas entre o cidadão e o estrangeiro nessa região fronteiriça.

A efetivação e a negação de uma dupla cidadania não se limitam aos aspectos legais e ilegais. As fronteiras entre o cidadão e o estrangeiro remetem aos processos de identidade e de

---

<sup>83</sup> Fui informado pelo geógrafo Tito Machado, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, que existe um grupo de pesquisa na área do Direito, no campus de Dourados daquela universidade, que estaria trabalhando diretamente nessa área de modificação das leis trabalhistas na fronteira. Para esses pesquisadores, as empresas brasileiras que estão no exterior e contratam mão de obra brasileira devem obedecer à legislação trabalhista brasileira. Todavia, é um tema polêmico, pois entram em discussão os problemas de soberania nacional. Esse tema exige uma pesquisa específica. Infelizmente não foi possível entrar em contato com aqueles pesquisadores.

reconhecimento pelo “outro”. Ser legalmente paraguaio e brasileiro, como muitos dos descendentes dos imigrantes, não significa se identificar e ser reconhecido como pertencente simultaneamente aos dois países. O que existem são situações ambíguas e contraditórias de afirmação de uma nacionalidade e negação da outra conforme as pressões sociais e os interesses econômicos e político em disputa. Embora muitos dos filhos dos imigrantes sejam legalmente paraguaios ou/e brasileiros, a maioria se sente brasileira e compartilha com um conjunto de símbolos e sentimentos dessa “comunidade nacional imaginada”, tais como a língua, as músicas, o hino nacional, os costumes etc. Mas ter a nacionalidade paraguaia é ser legalmente um cidadão daquele país, diminuindo os perigos e riscos da condição de estrangeiro.

Os imigrantes e seus descendentes vivenciam situações distintas diante da cotidiana afirmação de uma identidade nacional no contato com os paraguaios. Alguns se sentem brasileiros e afirmam a identidade paraguaia somente como uma estratégia de legitimação política, mas existem também aqueles que já se identificam de uma maneira contraditória com o Paraguai, ou seja, se sentem familiarizados e estranhos nos dois países.

Brasileiro? Eu me considero propriamente um paraguaio porque estou aqui, eu fui na escola aqui, fiz todos meus estudos aqui. Estudei pouco, daquela vez a gente tinha que trabalhar, no quinto ano já sai da aula porque tinha que trabalhar. Então o que eu tenho, o que eu consegui, tenho tudo aqui, não tenho nada no Brasil. Eu me considero paraguaio, tenho minha documentação, tenho minha [carteira de] Imigrante em dia agora, quando vencer eu faço a renovação (Mauri Schmeider, agricultor, 16/11/2004).

Os principais argumentos utilizados por esse imigrante para a construção e legitimação da nova identidade são: o tempo de moradia no país; a formação educacional; a existência de propriedades somente no Paraguai e a situação jurídica regularizada. O aumento dos conflitos de terra entre “brasiguaios” e “campesinos” nos últimos anos na zona de forte imigração brasileira tem gerado novas estratégias de integração e de afirmação da identidade paraguaia por parte dos imigrantes e seus descendentes. Para se contrapor à classificação de “invasores” e “estrangeiros”, eles se identificam como “pioneiros”, “trabalhadores” e “paraguaios”. Nos espaços públicos e no momento das entrevistas, assumem a identidade paraguaia. Mas é importante saber que nem todos estão estabelecendo cálculos racionais na hora de dizer que são paraguaios, pois existem pessoas que se sentem bastante integradas à sociedade paraguaia.

A gente se sente estrangeiro no modo de dizer, mas depende do paraguaio que a gente vai conversar, às vezes a gente se sente mais paraguaio do que estrangeiro pelo tempo que a gente tem aqui. Eu não tenho remorso de conversar com nenhum paraguaio e dizer que eu não me sinto tão estrangeira. Eu me sinto mais paraguaia aqui dentro do que estrangeira depois de 40 anos. Eu tinha 25 anos quando vim para o Paraguai, agora estou com 65, a minha vida foi aqui, eu tenho que me sentir como uma pessoa do lugar mesmo. Mas só que eles não respeitam, é imigrante então têm muitos que não respeitam, principalmente os que não são aqui do lugar, não querem nem saber, tudo é estrangeiro e acabou-se (Olinda Doerner Kuhner, comerciante, 25/11/2004).

A identidade paraguaia ou estrangeira é definida na relação com o outro. Essa imigrante relata que se sente mais paraguaia que brasileira dependendo “*do paraguaio que a gente vai conversar*”. Ainda que fale em voltar para o Brasil, ela acredita que já desenvolveu um sentimento de pertença ao lugar depois de 40 anos de moradia no Paraguai, um convívio fraterno com alguns paraguaios, especialmente com seus dois genros. Todavia, continua sendo vista como imigrante e estrangeira pelos paraguaios que não mantêm contatos mais estreitos. Por mais que estrategicamente os imigrantes e seus filhos afirmem a nacionalidade paraguaia, muitos paraguaios não os reconhecem como naturais daquele país.

A naturalização vai mudar no voto, mas o peso social não muda nada porque o sobrenome vai ser, no meu caso Bressen, meu sobrenome é de brasileiro e no meio deles não muda nada. Eu conheço filho de agricultor aqui, que nasceu aqui, tem nacionalidade paraguaia mesma e para eles não serve nada porque eles dizem que o brasileiro é um problema. Até um dia numa reunião que nós tivemos com eles, eu falei para eles que eu me considerava paraguaio, que eu me criei aqui, eu vim com 4 anos, que culpa eu tenho de ter nascido no Brasil, que culpa eu tenho se meus pais são brasileiros, que a nacionalidade deles é brasileira. Para começar eles vieram da Itália, o governo brasileiro apoiou, está apoiando eles até hoje, porque o Paraguai não pode fazer o mesmo, e todos os impostos que eu gero para o país, toda a produção que eu gero para o país, será que vocês não podem considerar um pouco isso. Eu não tenho um parafuso que é meu no Brasil e não tenho nenhuma culpa de ter nascido no Brasil. Se eu tivesse nascido aqui ou tivesse nascido na Alemanha e vim aqui e estou trabalhando aqui, só tenho minhas coisas aqui, aqui é o meu país, queira vocês ou não queira, isto aqui vai ser sempre meu país (Jackson Bressen, agricultor, 17/11/2004).

No contexto atual, os imigrantes assumem mais intensamente a identidade paraguaia e disputam com os “paraguaios legítimos” o direito de serem reconhecidos como cidadãos daquele país. Esse imigrante relata uma reunião que teve com “eles” para negociar e disputar sua identidade nacional. Argumenta que veio ao país ainda criança, foi educado ali e que não tinha nenhuma culpa dos seus pais serem brasileiros e de não ter nascido no Paraguai. A identidade nacional, para ele, não estaria determinada nem pelo local de nascimento (*jus solis*), nem pela

herança biológica de seus progenitores (*jus sanguinis*), mas por uma escolha pessoal, fundamentada no tempo de moradia e no processo de socialização naquela nação.

Os processos de afirmação de novas identidades são complexos e contraditórios. A utilização dos pronomes “nós” e “eles” são reveladores da maneira como são afirmadas e negadas determinadas identidades coletivas. Muitos imigrantes e membros da segunda geração, mesmo quando estão assumindo a identidade paraguaia, continuam classificando os paraguaios como “eles” e os estrangeiros como “nós”. Nesse contexto de disputa de identidades, novos adjetivos são criados para estabelecer novas fronteiras entre “nós” e “eles”. Nesse sentido, os paraguaios se definem como “legítimos” ou “puros” e classificam os descendentes de imigrantes de “não legítimos”. Por sua vez, estes respondem que são “paraguaios legítimos”, pois já nasceram no Paraguai.

Eu como sou paraguaio legítimo eu posso ser candidato, o estrangeiro só pode ser vereador ou *concejel* como fala aqui. É que aqui a maioria somos estrangeiros (...). Como existe uma grande quantia de imigração brasileira, os filhos deles, como eu, são todos paraguaios legitimamente nascidos aqui, votam, já tem o direito dentro do país. Me lancei disputando com mais dois paraguaios legítimos, a gente as vezes é considerado não legítimo paraguaio, eu muitas vezes sou considerado como brasileiro, então os jornais colocam a gente como *intendente* [prefeito] brasiguai, um *intendente* brasileiro, a gente fica ainda sendo considerado brasileiro (...). Eles são, nós, eu sou paraguaio, nasci aqui, me considero. O brasileiro, o estrangeiro... Eu falei nós por causa que aqui não é referente ao Brasil, mas ao produtor de soja, aqui se você é um produtor de soja você é questionado (Clairton Feix, Prefeito de Santa Rosa de Monday, 18/11/2004).

Os filhos de imigrantes que estão disputando ou conquistaram cargos políticos tentam assumir publicamente a identidade paraguaia, inclusive para não criar problemas com políticos de oposição e setores da população que continuam classificando-os como brasileiros ou “brasiguaios”. Nesta tentativa de se identificar como paraguaio, as contradições aparecem no próprio discurso do prefeito de Santa Rosa, pois denomina os paraguaios de “eles” e logo tenta consertar assumindo o pronome “nós”. Ele percebe a contradição durante o relato e tenta justificar que o “nós” se referia a uma identidade de classe e não a uma identificação nacional. As identidades de classe podem se articular com as nacionais, mas também entram em tensão e contradição.

A identidade brasileira ou paraguaia é uma forma de identificação situacional neste ambiente de fronteiras entre os dois países. Alguns afirmam que quando estão no interior do

Paraguai e estão se relacionando somente com “nativos” se sentem paraguaios e quando estão no Brasil se consideram brasileiros. *“Meus filhos se sentem, como nós sentimos, se estamos aqui somos paraguaios, se estamos no Brasil, somos brasileiros. Estamos aqui, nossos investimentos, estamos morando aqui, somos paraguaios” (Djacir Tavares, agricultor, 17/11/2004).*

As identidades são geralmente móveis e contraditórias no cenário das fronteiras culturais e simbólicas. Os atores sociais assumem determinadas identidades conforme o jogo político local. Os processos migratórios rompem com as fantasias das culturas nacionais homogêneas e das identidades fixas e consolidadas. Muitos imigrantes e seus descendentes, socializados na confluência de duas “culturas nacionais”, sentem-se familiarizados e estranhos dos dois lados do limite internacional.

Hoje eu vou no Brasil e eu me sinto estranho porque apesar da gente ter parente e tudo e a cada pouco tempo ir visitá-los, a gente se sente estranho porque é outra moeda, é uma outra política, a gente vê que eles têm apoio do governo, é diferença, a casa é outra casa, é outro sistema (Jackson Bressen, agricultor, 17/11/2004).

As identidades migratórias são construídas através do sentimento de estranhamento e de deslocamento cultural (Hall, 2003). Os filhos dos imigrantes ou aqueles que chegaram ainda crianças não se sentem completamente inseridos nem na cultura paraguaia e nem na brasileira. Esse imigrante veio para o Paraguai ainda criança e se educou nesse país. Tirou todos os seus documentos de cidadania no Brasil, mas se considera “mais paraguaio que brasileiro”, pois quando está no Brasil se sente “estranho”. O pequeno deslocamento de uma nação para outra produz uma sensação subjetiva de estranhamento naqueles que são socializados em uma determinada “cultura nacional”, pois entram em contato com “outra moeda”, “outra política”, a “casa é outra”, é “outro sistema”. Embora a maioria dos imigrantes mais velhos continue transmitindo aos filhos os padrões culturais da nação brasileira, as novas gerações vivenciam com maior intensidade a tensão permanente entre afirmar uma identidade nacional exclusiva e viver a sensação do duplo estranhamento nacional.

Outras disputas que envolvem a afirmação de uma nova identificação nacional dos imigrantes e seus descendentes e o reconhecimento por parte dos “paraguaios legítimos” acontecem no campo lingüístico entre o português, o espanhol e o guarani.

### ***3. As fronteiras lingüísticas e as identidades nacionais***

Os Estados nacionais construíram e oficializaram determinadas línguas nacionais. Nesse processo, os grupos sociais dominantes, a imprensa, a literatura e a burocracia estatal contribuíram bastante para que uma determinada língua local hegemônica fosse transformada em nacional e as outras existentes fossem destruídas ou classificadas como dialetos. Todavia, por mais que os Estados nacionais tenham tentado impor uma homogeneidade lingüística em todo o território nacional, há países que têm várias línguas e outros que compartilham o mesmo idioma. A língua como expressão cultural não é, portanto, o único elemento definidor de uma nacionalidade, mas continua sendo percebida pela maioria dos habitantes de um país como um forte elemento de identificação nacional e um demarcador de fronteiras culturais e simbólicas.

No contexto de formação dos Estados nacionais no continente americano, as línguas das metrópoles colonizadoras se transformaram nos idiomas nacionais de todas as novas nações no período das independências. As várias línguas indígenas e negras foram destruídas, esquecidas ou silenciadas pelas elites dominantes desses países que desejavam consolidar os idiomas europeus, vistos como civilizados. No caso brasileiro, mesmo antes da independência, a política portuguesa de Marquês de Pombal tinha fortalecido a supremacia da língua portuguesa na colônia, especialmente após a expulsão dos jesuítas em 1759 e da eliminação da língua geral ou tupi-guarani de todos os currículos escolares (Rodrigues, 1981). Durante a construção do Estado nacional brasileiro, a partir do século XIX, o português se tornou o idioma oficial e todas as línguas indígenas e dos novos imigrantes não eram reconhecidas pelos governos brasileiros. Apesar desse forte processo de homogeneização lingüística, não desapareceram as línguas indígenas e os idiomas e dialetos das inúmeras “comunidades” de imigrantes que vieram para o Brasil.

No caso paraguaio, o espanhol se tornou a língua oficial do país no contexto da independência em 1811, mas o guarani continuou sendo falado pela maioria da população. Durante a história da república paraguaia, o espanhol não conseguiu se tornar a língua majoritária, talvez pelo isolamento ou abandono do país pela elite crioula de Assunção ou pela resistência da cultura indígena e missioneira. A maioria da população continuou se comunicando

em guarani ou “jopará”<sup>84</sup>. A elite governante somente reconheceu oficialmente este idioma em 1992. Desde então o Paraguai se tornou oficialmente um país bilíngüe e o único Estado latino americano a reconhecer o estatuto de idioma nacional para uma língua de herança indígena (Zuccolillo, 2000; Steckbauer, 2000).

Os estudos históricos e sócio-lingüísticos sobre a formação da língua portuguesa como idioma nacional geralmente privilegiam a evolução dos textos escritos e das expressões orais no interior do país (Orlandi, 2001). As zonas de contato entre esse idioma e as outras línguas nos cenários das fronteiras territoriais continuam bastante desconhecidas. Nas fronteiras com os países vizinhos, o português entra em contato com inúmeras línguas indígenas na região Norte, com o francês, inglês, holandês nas Guianas e Suriname, com o espanhol na maioria dos países vizinhos, quéchua no Peru e Bolívia, guarani no Paraguai e outros idiomas das comunidades de imigrantes que vivem nesses territórios fronteiriços, como descendentes de alemães, italianos, japoneses, sírio-libaneses etc<sup>85</sup> (Sturza, 2005).

Não pretendo analisar toda a complexidade lingüística da região de fronteiras entre o Paraguai e o Brasil, mas somente refletir sobre as disputas de identidades entre os imigrantes brasileiros e os paraguaios em torno dos contatos e choques culturais entre os três principais idiomas fronteiriços. Neste sentido, os contatos entre o português, o espanhol e o guarani no movimento migratório brasileiro na fronteira paraguaia produzem separações, mesclas e disputas em torno da legitimação da língua como fator determinante ou não da identidade nacional.

O guarani continua sendo a língua mais falada em todo o país, mas principalmente na zona rural (Paraguay, 2004). Esse idioma é visto pela maioria dos paraguaios como a expressão máxima da identidade nacional. Mas para determinados setores dominantes da sociedade paraguaia, o guarani é considerado língua de índio ou “*coisa de camponês*”. As raízes desse discurso remetem ao processo colonial e à imagem que os espanhóis tinham das línguas nativas. Após a Guerra da Tríplice Aliança (1864-70), o preconceito ao guarani foi reforçado por causa da influência cultural que a Argentina passou a exercer em todas as instituições de ensino e nos

---

<sup>84</sup> Jopará significa juntar ou mesclar o guarani com o espanhol. Alguns estudiosos da língua guarani denominam essa mistura gramatical e de entonação no ato da fala como a “terceira língua” do Paraguai (Meliá, 1974). Lingüistas paraguaios que elaboraram o *Plan Nacional de Educación Bilíngüe* em 1994 impuseram um “guarani puro” para ser ensinado nas escolas, mas as crianças não se identificam com muitas palavras que não aprenderam no ambiente familiar.

<sup>85</sup> Muitos estudos interdisciplinares (antropologia, história, literatura, lingüística etc) podem ser realizados sobre essas zonas de contatos entre os idiomas nacionais nas fronteiras do Brasil com os dez países vizinhos (Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Colômbia, Peru, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana francesa).

meios de comunicação no Paraguai. Durante a ditadura de Stroessner (1954-89), embora houvesse já um discurso oficial de apologia ao guarani e à institucionalização do ensino dessa língua no secundário, no ambiente escolar ainda predominavam os estigmas dos professores com as crianças que falavam esse idioma (Zuccolillo, 2000).

O guarani, embora tenha sido historicamente negado pelos colonizadores e pela elite econômica e cultural da capital, constituiu-se ideologicamente na língua da resistência para muitos paraguaios. Estes costumam narrar episódios das duas guerras que o país enfrentou com as nações vizinhas e destacam o papel do idioma guarani como força de união e arma secreta de comunicação nos campos de batalha. Nesta visão, o guarani é visto como a língua da resistência nacional, da cultura popular e dos sentimentos nacionalistas, enquanto que o espanhol é uma língua racional, artificial e que não singulariza a nação paraguaia. *“Es idioma que más utilizamos, el paraguay habla más en guarani que en español. Es más fácil para la comunicación. Es un idioma completo, es más dulce, si nosotros hablamos en guarani parece que estamos expresando nuestros sentimientos”* (Domingo Quiñonez, *Professor de História, 25/11/2004*).

As misturas entre as ideologias colonizadoras e as nacionalistas estabeleceram várias dicotomias entre os dois idiomas nacionais ao longo da história do Paraguai. Desta forma, o espanhol foi apresentado e reconhecido como uma língua racional, estatal, civilizada e transmissora da cultura erudita, enquanto o guarani foi sendo construído como a língua natural, sentimental, familiar e expressão da cultura popular (Zuccolillo, 2000).

O guarani foi reconhecido como língua nacional em 1967, mas somente com a Constituição de 1992 e a Reforma Educacional de 1994 passou a ser uma língua oficial e obrigatória em todas as escolas e graus de ensino (Steckbauer, 2000). Atualmente, as escolas públicas e privadas nas regiões fronteiriças são controladas pelo Estado paraguaio e os professores ensinam os dois idiomas nacionais. É a partir desse processo histórico de reconhecimento e obrigatoriedade do guarani que posso entender os discursos nacionalistas dos paraguaios em defesa do guarani. Como comenta Sturza (2005),

o reconhecimento do guarani como língua oficial e o seu destacado lugar como língua materna da grande maioria da população é um ingrediente fundamental na configuração das línguas da fronteira, sobretudo pela importância étnica e identitária que o guarani ocupa frente a outras línguas, as dos imigrantes e a do Estado (Sturza, 2005, p. 6).



Para o diretor de colégio nacional de San Alberto, o guarani diferencia o Paraguai dos outros países que também falam o espanhol na América Latina e será o único elemento cultural que vai singularizar o povo paraguaio no contexto da globalização. As fronteiras econômicas e culturais estariam sendo diluídas no cenário atual do Mercosul, mas o guarani seria a única expressão da identidade paraguaia diante das constantes misturas e trocas culturais.

El guarani es uno de los pocos elementos que va a identificar a la nación paraguaya dentro del mundo globalizado. Cuando más allá se desaparecen las fronteras económicas. Cuando desaparecen las demás fronteras, el único elemento que va a hacer que generalmente se conoce el Paraguay, que se sepa que es Paraguay, el paraguayo, es su lengua. No hay otro. Ni el dinero, ni nada, porque seguramente aquí se va a tener una moneda común, se va a llamar merco moneda, lo que sea, no sé (..) Las canciones seguramente cruzarán de aquí para allá, bailaremos zamba, bailaremos polca, tan poco lleva acento. Lo único que puede identificarlo plenamente el paraguayo es su idioma, el guarani (Adilio Ramírez, diretor escolar, 17/01/2004).

Neste sentido, a fronteira guarani se constitui como o principal limite entre os paraguaios e os imigrantes que não falam esse idioma. Muitos paraguaios comentam que os brasileiros não aprendem o guarani porque são bastante nacionalistas e buscam preservar a língua portuguesa. Neste sentido, os imigrantes estariam colocando em perigo a identidade nacional paraguaia, pois estão “abrasileirando” todos os territórios próximos do limite internacional com o Brasil. Para o bispo Juan Bautista Gavilán, os imigrantes “*estão aqui há 30 anos e não aprenderam nem o guarani nem o espanhol. Não faz parte da boa diplomacia não falar o guarani e o espanhol*” (Juan Bautista Gavilán apud König, 13/01/2004).

Os imigrantes, por sua vez, comentam que os paraguaios não gostam de suas línguas nacionais e preferem o português. “*Os alunos paraguaios preferem ser identificados como brasileiros, os próprios paraguaios preferem escrever e falar em português, eles mesmos dizem “nos gustamos mucho más del portugués, más melódico, más lindo, nos gustamos mucho más”*” (Dileta Zamchette, freira da Congregação Verbo Divino, 24/11/2004).

As representações e os sentimentos que os brasileiros e os paraguaios constroem em relação às línguas portuguesa e guarani simbolizam relações de poder entre as nações. As línguas dos países dominantes geralmente exercem fascínio em amplos setores da população das nações subordinadas. A admiração de alguns paraguaios em relação ao português e o desprezo que vários imigrantes têm com a língua guarani provavelmente sejam derivados da relação assimétrica de poder entre o Brasil e o Paraguai.

Os imigrantes contestam a relação entre a língua guarani e a nacionalidade e afirmam que são paraguaios embora não falem o guarani. “*Apesar de eu não falar o guarani, eu me considero paraguaio, eu comecei o meu primeiro ano da escola e estou até esta data aqui*” (Jackson Bressen, Santa Rita- Alto Paraná, entrevista em 17/11/2004) ou ainda “*soy paraguayo, por más que digan lo contrario. Amo a este país, aunque todavía no sé hablar el guarani. No me siento un invasor, como acusan algunas personas*” (Jackson Bressen apud Gutiérrez, 17/09/2003).

Os filhos desses imigrantes que estão aprendendo os idiomas nacionais representam uma “arma” política importante nas disputas de identidades na fronteira. Os pais reconhecem que são estrangeiros e não sabem falar o guarani, mas logo afirmam que seus filhos são paraguaios e já se comunicam nas línguas nacionais. O discurso da legitimação passa pela inserção das novas gerações na sociedade paraguaia.

Sí, mis hijos son paraguayos. Estudian en la Escuela Parroquial de La Paloma. Hablan guarani, yo no lo pude aprender. Lo entiendo, aunque me cuesta hablar. Aun así, me siento paraguayo. Nací en Brasil, quiero pasar el resto de mi vida en Paraguay, a no ser que con todo este debate que hay en contra de los inmigrantes, se genere algún problema y tengamos que marcharnos. Sería una lástima (Paulo Luis Buttini apud Gutiérrez, 25 /09/ 2003).

Os imigrantes e seus descendentes comentam que estão sendo discriminados no momento da resolução de conflitos de terras<sup>86</sup> e no ambiente escolar por não saberem o guarani. As novas gerações sentem bastante dificuldade em aprender o guarani, uma língua com uma estrutura gramatical bastante distinta do português e do espanhol. Elas não aprendem em casa como os paraguaios porque o idioma doméstico é o português. Não entendem com facilidade na escola porque vêem como um idioma estrangeiro, difícil e com pouco significado prático. Além disso, existe um certo desprezo e preconceito em relação ao guarani, visto como língua dos índios. “*Guarani não tem serventia, língua de índio, agora castelhano é importante aprender*”

---

<sup>86</sup> Os imigrantes acusam os policiais paraguaios de utilizarem o domínio do idioma guarani como critério para resolver os conflitos de terra. O padre Luís, do Seminário da Congregação Scalabriniana em Cidade do Leste, relatou que os brasileiros estão perdendo terras para os *campesinos* por não saberem falar o guarani. Ele narrou o caso de um comissário (polícia paraguaia) que perguntava se a pessoa era paraguaia ou não no momento da resolução de algum conflito. Caso o imigrante dissesse que sim, o comissário perguntava então se sabia falar o guarani. Se não soubesse, terminava perdendo a “questão” e logo era classificado como “estrangeiro”.

(Mauri Schneider, agricultor, 16/11/2004). Os imigrantes reconhecem a necessidade de aprender espanhol, principalmente no contexto atual em que são vistos como “invasores”.

A identidade paraguaia dos imigrantes brasileiros só passa a ser reconhecida se estes já falarem fluentemente o guarani. Não é a cidadania o critério para o reconhecimento social, mas o domínio desse idioma nacional.

Se tu falas o guarani já fluentemente aí você praticamente é considerado. Eles vão e olham. Agora se você não consegue falar o guarani, e você já tem uma pele mais clara, aqui o brasileiro é bastante, a maioria veio do Sul, descendente de alemão, então já vê de longe e vê que é brasileiro e você ainda não consegue falar o guarani. Você já é timbrado como estrangeiro (Clairton Feix, Prefeito de Santa Rosa de Monday, 18/11/2004).

A língua aparece como um importante critério para o reconhecimento nacional e como um fator de superação da identificação “racial”. Nesse ambiente de disputas e tentativas de legitimação de identidades nacionais, os imigrantes “brancos e loiros” são praticamente reconhecidos como nacionais se falarem o guarani. Caso não se expressem nesse idioma, as classificações “raciais” e lingüísticas marcarão as fronteiras entre “nós” e “eles”. Parece-me que as relações entre nação, raça e língua continuam sendo importantes na maneira com a maioria das pessoas estabelecem as identificações nacionais. Embora Renan (2000), ainda no século XIX, tenha excluído a raça, a língua, a religião e a geografia como elementos definidores da idéia de nação, geralmente as referências à raça e à língua continuam sendo acionadas como sinais diacríticos no momento da identificação dos grupos “étnicos” e nacionais.

Para muitos imigrantes brasileiros, as fronteiras lingüísticas são criadas pelos paraguaios. Os “brasiguaios” não aceitam o vínculo necessário entre língua e nação, pois se apresentam como “cruzadores de fronteiras” idiomáticas, especialmente entre o português e o espanhol.

Para nós não tem choque de línguas, o espanhol para mim é a mesma coisa do português. Guarani muda um pouco, apesar que a gente entende muita coisa do guarani. Agora falar, eu não falo, mas se tiver paraguaios falando em guarani, eu posso até entrar na conversa deles, mas só que eu entro em espanhol. Eu entendo o que eles estão falando, mas não consigo falar o que eles estão falando. Então para nós não tem choque deste tipo, só que para os paraguaios mesmos que escutam nossas rádios, talvez os que venham assistir uma missa nossa (...). Claro que isso se tu fosse ver num país normal, um país sociável, isso não seria nenhum problema porque hoje no Rio Grande do Sul, tu entras numa região de alemão, entre eles vão falar alemão, e para gente é mais que natural, porque a gente não tem esse racismo entre línguas. Agora aqui se você escuta

dois paraguaios falando em guarani e não entende nada do que eles estão falando, talvez pense que eles estão falando mal de você, ou ao contrário, duas pessoas estão falando em português, falando rápido o português, eles não entendem, eles acham que nós estamos falando mal deles. Então esta briga social, esta confusão social isso não vem a ser normal para eles. Mas para nós hoje se um paraguaio vem falar com nós, a gente vai responder em espanhol, se um brasileiro vem falar com a gente, a gente vai responder em português, então com nós não tem este problema, o que tem é com eles (Jackson Bressen, agricultor, 17/11/2004).

Esse imigrante relata a facilidade em se comunicar em português e espanhol dependendo do seu interlocutor. Na sua visão, os imigrantes brasileiros não têm “racismo de línguas”, pois vêm de um país “normal” que respeita a diversidade cultural e lingüística. Com base na experiência de sua família nas colônias italianas do Rio Grande do Sul, ele construiu uma imagem da “nação normal” como um lugar de respeito às diferenças lingüísticas. Neste sentido, o Paraguai não seria um “país normal”, pois estaria exigindo uma homogeneidade cultural e não respeitando a língua dos imigrantes. Contudo, ele comenta que a incompreensão da língua do “outro” gera desconfianças e suspeitas recíprocas entre os imigrantes e os paraguaios. Por mais que se apresente como um “cruzador de fronteiras”, admite a existência de uma separação simbólica entre o português e o guarani.

As misturas e trocas lingüísticas que são apresentadas por esses imigrantes como fatores positivos, a instituição escolar paraguaia geralmente traduz como perda da identidade nacional. Os professores reclamam das misturas do português com o espanhol nas redações feitas pelos descendentes dos imigrantes. As escolas estatais não admitem o “portuñol” e não oficializam a língua portuguesa como idioma estrangeiro nessa zona de imigração brasileira. Os estados nacionais e os seus sistemas educativos tendem a perceber as fronteiras como lugares que necessitam de planos de nacionalização cultural devido às práticas cotidianas de misturas lingüísticas. Uma das missões dos professores seria preservar a identidade nacional através da proibição do uso da língua estrangeira no espaço escolar.

Todos os professores sempre proibiram, apesar de que nunca era bem seguida, mas sempre eles pediam para nós falar o espanhol e não o português, entre nós mesmos, entre dois alunos brasileiros, eles sempre pediam durante a aula para falar em espanhol, Por que? Porque o nosso espanhol era muito feio, era muito mal falado, mal lido, mal expressado (...). Sempre foi exigido falar o espanhol, cantar o hino nacional, apesar que eu sei cantar o hino brasileiro, o hino nacional daqui a gente sempre cantou desde a época do primeiro ano de escola até na faculdade (Jackson Bressen, agricultor, 17/11/2004).

O relato seguinte do professor de história do *Colégio San Alberto* é bastante ilustrativo da postura dos educadores paraguaios em tentar distinguir as identidades nacionais a partir do domínio do idioma português ou espanhol. Na concepção desse professor, a mistura e o sotaque lingüístico dos seus alunos impossibilita uma definição clara da identidade nacional. Para ele, os filhos dos imigrantes seriam reconhecidos como paraguaios se falarem corretamente o espanhol. Narra então um episódio de um diálogo entre uma empregada de um supermercado e seus alunos durante uma excursão ao balneário de Camboriú em Santa Catarina.

El año antepasado yo fui con los alumnos a una excursión a Camboriú y fuimos a un supermercado y yo les acompañé, fueron de 15 a 20 alumnos, estábamos mirando y una de las cajeras sale diciendo: ustedes de donde vienen? De Paraguay, dicen los alumnos. Como? *Vocês* no son brasileños ni tampoco son paraguayos. Y por que? Les dicen. A mí me impresionó la idea que dijo la cajera misma: el portugués de ustedes utilizan es un portugués de los paraguayos, la forma de hablar. Y tampoco ustedes son brasileños porque no hablan el idioma que nosotros estamos hablando. Es diferente otra vez, ellos mezclan donde hay el español. Yo estaba explicando, casi todas las clases les suele decir: ustedes no son ni brasileños ni tampoco son paraguayos y así es que tiene que *procurar*. Tiene que procurar lo que viene a ser el paraguayo y hablar bien el español. Pueden hablar bien el portugués, pero traten de hablar bien el español para que puedan identificarse ustedes si es una persona paraguaya o brasileña. Pero eso no quiere decir que tiene que eliminar el idioma portugués, sino que se sinta también parte y que tiene que querer también su nación, el lugar donde está viviendo (Domingo Quiñónez, Professor de história, 25/11/2004).

A situação descrita acima é típica do estranhamento e deslocamento cultural das novas gerações de “brasiguaios”. Eles já incorporaram a maneira de falar dos paraguaios, acham que estão falando o português, definem-se como brasileiros ou paraguaios, mas não são reconhecidos como brasileiros por aqueles vivem no Brasil. Eles vivem a experiência contraditória da afirmação e da negação da dupla nacionalidade.

Numa fronteira em que estão presente três línguas nacionais, os nacionalismos lingüísticos afloram e delimitam fronteiras entre “nós” e “eles”. O guarani continua representando uma fronteira cultural e um campo de resistência contra a “invasão” estrangeira. Mas as fronteiras lingüísticas também permitem vários cruzamentos como o “portuñol” (a junção do português com o espanhol) e o “portuguarañol” (mistura do português, guarani e espanhol).

As identidades nacionais estão em permanente disputa entre os imigrantes brasileiros e a população paraguaia. Não se tratam de identidades estáticas e consolidadas. Elas estão em

permanente movimento contraditório de afirmação e negação e questionam os limites nacionais entre o cidadão e o estrangeiro e entre a língua nacional e a estrangeira. Nesta perspectiva, é interessante discutir os vários sentidos da identidade “brasiguaiia”.

#### ***4. Brasiguaiio: a construção de uma identidade de fronteiras***

Os imigrantes brasileiros no Paraguai são geralmente conhecidos como “brasiguaios”. À primeira vista o termo poderia ser entendido como uma identidade fronteiriça e híbrida, formada a partir da junção de duas identidades nacionais, ou seja, seriam ao mesmo tempo brasileiros e paraguaios. Mas esse conceito adquire sentidos variados ao longo das duas últimas décadas, funcionando como uma identidade ambígua e negociada conforme os interesses que necessitam ser explicitados ou ocultados.

A identidade ‘brasiguaiia’ é imprecisa e bastante mutável. Somente refleti sobre alguns sentidos do termo que consegui sistematizar a partir da pesquisa de campo. Nessa perspectiva, essa categoria nativa pode ser atribuída 1) ao imigrante pobre que foi para o Paraguai, não conseguiu ascender socialmente e que, muitas vezes, regressou ao Brasil; 2) aos grandes fazendeiros brasileiros no Paraguai; 3) aos filhos dos imigrantes que já nasceram naquele país e têm a nacionalidade paraguaia; 4) aos imigrantes e aos descendentes que já misturam a cultura brasileira com elementos da cultura paraguaia; 5) a todos os imigrantes brasileiros que vivem na nação vizinha.

Essas classificações não estão separadas e explicitadas na realidade social. Na verdade, em um mesmo discurso aparece mais de um sentido, ou seja, o “brasiguaiio” pode ser entendido como o filho do imigrante registrado como paraguaio e já integrado à cultura local ou o grande proprietário agrícola brasileiro com a situação migratória regularizada naquele país. A separação apresentada deve ser entendida como um recurso heurístico para facilitar a compreensão desse fenômeno heterogêneo e dinâmico.

O termo foi criado em 1985, no período do retorno para o Brasil do primeiro grupo organizado de imigrantes brasileiros que viviam no Paraguai. Os “brasiguaios” teriam sido “expulsos” daquele país por causa da concentração da terra, da mecanização da agricultura, do fim dos contratos de arrendamento e dos créditos agrícolas durante a década de 1980. A esperança na realização da Reforma Agrária no Brasil favoreceu a volta desses imigrantes pobres

que passaram a se organizar e lutar pelo direito à terra e à cidadania brasileira. Naquele período, Sérgio Cruz (PT), deputado federal pelo Mato Grosso do Sul, cunhou o termo "brasiguaião" durante uma manifestação de imigrantes na cidade fronteiriça de Mundo Novo (MS).

\_ Então quer dizer que nós não temos os direitos dos paraguaios porque não somos paraguaios; não temos o direito dos brasileiros porque abandonamos o país. Mas, me digam uma coisa: afinal de contas, o que nós somos?

\_ Vocês são uns brasiguaios, uma mistura de brasileiros com paraguaios, homens sem pátria. (Wagner, 1990, p.11).

Os grupos religiosos, a imprensa e os próprios “colonos” começaram a construir a identidade de “brasiguaião” como “vítima” de um duplo processo de “expulsão” nacional. O termo estava associado à condição de brasileiro, estrangeiro e pequeno agricultor expropriado dos direitos civis, políticos e sociais dos dois lados do limite internacional (Sprandel, 1992).

El término “brasiguayo” es una vulgarización originada en la conjunción de las palabras “brasileiro” y “paraguay” y retrata a aquellos individuos que, dejando su país de origen, el Brasil, se ven desposeídos de toda suerte de derecho, inclusive del país de destino, el Paraguay. O sea, son individuos desheredados y sin identidad nacional. Ni brasileros en ejercicio de la ciudadanía, ni los paraguayos en condición de extranjeros (Salim, 1994, p. 11).

A nova denominação funcionaria como uma forma de restabelecer os vínculos com a nacionalidade brasileira, pois esses imigrantes se apresentavam como “homens sem pátria”. A identidade política foi construída a partir de um discurso de ausência da cidadania brasileira e paraguaia e da necessidade de vincular os símbolos da nacionalidade brasileira (o hasteamento da bandeira brasileira e a execução do hino nacional) com a luta pela terra em solo brasileiro.

Estamos sem pátria e sem terra. Nem brasileiros (pois não temos nossos direitos reconhecidos) e nem paraguaios. Somos os Brasiguaios e lutamos pelo direito de reingressar ao Brasil e dar aos nossos filhos uma pátria que os receba (...) Temos o direito de sermos repatriados (...) Se não tivermos apoio e garantia de nossos direitos, romperemos a primeira cerca, não só da fronteira, para fugir da marginalidade e da miséria que nos querem atirar (Apelo dos brasiguaios, Amambaí, 26/05/92 apud Sprandel, 1992, p. 463).

Entretanto, os “brasiguaios” passam a ser estigmatizados pelos setores *estabelecidos* da sociedade brasileira. Desde os primeiros acampamentos em 1985, eles são vistos como

“indesejáveis”, “perigosos”, “forasteiros” pelas autoridades políticas, jurídicas e pelos latifundiários dos municípios brasileiros que fazem fronteira com o Paraguai. Esses setores privilegiados temiam que os “brasiguaios” retornassem em grande quantidade e ameaçassem a ordem social das cidades brasileiras. O presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul considerou uma ameaça à ordem pública, podendo gerar "*uma convulsão social no Estado*" e os denominou de um "*aglomerado promíscuo em que nada poderá resultar senão saques, invasões, apreensão de caminhões, furto de gados e obstrução de ferrovias etc*" (Presidente do Tribunal de Justiça apud Cortês, 1993, p. 203)<sup>87</sup>. Nesse contexto, os “brasiguaios” são marginalizados na relação de poder com os grupos *estabelecidos*. Eles são estigmatizados pela condição de pobreza, por estarem vindo do Paraguai e serem recém-chegados no território brasileiro. Tudo indica que houve diferenciações e discriminações no interior do próprio movimento dos camponeses sem-terra entre os cidadãos brasileiros e os “brasiguaios”.

Os “brasiguaios” são, portanto, associados à classe camponesa marginalizada, são vistos como vítimas de uma dupla expulsão e como uma ameaça à ordem social dos estados brasileiros que fazem fronteira com o Paraguai. A imprensa brasileira e alguns estudos acadêmicos tendem a identificar os “brasiguaios” como os ex-arrendatários, os bóias frias, os pequenos produtores rurais, a maioria sem nenhuma documentação de permanência naquele país.

Sprandel (1992) interpretou as mobilizações políticas dos “brasiguaios” na década de 1980 a partir do conceito de “grupo étnico” de Frederik Barth (1998). Os grupos étnicos se definem como organizações sociais e políticas que acentuam sinais diacríticos e regras morais diferenciadores na relação direta com outros grupos sociais. Nesse sentido, os “brasiguaios” seriam um grupo étnico definido a partir do critério da auto-atribuição e da classificação pelos outros. Os documentos de reivindicação e a necessidade de ter o “permiso” do Paraguai para poder participar dos acampamentos criavam traços de distinção em relação ao restante do movimento camponês brasileiro. As entidades sindicais e eclesiásticas, a imprensa e o próprio

---

<sup>87</sup> Um juiz da cidade de Amambaí (MS) corrobora com a mesma idéia e afirma que a entrada organizada de “brasiguaios” em território brasileiro estaria “estimulando novas grupos a procederem deste modo, instalando no estado a calamidade e o caos (...) A população de Amambaí condena a atitude dos acampados, pois que é constituída de cidadãos cumpridores das leis e contribuinte do erário, em contraposição aos brasiguaios, surgindo desse contraste um verdadeiro atentado ao princípio de igualdade” (Juiz de Amambaí apud Cortês, 1993, p. 207).



Estado brasileiro utilizaram bastante essa categoria de atribuição e contribuíram para a existência desse grupo social distinto.

A utilização do conceito de grupo étnico não esclarece a complexa realidade fronteiriça dos “brasiguaios”. Acredito que a combinação e a tensão entre os conceitos de nação, classe e “grupo étnico” ajudem a compreender melhor a dinâmica e as ambigüidades da identidade “brasiguai”. Os brasileiros que estavam voltando do Paraguai se definiam como pertencentes a classe camponesa (“sem pátria e sem terra”), acionavam os símbolos da nacionalidade brasileira (hino e bandeira nacionais) e construíram a identidade política de “brasiguaios”. Nos vários sentidos que essa categoria de atribuição foi adquirindo no Brasil e no Paraguai nas duas últimas décadas, a relação entre classe, nação e “etnia” está sempre presente.

O termo “brasiguayo” adquire significados distintos no Paraguai. Com o fim da ditadura de Stroessner em 1989, principia a reorganização política dos camponeses paraguaios, que reivindicam o direito à terra e começam a “invadir” as propriedades dos fazendeiros brasileiros. A partir deste período, os “brasiguayos” são identificados como os usurpadores das propriedades que deveriam pertencer aos paraguaios (Sant’anna, 14/08/1999). Os “campesinos” pobres estariam lutando contra os “brasiguayos” ricos. O sentido aqui é totalmente oposto ao anterior, ou seja, o mesmo conceito pode se referir a duas classes sociais distintas conforme o jogo político da auto-identificação e da classificação dos outros nos dois lados da fronteira. No sentido atribuído pelo movimento camponês, o conceito é pejorativo, isto é, significa o grande proprietário invasor, destruidor da natureza e que usa agrotóxicos em suas plantações. Mas nem todos os camponeses paraguaios atribuem esse único sentido ao termo “brasiguayo”. Para Marcial Gómez, secretário de Federación Nacional Campesina (FNC), os “brasiguayos” seriam tanto os pequenos produtores rurais como os grandes plantadores de soja que moram no Paraguai<sup>88</sup>.

Nosotros caracterizamos en dos formas: hay los brasiguayos que vinieron a trabajar como peones que se convirtieron en pequeños productores que tiene 10, 20 hectáreas. (...) Eso sería una visión que nosotros tenemos caracterizado cuales son los

---

<sup>88</sup> A classificação dos “brasiguaios”, como os grandes plantadores de soja no Paraguai, é questionada por intelectuais paraguaios. Em Assunção, entrei em contato com o professor Marcial Riquelme que investiga os “atores estratégicos da fronteira Paraguai-Brasil”. Quando disse que estava estudando os “brasiguaios”, ele imediatamente contestou que os “brasiguaios” eram os pobres que praticamente não existem mais, quase todos já voltaram para o Brasil. O que há são grandes investidores brasileiros que estão expulsando os camponeses e destruindo o meio ambiente.

brasiguayos, los pequeños productores que vinieron como peón a trabajar y volvieron a su país y nosotros defendemos inclusive eso y tenemos que ir organizando, si ellos quieren regresar a su país que regresen y que ataquen el latifundio de su país. Y los otros serían los grandes productores de soja que también algunos se convirtieron en brasiguayos y ahora ya son asentado en nuestro país (Marcial Gómez, líder camponês da FNC, 26/10/2004).

A palavra “brasiguai” pode ser atribuída somente ao filho do imigrante brasileiro que nasceu no Paraguai e que tem a nacionalidade paraguaia. “*Brasiguaios são pessoas já nascidas no Paraguai, descendente de brasileiros que já são nascidos aqui*” (Sérgio Kempf, líder do movimento jovem da Congregação Scalabrini, 19/11/2004). No começo essa classificação se referia à ausência de cidadania nos dois países. Novamente ocorre uma inversão de sentidos. O que caracterizaria o “brasiguai” no contexto atual seria a comprovação da nacionalidade paraguaia ou da dupla cidadania.

Os “brasiguaios” seriam ainda todos os imigrantes brasileiros já adaptados à cultura paraguaia ou aqueles brasileiros que voltaram para o Brasil e continuam com práticas e costumes da sociedade paraguaia. São aqueles que tomam o tererê e falam o “portuñol” ou o “portuguarañol” (mistura dos três idiomas da fronteira). Essa mescla ocorre a partir de uma disputa entre a influência da cultura brasileira no ambiente familiar e a presença da cultura paraguaia na escola.

Esta es una mezcla entre paraguayos y brasileños. Como ellos son hijos de inmigrantes, la influencia en la casa, todos los días papá y mamá les hablan en portugués, entonces ellos se sienten brasileños, miran las teles, los canales brasileños se exalta el nacionalismo y esto lo que sale: el Brasil es el más grande del mundo, todos los días es exaltación del nacionalismo, totalmente todos los días en todos los canales de televisión. Entonces ellos miran canales de televisión brasileña, se sienten brasileños, sus padres son brasileños, hablan en portugués. Pero viene a la escuela, a la institución escolar y tienen que hablar en castellano, tienen que hablar el guarani, tienen que practicar costumbres y tradiciones paraguayas, entonces se sienten paraguayos, saben bien que nacieron en Paraguay, viven en Paraguay y que tienen que sentirse paraguayos, pero pertenecen, sus padres son inmigrantes. Ahí viene la palabra brasiguayo, una mezcla. (Domingo Quiñonez, Professor de história, 25/11/2004).

Brasiguai quer dizer brasileiro que veio do Brasil para o Paraguai, então juntou Brasiguai, quer dizer até o linguajar como nós falamos, misturado, tanto o paraguai como o brasileiro que vivemos assim juntos, criou-se um linguajar do brasiguai. Nós não sabemos mais, nós perdemos nossa identidade no Brasil e também não temos nossa identidade aqui porque não falamos o guarani, neste meio termo criou-se o brasiguai (Djacir Tavares, agricultor, 17/11/2004).

Nesse sentido específico, a identidade “brasiguaiia” pode ser associada à noção de uma identidade cultural híbrida, liminar e produto da disputa cultural entre a família dos imigrantes e a escola paraguaia. A mistura lingüística seria o elemento de identificação dessa nova identidade de fronteiras. Conforme a definição do imigrante Djacir Tavares, o “brasiguaiio” é o “meio termo”, isto é, o interstício ou a liminaridade<sup>89</sup> entre uma identidade brasileira “perdida” e uma nacionalidade paraguaia ainda não consolidada ou reconhecida.

Brasiguaiio é um nome que eles puseram pra nós porque estamos aqui há muitos anos. Não somos nem brasileiros nem paraguaios, então eles chamam de brasiguaios. Uma coisa difícil, a gente é brasileiro, mas ao mesmo tempo, eu pra mim me considero paraguaio, estou aqui, temos o documento brasileiro tudo também, mas é uma coisa difícil de responder (Mauri Scheimeit, agricultor, 16/11/2004).

Por último, os “brasiguaios” geralmente são vistos como todos os imigrantes brasileiros que vivem no Paraguai. Muitas reportagens de jornais e os próprios imigrantes reforçam essa compreensão genérica.

Talvez brasiguaiio porque você tem a origem, você tem o sonho que veio do Brasil, tem o orgulho (...), talvez o brasiguaiio que é o brasileiro que entrou se considera uma parte brasileiro, pela origem, pelo que aprendeu, pelo que trouxe, e paraguaio pelo que o país está dando porque o Paraguai realmente se minha família não tivesse aqui eu não sei se no Brasil se nós teria, talvez estava lá com os 5 alqueires lá de terra, trabalhando de peão, eu tinha nascido no Brasil, eu ia trabalhar de funcionário ou não sei que lá (...). Talvez é isso brasiguaiio porque trouxe uma herança do Brasil, que é a tendência de trabalhar, não é descansar, e paraguaio porque entrou num país que deu oportunidade, abrir espaço, não adianta abrir um livro e não saber ler, tem que abrir o livro, ler e se aproveitar da leitura (Clairton Feix, Prefeito de Santa Rosa de Monday, 18/11/2004).

Os setores mais pobres dos imigrantes brasileiros aceitam e valorizam essa classificação como um critério importante para receber benefícios sociais nos dois países e de não se sentirem totalmente estrangeiros no Brasil e no Paraguai. Mas essa categoria de atribuição geralmente é estigmatizada e muitos imigrantes brasileiros afirmam que gostam mesmo é de serem chamados de brasileiros ou paraguaios. O termo “brasiguaiio” não é aceito pelos brasileiros que têm algum recurso econômico ou poder político, pois a palavra está associada ainda àqueles

---

<sup>89</sup> O conceito de liminaridade foi pensado por Turner (1974) e significa uma situação em que o indivíduo saiu de uma determinada estrutura social e cultural e ainda não está inserido em outra estrutura. O conceito foi formulado para analisar os rituais religiosos de iniciação nas denominadas “sociedades primitivas”, mas vem sendo utilizado para pensar inúmeras situações contemporâneas de passagem, fluxos e fronteiras.

que não tem documentos, pobres, marginalizados, “pés rapados”. A não aceitação dessa categoria por esses setores que ascenderam socialmente simboliza um critério de distinção de classe. É mais valorizado ser paraguaio que ser “brasiguaiio”.

Brasiguaiio se refere aos indocumentados e os mais pobres ou os que não querem se definir. Nós irmãs não somos brasiguaias, temos nossos documentos de brasileiras (Dileta Zamchette, freira da Congregação Verbo Divino, 24/11/2004).

Eu acho que brasiguaiio não existe, é um dizer de brasiguaiio porque este país de brasiguaiio eu acho que ainda tem que nascer. Eu não acho muito bom que me chame de brasiguaiia não, ou me chama de paraguaia ou me chama de brasileira, agora eu me sinto mais paraguaia que brasileira (Olinda Doerner Kuhner, comerciante, 25/11/2004).

Mesmo aqueles que já têm a cidadania paraguaia não são reconhecidos como “brasiguaiios” por muitos imigrantes. Eles os identificam como brasileiros ou paraguaios. Conforme Dileta Zamchette, os filhos dos imigrantes são predominantemente “brasileiros puros”. *“Brasileiro puro são aqueles filhos de pais e mães brasileiros, já aqueles filhos de uma brasileira com paraguaio não são mais puros”* (Dileta Zamchette, freira da Congregação Verbo Divino, 24/11/2004). Por causa das disputas de terras com os camponeses, os imigrantes percebem que este termo “brasiguaiio” não é bem visto por diversos setores críticos da sociedade paraguaia. Nesse sentido, é mais estratégico que as novas gerações assumam a identidade paraguaia que a “brasiguaiia”.

Quem já nasce aqui não tem que ser chamado brasiguaiio, deve ser chamado de paraguaio, porque todo mundo quer uma identidade onde se integrar. As vezes o termo brasiguaiio é um pouco pejorativo porque aqui a migração atualmente no Paraguai está passando por uns conflitos bastante grande, então este choque cultural, quando você fala que é brasiguaiio, o pessoal já olha pra você diferente, então o próprio sotaque, não falar, já muitas vezes denuncia a tua cultura, a sua origem, onde você nasceu e muitas vezes pode ser até um problema (Lauro, padre da Congregação Scalabrini, 17/11/2004).

Embora a identidade “brasiguaiia” seja frequentemente negada, ela é utilizada, pois se tornou um termo usual de classificação social. Uma categoria repetida pelos próprios imigrantes, por religiosos, intelectuais, políticos, jornalistas e pelo movimento camponês paraguaio. Neste sentido, essa identidade é constantemente reinterpretada, afirmada, negada de acordo com o significado da ação política em constante negociação. O termo está em constante redefinição e agregando novos sentidos. É uma categoria de distinção de classe e de classificação

nacional e “étnica”. O “brasiguaió” vivencia e sintetiza a contraditória experiência de conflito e integração na zona de fronteiras.

As identidades só podem ser pensadas a partir das diferenças. A relação tensa entre identidade e alteridade permite a compreensão da identificação nacional como algo relacional, situacional, móvel e instável. Não existem identidades fixas, consolidadas, essenciais e eternamente dadas. As identidades nacionais, étnicas, regionais e locais são sempre reelaboradas, redefinidas, contestada e contrastada com outras identidades a partir dos confrontos políticos, econômicos, culturais e simbólicos do tempo presente.

As fronteiras são fluxos, mas também obstáculos, misturas e separações, integrações e conflitos, domínios e subordinações. Elas representam espaços de poder e de conflitos variados. Há uma disputa e confluência de nacionalidades nesse espaço social singular em que se configuram as fronteiras dos meios de comunicação, da escola, da cidadania e das línguas nacionais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

*Uma fronteira não é o ponto onde algo termina, mas, como os gregos reconheceram, a fronteira é o ponto a partir do qual algo começa a se fazer presente (Heidegger apud Bhabha, 2003, p.19)*

Gostaria de refletir um pouco sobre a noção de *fronteiras em movimento*. A maioria dos estudos sobre migrações internacionais naturaliza os conceitos de nação e de fronteiras nacionais. A impressão que tinha, durante a leitura desses trabalhos, era que somente os migrantes estavam em movimento, já que a nação e as fronteiras nacionais apareciam como algo fixo, dado, consolidado. Meu primeiro esforço foi problematizar e articular os três conceitos – *migração, fronteira e nação* – e percebê-los em constante movimento.

As pessoas freqüentemente se tornam mais nacionalistas quando estão vivendo no exterior e continuam estabelecendo vários vínculos sentimentais e comunicacionais (através do telefone, da televisão, da Internet etc) com suas nações de origem. Os imigrantes “transportam” as culturas nacionais para diferentes destinos e as nações se tornam “portáteis” (Anderson, 2005). Entretanto, nessa transposição cultural ocorrem sempre a incorporação de novos valores e costumes dos países de destino, principalmente pelas novas gerações, no fluxo permanente dos contatos e dos choques culturais.

As migrações internacionais movimentam as nações e redefinem as fronteiras nacionais. Os deslocamentos populacionais entre países vizinhos, denominados de migrações fronteiriças, geram muitas tensões e questionam os limites aparentemente fixos dos Estados nacionais. As imagens cristalizadas e delimitadas dos mapas das nações não correspondem à dinâmica da vida nos espaços fronteiriços.

As *fronteiras em movimento* que analiso são as frentes de expansão econômica e demográfica dos brasileiros na fronteira leste do Paraguai, os fluxos e disputas culturais envolvendo os imigrantes e determinados setores da sociedade paraguaia, os confrontos do passado entre o Brasil e o Paraguai atualizados nos conflitos do presente e os limites entre “nós” brasileiros e “eles” paraguaios na dinâmica das classificações e das negociações das identidades nacionais.

Como foi apresentado no início desse trabalho, o Paraguai concentra o maior fluxo de brasileiros para os países vizinhos. As razões geopolíticas dos períodos das ditaduras nos dois países e as diferenças dos preços das propriedades rurais entre o Brasil e o Paraguai facilitaram o amplo deslocamento de brasileiros - pequenos produtores rurais, arrendatários, bóias frias, médios e grandes empresários agrícolas, madeireiros e pecuaristas - para as terras férteis dos departamentos fronteiriços daquele país a partir do final da década de 1950.

Esse movimento planejado e espontâneo pode ser compreendido como um desdobramento da denominada *Marcha para o Oeste*, iniciada no governo de Getúlio Vargas (1930-45). As fronteiras internas de ocupação econômica do território nacional se transformam em fronteiras externas quando os brasileiros ultrapassam os limites oficiais do Estado nacional e continuam se movimentando no interior dos países vizinhos. As fronteiras de colonização agrícola não são somente econômica e demográfica, mas também política e cultural. No interior do Brasil, essas fronteiras econômicas encontram em choque, modificam e destroem culturas camponesas e indígenas. No Paraguai, há, por um lado, os conflitos e os confrontos de visões de mundo entre a mentalidade capitalista dos “pioneiros” e as culturas indígenas e camponesas paraguaias, semelhantes aos que ocorrem no Brasil, mas, por outro lado, as tensões se ampliam porque entram em jogo várias dimensões da nacionalidade.

As *fronteiras em movimento* são espaços sociais de tensões, contradições e junções. As zonas de fronteiras são campos de força e choques políticos e simbólicos, mas também de variadas misturas culturais e formas de integração entre diferentes formas de vida. Essa complexa realidade fronteiriça não pode ser apreendida através de categorias sociológicas separadas. Os próprios conceitos se misturam e entram em tensão na tentativa de compreensão do fenômeno fronteiriço. Os conflitos entre fazendeiros brasileiros e camponeses paraguaios não podem ser compreendidos unicamente a partir do conceito marxista de luta de classes. Essa categoria simplifica uma realidade bem mais complexa. Os confrontos na frente de colonização brasileira em território paraguaio envolvem dimensões de conflitos de classe, interétnicos, internacionais e civilizacionais.

A fronteira é um campo de conflitos de classes, disputas étnicas, tensões nacionalistas, choque entre a civilização capitalista ocidental e a cultura camponesa e as contradições entre a nação e os processos de integração regional. As fronteiras são múltiplas e os conflitos variados, misturados e não estão claros na mente dos próprios sujeitos sociais. Os conflitos entre

camponeses paraguaios e empresários agrícolas brasileiros devem ser analisados a partir dos confrontos de classe, etnia, nação e civilização.

Os camponeses paraguaios e os fazendeiros brasileiros podem ser definidos como duas classes sociais situadas em campos diferentes da estrutura agrária. Não se trata da clássica contradição capitalista entre os empresários e os trabalhadores assalariados. Os conflitos não são em torno de salários, mas da posse da terra. Muitos imigrantes brasileiros se transformaram em empresários agrícolas e estão comprando e arrendando novas extensões de terras em vários departamentos do Paraguai para o plantio de soja. Nesse movimento de expansão, eles ocupam as terras dos camponeses e dos indígenas e ocasionam vários conflitos com os movimentos camponeses locais. As ações políticas da classe camponesa se efetivam mediante a formação de movimentos sociais que reivindicam o direito à terra ocupada por estrangeiros.

Os discursos das lideranças camponesas paraguaias e de intelectuais de esquerda tendem a enfatizar que os confrontos no campo atualmente são derivados de dois modelos de produção opostos: a produção capitalista e a agricultura de subsistência. Os conflitos se caracterizariam como lutas de classes, acrescido de um elemento de nacionalidade, já que a frente de expansão capitalista é comandada por imigrantes e investidores brasileiros que moram no Brasil. As leituras desse fenômeno pelos intelectuais orgânicos dos movimentos camponeses paraguaios às vezes são contraditórias. O sociológico e senador José Nicolas Morígin (2004), em vários discursos no Senado, enfatiza o conflito de classe entre camponeses e empresários agrícolas, mas em um artigo mais analítico reconhece a complexa articulação entre classe, movimento social e nacionalismo nas disputas de terra na região leste do Paraguai.

Os confrontos entre descendentes de alemães e camponeses paraguaios são vistos também como conflitos interétnicos. As comunidades de imigrantes são geralmente definidas pela sociologia e antropologia como grupos étnicos. A crença subjetiva numa comunhão e as lembranças de origem comum acentuariam, nos imigrantes, o sentimento de pertença e a honra de fazer parte de uma comunidade com diferentes costumes e outros aspectos externos de diferenciação (Weber, 1994). As fronteiras entre os conceitos de etnia e nação não são claras. As nações são também “comunidades imaginadas” que se fundamentam em lembranças e esquecimentos de um passado em comum e na crença de uma comunhão de destino (Anderson, 1993; Renan, 2000; Bauer, 2000). As nações sem Estado pouco se diferenciam das etnias, mas o Estado-nação se distingue dos grupos étnicos. As etnias não se combinam com os Estados.



Quando um grupo classificado como étnico consegue a independência nacional, ele deixa de ser identificado como etnia e passa a ser visto como uma nova nação. A relação entre os Estados nacionais e os grupos étnicos é bastante ambígua e tensa. Os Estados nacionais tanto podem destruir as etnias existentes em seu território em nome da homogeneidade cultural, mas também têm o poder de reconhecer esses grupos e desenvolver políticas públicas específicas.

Alguns autores definem os descendentes de imigrantes alemães, italianos, japoneses etc que vivem no Brasil como grupos étnicos e nacionais. Eles reivindicam uma origem comum a um determinado país europeu ou asiático, mas assumem a cidadania brasileira. Esses grupos constroem identidades nacionais hifenizadas de teuto-brasileiro, ítalo-brasileiro, nipo-brasileiro etc. (Seyferth,1997, Lesser, 2002).

Os “brasiguaios” já foram classificados como um grupo étnico no trabalho de Sprandel (1992). A autora define-os como um grupo social específico que se diferencia dos paraguaios e dos brasileiros. A identidade étnica dos “brasiguaios” está relacionada com uma ação política estratégica de criação de uma auto-imagem de “homens e mulheres sem pátria” e um reconhecimento pelos meios de comunicação, igreja, políticos e setores governamentais desse grupo distinto que não seriam nem brasileiros e nem paraguaios. Na minha perspectiva, a identidade “brasiguaiia” sintetiza um pouco a complexa realidade fronteiriça e é derivada dos conflitos de classe e das tensões étnicas e nacionalistas.

As disputas entre camponeses e plantadores de soja se transformam num confronto entre brasileiros e paraguaios. Os sentimentos nacionalistas em relação ao território e à língua guarani e os ressentimentos do período da “Guerra do Paraguai” afloram nos discursos dos camponeses paraguaios e os brasileiros são acusados de “invasores”, “novos bandeirantes”, “herança de Stroessner” etc. Por sua vez, os imigrantes brasileiros assumem também uma postura nacionalista e destacam sua superioridade tecnológica e cultural. Eles se autodefinem como “trabalhadores”, “pioneiros” e pertencentes a um país mais desenvolvido.

Nessas regiões fronteiriças, os nacionalistas brasileiros geralmente enfatizam o tamanho do território e o desenvolvimento tecnológico e econômico do Brasil comparado com os outros países vizinhos. A nação brasileira geralmente é vista como uma “grande potência” pelos próprios brasileiros, mas também por paraguaios, uruguaios, argentinos, bolivianos etc. No contraste fronteiriço, muitos brasileiros são reconhecidos e se consideram superiores e melhores.

O sentimento e o orgulho nacional são fortalecidos na comparação direta com os outros países menores.

Por sua vez, o nacionalismo de alguns países vizinhos, especialmente o Paraguai, se constitui como uma espécie de reação às políticas dos países mais poderosos da região. O nacionalismo paraguaio se firma no contraste com a Argentina e com o Brasil desde o período de sua independência em 1811. Ele está relacionado à noção de resistência militar e cultural e manifesta-se através das memórias das guerras e da defesa do língua guarani com elemento cultural que distingue a nação guarani dos demais países limítrofes.

Os conflitos nacionais ocasionam choques civilizacionais. O conceito de nação se combina e se choca com o de civilização. Conforme a leitura de Elias (1994), as nações francesa e inglesa construíram suas auto-imagens nacionais a partir do conceito de civilização, enquanto que a nação alemã se consolidou com base no conceito singular de cultura. A França e a Inglaterra expandiram a noção de civilização dos costumes, das técnicas e das ciências para vários países que estavam construindo seus imaginários nacionais durante o século XIX. A civilização passou a simbolizar a auto-imagem de superioridade do Ocidente em relação a outros povos e culturas. A elite brasileira incorporou essa concepção na construção da imagem nacional. Os grupos dominantes foram construindo uma representação do Brasil como uma nação civilizada, capaz de superar a barbárie interior (índios, negros, mestiços, “fanáticos”, “Jecas Tatus”), expandir a missão civilizatória nos países vizinhos, especialmente no Paraguai derrotado por uma guerra em nome da civilização, e se identificar com os países “civilizados” da Europa Ocidental e com os Estados Unidos.

A imagem do Brasil como uma nação moderna, civilizada e superior aos países vizinhos continua presente na ideologia de muitos imigrantes brasileiros que vivem no Paraguai e se confrontam com as culturas camponesas e indígenas daquele país. Eles se apresentam como “missionários” da civilização e estariam ensinando aos paraguaios como se tornarem “modernos” e “trabalhadores”. Os conflitos culturais entre imigrantes e paraguaios e os estereótipos construídos nesse cenário de fronteiras aumentam as tensões entre essas “comunidades nacionais”.

As disputas em torno da defesa do território nacional e a aprovação da lei de segurança fronteiriça no final de 2004 remetem à tensão permanente entre os processos de integração supranacional e os nacionalismos. Desde o começo de 1995, o Brasil, a Argentina, o

Uruguai e o Paraguai formaram o Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul). O tratado de fundação do Mercosul previa a facilidade de circulação de mercadorias, a diminuição e eliminação de taxas alfandegárias, mas também a livre circulação de trabalhadores. Intelectuais e movimentos sociais supranacionais lutaram pela implementação da “livre circulação de trabalhadores” entre os quatro países, ou seja, os imigrantes desses países, inclusive os “brasiguaios”, deixariam de existir juridicamente e todos seriam cidadãos do Mercosul. Entretanto, essa medida não foi aprovada pelos parlamentos dos respectivos países, pois todos enfrentam problemas relacionados com as “indesejáveis” imigrações fronteiriças.

Os países do Mercosul não querem perder suas respectivas soberanias nacionais e terminam acentuando os sistemas de controle nas fronteiras nacionais. Em 2004, o parlamento paraguaio aprovou a lei de segurança fronteiriça, que proíbe a venda de terras para os estrangeiros dos países limítrofes num raio de 50 quilômetros a partir do limite político internacional. A medida atinge principalmente os imigrantes brasileiros que vivem no Paraguai. A principal justificativa para aprovação dessa lei foi o fato de tanto o Brasil como a Argentina terem legislações semelhantes.

Os conflitos de classe, étnicos, nacionais, supranacionais e civilizacionais, que ocorrem no contexto da imigração brasileira no Paraguai, são permeados por relações de poder. As relações sociais cotidianas nas regiões de fronteiras entre dois países com desenvolvimentos econômicos desiguais refletem as assimetrias de poder entre os Estados nacionais. As representações que os imigrantes brasileiros fazem de si mesmos e do seu país de origem e a auto-imagem que os paraguaios constroem de sua nação no contraste com o Estado brasileiro traduzem as relações de dominação econômica, cultural e simbólica do Brasil em relação ao Paraguai.

A auto-identificação dos imigrantes como “trabalhadores”, “pioneiros” e a classificação dos paraguaios como “preguiçosos”, “corruptos” e “subdesenvolvidos” simbolizam assimetrias de poder entre as classes sociais e as nações. Mas as relações de poder entre os grupos sociais não são estáticas e consolidadas. Os grupos subordinados podem adquirir força política e atacar os interesses e as identidades dos grupos estabelecidos. A dinâmica de poder entre os grupos redefine as identidades coletivas. As afirmações e negações das identidades de “brasileiros”, “paraguaios” e “brasiguaios” podem ser analisadas a partir das novas formas de

integração cultural e da disputa de poder entre os imigrantes brasileiros e os setores subordinados da sociedade paraguaia.

Não existem somente conflito e dominação nas relações entre imigrantes e setores da sociedade paraguaia. Vários imigrantes e seus descendentes já incorporam práticas culturais da sociedade paraguaia. Eles aprendem o espanhol ou o “portuñol”, tomam o *tererê*, estudam a história e a geografia paraguaia na escola, assistem missas e cultos em espanhol e se informam sobre a política local através dos noticiários nas rádios locais e em canais paraguaios.

As *fronteiras em movimento* da nação brasileira ocasionam destruições, integrações, revelam alteridades e provocam muitas tensões e desequilíbrios de poder na sociedade paraguaia. Estudos mais específicos sobre as relações sociais entre os imigrantes, a inserção de “brasileiros” na política paraguaia, a educação dos “brasiguaios”, as misturas lingüísticas do “portuñol” e do “portuguarañol” ajudariam a compreender outros significados não apreendidos nesta tese. Novos trabalhos podem analisar também as fronteiras em movimento em território brasileiro dos “brasiguaios” que retornaram ao Brasil, dos paraguaios e de outros latino-americanos que estão vindo para a sociedade brasileira e vivenciam formas de poder, tensão e integração em território brasileiro.

A noção de *fronteiras em movimento* como espaços de integração, tensão e poder está em construção. Novos estudos sobre os deslocamentos de brasileiros nas nações limítrofes podem contribuir na construção de uma nova forma de compreender o Brasil e as relações internacionais com a maioria dos países da América do Sul. O Brasil faz fronteira com dez países<sup>90</sup> e atualmente existem quantidades significativas de brasileiros vivendo nessas nações. Os imigrantes brasileiros entram em contatos - tanto harmoniosos como conflituosos - com os vizinhos e na relação entre “nós” e “eles” é produzido todo um conjunto de representações nacionais. Observar as imigrações brasileiras do outro lado do limite internacional possibilita uma aproximação das relações econômicas, políticas e culturais das nações vizinhas e podem ampliar a visão que temos desses países e da própria sociedade brasileira.

A imagem que a intelectualidade brasileira construiu do Brasil é bastante parcial. A maioria dos textos comparativos sobre a sociedade brasileira que eu estudei, durante minha formação sociológica, privilegiam o contraste com os Estados Unidos e os países da Europa Ocidental. As interpretações do Brasil provavelmente acompanham a lógica do poder

---

<sup>90</sup> Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Colômbia, Peru, Venezuela, Suriname, Guiana e Guiana Francesa.

internacional. Desde o século XIX, as relações diplomáticas e comerciais de nosso país são prioritariamente estabelecidas com os países europeus e com os Estados Unidos. As viagens de nossos intelectuais nos dois últimos séculos, alguns inclusive em missões diplomáticas, foram para esses países e as interpretações que fizeram da sociedade brasileira geralmente foram ensaios comparativos e valorativos entre o Brasil atrasado e as nações ditas modernas e desenvolvidas.

Os trabalhos que comparam o Brasil com outros países na América Latina geralmente se restringem aos países ditos mais desenvolvidos da região (particularmente Argentina, México e Chile) e generalizam as conclusões para toda a América Latina. Esses estudos, majoritariamente marxistas e influenciados pela teoria da dependência, priorizam as relações de dominação entre as potências hegemônicas do capitalismo e os países da região. Faltam estudos que analisem as relações de poder e as diferenças econômicas, políticas e culturais entre as nações da América Latina. Novos trabalhos sobre imigrações fronteiriças podem se constituir num caminho profícuo de reflexão sobre o Brasil e sua tensa relação com os países vizinhos.

## BIBLIOGRAFIA

ABINZANO, Roberto C. Antropología de los procesos transfronterizos: conocer y actuar en la región de fronteras. *Cuadernos de la frontera*, Año I, n.1, Posadas, Argentina, Marzo de 2004a.

\_\_\_\_\_. Procesos transfronterizos complejos: el caso de la Triple Frontera. *Cuadernos de la frontera*, Año I, n.3, Posadas, Argentina, Marzo de 2004b.

\_\_\_\_\_. *Procesos de integración en una sociedad multiétnica*. La provincia argentina de Misiones (1880-1985). Sevilla, Universidad de Sevilla, 1985. Tesis doctoral.

ABREU, Capistrano de. *Capítulos da história colonial*. 7. ed. São Paulo: Publifolha, 2000.

ALAMBERT, Francisco. O Brasil no espelho do Paraguai. In: MOTA, Carlos Guilherme(org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: SENAC, 2000.

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. O Estado nacional e a modernidade. *Diálogo Jurídico*. Revista do Curso de Direito da Faculdade Farias Brito. Fortaleza, Ano II, n.02, 2003.

\_\_\_\_\_. O processo de formação do Estado e do nacionalismo em Norbert Elias. *Revista Barbarói*, Santa Cruz do Sul, SC, n. 20, jan/jun de 2004, pp. 93-106.

. \_\_\_\_\_. Campesinos paraguayos y “brasiguayos” en la frontera este del Paraguay. In: FOGEL, Ramón; RIQUELME, Marcial (orgs.). *Enclave sojero: merma de soberanía y pobreza*. Asunción: CERI, 2005.

ALCALÁ, Guido Rodríguez. Revisionismo histórico y autoritarismo. *Revista Múltipla*, Brasília, DF, Ano IV, n. 11, dezembro de 2001, pp. 9-26.

ALEGRÍA, Tito. Juntos pero no revueltos: ciudades en la frontera México- Estados Unidos. *Revista Mexicana de Sociología*, México DF, vol. 62, n. 2, Abril-Junio de 2000, pp. 89-121.

ALVES, José Luiz. *Brasiguaios: destino incerto*. São Paulo: Global, 1990.

AMADO, Janaina. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. *História*, São Paulo, n. 14, p. 125-136, 1995.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. Traducción de Eduardo Suárez. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1993.

\_\_\_\_\_. A nação no século XXI. Palestra de abertura. *Terceiro Encontro de Tensões Mundiais*. Encontro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, 19/07/2005.

- ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Unicamp, 2004.
- ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands/La Frontera: The new mestiza*, San Francisco, USA: Aunt Lute, 1987.
- APPADURAI, Arjun. Soberania sem territorialidade: notas para uma geografia pós-nacional. Tradução de Heloísa Buarque de Almeida. *Novos Estudos, CEBRAP*, 49, 33-46, Nov. 1997.
- ARCE, José Manuel Valenzuela. Al otro lado de la línea. Representaciones socioculturales en las narrativas sobre la frontera México-Estados Unidos. *Revista Mexicana de Sociología*, México DF, vol. 62, n. 2, Abril-Junio de 2000, pp. 125-149
- AUBERT, Máxime. Jesuitas, índios y fronteras coloniales en los siglos XVII y XVIII: algunas notas sobre las reducciones del Paraguay, su formación y su destrucción final. In: *Folia Histórica del Nordeste*, Instituto de História, Universidad Nacional del Nordeste, Resistencia- Argentina, n.10, 1991, p. 5-23.
- BAENINGER, Rosana. Brasileiros na América Latina: o que revela o projeto IMILA\_CELADE. *Migrações Internacionais: contribuições para políticas*. Brasília: CNPD, 2001.
- BALAKRISHNAN, Gopal. A imaginação nacional. In:\_\_\_\_.(org.). *Um mapa da questão nacional*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998.
- BASTOS, Augusto Roa et al. *O livro da Grande Guerra*. Tradução de Josely Vianna. Rio de Janeiro, Record, 2002.
- BATISTA, Luiz Carlos. *Brasiguaios na fronteira: caminhos e lutas pela liberdade*. Dissertação em Geografia Humana, Departamento de Geografia FFLCH/USP, São Paulo, 1990.
- BAUER, Otto. A nação. BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BECKER, Gustavo. América Latina, fronteras y mercosur. In: LEHNEN, Arno Carlos et al (orgs.). *Fronteiras no Mercosul*. Porto Alegre: UFRGS, 1994.
- BENDIX, Reinhard. *Construção nacional e cidadania*. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: USP, 1996.
- BESERRA, Bernadete. Migrações internacionais e imperialismo: o caso dos brasileiros adventistas em Los Angeles. In: CARLEAL, Adelita Neto (org.). *Transições migratórias*. Fortaleza: IPLANCE, 2002.

\_\_\_\_\_. A latinidade na experiência dos imigrantes brasileiros em Los Angeles. In: BRAGA, Elza Maria Franco (org.). *América Latina*. Transformações econômicas e políticas. Fortaleza. UFC, 2003.

BETHELL, Leslie. O imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai. *Estudos Avançados*, USP, São Paulo, Ano 9, n. 24, 1995, p. 243-254.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

BIANCHI, Sérgio. *Cronicamente inviável*. Rio de Janeiro/São Paulo: Agravo Produções cinematográficas, 2001. (Filme).

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1998a.

\_\_\_\_\_. *A miséria do mundo*. 3 ed. Tradução de Mateus Soares Azevedo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1998b.

BOJUNGA, Cláudio. *Fronteiras: viagem ao Brasil desconhecido*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

BOTÍA, Carlos G. Zárate. Caucho, frontera y nación en la confluencia amazónica de Brasil, Perú y Colombia. In: GARCÍA, Clara Inés (comp.). *Fronteras: territorios y metáforas*. Medellín: Hombre Nuevo, 2003.

BRACAGIOLI NETO, Alberto. *Brasiguaios: trajetórias migratórias e luta pela terra*. Porto Alegre: UFGRS, 1991.

BRAVO, Álvaro Fernández (comp.). *La invención de la nación: lecturas de la identidad de Herder a Homi Bhabha*. Buenos Aires: Manantial, 2000.

CANCLINI, Nestor García. *Culturas híbridas*. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloisa Pezza Cintrão. São Paulo: Edusp, 2000.

CANDIDO, Antonio. Uma palavra instável. *Vários Escritos*. 3ª ed. São Paulo: Livraria duas cidades, 1995.

CAPELATO, Maria Helena. O “gigante brasileiro” na América Latina: ser ou não ser latino-americano. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: SENAC, 2000.

CARDOZO, Efraim. *Breve historia del Paraguay*. Asunción: El lector, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.



CASTELLO, Iára Regina et al (Orgs.) *Fronteiras na América Latina: espaços em transformação*. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

CLEMENTI, Hebe. *La frontera en América: una clave interpretativa de la historia americana*. Buenos Aires: Leviatan, 1987.

COLBARI, Antonia. Familismo e ética do trabalho: o legado dos imigrantes italianos para a cultura brasileira. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH/ Humanitas Publicações, vol. 17, n.34, 1997.

CORTÊS, Cácia. *Os brasiguaios*. Petrópolis,RJ: Vozes, 1993.

COSTA, Cléria Botelho da. Vidas na fronteira - memórias reconstruídas. *Projeto História*, São Paulo, 27, p. 107-122, dez 2003.

DAL RI JUNIOR, Arno & OLIVEIRA, Odete Maria (org.). *Cidadania e nacionalidade: efeitos e perspectivas nacionais – regionais – globais*. Ijuí, Rio Grande do Sul: UNIJUÍ, 2002.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. Nova luz sobre a Guerra do Paraguai. *Revista Nossa História*. Biblioteca Nacional. Ano 2, n. 13, novembro de 2004.

DEVOTO, Fernando J. Imigração européia e identidade nacional nas imagens das elites argentinas (1850-1914). FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. 2.ed. São Paulo: Editora da USP, 2000.

DURKHEIM, Emile. *As formas elementares da vida religiosa*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fonte, 1996.

ELIAS, Norbert. & SCOTSON, Jonh L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

\_\_\_\_\_. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

\_\_\_\_\_. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, vol. 1.

\_\_\_\_\_. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1993, vol 2.

ESPUL, Cecília González. *Guerra de América de Sur en la formación de los Estados Nacionales*. Buenos Aires: Theoría, 2001.

- ESTEVEZ, Benedita Maria Gomes. Trajetórias de famílias subterrâneas na fronteira do Acre (Brasil) e Pando (Bolívia). In: *Projeto História*, São Paulo, 27, p. 107-122, dez 2003.
- FARINA, Bernardo Neri. *El Último Supremo*: la crónica de Alfredo Stroessner. 2.ed. Asunción, Paraguay: El Lector, 2003.
- FARRET, Ricardo. Especificidades das áreas urbanas de fronteira. In: CASTELLO, Iara Regina; KOCH, Mirian Regina (org.). *Fronteiras na América Latina*: espaços em transformação. Porto Alegre: Editora da UFRS, 1997.
- FELIÚ, Fernanda. *Canindeyu-zona alta*: los brasiguayos. Asunción: Leo SRL, 1999.
- FOGEL, Ramón. Relaciones interétnicas en el borde este del Paraguay. In: *Prácticas de Integración nas fronteiras*: temas para o Mercosul. Porto Alegre: UFRGS, 1995.
- \_\_\_\_\_ & RIQUELME, Marcial. *Enclave sojero*: merma de soberanía y pobreza. Asunción: CERI, 2005.
- FRAGA, Rosendo. Uma guerra e muitas versões. *Nossa História*, Rio de Janeiro, Ano 2, n. 13, novembro de 2004.
- GALEANO, Eduardo. Los nuevos dueños del Alto Paraná. *Entrevistas e artículos (1962/1987)*. Montevideo: Ediciones del Chanchito, 1988.
- \_\_\_\_\_. Depoimento. In: BACK, Sylvio (dir.). *Guerra do Brasil*. Documentário. Rio de Janeiro: Globo Video, 1987.
- GARCÉS, Claudia Leonor López. Etnicidad y nacionalidad en la frontera entre Brasil, Colombia y Perú. Los Ticuna frente a los procesos de nacionalidad. In: GARCÍA, Clara Inés (comp.). *Fronteras*: territorios y metáforas. Medellín: Hombre Nuevo, 2003.
- GARCÍA, Clara Inês (comp.). *Fronteras*: territórios y metáforas. Medellín, Colômbia: Hombre Nuevo Editores, 2003.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro:LTC, 1989.
- GELLNER, Ernest. *Naciones y nacionalismos*. Tradução de Javier Setó. Madrid/Buenos Aires: Alianza Universidad, 1991.
- GERMANI, Guiomar Inez. *Expropriados, terra e água*: o conflito de Itaipu. Bahia: EDUFBA/ULBRA, 2003.
- GOLIN, Tau. *A fronteira*: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina. Porto Alegre: L&PM, 2002.
- GREENFELD, Liah. *Nacionalismo*: cinco caminhos para a modernidade. Tradução de João Anapaz Álvares. Portugal: Publicações Europa-América, 1998.

GRIMSON, Alejandro (org.). *Fronteras, naciones e identidades: la periferia como centro*. Buenos Aires: La crujía, 2000.

\_\_\_\_\_. *La nación en sus límites: contrabandistas y exiliados en la frontera Argentina-Brasil*. Buenos Aires: Gedisa, 2003.

GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Gama. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

GYNAN, Shaw N. El biligüismo paraguayo y la problemática de identidad nacional e integración en el Mercosul. In: *Mercosul: integración e identidad*. Asociación de estudios paraguayos. Asunción: Ediciones e Arte SRL, 1995.

HABERMAS, Jünger. O Estado-nação europeu frente aos desafios da globalização: o passado e o futuro da soberania e da cidadania. Tradução de Antonio Sérgio Rocha. *Novos Estudos CEBRAP*, 43, 87-101, Nov. 1995.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Organização Liv Sovik. Tradução de Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte:UFMG, 2003.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. In: *Revista Mana, Estudos de Antropologia Social*, Vol. 3, n.1, Abril de 1997, pp.7-39.

HOBBSBAWN, Eric J. Etnia e nacionalismo na Europa de hoje. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

\_\_\_\_\_. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Tradução de Maria Célia Paoli. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. A metáfora da viagem. *Enigmas da modernidade-mundo*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

ITAUSSU, Leonel & MELLO, Almeida. *Argentina e Brasil: a balança de poder no Cone sul*. São Paulo: ANNABLUME, 1996.

KARASIK, Gabriela A. Tras la genealogía del diablo: discusiones sobre la nación y el Estado en la frontera argentino-boliviana. In: GRIMSON, Alejandro (org.) *Fronteras, naciones e identidades: la periferia como centro*. Buenos Aires: La crujía, 2000.

KAWAMURA, Lili. *Para onde vão os brasileiros? Imigrantes brasileiros no Japão*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

KLEIN, Herbert S. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. 2.ed. São Paulo: Editora da USP, 2000.

KLEINKE, Maria de Lourdes Urban. O paraíso dos outros. In: CASTELLO, Iara Regina; KOCH, Mirian Regina (org.). *Fronteiras na América Latina: espaços em transformação*. Porto Alegre: Editora da UFRS, 1997.

KOCH, Eva. Assimilação e integração simbiótica: tentativa de sinopse de discursos. In: FIORI, Neide Almeida (org.). *Etnia e educação: a escola "alemã" do Brasil e estudos congêneres*. Florianópolis: Unisul, 2003, p. 93-102.

KRATOCHWIL, K. Hermann. *Movilidad transfronteriza de personas, migración laboral y procesos de integración regional en América Latina*. Buenos Aires: CEFIR, 1997.

JACKSON, Robert H. Missões nas fronteiras da América Espanhola: análise comparativa. *Estudos Ibero-americanos*. PUCRS, v. XXIX, n.2, p. 51-78, dez de 2003.

LAINO, Domingo. *Paraguai: fronteiras e penetração brasileira*. Tradução de Jorge Rajoy. São Paulo: Global, 1979.

\_\_\_\_\_. *Paraguay: de la independencia a la dependencia*. Asunción: Ediciones Cerro Corá, 1976.

LASK, Tomke. Construcción de la identidad nacional: sistemogénesis de la frontera franco-alemana. In: GRIMSON, Alejandro (org.) *Fronteras, naciones e identidades: la periferia como centro*. Buenos Aires: La cruzjía, 2000.

LEENHARDT, Jacques. Fronteiras, fronteiras culturais e globalização. In: MARTINS, Maria Helena (org.). *Fronteiras culturais: Brasil, Uruguai, Argentina*. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. Tradução de Patrícia de Queiroz Carvalho. São Paulo: UNESP, 2001.

LITTLE, Paul E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Brasília: UnB, 2002

LUGO, Alejandro. Reflexiones sobre la teoría de la frontera, la cultura y la nación. In: MICHAELSEN, Scott; JOHNSON, David E. (comp.). *Teoría de la frontera: los límites de la política cultural*. Traducción de Gabriela Ventureira. Buenos Aires: Gedisa, 2003.

MACCLANCY, Jeremy. Imaginando fronteras. *Historia y fuente oral*. N. 12, Barcelona – España, 1994, pp. 51-58.

MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. Interpretes do Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

- MAEDER, Ernesto J. A. *Los problemas de límites entre España y Portugal en el río de la Plata (1494-1763)*. Resistencia, Argentina: Instituto de investigaciones geo-históricas- Universidad Nacional del Nordeste, 1986, (Cuadernos Docentes, n.04.)
- MAGNOLI, Demetrio. Uma ilha chamada Brasil. In: *Nossa História*, Ano 3, n. 25, novembro de 2005.
- MÁRMORA, Lélío. Migraciones: prejuicio y antiprejuicio. In: *Revista de Ciências Sociais*, Buenos Aires- Argentina, n.20, pp. 27-49, 2000.
- MARSHAL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARTES, Ana Cristina Braga & FLEISCHER, Soraya (orgs.). *Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- MARTIN, André Roberto. *Fronteiras e nações*. 4.ed. São Paulo: Contexto, 1998.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- MARTINS, Maria Helena (org.). *Fronteiras culturais: Brasil, Uruguai, Argentina*. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
- MATTO, Juan Bautista Rivarola. *Diagonal de sangre: la historia y sus alternativas en la Guerra del Paraguay*. Asunción: Napa, 1986.
- MELIÁ, Bartolomeu. Hacia una “tercera lengua” en el Paraguay. *Estudios Paraguayos*, Asunción, vol. II, n. 2, diciembre de 1974, pp. 31-72.
- MELO, José Luiz Bica de. Reflexões conceituais sobre fronteira. In: CASTELLO, Iara Regina; KOCH, Mirian Regina (org.). *Fronteiras na América Latina: espaços em transformação*. Porto Alegre: Editora da UFRS, 1997.
- MENEGOTTO, Ricardo. *A redefinição da fronteira do Brasil com o Paraguai a partir da década de 1960*. Porto Alegre: UFRGS, 2000. Dissertação de mestrado, Programa de pós-graduação em geografia.
- MENEZES, Alfredo da Mota. *A herança de Stroessner: Brasil-Paraguai, 1955-1980*. Campinas, SP: Papyrus, 1987.
- MESQUITA, Zilá. Procura-se o coração dos limites. In: LEHNEN, Arno Carlos et al (orgs.). *Fronteiras no Mercosul*. Porto Alegre: UFRGS, 1994.
- MOOG, Vianna. *Bandeirantes e pioneiros: paralelo entre duas culturas*. 19 ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2000.

- MORA, Carlos. *Participación y organizaciones campesinas en Paraguay*. Asunción, mimeo, 2003.
- MORÍNIGO, José Nicolas & BRITEZ, Edwin. *La construcción de la opinión pública en el Paraguay*. Asunción, Paraguay: PROMUR/GES, 2004.
- MOTA, Carlos Guilherme. História de um silêncio: a guerra contra o Paraguai 130 anos depois. *Estudos Avançados*, USP, São Paulo, Ano 9, n. 24, 1995, p. 243-254.
- MOTA, Jaime Eduardo Londoño. La frontera: un concepto en construcción. In: GARCÍA, Clara Inés (comp.). *Fronteras: territorios y metáforas*. Medellín: Hombre Nuevo, 2003.
- NADALI, Débora Betrisey. Los usos sociales y científicos de los procesos migratorios. *Revista Etnia*, Olevarria, Argentina, n. 46-47, 2004.
- \_\_\_\_\_. Retóricas de exclusión: la construcción social de la migración limítrofe como “problema”. *Revista de Antropología Avá*, Posadas- Misiones, Argentina, n. 01, Abril de 2000, pp. 141-158.
- NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro 1870/1920*. São Paulo: Annablume, 1998.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dezembro de 1993, p. 7-27.
- NOUFOURI, Hamurabi. Civilización ária versus barbárie semita. In: *Revista de Ciências Sociais*, Buenos Aires- Argentina, n.20, pp. 27-49, 2000.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. *O Brasil dos imigrantes*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Bandeirantes e pioneiros: as fronteiras no Brasil e nos Estados Unidos*. *Novos Estudos do CEBRAP*, 37, novembro de 1993, p. 214-224.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *O índio e o mundo dos brancos*. São Paulo: Pioneira, 1972.
- \_\_\_\_\_. Fronteras, naciones e identidades: comentarios. In: In: GRIMSON, Alejandro (org.) *Fronteras, naciones e identidades: la periferia como centro*. Buenos Aires: La Crujía, 2000.
- OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.
- ORLANDI, Eni (Org.). *História das idéias lingüísticas*. Cáceres, Mato Grosso: Unemat, 2001.
- OSORIO, Helen. O espaço platino: fronteira colonial no século XVIII. *Práticas de integração nas fronteiras: temas para o Mercosul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995.

PADRÓS, Enrique Serra. Fronteiras e integração fronteiriça: elementos para uma abordagem conceitual. *Humanas: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ UFRGS*, vol.16, n.01, jan/jun de 2003.

PALAU, Tomás. "Brasiguaios". *Migrações Internacionais: contribuições para políticas*. Brasília: CNPD, 2001.

\_\_\_\_\_. *Capitalismo agrario y expulsión campesina: avance del monocultivo de soja transgénica en el Paraguay*. Asunción: CEIDRA, 2004.

\_\_\_\_\_ & HEIKEL, Maria Victoria. *Los campesinos, el Estado y las empresas*. Asunción, Paraguay: BASE, 1987.

PATARRA, Neide. Migrações internacionais e integração econômica no Cone Sul. In: PATARRA, N. (Coord.). *Migrações internacionais: herança internacional no Brasil Contemporâneo*. Campinas, SP: FNUAP, 1996, vol 1.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POMER, Leon. *La guerra del Paraguay. Gran negocio!* Buenos Aires: Calden, 1968.

REIS, Rossana Rocha & SALES, Teresa (Orgs.). *Cenas do Brasil migrante*. São Paulo: Boitempo, 1999.

RENAN, Ernest. Qué es una nación? In: BRAVO, Álvaro Fernández (Comp.). *La invención de la nación*. Buenos Aires: Matantial, 2000.

QUANT, Inês Abadia de. Lengua y cultura em áreas de frontera del mercosur- problemática y propuestas. LEHNEN, Arno Carlos et al (orgs.). *Fronteiras no Mercosul*. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

RABOSSI, Fernando. *Notas sobre la Triple Frontera*. Mimeo, 2002.

REBORATTI, Carlos E. Migraciones y frontera agraria: Argentina y Brasil en la cuenca del Alto Paraná-Uruguay. *Cuaderno del CENEP*, Cuernavaca, México, n.08, 1978.

REX, John. La identidad nacional en el Estado democrático multicultural. In: *Revista Mexicana de Sociología*, vol. 60, n.01, enero/marzo de 1998, pp. 21-35.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. *Os índios e a civilização*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1996.

- RIBEIRO, Gustavo Lins. Tropicalismo e europeísmo: modos de representar o Brasil e a Argentina. In: FRIGERIO, Alejandro, RIBEIRO, Gustavo Lins (Orgs.). *Argentinos e brasileiros: encontros, imagens e estereótipos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- RICARDO, Cassiano. *A Marcha para o Oeste*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1940.
- RÍO, José Maria Valcuende del. *Fronteras, territorios e identificaciones coletivas*. Sevilla, Espanha: Fundación Blas Infante: 1998.
- RIQUELME, Marcial Antonio. *Población, migración e información básica sobre actores estratégicos en la frontera Paraguay-Brasil*. Ponencia presentada en 1º Congreso Paraguayo de Población, 26 al 28 de agosto de 2003, Asunción, Paraguay.
- RIQUELME, Quintín. *Los sin tierra en Paraguay: conflictos agrarios y movimiento campesino*. Buenos Aires: CLACSO, 2003.
- RODRIGUES, Aryon D. Política lingüística e educação para os povos indígenas. In: SILVA, Aracy Lopes da (Coord.). *A questão da educação indígena*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- ROMAÑACH, Alfredo Boccia. *Paraguay y Brasil: crónica de sus conflictos*. Asunción: El Lector, 2000.
- SAHLINS, Peter. Repensando Boundaries. In: GRIMSON, Alejandro (org.) *Fronteras, naciones e identidades: la periferia como centro*. Buenos Aires: La cruzía, 2000.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, 5 (1-2):31-52, nov. 1994.
- SANTOS, Milton. El territorio: un agregado de espacios banales. In: MOYA, Miguel Panadero & ABELLÁN, Francisco Cebrián. *América Latina: lógicas locales. Lógicas globales*. La Mancha, Espana: Universidad de Castilla, 1999.
- SARMIENTO, Domingo F. *Facundo: civilização e barbárie*. Tradução de Jaime Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- SARTELLI, Eduardo. Mercosur y clase obrera: las raíces de un matrimonio infeliz. CASTELLO, Iára Regina et al (Orgs.) *Fronteiras na América Latina: espaços em transformação*. Porto Alegre: UFRGS, 1997.
- SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*; prefácio de Pierre Bourdieu, tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Editora da USP, 1998.
- SCHAFFER, Neiva Otero. Globalização e fronteira. In: *Práticas de integração nas fronteiras: temas para o Mercosul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995.



SCHIAVONI, Gabriela. "Porto Capivara": los ocupantes agrícolas de la frontera argentino-brasileña (Misiones, Argentina). *Estudios Migratorios latinoamericanos*, Año 13/14, n. 40-41, 1998-1999.

\_\_\_\_\_. Las regiones sin historia: apuntes para una sociología de la frontera. *Revista Paraguaya de Sociología*. Año 34, n. 100, Setiembre-Diciembre de 1997, pp. 261-280.

SCHWACZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Unicamp, 2004.

SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia & VASCONCELLOS, Naira (orgs.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, identidade e história*. Canoas, RGS: Editora da ULBRA, 1994.

\_\_\_\_\_. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. *Revista Mana, Estudos de Antropologia Social*, Vol. 3, n.1, Abril de 1997, pp.7-39.

SIMMEL, Georg. *Intuición de la vida: cuatro capítulos de metafísica*. Buenos Aires, Argentina: Altamira, 2001.

SPRANDEL, Márcia Anita. "Aqui não é como na casa da gente": comparando agricultores brasileiros na Argentina e no Paraguai. In: FRIGERIO, Alejandro, RIBEIRO, Gustavo Lins (Orgs.). *Argentinos e brasileiros: encontros, imagens e estereótipos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. Brasiguayos: una identidad de frontera y sus transformaciones. In: GRIMSON, Alejandro (org.) *Fronteras, naciones e identidades: la periferia como centro*. Buenos Aires: La cruzía, 2000.

\_\_\_\_\_. *Brasiguaios: conflito e identidade em fronteiras internacionais*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SOUCHAUD, Sylvain. *Pionniers brésiliens au Paraguay*. Paris: éditions Karthala, 2002.

\_\_\_\_\_. Dinámica de la agricultura de exportación paraguaya y el complejo de la soja: una organización del territorio al estilo brasileño. In: FOGEL, Ramón; RIQUELME, Marcial (orgs.). *Enclave sojero: merma de soberanía y pobreza*. Asunción: CERI, 2005.

STECKBAUER, Sonja M. La situación del Guaraní en el Paraguay Actual. *Revista Paraguaya de Sociología*. Asunción, Año 37, n. 108, Mayo-Agosto de 2000, pp. 77/94.

STURZA, Eliana Rosa. Línguas de fronteira: o desconhecido território das práticas lingüísticas nas fronteiras brasileiras. *Ciência e Cultura*, vol. 57, n. 2, São Paulo, Abril/junho de 2005. <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php>, acesso em 5/6/2005.

TALAVERA, Jorge (dir.) *Paraguay Ñane reta*. Asunción: Alianza, 1998.

TEJERINA, Marcela Viviana. Bases para el estudio de las relaciones entre españoles y portugueses en el Río de la Plata a fines del siglo XVIII y principios del XIX. In: SILVA, Hernan Asdrúbal (dir.). *Navegación y comercio rioplatense*. Bahia Blanca, Argentina: Gabinete de investigación de Historia Americana y Argentina, 1996.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. Tradução de Beatriz Perrone Moisés. 2.ed. São Paulo: Martins Fonte, 1999.

TORAL, André. *Imagens em desordem: a iconografia da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 2001.

TRINCHERO, Hugo; BELLI, Elena; SLAVUTSKY, Ricardo (comps.). La cuenca del rio bermejo: una formación social de fronteras. Buenos Aires: Reunir, 2004.

\_\_\_\_\_. *Los dominios del demonio: civilización y barbarie en las fronteras de la nación*. Buenos Aires: Ceudeba, 2000.

TURNER, Frederick Jackson. *La frontera en la historia americana*. San José: Universidad Autónoma de Centroamérica, 1986.

TURNER, Victor. *O processo ritual: estrutura e antiestrutura*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1974.

VAN GENNEP, Arnold. *Ritos de passagem*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

VELHO, Otavio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. São Paulo: Difel, 1976.

VERA, Myrian González. “Fecha feliz” en el Paraguay. Los festejos del 3 de noviembre, cumpleaños de Alfredo Stroessner. In: JELIN, Elizabeth (comp.). *Las conmemoraciones: las disputas en las fechas “in-felices”*. Madrid: Siglo XXI, 2002.

VERA, Saro. *El paraguayo: un hombre fuera de su mundo*. Asunción: El lector, 1996.

VERÍSSIMO, Érico. *O tempo e o vento: continente II*. 29 ed. São Paulo: Globo, 1997.

VERSEN, Max Von. *Historia da Guerra do Paraguai*. Tradução de Manuel Tomas Alves. São Paulo: Edusp, 1976.

VICHICH, Nora Pérez. *Nosotros y los otros: las fronteras del trabajo en el Mercosul*. Buenos Aires: Incasur, 1995.

\_\_\_\_\_. Mercosur: la libertad de circulación de trabajadores en debate. *Relaciones internacionales*, Año 7, n. 12, Dic/mayo de 1997 (Instituto de relaciones internacionales).

VIDAL, Hernán J. La frontera después de ajuste: de la producción de soberanía a la producción de ciudadanía en Río Turbio. In: GRIMSON, Alejandro (org.) *Fronteras, naciones e identidades: la periferia como centro*. Buenos Aires: La crujía, 2000.

VILA, Pablo. La teoría de frontera versión norteamericana: una crítica desde la etnografía. In: GRIMSON, Alejandro (org.) *Fronteras, naciones e identidades: la periferia como centro*. Buenos Aires: La crujía, 2000.

VILLA, Miguel. Una nota acerca del Proyecto de Investigación sobre Migración Internacional en Latinoamérica- IMILA. In: Patarra, Neide (comp.) *Migrações internacionais: herança XX, agenda XXI*. Campinas, SP: Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil, 1996, vol.2.

ZAAR, Miriam H. A migração rural no oeste paranaense/ Brasil: a trajetória dos "brasiguaios". *Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, n. 94 (88), 01 de agosto de 2001.

ZUCCOLILLO, Carolina María Rodríguez. *Língua, nação e nacionalismo: um estudo sobre o guarani no Paraguai*. Campinas, SP: [s.n], 2000.

\_\_\_\_\_. Paraguay "pluricultural y bilingüe" (o como se dice mestizo em guarani?). *Revista Paraguaya de Sociología*, Año 37, n. 109, Set/Dic de 2000, pp. 185-202.

WAGNER, Carlos. *Brasiguaios: homens sem pátria*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

\_\_\_\_\_. *O país-bandido: crime tipo exportação*. Porto Alegre: RBN, 2003.

WAIBER, Leo H. As zonas pioneiras do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ano XVII, n. 04, outubro-dezembro de 1955.

WEBER, Max. *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. *Metodologia das ciências sociais*. Tradução de Augustin Wernet. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_. *Ciência e Política: duas vocações*. Tradução de Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1993.

\_\_\_\_\_. Relações comunitárias étnicas. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília, DF: UnB, 1994, vol 1.

\_\_\_\_\_. Comunidades políticas. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília, DF: UnB, 1999, vol 2.

WILSON, Thomas M. Nación, Estado y Europa en la frontera de Irlanda del Norte. In: GRIMSON, Alejandro (org.) *Fronteras, naciones e identidades: la periferia como centro*. Buenos Aires: La crujía, 2000.

### **Reportagens de jornais e revistas**

ABC COLOR. campesinos y colonos brasileños disputan tenencia de propiedades. Asunción, 29 de dezembro de 2003.

ABC COLOR. Invasión y éxodo esperan solución en Caazapá. Asunción, 16/08/2003.

ABC COLOR. Obispo califica de criminal la invasión de brasileños al país. Asunción, 29 de agosto de 2003.

ACHUCARRO, Walberto Caballero. Colonos brasileños ocupan terreno donde está el Acuífero Guaraní. ABC Color, Asunción, 12/11/2003.

ALEGRE, Arnaldo. Para Gavilán, brasileños repiten el espíritu de los invasores bandeirantes. Última Hora, Asunción, Paraguay, 03/09/2003, p. 22.

ALVAREZ, Francisco Caballero. Brasileños devastan miles de Há. de bosques em Ibel Paraguaya. ABC Color, Asunción, 10/06/2004.

AURELIO, Edson. Paraguaio invadem áreas de brasiguaios. Curitiba, O Estado do Paraná, 4 de maio de 1999.

CATTANI, Alberto, FERREIRA, Fátima. Confronto e tumulto na Ponte da Amizade, Gazeta do Paraná, Curitiba, 20 de setembro de 2001, p. 4.

DÍAZ, Joel Marcelo Allende. "El estado del Paraguai". ABC Color, 23 de agosto de 2004.

FAUSTO, Boris. Atritos na fronteira. *Estado de São Paulo*, São Paulo, 15/08/2001.

GAZETA DO IGUAÇU. Uma cidade, um povo e seus vários aspectos. Foz do Iguaçu-PR, 15 de Janeiro de 2004, caderno 2.

GAZETA DO PARANÁ. Documento relata violência contra famílias brasiguaias. Cascavel, 27 de outubro de 1999.

GAZETA DO POVO. A questão dos brasiguaios. Curitiba, 12 de Janeiro de 2004.

GAZETA DO POVO. Lei pode expulsar 350 mil brasileiros do Paraguai. Curitiba, 21 de outubro de 2002.

GAZETA DO POVO. Um olhar sobre a agricultura paraguaia. Gazeta do Povo, Curitiba, 27/09/2000. Disponível em: [www.chippingexpress.com.br](http://www.chippingexpress.com.br), acesso em 15/6/2005.

GODOY, Carlos Mariano. El “avance brasileño” deja a su paso colonias fantasmas en Vaquería. ABC Color, Asunción, 11/09/2002.

GUTIÉRREZ, Andrés Colmán. Hay cerca de 450 mil brasiguayos que viven y trabajan en este país. Asunción: Última Hora, 27-28 de Septiembre de 2003.

\_\_\_\_\_. Aquí e Paraguai, mais você tein que falar em português. Asunción: Última Hora, 22 de Septiembre de 2003.

\_\_\_\_\_. Ahora, los brasileños se pelean por la mandioca paraguaya. Asunción: *Última Hora*, 15 de Setiembre de 2003.

\_\_\_\_\_. “Soy paraguayo, aunque no hable en guaraní”. Asunción: *Última Hora*, 17 de Setiembre de 2003.

\_\_\_\_\_. Brasiguay, el país desconocido. Asunción: *Última Hora*, 17 de Setiembre de 2003.

\_\_\_\_\_. Santa Rita no parece Paraguay. . Asunción: *Última Hora*, 23 de Setiembre de 2003.

\_\_\_\_\_. Hay más de 80% de brasileños en los departamentos de la frontera. Asunción: *Última Hora*, L 20-21 de Setiembre de 2003.

\_\_\_\_\_. Nací en Brasil, pero quiero pasar el resto de mi vida en Paraguay” Asunción: *Última Hora*, 25 de Setiembre de 2003.

\_\_\_\_\_. Muchos brasileños se llevan la riqueza y no dejan nada”. Asunción: *Última Hora*, 24 de Setiembre de 2003.

\_\_\_\_\_. Fumigación intoxicó a 62 niños de una escuela en el Alto Paraná. Asunción: *Última Hora*, 18 de Setiembre de 2003.

\_\_\_\_\_. Campesinos denuncian intento de chantaje por parte de inmigrantes. Asunción: *Última Hora*, 19 de Setiembre de 2003.

\_\_\_\_\_. Agrotóxicos causan gran mortalidad de peces en zonas de Juan E. O’Leary. Asunción: *Última Hora*, 26 de Setiembre de 2003

\_\_\_\_\_. Se desató la guerra entre sojeros y pequeños productores campesinos. Asunción: *Última Hora*, 17 de Setiembre de 2003.

KÖNIG, Mauri. Conflitos em território brasiguai. Curitiba: Gazeta do Povo, 11 de Janeiro de 2004.

- \_\_\_\_\_. Igreja encabeça a resistência. Curitiba: Gazeta do Povo, 12 de Janeiro de 2004.
- \_\_\_\_\_. Imigração cria geração sem identidade. Curitiba: Gazeta do Povo, 13 de Janeiro de 2004.
- \_\_\_\_\_. Nova colonização ameaça povos indígenas. Curitiba: Gazeta do Povo, 14 de Janeiro de 2004.
- \_\_\_\_\_. Diferenças culturais criam zonas hostis. Curitiba: Gazeta do Povo, 15 de Janeiro de 2004.
- \_\_\_\_\_, IUNOVICH, Patrícia. Produtores brasileiros são perseguidos no Paraguai. Estado de São Paulo, São Paulo, 30/07/1999.
- IUNOVICH, Patrícia, LUIZ, Edson. Embaixador do Brasil teme violência contra agricultores que foram ao País vizinho para produzir. Estado de São Paulo, São Paulo, 24 de Julho de 1999.
- LA NACIÓN. Consejales de Canindeyú piden auxilio ante “invasión” brasileña. Asunción, 4 de outubro de 2003.
- LA NACIÓN. MCNOC: Brasileños practican ocupación territorial de hecho. Asunción, 13/09/2004.
- LA NACIÓN. Gobernador de Caaguazú pide frenar invasión de brasileños. Asunción, 2 de Julio de 2003.
- LA NACIÓN. Obispo cuestiona la invasión brasileña en zona de Caaguazú. Asunción, 29/08/2003.
- LA NACIÓN. Obispos reclamaron solución a invasión de los brasiguayos. Asunción, 8/11/2003.
- MEILY, José Carlos Sebe Bom. Novas tensões na América Latina: Paraguai x Brasil. Estado de São Paulo, São Paulo, 10/08/1999.
- MORÍNIGO, José Nicolas. “Expansión brasileña destruye el ambiente y crea más pobreza”. La Nación, Asunción, 21/09/2003.
- O POVO. Conflito por terra de brasileiro mata dois. Fortaleza, 25 de Junho de 2005.
- OVIEDO, Susana. La cancillería tendrá respuesta a “brasiguayos”. Asunción, Última Hora, 20-21 de Setiembre de 2003.
- PALAU, Tomás. De república a republiqueta. *La nación*, Asunción, Paraguay, 24 de Junio de 2004, p.20.
- PENAYO, Ruben. Expropiación marcada por la coima. Asunción: *Última Hora*, 22 de Setiembre de 2003
- \_\_\_\_\_. Senado dejó sin efecto expropiación de 1.200 has. de “brasiguayos”. Asunción, Viernes 26 de setiembre de 2003.

PERES, Natália. Aumenta a tensão em terras paraguaias. *A Gazeta do Iguaçu*, Foz do Iguaçu, 04 de maior de 1999, caderno 1.

REVISTA DO MERCOSUL. O drama dos brasiguaios. Brasileiros enfrentam a xenofobia dos paraguaios, n. 74, Ano 2001. Disponível em: [www.etm.com.br/pesquisa-public/mercosul](http://www.etm.com.br/pesquisa-public/mercosul), acesso em 15/novembro de 2002.

REVISTA VEJA. Limpeza étnica. São Paulo, 18 de setembro de 1999.

ROHRIG, Myrian Adam. Los brasiguayos. *Opinión Pública*. Asunción : *Última Hora*, 22 de Setiembre de 2003.

SAMANIEGO, César Báez. Extranjerización del campo y marginalidad campesina. *La Nación*, Asunción, 12/10/2003.

SANT'ÁNNA, Lourival. *Luta pelo poder no Paraguai envolve brasiguaios*. O Estado de São Paulo, São Paulo, 08/08/1999.

\_\_\_\_\_. Aumenta tensão entre brasileiros e paraguaios. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 14/08/1999.

VERA, Roque González. El cultivo de soja es una maldición para el país. *ABC Color*, Asunción, 23/06/2004, p. 16.

VERÓN, Luis. La historia aconseja ser cautos con el tema de los brasiguayos. *ABC Color*, Asunción, 26/08/2003.

VILLALBA, Marti Bogado. Piden frenar “invasión” brasileña en Alto Paraná. *ABC Color*, Asunción, 18/07/2003.

\_\_\_\_\_. Exigen poner fin a invasión brasileña. *ABC Color*, Asunción, 21/07/2003.

## Documentos

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 33 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

CARTA do *Colegio de Escribanos del Paraguay* ao Presidente do Senado, arquivo da Câmara dos deputados em Assunção, 18/12/2002.

LEY 2532 “que establece la zona de seguridad fronteriza de la Republica del Paraguay, aprovada pelo Senado em 09/12/2004.

PARAGUAY. Anuario Estadístico del Paraguay. Asunción, Fdo de la Mora: DGEEC, 2002.

PARAGUAY. Resultados finales. Censo Nacional de Población y Viviendas. Año 2002- Total País. Fernando de la Mora: DGEEC, 2004.

PARAGUAY. Constitución de la República del Paraguay. Asunción: El lector, 2002.

PROYECTO de Ley “que establece la zona de seguridad fronteriza de la Republica del Paraguay, aprobado na Câmara dos Deputados, Assunção, Paraguai, em 10/10/2002.

SESIÓN ordinaria. Discussão do projeto de Lei “establece la zona de seguridad fronteriza de la Republica del Paraguay”, arquivo do senado, Assunção, 21/10/2004.

### **Entrevistas realizadas**

» **Adílio Ramirez**, diretor do Colégio Nacional de San Alberto, Paraguai, entrevista realizada no colégio, em 17/01/2004.

» **Andrés Colmán Gutiérrez**, jornalista do periódico Última Hora, entrevista realizada na redação do jornal, Assunção-Paraguai, em 10/03/2005.

» **Arno Bilk**, imigrante brasileiro, comerciante e vereador do partido Encuentro Nacional, entrevista realizada em sua residência, San Alberto-Alto Paraná- Paraguai, em 26 /11/ 004.

» **Carlos Bareiro Quiroga**, líder campesino do departamento de Misiones, entrevista realizada na sede da MCNOC, Assunção-Paraguai, em 27/10/2004

» **Carlos Mora**, professor e pesquisador social, entrevista realizada em seu gabinete no CERI (Centro de Estudos Rurales Interdisciplinares), em 23/10/2004.

» **Cesar Padoin Diesel**, prefeito de Naranjal, entrevista realizada na prefeitura, Alto Paraná-Paraguai, em 19/11/2004.

» **Clairton Feix**, prefeito de Santa Rosa de Monday, entrevista realizada na prefeitura de Santa Rosa, Alto Paraná-Paraguai, 18/11/2004.

» **Dileta Zamchette**, freira da Congregação Verbo Divino da Igreja Católica, entrevista realizada em sua residência, San Alberto- Alto Paraná-Paraguai, em 24/11/2004.

» **Djacir Tavares Pinheiro**, imigrante brasileiro e empresário agrícola, entrevista realizada em sua fazenda em Naranjal, Alto Paraná- Paraguai em 17/11/2004

» **Domingo Quiñonez**, professor de História, entrevista realizada no Colégio Nacional de San Alberto, Alto Paraná- Paraguai, em 25/11/2004.

» **Hector Cristaldo**, empresário agrícola e presidente da Coordinadora Agrícola del Paraguay, entrevista realizada no hotel Espana, Assunção- Paraguai , em 25/10/2004.



» **Izalino Thomé**, imigrante brasileiro, madeireiro e vereador do Partido Colorado, entrevista realizada na prefeitura de San Alberto, Alto Paraná-Paraguai, em 26/11/ 2004.

» **Jackson Bresser**, coordenador local da Agricultora Agrícola Paraguaya, entrevista realizada em sua residência, cidade de Santa Rita, Alto Paraná-Paraguai, em 17/11/2004.

» **João Luiz Costa**, diretor do Centro de Informações ao Migrante (CIM), entrevista realizada em sua residência, San Alberto-Alto Paraná- Paraguai, em 23/11/2004.

» **Jorge Gustavo**, professor do primário, Colônia rural de Santa Rita, entrevista realizada em sua residência, Santa Rita- Alto Paraná-Paraguai, em 16/11/2004.

» **José Bobadilla**, líder do Movimento Campesino Paraguayo, entrevista realizada na sede do MCP, Assunção- Paraguai, em 27/04/2004

» **José Duarte**, jornalista correspondente do Última Hora, entrevista realizada numa rádio local, Salto de Guairá, Canindeyú- Paraguai, em 15/03/2005.

» **José Giacomelli**, Imigrante brasileiro e prefeito de Mbaracayu, entrevista realizada em sua residência, Mbaracayu, Alto Paraná-Paraguai, em 25/11/2004.

**Jose Irapuan Frota Lima**, Vice-cônsul, entrevista realizada no consulado brasileiro em Cidade do Leste, em 19/01/2004.

» **José Ladislaw Kuhner**, imigrante brasileiro, agricultor e comerciante, entrevista realizada em sua residência, San Alberto, Alto Paraná, em 25/11/2004.

» **José Morinigo**, sociólogo e senador da Republica do Paraguai, entrevista realizada em seu escritório, Assunção- Paraguai, em 09/03/2005.

» **Juan Bernal**, líder campesino do departamento de Canindeyu-Paraguai, entrevista realizada na sede da MCNOC, Assunção- Paraguai, em 27/10/2004.

» **Lauri Scheimeit**, imigrante brasileiro e comerciante, entrevista realizada na Rádio Luz, Santa Rita, Alto Paraná, em 16/11/2004.

» **Lauro**, padre da Congregação Scalabrini, entrevista realizada no salão paroquial, Santa Rita, Alto Paraná-Py, em 17/11/2004.

» **Luciana Valaites Maia**, prefeita de San Alberto, Alto Paraná-py, em 17/01/2004.

» **Luis Aguayo**, coordenador da Mesa Coordinadora de organizaciones Campesinas (MCNOC), entrevista realizada na sede da MCNOC, Assunção- Paraguai, em 26/10/04.

» **Luiz Carlos Ribeiro**, presidente do Centro de Tradições Gaúcho (CTG) Índio José, entrevista realizada em Santa Rita, Alto Paraná-py, em 15/01/2004.

- » **Mauri Schneider**, imigrante brasileiro e médio produtor agrícola, entrevista realizada em sua residência, Santa Rita, Alto Paraná-Paraguai, em 16/11/2004.
- » **Marcial Gómez**, secretário adjunto da Federación Nacional Campesina (FNC), entrevista realizada na sede da FNC em Assunção- Paraguai, em 26/ 10/2004.
- » **Marcial Riquelme**, professor de Ciência Política e pesquisador da imigração brasileira no Paraguai, entrevista realizada em sua residência, Assunção-Paraguai, em 23/10/2004.
- » **Marina Gómez**, professora de espanhol e guarani, entrevista realizada na Escuela Básica 1933, Santa Rita, Alto Paraná-Paraguai, em 15/11/2004.
- » **Neonete Borges**, Imigrante brasileira e camponesa, entrevista realizada na Colônia Aurora, Santa Rita, Alto Paraná, em 16/11/2004.
- » **Olga Zarza**, chefe de relações internacionais e diretora geral de cultura da prefeitura de Assunção, Assunção, em 20/10/2004.
- » **Olinda Doerner Kuhner**, comerciante, entrevista realizada em sua residência, San Alberto, Alto Paraná-Py, em 25/11/2004.
- » **Oscar Perdomo**, vereador, professor e coordenador do Colégio Nacional San Alberto Magno, San Alberto, Alto Paraná-py, em 25/11/2004.
- » **Ramon Fogel**, professor de Sociologia e pesquisador da temática campesina, entrevista realizada em seu escritório, Assunção-Paraguai , em 25/10/2004.
- » **Rosendo Duarte**, jornalista do ABC Color, entrevista realizada em sua rádio, Salto de Guairá, Canindeyú- Paraguai, em 15/03/2005.
- » **Sérgio Kempf**, líder do movimento jovem da Congregação Scalabrini, entrevista realizada na Rádio Luz, Santa Rita, Alto Paraná- Paraguai, em 19/11/2004.
- » **Severiano Rojas**, líder campesino do departamento de Caazapá- Paraguai , entrevista realizada na sede da MCNOC, Assunção, em 26/10/2004.
- » **Tomás Palau Viladesau**, sociólogo, entrevista realizada na sede do Instituto de Investigación Social BASE IS, Assunção, em 22/10/2004.
- » **William Jaques Pereira Santiago**, vice-cônsul, entrevista realizada no consulado brasileiro em Cidade do Leste, Paraguai, em 19/01/2004.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)